

EPISTEMOLOGIA DA COMUNICAÇÃO

Reflexões metateóricas sobre o especificamente comunicacional

A large, stylized profile of a human head and shoulders is rendered as a network of blue lines and dots. The lines form the outline and internal structure of the head, while the dots represent vertices. The network extends beyond the head's profile, creating a sense of connectivity and information flow.

Luiz Signates (org.)



UFG Universidade Federal de Goiás

Reitor

Edward Madureira Brasil

Vice-Reitora

Sandramara Matias Chaves

Diretora do Cegraf UFG

Maria Lucia Kons

CONSELHO EDITORIAL DO PPGCOM/UFG

Ana Carolina Rocha Pessoa Temer (UFG)

Ana Rita Vidica Fernandes (UFG)

Andréa Pereira dos Santos (UFG)

Antonio Fausto Neto (UNISINOS)

Claudomilson Fernandes Braga (UFS)

Daniel Christino (UFG)

Goiamérico Felício Carneiro dos Santos (UFG)

Jairo Ferreira (UNISINOS)

Janaina Vieira de Paula Jordão (UFG)

José Luiz Braga (UNISINOS)

Luciano Alves Pereira (UFG)

Luiz Signates (UFG)

Magno Luiz Medeiros (UFG)

Márcia Perencin Tondato (ESPM)

Rosana Maria Ribeiro Borges (UFG)

Simone Antoniaci Tuzzo (UFG)

Suely Gomes (UFG)

Tiago Mainieri de Oliveira (UFG)

EPISTEMOLOGIA DA COMUNICAÇÃO

Reflexões metateóricas sobre o
especificamente comunicacional

Luiz Signates (org.)

Com textos de Ciro Marcondes Filho, José Luiz Braga e Adriano Duarte Rodrigues, e a primeira turma de doutorado do PPGCOM/UFG

Cegraf UFG

2021

© Luiz Signates (org.), 2021

© Cegraf UFG, 2021

Capa: Nayane Signates

Diagramação: Julyana Aleixo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

GPT/BC/UFG

E64 Epistemologia da comunicação: reflexões metateóricas sobre o especificamente comunicacional [E-book] / organizador, Luiz Signates. – Goiânia : Cegraf UFG, 2021.
395 p. : il.

Textos de Ciro Marcondes Filho, José Luiz Braga e Adriano Duarte Rodrigues, e a primeira turma de doutorado do PPGCOM/UFG.

Inclui referências.

ISBN (E-book): 9786589504801

1. Mídia social. 2. Comunicação. 3. Teoria do conhecimento. I. Signates, Luiz.

CDU:659

Bibliotecária responsável: Adriana Pereira de Aguiar / CRB1: 3172

Esta obra é dedicada ao prof. **Ciro Juvenal Marcondes Filho**, morto em 8 de novembro de 2020, e que, em uma de suas últimas decisões editoriais, concedeu a este livro o texto que publicamos no primeiro capítulo.

Autor da Nova Teoria da Comunicação, ele deixa mais de 50 livros publicados e toda uma contribuição de altíssimo nível para o campo da comunicação, especialmente ao debate teórico e epistemológico.

A lacuna deixada por ele não pode ser coberta.

Sumário

Comunicação em reflexões metateóricas	8
Luiz Signates	

PARTE I

DA ESPECIFICIDADE DO OBJETO DA COMUNICAÇÃO.....	24
---	----

O olhar como comunidade sensitiva Imersão, espelho e terceira figura no processo comunicacional do olhar no face a face.....	25
Ciro Marcondes Filho	

A comunicação como ciência básica tardia: uma hipótese para o debate .	45
Luiz Signates	

Do que não conhecemos os problemas não saberemos as respostas	69
José Luiz Braga	

Perspectivas Recentes da Pesquisa em Ciências da Comunicação	94
Adriano Duarte Rodrigues	

PARTE II

DA EPISTEMOLOGIA DO ESPECIFICAMENTE COMUNICACIONAL ..	119
---	-----

A comunicação que funda a coexistência	120
Mayllon Lyggon de Sousa Oliveira	
Suely Henrique de Aquino Gomes	
Deyvisson Pereira da Costa	

Questionamentos para uma epistemicidade segura: o problema dos fundamentos da comunicação	145
Guilherme Lucian	

Ciência: um movimento comunicacional	160
Geisa Müller de Campos Ribeiro	
Suely Henrique de Aquino Gomes	

PARTE III

DEBATES METATEÓRICOS EM COMUNICAÇÃO, CIDADANIA E POLÍTICA.....	188
---	-----

A essencialidade da comunicação para a inclusão das pessoas com deficiência nas corporações.....	189
Daniela Priscila de Oliveira Veronezi	

O especificamente comunicacional na observação da interação de corpos gays no ambiente sindical	215
João Lúcio Mariano Cruz	
Comunicação como aporte para compreender a ascensão de Jair Bolsonaro e do bolsonarismo no Brasil.....	234
Maiara Raquel Campos Leal	

PARTE IV

DEBATES METATEÓRICOS EM COMUNICAÇÃO E JORNALISMO 267

O especificamente comunicacional nos estudos de história da imprensa: o antilusitanismo retratado pelo jornal <i>A Matutina Meiapontense</i> (1830-1834)	268
Alessandra Rodrigues Oliveira Curado	

A comunicação no limiar da arte: uma tentativa epistêmica para se compreender a especificidade comunicacional do Jornalismo Literário ...	288
Luana Silva Borges	

PARTE V

DEBATES METATEÓRICOS EM PRODUÇÃO AUDIOVISUAL 319

Indústria criativa e os discursos engajados em prol de causas sociais: o que há de comunicacional na produção audiovisual <i>Aruanas</i> , da Rede Globo	320
Luciana Ferreira Serenini Prado	

O especificamente comunicacional na televisão pública brasileira: a incomunicabilidade das emissoras universitárias	353
Kamyla Faria Maia	

Comunicação e telejornalismo comunitário	369
Bernadete Coelho de Sousa	

AUTORES E AUTORAS DESTA OBRA	386
------------------------------------	-----

Comunicação em reflexões metateóricas

Luiz Signates

Este livro tem um duplo sentido.

O primeiro, episódico e histórico, é o de reunir textos da primeira turma do doutorado em Comunicação da Universidade Federal de Goiás, referentes à primeira disciplina ministrada neste curso, dedicada à epistemologia da comunicação. Nesse sentido, trata-se de uma obra que expõe a diversidade e, também, a conexão intelectual desses doutorandos, ao pensar o especificamente comunicacional da disciplina científica que compartilhamos.

O segundo significado parece-nos mais permanente, apesar de comunicacionalmente tentativo, para usar uma feliz expressão de José Luiz Braga, ao reportar a natureza fenomênica, eventual e errática de qualquer processo de comunicação. Trata-se de um esforço conjunto, de estudantes e professores pesquisadores, de buscar o que há de comunicacional nos estudos em comunicação e, nesse ponto, ultrapassa a mera contribuição de alunos de um curso de doutoramento, assimilando textos de alguns dos principais pensadores contemporâneos do campo da comunicação, entre os quais, sem falsa modéstia, o organizador desta obra não se inclui.

A ideia do especificamente comunicacional visita as preocupações acadêmicas de um grupo de pesquisadores em comunicação no Brasil e no Exterior, há vários anos, especialmente daqueles que anualmente se reúnem em torno do GT

Epistemologia da Comunicação, da Compós, cuja motivação tem sido contribuir para a definição ou a cartografia possível para o objeto desta ciência.

O debate sobre o objeto de uma ciência é relevante em vários sentidos, sendo que o principal deles é a conformação identitária da área de conhecimento. A delimitação do perímetro epistêmico da comunicação é uma carência antiga deste campo científico, que por vários caminhos os mais diferentes teóricos têm procurado suprir.

Ao longo do tempo, desde o surgimento da comunicação como área científica devidamente reconhecida pelos marcos legais da administração da ciência no Brasil, a maioria das contribuições centrou-se na definição do conceito de comunicação. Num primeiro momento, o campo foi marcado pela efervescência do debate sobre a tensão comunicação e informação, chegando ao ponto de, hoje, serem diferenciadas ambas as áreas, sem, contudo, que as disjunções teóricas tenham sequer se tornado claras. Seria a informação o estudo do trânsito das mensagens e comunicação o âmbito do estudo dos meios e relações? Seria a informação o campo que reúnem as habilidades administrativas, como as relações públicas, e a comunicação o das profissões críticas, como o jornalismo? Qualquer estudante de pós-graduação na área sabe que tais categorias não logram efetuar as delimitações desses campos, de sorte que a divisão de áreas não raro se dá mais por referenciais práticos ou profissionais do que por indicadores epistêmicos ou conceituais minimamente seguros.

Assim, os teóricos do campo comunicacional prosseguiram a busca pelo objeto, dividindo-se, inicialmente, em duas tendências, que, tentativamente, denominaremos como a dos desistentes e a dos insistentes.

Chamamos “desistentes” aqueles que passaram a defender a sedutora ideia da interdisciplinaridade, isto é, afivelados numa corrente que, oriunda do debate epistemológico na filosofia, dedicou-se à percepção das limitações das disciplinas científicas e passou a defender uma mais intensa dialogicidade dos diferentes saberes. Inspirados nos escritos de pensadores como Edgard Morin, propunham a ruptura das prisões disciplinares e algum retorno a saberes compartilhados, complexos, a partir da defesa de que as disjunções das ciências fragmentam o saber e impede a visão de conjunto que contemple o universo e a vida em sua inteireza. Vários desses teóricos passaram a formular proposições demarcadas seja pelo funcionalismo holístico, seja pelo sistêmico, para realizar tais aspirações intelectuais.

No campo da comunicação, nem sempre a sofisticação teórica atingiu tais patamares, sendo mais próprio dizer que os “desistentes” teriam sido aqueles que abraçaram a defesa de que a comunicação seria uma ciência sem objeto, justamente por ter uma natureza especificamente interdisciplinar. Observavam o diálogo presente nos diferentes trabalhos produzidos pelo campo, em que os marcos teóricos e metodológicos quase sempre eram advindos de outras disciplinas científicas e assimilaram essa realidade como a específica da própria área. Denomino-os como “desistentes”, sem qualquer conotação pejorativa, porque essa postura conduz imediatamente à noção de que a busca pelo objeto é inútil e reducionista, sendo melhor desistir dela e entrelaçar os conhecimentos que nascem do esforço do campo como igualmente válidos.

Essa noção epistemologicamente anarquista foi rejeitada pelos “insistentes”, aqueles que mantiveram a expectativa de que não só é possível, como necessário, a persistência no debate do objeto da ciência da comunicação. Contra a posição

“desistente”, erigiu-se a crítica da dispersão (BRAGA, 2011) e a da exogenia (SIGNATES, 2015) do campo.

Contra a exogenia, concebe-se o questionamento de uma visão da pesquisa em comunicação a partir de perspectivas epistemológicas que não foram construídas para enxergar o comunicacional e, não raro, que conceberam a comunicação como um epifenômeno, um instrumento ou um conceito secundário diante de objetos epistêmicos outros, considerados mais relevantes, quando não causais. São inúmeros os exemplos de concepções exógenas nas chamadas pesquisas de interface, como as de comunicação e política, comunicação e psicanálise, economia política da comunicação, comunicação e linguagem e outras.

As práticas exógenas tendem a produzir um campo disperso, no qual as figuras e processos denominados como comunicação apontam para dinâmicas e objetivos tão diferentes que não dialogam entre si. Essa realidade não seria problemática se a dispersão não se mostrasse como um movimento que fragiliza a própria construção da ciência da comunicação, tanto quanto a sua capacidade de dialogar produtivamente com as demais disciplinas. Sim, porque a crítica da exogenia e da dispersão não é adversária do diálogo interdisciplinar, e sim de uma dialogicidade subalterna e epifenomênica – e não por razões políticas e sim epistêmicas, isto é, para que o olhar comunicacional seja enriquecedor ou mesmo crítico das demais disciplinas. Desse modo, não é razoável que as pesquisas e teses em comunicação, ao se socorrerem de autores e metodologias sociológicas, por exemplo, terminem por se consolidarem como trabalhos sociológicos de segunda ou terceira qualidade, e não como contribuições efetivamente comunicacionais...

Com base em tais argumentos, aqui muito rápida e superficialmente relatados, é que este livro se encaixa entre os

esforços “insistentes”. O que se procura aqui é pensar a comunicação a partir do que lhe é específico, crendo que este lugar não apenas existe, como tem sido exemplarmente construído e – o que parece mais virtuoso – de nenhum modo elimina a perspectiva do diálogo interdisciplinar ou se encaminha para um fechamento disciplinar reducionista ou repressor das possibilidades complexas do pensamento teórico.

A busca pelo objeto tem uma peculiaridade específica, inescapável: cedo ou tarde, ela sempre coloca diante de si, como problema central, a questão da definição do conceito de comunicação. Nesse sentido, a carência epistemológica do objeto sempre terminou por substituir, no debate dentro do campo, o objeto ausente ou indefinido por uma tautologia: o campo da comunicação estuda... comunicação.

O problema lógico da petição de princípio contida nessa reiteração aparece evidente, como um desqualificador da própria disciplina científica, que perde legitimidade, seja por não saber distinguir aquilo que estuda, seja por superpor essa ausência, como fazem os “desistentes”, por artifícios exógenos e, usualmente, incapazes, pela comentada obliquidade dessa visão, de resolver o problema especificamente comunicacional.

A exigência implícita ou explícita de debruçar-se sobre o conceito de comunicação levou os nossos melhores “insistentes” a duas posturas diferentes e, não raro, antagônicas, mas ambas muito produtivas para o encaminhamento do pensar sobre o objeto da comunicação. A primeira vertente é a que toma o conceito como *partis pris*, isto é, como ponto inicial do empreendimento teórico; e a segunda, é a que eleva o conceito à categoria de problema a ser buscado, ou como ponto de chegada do esforço de pensamento e pesquisa. Em outras palavras, a primeira é a que decide o que é comunicação e faz emergir daí a teorização necessária; e a segunda,

a que prefere indagar sobre o que vem a ser comunicação, abrindo-se para as diferentes possibilidades ou admitindo as percepções oriundas do senso comum. Em termos metodológicos, a primeira vertente tende a ser analítica ou crítica, e a segunda, prospectiva ou abdutiva.

Importante dizer neste ponto que tais delimitadores não pretendem sintetizar em classificações as produções do campo, mas tão somente destacar algumas categorias de disjunção que parecem relevantes para a compreensão dos encaminhamentos desta obra e do processo que a fez surgir. Não se quer apagar, por exemplo, as importantes similaridades que reúnem os “insistentes”, como a própria crítica da dispersão e da exogenia, que ambos compartilham, mas também, como recentemente tem surgido nos debates entre nós, a ideia de que falar de comunicação é tocar em algo intrínseco ao próprio modo de funcionamento, senão do universo, ao menos da condição humana em si.

Há algo de universal na comunicação, que não recomenda que seus estudos e pesquisas se restrinjam às noções dos modelos simplistas concebidos na aurora do século 20, tais como “meios”, “mensagens”, ou, mais contemporaneamente, “mídias” ou “tecnologias”. Esse “algo universal” talvez seja o que melhor explique a presença de interesses comunicacionais, mesmo que percebidos oblíqua ou perfunctoriamente, nas disciplinas correlatas à comunicação. E, também, pode ser o que possivelmente tenha gerado o interesse, na segunda metade do século 20, para a construção de duas das principais e mais prolíferas teorias de sociedade do mundo contemporâneo: a Teoria da Ação Comunicativa, de Jürgen Habermas, e a teoria dos sistemas sociais, de Niklas Luhmann, ambas centradas no conceito de comunicação, definidos de modo inteiramente diverso e igualmente complexo.

Há algo de universal na comunicação e esta é a busca pelo objeto de uma ciência que, em diálogo com os mais diferentes saberes, isto é, nos quadros de uma epistemologia dialógica – devidamente comunicacional, portanto –, deve especificar-se como busca própria. Como não há, ainda (embora possamos jamais ter, e devemos considerar essa possibilidade), respostas suficientemente estáveis para tal busca, concentramo-nos no atual momento histórico em perspectiva de reflexão, em avanços graduais, quase às apalpadelas, de texto em texto, de diálogo em diálogo.

Eis o momento histórico em que este livro vem à luz, como partícipe de um processo que ultrapassa em muito o âmbito dos trabalhos que enfeixa, mas dentro de um quadro tentativo de ser atual, pertinente em seu tempo.

Reúnem-se, nesta obra, vários dos autores “insistentes”, em perspectivas que conflitam e dialogam entre si. Dois deles são os personagens mais ilustres do Brasil nas duas posturas mencionadas linhas atrás: José Luiz Braga e Ciro Marcondes Filho, este último que lamentavelmente deixou a vida no último 8 de novembro de 2020, desfazendo um dos mais interessantes debates teórico-epistemológicos que o campo da comunicação assistiu.

O professor Ciro Marcondes Filho, da Universidade de São Paulo, antes de falecer, dedicou à formação deste livro seu último texto enviado ao GT Epistemologia da Comunicação, da Compós. Comparece, portanto, postumamente, nesta obra, com apenas um traço da obra portentosa a que concedeu o título, pouco modesto, de Nova Teoria da Comunicação, aquela em que consolida sua percepção de que o conceito de comunicação, claramente definido, deve ser o ponto de partida do arsenal teórico e das investigações científicas do campo.

Ciro Marcondes não apenas postulava o conceito de comunicação como um ponto inicial à construção da pesquisa, mas concedeu-lhe uma definição precisa, extraída do estudo comunicacional do desenvolvimento filosófico ocidental, cuja culminância apareceu representada pela ética da alteridade de Emmanuel Lévinas. Comunicação no contexto da Nova Teoria é a produção criativa e aberta da diferença, o fenômeno espantoso do diálogo, em que ego e alter se abrem para o novo. Comunicação é a emergência do impacto, raro e precioso, aquilo que faz emergir o imensamente humano na improvável relação que atrita e irrita os sistemas fechados da consciência.

A contribuição deste autor para este livro constitui o desdobramento da Nova Teoria sobre a questão do olhar. O olho no olho de uma experiência feita por seus alunos revelou traços surpreendentes do acontecimento comunicacional, presentes desde o sentido de ameaça, quanto no de surpresa, representado pelo silêncio do olhar. A noção de acontecimento (*Ereignis*, de Heidegger) é cara para a definição de comunicação de Ciro Marcondes Filho, por expressar o aspecto episódico e performativo, porque efêmero e presente (no sentido temporal, de uma razão durante), do fenômeno comunicacional.

Na outra ponta do debate teórico, encontra-se a figura extraordinária do professor José Luiz Braga, um dos mais proeminentes e generosos pensadores do nosso campo. Para este autor, o conceito de comunicação é o de uma busca sempre aberta, definida desde o princípio pelo senso comum – o ambiente original e natural dos processos comunicacionais – e que permanece instigante como pergunta, diante de todas as possibilidades de formulação teórica.

Braga também participa desta obra, generosamente refletindo sobre o texto do organizador deste livro, publicado anteriormente na Revista E-Compós, e republicado aqui, com

as devidas referências, justamente para ancorar o artigo do comentador maior. Percebemos a comunicação como uma ciência que deve ser considerada geral, e não apenas dedicada aos espaços cobertos pelas instituições de mídia e suas relações. Se argumentamos com o que temos denominado uma urgência de contexto: o fato das tecnologias que viabilizam a expansão do comunicacional se tornarem generalizadas, especialmente depois da emergência da internet.

Os acréscimos de Braga às nossas tentativas efetuam articulações inesperadas e extremamente produtivas ao pensamento inicial proposto – o de perceber a comunicação como uma ciência básica tardia. Uma delas, de grande valor heurístico, é a da interessante periodização da descoberta do comunicacional, que, transformada em questão, remete hoje à consciência de sua relevância, sua urgência e sua generalidade – o que, evidentemente, faz retornar à noção do universal da comunicação.

Uma ideia muito semelhante é trazida pelo último, desta lista de pensadores seniores do campo da comunicação, presentes na primeira parte desta obra: o professor Adriano Duarte Rodrigues, catedrático da Universidade Nova de Lisboa. Em seu texto, este autor referencial apresenta a comunicação como um “princípio constitutivo da experiência”, em várias perspectivas. Mesmo não podendo ser inserido entre os “desistentes” da busca pelo objeto da comunicação, Rodrigues admite que os estudos de comunicação não configuram um domínio disciplinar preciso e postula que, por isso, constitui-se como uma “interciência”, percorrendo, em sua argumentação, as diferentes contribuições teóricas para a construção dos saberes comunicacionais.

De sorte que a primeira parte deste trabalho representa um programa de estudos profundamente atualizado em relação às

discussões mais candentes de epistemologia da comunicação. Esse conjunto introdutório, do qual o organizador desta obra faz parte por razões conjunturais, mas que, de fato, pertence aos três dos mais influentes autores de língua portuguesa da área da comunicação na contemporaneidade, pavimenta o caminho para os debates de alta qualidade feitos pela primeira turma de doutorandos em comunicação da UFG.

A contribuição destes intelectuais em alta formação divide-se, neste trabalho, em quatro blocos, cuja especificidade serve de mostruário para a diversidade dos debates do campo comunicacional, ao mesmo tempo que se unem por abordagens teóricas específicas que coincidem aqui ou acolá, e uma única busca epistemológica: a do especificamente comunicacional. Esta unidade de propósitos não é casual; ela foi construída ao longo do primeiro semestre de 2019, em intenso debate na disciplina “Seminário Avançado de Epistemologia e Pesquisa em Cidadania e Cultura”, a única disciplina obrigatória na formação doutoral do PPGCOM da UFG.

O primeiro bloco de textos é o que trata das temáticas tipicamente epistemológicas. O artigo inicial desta parte, de autoria do doutorando Mayllon Lyggon de Sousa Oliveira, com contribuições em regime de coautoria dos professores Suely Henrique de Aquino Gomes, pertencente à linha de Comunicação e Cultura do PPGCOM/UFG, e Deyvisson Pereira da Costa, da Universidade Federal do Mato Grosso, especifica, de modo interessante, a comunicação como um “ponto de inflexão relacional”, capaz de dar forma ao mundo e aos sujeitos, e, nesse sentido, deixando rastros e transformações, e, para dar fundamentação à destemida proposição, socorrem-se de Habermas e Heidegger, tanto quanto de Ciro Marcondes Filho e José Luiz Braga. A comunicação, para estes autores, é uma “máquina de construção de universais”, que funda um regime de coexistência.

Essa persistente ideia de comunicação como um universal recebe um sinal inicial de questionamento no texto do doutorando Guilherme Lucian, para quem a busca por uma epistemologia do especificamente comunicacional, que implique num reconhecimento filosófico na própria ontologia do ser, encerra um dilema ou uma ameaça: a do esvaziamento epistemológico. Se tudo cabe dentro das fronteiras da comunicação, diz Lucian, o conceito perde capacidade definidora, resultando num vazio não-gerativo, num espaço epistêmico estéril.

Na verdade, o texto de Lucian é mais problematizador do que definidor de soluções teóricas e, nessa direção, opõe-se à construção de ortodoxias ou ao que denominou uma “epistemidade totalizante” no campo da comunicação. Em síntese, ao discutir tais possibilidades epistêmicas, deixou-nos um alerta relevante: a de que o conhecimento comunicacional é e talvez deva ser sempre um campo “que não se esgota em sua própria teorização”. Em outras palavras, já o interpretando, uma ciência da comunicação tem que guardar em si e por definição a abertura de sua própria comunicabilidade. Poderíamos evoluir tais sinalizações para algo parecido com o “metáporo”, de Ciro Marcondes Filho, pelo qual a teoria dobra-se sobre si mesma para gerar seu próprio método, demarcado pela noção de comunicação que propõe. Entretanto, este não é o momento nem há espaço para esse desenvolvimento.

O texto final do bloco de debate epistemológico, de Geisa Ribeiro, com a coautoria da professora Suely Gomes, da UFG, expande o debate sobre a comunicação como ciência a partir de um relevante ponto de partida: o da ciência como comunicação. As autoras defendem, com razão, que o processo de institucionalização da atividade científica sempre esteve relacionado ao fluxo, à circulação e à negociação de ideias – sendo, portanto,

pragmaticamente, atividade de comunicação ou, no dizer delas mesmas, “construção coletiva apoiada na comunicação”.

O bloco seguinte é o que tematiza o especificamente comunicacional na dimensão do estudo das relações entre cidadania e política. O primeiro texto desta parte é o da doutoranda Daniela Veronezi, que busca teorizar sobre a comunicação como “essência da inclusão social”. A autora identifica a questão epistemológica dentro do debate da comunicação inclusiva, a partir da perspectiva da atividade profissional das Relações Públicas, isto é, no âmbito do campo da comunicação organizacional, com suas peculiaridades e contradições.

Em uma abordagem diferente, o texto seguinte, do doutorando João Lúcio Cruz, estuda o especificamente comunicacional nos corpos gays em ambiente sindical. Uma contribuição metodológica interessante é apontada neste trabalho: o da comunicação como “categoria aferidora” das possibilidades sociais de alteridade, como horizonte da afirmação dos direitos relacionados à corporeidade gay. O corpo é percebido como dispositivo interacional e as possibilidades comunicacionais decorrentes, como tensionadoras de identidades circulantes, nas quais a abertura para o Outro, para a diferença, se realiza como parâmetro ético irrenunciável.

E, por fim, o artigo da doutoranda Maiara Raquel avança no amplo e espinhoso terreno da interpretação política, ao buscar compreender a importância da comunicação para se compreender a ascensão de Jair Bolsonaro à presidência da república do Brasil, no ano de 2018. A contribuição principal deste trabalho à busca coletiva que enfeixa esta obra, identifico-a na apresentação do fenômeno da polarização política, característica desse período eleitoral e das lutas políticas decorrentes, como um espelho da tensão entre comunicabilidade e incomunicabilidade. A localização do objeto da ciência

da comunicação no interior dessa tensionalidade é um dos projetos que temos levado adiante, nos últimos estudos que temos feito.

O quarto bloco enfeixa dois trabalhos que se debruçam sobre o jornalismo, como dispositivo comunicacional. O primeiro, da doutoranda Alessandra Curado, concentra-se na questão da história da imprensa, não sem antes buscar estabelecer uma visão comunicacional da História, definida como um produto comunicacional narrativo do passado relevante. Sendo comunicacional, a discursividade histórica conta com o jornalismo para se construir. Segundo a autora, o jornalismo de cada época realiza a comunicação dos sentidos do tempo e, simultaneamente, o preserva para que os ciclos comunicativos do conhecimento possam ser reiterados e ressignificados. A História é, pois, comunicação sobre comunicação.

Escapando, neste caso, de uma abordagem meramente ensaística, Alessandra Curado recorre, ainda, a estudos empíricos que procedeu sobre a Matutina Meiapontense, o primeiro dos jornais em circulação no estado de Goiás. Ao abordar essa publicação em seu contexto, destacando o debate do antilusitanismo ou da lusofobia predominantes à época, a autora termina efetuando um interessante estudo dos modos de circulação dos sentidos históricos, dentro dos processos comunicacionais acionados pelo jornalismo.

O segundo texto deste bloco, de autoria da doutoranda Luana Silva Borges, empreende uma análise sobre o gênero literário do jornalismo, na perspectiva da epistemologia da comunicação, concluindo que o jornalismo literário é “muito mais comunicacional” do que o jornalismo diário de fatos e dados. A âncora conceitual é próxima da noção de comunicação formulada pela Nova Teoria, de Ciro Marcondes Filho, para a qual a comunicação se define pela circulação de sen-

tidos que se dá no “entre” e produz transformação. Por ser avesso à descartabilidade e à trivialidade instrumentalizante, a comunicabilidade do jornalismo literário se mostraria mais provável e significativa.

As ricas abordagens dos textos que enfeixam esta obra se completam nos três textos que integram a última parte deste livro, que se dedica a pensar a comunicação na perspectiva da produção audiovisual, inclusive da televisão e do telejornalismo.

O trabalho da doutoranda Luciana Serenini é iluminador da tensão sobre comunicabilidade e incomunicabilidade (já abordada em outro texto, neste livro), num viés bastante interessante: a da relação entre a economia criativa e a produção audiovisual, numa abordagem em que a fundamentação empírica se ancora no seriado global Aruanas. A autora tensiona a questão da crítica do consumo, cujo debate prospera comunicacionalmente, e a natureza estratégica dos produtos midiáticos, em sua incomunicabilidade em perspectiva habermasiana. Interessante observar que o próprio conceito de “economia criativa” encerra, nos seus termos, essa tensionalidade.

Da doutoranda Kamyla Faria Maia temos a tematização desta mesma tensão – a da comunicabilidade e a incomunicabilidade – no âmbito das TVs públicas e universitárias. A dialética comunicacional dessas organizações não é nova, pois opera entre a comunicabilidade das operações democráticas de funcionamento, derivadas do comprometimento público de suas práticas televisivas, e a incomunicabilidade da desistência da disputa pela audiência como parâmetro definidor.

Muito rico, o texto levanta, ainda, outra dualidade em dois regimes de tensão que estabelecem conflitualidades simultâneas: a da comunicabilidade da fala da instituição midiática, cuja natureza unidirecional tende a prosperar pelo silêncio ou a incomunicabilidade da sociedade, e a incomunicabilidade

do silenciar-se para permitir a comunicabilidade do “deixar falar o outro”. Tais tensões multiplicadas, se bem submetidas à análise percutiente, permitem entrever a complexidade da comunicação em suas diferentes modalidades.

E, por fim, o derradeiro texto, de autoria da doutoranda Bernadete Coelho de Sousa, dialoga com diferentes perspectivas abordadas nesta obra. Ao tematizar o jornalismo comunitário, evidencia possibilidades analíticas tanto no plano da epistemologia da comunicação, quanto no das análises políticas pelo viés da cidadania, contemplando a realização televisiva como parâmetro empírico pertinente.

Por este escorço sintético, temos a dimensão plural e, ao mesmo tempo, unificada dos esforços que resultaram na organização desta obra. A busca pelo objeto específico da ciência da comunicação caminha por diversas trilhas e percorre inúmeras direções, mas as contribuições conceituais e epistemológicas podem ser percebidas como complementares entre si, mais do que conflitivas.

Talvez possamos sintetizar em dois, os efeitos conclusivos até então presentes na combinação das diferentes contribuições apresentadas.

Primeiro, a ideia de que há um comunicacional amplo, generalizado, que não se conforma às fronteiras das atividades profissionais ou às tecnologias, instrumentalidades ou instituições que historicamente foram apropriadas como tipicamente da comunicação. Mídias, ferramentas e atividades específicas, para as quais a formação técnica ou acadêmica é indispesável, institucionalizaram e tornaram especialistas os conhecimentos e habilidades da troca simbólica humana ou até do registro e da comprehensibilidade do sentido do mundo, mas, com certeza, a julgar pela reflexão aqui enfeixada, não têm o condão de restringir a comunicação em seu interior.

Qualquer seja a definição assumida ou a teorização acionada, a comunicação apresenta-se como um anterior, como em Braga, ou um ápice, como em Marcondes Filho, ou como um constitutivo da experiência, como em Rodrigues, compartilhado pela Humanidade e fundamento ontológico e ético do próprio humano enquanto tal.

E, por fim, sendo assim, é a comunicação um específico da experiência geral, e, por isso, um universal que emerge como fenômeno que articula as relações sociais. Os esforços ensaísticos ou empíricos de pesquisa que assumirem essa pressuposição apontarão provavelmente para uma teorização que, a cada passo, tenderá a ser descritiva das condições em que isso acontece; analítica das consequências disso para a articulação dos indivíduos e das instituições, isto é, da cultura, da política e da história; e, evidentemente, crítica dos processos que estruturam as realidades conflitivas da sociedade e sua ética profunda.

São especificamente comunicacionais os modos como são configuradas as dialécticas da experiência humana: as instituições e processos, as identidades e diferenças, os direitos e sua negação, a fala e o silêncio, o eu e o outro...

Se o conjunto de contribuições que esta obra encerra forem capazes de conduzir algumas reflexões produtivas no sentido dessas tensionalidades, estaremos satisfeitos com os resultados. Pois a teorização de um objeto tão complexo e universal, ao mesmo tempo que performático e efêmero, não tem como ser teórica ou epistemologicamente finalizado, já que o seu próprio conhecimento é também comunicacionalmente construído e sempre refeito.

Goiânia, 04 de janeiro de 2021

PARTE I

DA ESPECIFICIDADE DO OBJETO DA
COMUNICAÇÃO

O olhar como comunidade sensitiva

Imersão, espelho e terceira figura no processo comunicacional do olhar no face a face

Ciro Marcondes Filho

De repente, um grupo de estudantes universitários resolve repetir a performance de Marina Abramovic e praticar, por alguns minutos, o olho no olho da experiência comunicacional. Constatam não apenas que se abre uma janela na interioridade do outro mas também veem nisso o reflexo de si mesmos, assim como a irrupção de uma terceira figura na performance. Constatam que o outro é um ser complexo e perigoso, um fantasma, mas que é preciso encarar porque, afinal de contas, estar só ou fechar-se à existência do outro é estar morto por dentro.

“Por que somos obrigados a estar sempre ativos, fazendo coisas?” pergunta Wally, em conversa com André num restaurante nova-iorquino. “Ora, diz o outro, ficar fazendo coisas é estar morto por dentro...” E o diálogo segue pelos caminhos do voltar-se para o outro, olhá-lo, ouvi-lo, em suma, dedicar-se por algum tempo àquele ou àquela que está diante de nós, o que parece ser, em nossa sociedade extremamente tecnologizada, algo impossível, “assustador”, como diz Wally. De fato, comenta André, há boas razões para se ficar assustado: “O ser humano é uma criatura complexa e perigosa”.

- Claro, é um problema, porque quanto mais perto você chegar do outro ser humano, mais completamente misteriosa e inatingível aquela pessoa se torna. Tem de estender a mão, tem de lidar com ela,

tem de se relacionar, mesmo assim você está se relacionando com um fantasma. Não sei. Porque todos somos fantasmas. Somos espectros. Quem somos? Isto é enfrentar, confrontar o fato de que se está sozinho. Aceitar que está só é aceitar a morte... ”¹

Começar a viver cada momento, completa ele, já é um grande desafio: “Se você consegue entrar em contato com outra pessoa, acho que é um bom motivo para se empenhar...”

Nós não nos perguntamos o que nos faz nos desviarmos do contato, da aproximação, da dedicação a outro ser humano e preferimos, ao contrário, as formas de evitá-lo, seja voltando-nos ao celular, tornando o outro invisível, desviando nosso olhar. Porque olhar nos olhos do outro pode nos revelar muitas coisas, inclusive aquilo que não desejávamos. No filme *Waking Life*, há um diálogo nessa direção:

O que se pode dizer “sagrado”? Se eu fosse olhar para você e quisesse fazer você ficar sagrado, bastava parar de falar, parar no momento, no momento sagrado, e ficar olhando pra você, percebendo seu olhar, chorando, sentindo tudo... Isso poderia ser desagradável para você, você ficaria sem graça, mas você poderia também rir, por que só chorar?²

Estamos aqui diante do problema da incomunicabilidade, do dilema de dispor de um verdadeiro arsenal de equipamentos tecnológicos que nos afastam do outro ou, pelo menos, contribuem para esse afastamento. A questão é: que mistérios envolve a aproximação de seres humanos? Por que pessoas se usam de variadas estratégias para não ver o outro, não senti-lo, não romper as barreiras que facilitariam o entendimento, a compreensão, a comunicação profunda?

1 Filme *Meu jantar com André*, Louis Malle, 1981.

2 Filme *Waking Life*, Richard Linklater, 2001.

Esse dilema envolve certamente uma grande quantidade de pessoas, quase todos. Fugimos da troca, do contato mais próximo, da abertura ao outro, possivelmente porque a civilização tenha se tornado mais frágil, mais insegura, mais temerosa de suas próprias possibilidades. Não se sabe.

II.

Na primavera de 2018, um grupo de estudantes da Escola de Comunicações e Artes da USP resolveu repetir a performance de Marina Abramovic, de dispor simplesmente duas cadeiras, sentar-se por alguns minutos diante do outro e ficar encarando a pessoa que se colocasse à frente dela. Eles o fizeram no Centro de Vivência da faculdade, bem como no Centro Cultural São Paulo, próximo à estação Vergueiro do metrô. Uma placa “Sente e olhe nos meus olhos” advertia os passantes de que poderiam, por um pequeno período de tempo, sair de sua alienação e participar desse experimento singular: olhar nos olhos do outro (MASSA *et al.*, 2018).

O primeiro estudante já sentiu, logo no início, que não poderia prestar-se a isso. Manter o contato visual seria algo muito difícil. Contudo, durante a performance, logo se deu conta de que o contato visual era algo importante, pois, como constatou, conseguia passar informações sobre o interlocutor e poderia influenciá-lo.

Às vezes, esse contato visual só se impunha com o silêncio entre os participantes, mas, mesmo esses ficavam logo incomodados e reiniciavam a conversa.

Um olhar tinha a capacidade de mostrar coisas que horas de fala não demons- travam, de abrir uma janela dentro de uma pessoa e mostrar seus sentimentos. O olhar passava aquilo que não podia ser escondido, evitado (MASSA, 2018, p. 5).

O segundo estudante, uma jovem, logo de início depara-se com a pergunta do participante: “o que você quer que eu faça?” Naturalmente, ela não esperava nada dele e talvez isso tenha sido o que mais a incomodou:

Eu não esperava nada dele, não esperava que ele puxasse assunto, mantivesse o olhar, começasse a rir ou chorar e nem esperava que a experiência fosse superficial ou profunda. Eu apenas estava lá, não esperando nada (SCOFIELD, 2018, p. 6).

Evidentemente, o que é mais intrigante é estar numa situação em que não há uma demanda específica de resposta e a dificuldade que a pessoa tem de se relacionar quando “precisa sair do papel”. Wally comenta que nos dramas por que passamos na vida não ousamos perguntar a nossos amigos se passaram por dramas iguais, ao que André responde: “Será pedir-lhes para sair do papel...”. E Wally comenta:

Nossas mentes estão enfocadas em planos e metas que não são a realidade. É ridículo que todo mundo tenha de ter uma meta na vida... A vida torna-se um hábito... então você não está vivendo... (MALLE, 1981).

A jovem, ao longo da performance, já começa a descobrir uma nova dimensão do relacionamento humano, que até então lhe parecia ser sonegada.

Comecei a pensar sobre o indivíduo que estava na minha frente, a vê-lo como humano, com o ser singular que sei que era – porque todos somos. E então percebi um pouco de todos à minha volta, todos os humanos singulares e únicos que me rodeavam e que eu sentia tão pouco. Talvez devesse sentir mais as pessoas. (SCOFIELD, 2018, p. 7).

De fato, estar diante de outra pessoa, dedicar um tempo seu e dela para que se apreciem, sem qualquer outra intenção, nos faz, talvez pela primeira vez, começar a adentrar esse universo obscuro mas fascinante, que é o mistério do outro, desse outro como “fantasma”, como diz André. E era isso que começava a acontecer com ela.

Mais à frente, a mesma jovem permanece longos minutos sem qualquer troca de falas diante de uma nova pessoa.

Começou tudo bem mais fácil, mas, ao longo do tempo, foi ficando cada vez mais difícil. Não sei por que, mas meu coração foi ficando muito apertado, talvez mesmo angustiado ao longo do tempo. Achei que isso podia estar acontecendo porque eu sentia que partes que eu não gostaria que fossem reveladas estivessem saindo de mim e sendo contadas a ele, sem minha permissão. (SCOFIELD, 2018, p. 8).

Em verdade, ao pensarmos que estamos adentrando o universo do outro, seus mistérios e seus segredos, não nos damos conta – pelo que se observou – que nos expomos nós também, abrimos nossa caixa de surpresas, a mostrarmos ao outro... Por isso, nossa mente vai acabar se utilizando de estratégias para bloquear certos acessos.

Em determinado momento, uma pergunta começou a vir, de forma recorrente em minha mente: quem é ele, quem sou eu? Como ele me vê, como eu o vejo? Como deveríamos nos ver O que ele pensa de quem eu sou e o que ele pensa de quem ele é? Comecei a pensar, a refletir sobre a necessidade de obter respostas tão claras e uma de minhas conclusões foi que, ao colocar a mente para trabalhar, eu evitava outros assuntos internos que poderiam surgir. A racionalização da experiência estava servindo como uma forma de fuga, de não sentir aquilo que eu não gostaria. Não era mais uma questão de não

querer mostrar algo em mim, era uma questão de não querer, eu mesma, ver algo em mim. Eu não sei o que, mas imagino que seja algo que me incomode muito. (SCOFIELD, 2018, p. 8).

Aqui, portanto, não se trata apenas de constatar que seu espaço de mistério está sendo devassado. A si mesma havia, sem dúvida, questões não resolvidas que ela evitaria, em qualquer caso, remexer. Talvez mesmo seja essa dimensão obscura daquilo que segredamos e que não expomos em sociedade, isso tudo estaria agora sendo vasculhado pelo participante que agora se sentava diante dela.

Ao longo da conversa, foi parecendo cada vez mais difícil olhar nos olhos daquele que conversava comigo. Em alguns momentos, eu me sentia como se estivéssemos passando por várias camadas de nós, cada vez mais profundas, e encarar isso ia ficando cada vez mais difícil. (SCOFIELD, 2018, p. 10).

O terceiro estudante, também uma jovem, foi a pessoa que formulou de maneira bastante expressiva o fato de “sentir a energia” daqueles momentos passados com os voluntários do experimento, que se dispunham a sentar-se diante dos estudantes e realizar essa empreitada metafísica, a de adentrar o outro através do olhar contínuo.

Ao fim da primeira sequência de pessoas, me senti abalada. Entorpecida. Era como se algo tivesse me tirado do meu estado natural. É intenso. A sensação assemelhava-se muito à que se tem depois de andar de montanha russa. (CORRÊA, 2018, p. 13).

Olhar o outro intensamente pode conduzir a senti-lo de forma diferente e mais profunda, pode nos revelar fatos de nós mesmos que preferíamos deixar guardados, mas também funcionar como espelho de nosso próprio Ser.

Sentei-me frente a ele e, por alguns instantes, houve uma conexão muito intensa, mas que, com o tempo, foi passando. (...) Continuei olhando nos olhos dele e, de tanto olhar, como quando se repete uma palavra muitas vezes, aquilo perdeu o sentido. Olhava e não via nada até que, em certo momento, encontrei meu reflexo ali. Literalmente. Era confortável olhar para aquele reflexo. Naquele momento, sentia que não mais estava olhando para ele, nem para mim, mas para uma figura terceira a nós. (CORRÊA, 2018, p. 13-14).

O que seria essa terceira figura? Um ser obscuro e estranho a ambos os participantes e que ao mesmo tempo que assustava, abria ainda mais a curiosidade. Algo semelhante ao que tinha acontecido com Laura Scofield, passava-se agora com Mariah.

A constatação do ocorrido gerou uma epifania em forma de questionamento: o nervosismo inicial vinha realmente do medo de que o outro nos visse? Ou vinha, de fato, do medo de que, por meio do olhar do outro, víssemos a nós mesmos? Nos conhecêssemos? (Nos reconhecêssemos?). (CORRÊA, 2018, p. 14).

Ela sentia a energia que ficava no ar quando partia a pessoa que estava na sua frente, esse tipo de intensidade que – ao que tudo indica - era como entrar numa situação de transe. Mais do que isso, a “figura terceira” retomava a metáfora das várias camadas, cada vez mais profundas de Scofield, a fazia se inundar e tremer, quase mística, por ter atingido, com o experimento, dimensões até então desconhecidas e fascinantes.

Um garoto que observava sentou-se. A energia deixada pela menina – é possível falar em energia? – continuava ali. Ficamos em silêncio durante todo o tempo, e, de fato, senti uma soma daquela experiência com a anterior. Senti que estava, enfim, em

contato comigo mesma – por meio dele? – mais do que estava em contato diretamente com ele. Houve ainda a transmissão de algo, e quando ele saiu dali, espontaneamente, eu estava completamente inundada. Logo em seguida, eu disse em gravação de áudio: Estou me sentindo como já me senti poucas vezes na vida. Acabei de respirar fundo, e parece que a energia – energia? – se dissipou um pouco. Estou tremendo muito. A sensação é a mesma que eu já tive uma vez, enquanto meditava; a única vez em que eu senti que a meditação havia dado certo. É uma sensação muito, muito, muito intensa, de ter acessado algo que vai muito além da conversa com palavras. (CORRÊA, 2018, p. 15).

III.

Talvez seja isso o que o filósofo Martin Heidegger quis expressar com seu conceito de acontecimento (*Ereignis*). A partir dessa palavra, o exercício filológico do pensador alemão extrai vários significados. Por um lado, ela deriva do verbo *eignen*, que significa pertencer a alguém. Por outro, além de acontecer, o verbo que dizer apoderar-se de, apropriar-se de alguma coisa. Por último, Heidegger diz que o verbo *eignen* vem de *äugnen*, vinculado a *Auge* (o olho), que significa descobrir com o olhar (INWOOD, 2002, p. 2).

Por isso, a sensação de Scofield, de que o experimento tenha gerado nela uma epifania em forma de questionamento, o de que o nervosismo inicial teria vindo do medo de que o outro a visse, a desvendasse.

Mas isso ainda é pouco. Buscando uma síntese entre o pensamento heideggeriano e o de Husserl, é Emmanuel Lévinas quem avançará mais na fenomenologia do olhar, na forma como os estudantes o sentiram aqui. Sabemos que este pensador acompanha o desenvolvimento da ontologia do Ser em

Heidegger, partindo do conceito do existir (enquanto verbo, apenas movimento), do ser-atirado-no-mundo, e que, na sequência, esse mesmo ente busque sua afirmação na realização de um existente (um substantivo) saindo do mundo dos entes em direção à facticidade, que seria a realização deste no momento e no cenário em que vive, buscando sua afirmação, passo esse denominado *hipóstase*. Ocorre que em Heidegger, em seguida, num terceiro momento, este ente sai para fora de si em busca daquilo que ainda não é, em busca da essência em que o homem se coloca na posição de pastorear o Ser e isso seria possível quando se coloca diante de sua própria finitude enquanto ser-para-a-morte. Não obstante, esse terceiro passo não é acompanhado por Lévinas, que troca o “estar-junto” heideggeriano (*Miteinandersein*) por outro desdobra-mento, de caráter ético, espécie de “estar-de-frente-para-o-outro” e encontrar aí o sentido de sua própria existência.

E nisso encontramos uma apropriação filosófica do olhar do outro na experiência da face desse outro. Lévinas fala de uma comunidade sensitiva, que funda a intersubjetividade e está lá para sustentar o ato de se colocar no lugar do outro para melhor compreender as ações e sentimentos (*intropatia*) da comunicação intelectual. Segundo ele, chega-se ao outro de uma forma diferente da convencional, independentemente de qualquer valor prévio, apenas pela “gnose do tocar ou ver”, sejam eles o olhar ou o contato de pele.

O rosto, aquele que me olha, é em verdade incapazável pela técnica; seu ato de olhar é como “um tiro à queima-roupa”, que me solicita e me exige.
(LÉVINAS, 1995, p. 44-45).

Ao me deparar com o outro, eu fixo seu rosto, eu persigo seu olhar, eu esquadinho os movimentos de seu rosto e de seu corpo, sinto as palpitações, os sinais de tensão, nervosismo,

insegurança, em suma, eu dispo o outro, entro em contato com sinais e expressões que dizem mais que as palavras, não raro, as desmentem.

Exposição extrema – antes de tudo, a forma de olhar humana – como um tiro à queima-roupa é, para Lévinas, a extradição daquele que estava cercado e encurrulado – encurrulado antes de qualquer cerco e antes de qualquer batida. Rosto em sua honestidade do face a face..., honestidade da exposição à morte invisível, a um misterioso isolamento. Mortalidade – além da visibilidade do desvelado – e, antes de tudo, saber sobre a morte. (LÉVINAS, 1995, p. 45). Retornamos, com isso, à conversa entre Wally e André: *aceitar que está só é aceitar a morte*.

José Gil também se ocupa com o olhar mas numa perspectiva antes deleuziana: “Olho nos olhos de uma pessoa; não vejo nela nenhum objeto mas exatamente seu próprio olhar, e é esse algo “sem-fundo”, ilimitado, um vazio, um verdadeiro buraco que me abocanha” (GIL, 2005, p. 48-49). Nossos estudantes constataram isso sem terem lido Gil. O interessante é que este pensador vai mais a fundo na leitura dos olhos do outro e se dá conta de que não é nos olhos que está a chave para a decifração dos sentimentos e das astúcias do outro, mas no *espaço intersticial*.

Nosso olhar não vê a estrutura de seus traços visíveis mas o espaço intersticial que os liga, quer dizer, vemos o “entre”. (...) a ligação invisível entre eles e é assim que identificamos, por exemplo, que uma expressão facial é hipócrita. (...) Mas, como olhar é “dizer coisas” sem nomeá-las, constrói-se aí um continuum silencioso de sentido. (GIL, 2005, idem).

Pelos olhos do outro invado seu mundo. Não há como ele deter minha incursão, já que mesmo desviando o olhar, fechando os olhos, eu o vejo e essa janela devassada me revela sem palavras sua interioridade única, capturável apenas pela

intuição sensível, pelas normas não linguísticas de minha observação. É um tipo de *punctum* que me fere, me trespassa, me tira do sério.

Schopenhauer dizia em sua *Quadrupla raiz da razão suficiente* que olhar é uma forma de tocar o outro. Mas não é só isso. Isso pode ocorrer nos olhares de censura e de punição, no olhar que despe, no olhar ferino. Talvez, também, no olhar de mãe, no olhar acolhedor, carinhoso. Mas há tantos outros olhares: o olhar do curioso, do contemplativo, o olhar triunfante, o olhar do sedutor; o olhar clínico, o olhar acadêmico. LÉVINAS fala que o olhar do outro realiza o bíblico “Não matarás!”: enquanto seus olhos me olham não serei capaz de fuzilá-lo... Os tiranos não olham o rosto de suas vítimas.

De fato, como comenta Günther Anders, há olhares que são observadores, inquiridores, contempladores, curiosos (*Blick-Augen*), mas há também olhares que são como fontes onde nos atiramos (*Brunnen-Augen*), (ANDERS, 1948, p. 70) . Introduzir-se no outro, envolver-se com ele, constata finalmente Anders, só é possível aos humanos, só se dá quando a comunicação é sustentada por outra relação “mais básica”, como amor e ódio. Um olhar pode ser tanto contemplação como fonte de imersão, ambos não concorrem entre si (p. 58).

E nos casos estudados, olhar nos olhos do outro é viajar...

Eu não olho mais nos olhos da mulher que tenho em meus braços, mas os atravesso nadando, cabeça, braços, pernas por inteiro, e vejo que por detrás das órbitas desses olhos se estende um mundo inexplicado, mundo de coisas futuras, e desse mundo toda lógica está ausente. (MILLER, 1946, p. 177-179).

IV.

O filósofo Jean-Paul Sartre dedicou algumas páginas de seu *O ser e o nada* à questão do olhar. Pelo olhar, segundo ele, eu posso me tornar um objeto para o outro. O outro tem sua liberdade e isso para mim fica claro pela determinação inquietante de Ser que sou para ele; ele é o limite da minha liberdade (SANTOS, 2010). Sartre diz que tal Ser me é dado “como um fardo que carrego sem que eu jamais possa virar o rosto para conhecê-lo” (idem). Assim, o olhar não é neutro, ele me avalia e me atribui julgamentos de valores que são, ao mesmo tempo, verdadeiros e falsos, e por isso outrem me constitui através de seu olhar. (DAMÁSIO, 2011).

Quando fixo meu olhar sobre outrem eu o concebo, por probabilidade, em um contexto, ele se refere a mim mesmo e a alguma outra coisa além dele próprio (o local onde se encontra). Isto o faz sujeito, além de sua objetividade. Quando sou olhado, é minha objetividade que prevalece. Ser uma coisa para o outrem, ou seja, para aquele que me olha, é a anulação da minha liberdade, porque outrem me envolve com seu olhar e me revela o meu ser-objeto (DAMÁSIO, 2011).

Isso quer dizer que já não sou o dono da situação. Não obstante, como visto acima, assim como o outro me reduz a objeto, eu também posso reduzi-lo à condição de objeto.

(...) na medida em que tomo consciência (de) mim como uma de minhas livres possibilidades, e me projeto rumo a mim mesmo para realizar esta ipseidade, eis-me responsável pela existência do outro: sou eu, pela afirmação de minha livre espontaneidade que faço com que haja um outro, e não simplesmente uma remissão infinita da consciência a si mesmo. (SANTOS, 2010).

Para Sartre, o olhar, portanto, não é simplesmente a convergência de glóbulos oculares; mais do que isso, ele é manifestação de tudo que o lembre: barulho de passos, ranger de portas, etc., e quando percebemos o olhar deixamos de perceber os olhos (DAMÁSIO, 2011). Dito de outra maneira, o olhar não tem a primazia. Todo olhar se manifesta, diz Ribeiro interpretando o filósofo, em conexão com o aparecimento de uma forma sensível em nosso campo de percepção mas não se prende a nenhuma forma determinada (RIBEIRO, 2012).

A convergência de dois glóbulos oculares – que é, afinal de contas, o que nos interessa aqui – é, para Sartre a ocorrência mais frequente mas outras coisas também representam os olhos e se prestam a suportar a função do olhar (RIBEIRO, 2012).

Para o combatente que se esgueira entre arbustos no campo de batalha, a casa de fazenda no alto da colina é o ponto de origem do olhar que ele procura evitar (SARTRE, 1966, p. 310). Sartre esclarece, no entanto, que a casa em questão não é o olhar propriamente; ela apenas representa os olhos, pois estes não são, no primeiro momento, apreendidos como órgãos sensíveis da visão, mas como suportes do olhar. Desta maneira, essa casa nunca se refere aos olhos concretos do inimigo que ali se encontra, uma vez que ela mesma já é olho.

Os olhos são, assim, suportes do olhar mas este não pode ser reduzido a uma qualidade entre outras do objeto que faz a função dos olhos, tampouco à forma total desse objeto, menos ainda a uma relação “mundana” que se estabelece entre o objeto e aquele que percebe o olhar (DAMÁSIO, 2012).

(...) ao contrário de ser percebido nos objetos que o manifestam, a apreensão do olhar que se dirige a alguém se faz sob a condição de uma destruição dos olhos de onde ele emana: quando se apreende o olhar,

cessa-se de ver os olhos; o olhar do outro esconde seus olhos, conclui Sartre (DAMÁSIO, 2012).

Damásio complementa que

A impossibilidade de que uma relação mundana se estabeleça entre o olhar e quem o percebe significa que o olhar do outro anula a distância que interpõe entre mim e as coisas. Essa distância existe quando vejo os olhos do outro, mas se perde quando apreendo seu olhar. De alguma forma sou transformado pelo olhar do outro, e tenho anulado meu poder de me distanciar do que me olha (DAMÁSIO, 2012).

A dimensão em que Sartre opera, como visto, é a da inter-subjetividade. Posso olhar um homem numa paisagem como figura meramente acessória e descartável; posso olhá-lo como algo vinculado a essa paisagem da qual ele não pode ser retirado mas com o qual não estabeleço nenhuma relação real, no caso, sendo objeto e sujeito ao mesmo tempo. Mas posso ainda considerar esse homem em relação a mim, quando ele me olha e passa de objeto a sujeito.

A questão é que sua argumentação não se centra no olhar propriamente dito mas na relação que o outro me impõe ou que eu imponho a ele. Por isso, talvez, Gilles Deleuze e Félix Guattari quando falam: “Olhe no meu rosto quando falo com você!” ou “Olhe bem para mim!” pretendam ir além da dimensão da subjetividade e da humanidade sartreana, avançando, muito mais, para os mistérios do olhar, submetidos, segundo eles, ao buraco negro e ao muro branco da rostidade (DELEUZE e GUATTARI, 1980, p. 206). Para estes autores, mães, policiais, professores usam-se de uma língua indexada em traços de rostidade específicos. São rostos que delimitam um campo que neutraliza expressões rebeldes e as faz sucumbir às significações estabelecidas. Olhar que despe, olhar de censura e de castigo, olhar da mãe punitiva de que falamos atrás.

Embora aproxime-se mais das constatações dos alunos a respeito do olhar, do olho no olho e seus mistérios, de seu “buraco negro”, não atingimos ainda a densidade teórica e especulativa para trabalhar o olhar enquanto comunicação plena e radical.

V.

O olho no olho praticado pelos estudantes mostrou que a performance vai muito mais além do mero observar o globo ocular daquele que se sentou em frente a você. Falou-se que ele abre uma janela dentro da pessoa; aquele ou aquela que se sentou na frente de nós adquiriu, a partir daí, o status de “humano”, como revelou Laura Scofield. Isto é, as pessoas que olhamos cotidianamente não são vistas como humanas mas como massa sem forma, conjunto inespecífico. É o que Heidegger chama de *man* (equivalente ao francês *on* ou ao português *se*): “na cotidianeidade, ninguém é si mesmo. O que ele é e como ele é, é ninguém: nenhum e ainda assim todos juntos um com o outro”. (INWOOD, 2002, p. 96).

Segundo Inwood, na mesma página, sempre percebemos o que os outros estão fazendo e como eles o estão fazendo. Por isso, o que fazemos e como o fazemos determina-se principalmente pelos outros – não outros definidos, mas outros anônimos: “Sensímos prazer e nos divertimos à medida que o impessoal sente prazer; lemos, vemos e julgamos a arte e a literatura como o impessoal vê e julga”. (HEIDEGGER, 1927, p. 126).

Pois bem, o olhar heideggeriano como *acontecimento* – o outro me pertence, aproprio- me dele, o descubro - tem essa capacidade de revelar o humano embutido dentro desse outro. Falou-se, também, que não se vê apenas o outro mas também o próprio reflexo, permitindo um contato consigo mesmo às vezes mais do que um contato com esse outro. Espécie de

espelho involuntário, o observador enxerga no outro partes de si mesmo que pre-feriria não fossem reveladas. Nos vemos, nos conhecemos, nos reconhecemos, diz Mariah Corrêa. É o ato de extraditar algo que estava encurrulado, o buraco negro da rostidade, das “expressões rebeldes”, de Deleuze e Guattari. Ou aquele buraco que abocanha, nas palavras de José Gil.

Além dessas duas constatações, Mariah Corrêa identifica algo mais: uma terceira figura, nos revelando que há uma dimensão que escapa da janela para o outro. Por isso, talvez, tenha se sentido entorpecida, abalada. Ela vivenciou um choque que a tirou da impessoalidade do “fazermos e agirmos como os outros” e provocou nela algo como *a comunicação*.

Sim porque quando Laura Scofield constata que precisa sentir mais as pessoas é porque operou-se aí uma advertência vinda do próprio exercício do olho no olho. E o que é a comunicação senão exatamente esse fato que nos surpreende, nos choca, nos incomoda e nos faz pensar, *nos força a pensar?*

VI.

Nosso ensaio iniciou-se com a dialética do estar-sempre-ocupado, o *horror vacui* que nos retira do mundo real e nos faz meter cabeça, corpo e pensamento em distrações contínuas, em dispersões obsessivas, em um comportamento de fazer muitas coisas ao mesmo tempo e de nunca estar exatamente naquele lugar. Estar só é aceitar a morte, diz o diálogo do filme *André*. Porque estamos mortos por dentro, comenta ele.

O rosto, nossa face denunciadora e sua honestidade, expõe exatamente essa “morte invisível”, de que também falava Lévinas. E sua filosofia busca exatamente a ruptura desse ser dispersivo, que se acha suficiente a si mesmo, um ser que se não “se despossuir” jamais poderá chegar à comunicação.

Quando Lévinas diz que “comunico-me só se me despossuir” (LÉVINAS, 1954, p. 50), o Eu desaparece e instala-se um *acontecimento* (um *Geschehen*), um choque, como o que sentiu Mariah Corrêa. Meu interlocutor passa a ser alguém independente de qualquer movimento subjetivo, ele é estranho a mim mas é alguém que se põe diante de mim. Dessa maneira, essa comunicação ocorrida traduz-se, para Lévinas, como “substituição”: a substituição como uma relação de um ao Outro e do Outro ao um, sem que as duas relações tenham o mesmo sentido. Trata-se, sublinha ele, da *minha* substituição, e é, enquanto *minha*, que a substituição se produz no próximo. Por isso, é em mim e não no outro, em mim e não na individuação de um conceito que se abre a comunicação (LÉVINAS, 1967, p. 200).

Despossuir-se, esvaziar-se de si mesmo é condição para a abertura para a alteridade, condição, portanto, para a efetivação da comunicação. Como diz Emmanuel Lévinas, o pensamento do homem começa com a possibilidade de conceber uma liberdade exterior à sua: pensar uma liberdade exterior à sua é seu primeiro pensamento. Isso marca, segundo ele, a própria presença da pessoa no mundo. E essa presença torna-se evidente no rosto do outro. O eu desaparece, contrai-se, “imola-se”, podendo surgir daí a comunicação e a transcendência com o outro. A transcendência, em Lévinas, está em não buscar a certeza ou a coincidência consigo mesmo. (LÉVINAS, 1967, p. 188).

E não apenas isso. Uma terceira categoria surge dessa relação com o outro. Eu não estou apenas relacionando-me com um interlocutor que é, para mim, presença dessa alteridade, mas com uma dimensão outra da relação, que ele chama de *feminino*, que, para Lévinas funda o próprio conceito de alteridade. Em termos abstratos, feminino é essa instância que me acolhe em casa (LÉVINAS, 1961, p. 152), ou seja, não é a mulher empírica. Trata-se do gesto de acolhimento e de

hospitalidade que atinge uma radicalidade essencial profunda e “meta-empírica que leva em conta a diferença sexual numa ética emancipada da ontologia” (LÉVINAS, 1997, p. 60).

Em outro momento, o diálogo do filme *André* expressa que o ser humano é complexo e perigoso e que relacionar-se com ele é envolver-se com um fantasma, que todos nós somos fantasmas. Quando revolvemos as “várias camadas de nós” (SCOFIELD) surgem essas dimensões recaladas, pressionadas que sempre ficaram por ato de um psiquismo continuamente na defensiva.

Mas elas não escondem nada. Não precisamos falar, nosso rosto e nossos olhos traem intenções escusas e isso não se revela neles mesmos mas exatamente nos brancos da linguagem, nos interstícios de José Gil, aqueles que denunciam no rosto do outro a expressão de sua hipocrisia. E o contínuo silencioso de sentido, do qual ele fala, fecha, de certa forma, a fenomenologia do olhar, inserindo o não declarado, o sutil, discreto mas perceptível de uma comunicação que não pretendia expor-se, mostrar-se.

João Pedro Massa percebeu que o olhar passava aquilo que não podia ser escondido, evitado, o buraco negro de nossa mais pura sinceridade sendo trazido à luz na prática de um exercício de permanecer olho no olho aguardando o que pode acontecer. Não se sabe. Quando Laura Scofield ouve de seu interlocutor: “o que você espera que eu faça?”, ela não esperava nada, nem que ele puxasse assunto, mantivesse o olhar, começasse a rir ou chorar, nem mesmo que a experiência fosse superficial ou profunda. Ela apenas estava lá, não esperando nada, expectativa do que viesse e o que veio – a ela e aos demais – foi uma surpresa que os elevou a um estado de transe e troca de energias que, em outras circunstâncias, dificilmente seria conseguido.

Referências

- ANDERS, Günther. **Liebe gestern:** Notizen zur Geschichte des Fühlens. Munique: Beck, 1997.
- DAMÁSIO, Celuy Roberta Hundzinski. **O olhar segundo Sartre.** 2011. <https://www.monografias.com/pt/trabalhos-pdf902/o-olhar-sartre/o-olhar-sartre.shtml>
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mille Plateaux.** Paris, Gallimard, 1980.
- GIL, José (2005). **A imagem-nua e as pequenas percepções:** estética e metafenomenologia. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2005.
- HEIDEGGER, Martin. **Sein und Zeit.** Tübingen: Niemeyer, 1979.
- INWOOD, Michael (2002). **Dicionário Heidegger.** Rio de Janeiro, Zahar, 2002.
- LÉVINAS, Emmanuel. O eu da totalidade. In: LÉVINAS, Emmanuel. **Entre nós:** ensaios sobre a alteridade. Petrópolis: Vozes, 2005.
- LÉVINAS, Emmanuel. **Totalidade e infinito.** Lisboa: Edições 70, 2000.
- LÉVINAS, Emmanuel. La substitution. In: LÉVINAS, Emmanuel. **Autrement qu'être ou au-delà de l'essence.** s/l: Kluwer Academic, 1974.
- LÉVINAS, Emmanuel. **Alterité et transcendance.** Paris: Fata Morgana, 1995.
- LÉVINAS, Emmanuel. **Adeus a Emmanuel Lévinas.** São Paulo: Perspectiva, 2004.
- MALLE, Louis. **Meu jantar com André** (filme), 1981.
- MASSA, João Pedro M.; SCOFIELD, Laura Diniz; CORRÊA, Mariah Lollato. Através do olhar. In: **Festival Metapórico 9,** São Paulo: ECA-USP, Arquivos FiloCom, 2018.

MILLER, Henry. **Tropique du Capricorne**. Paris: Ed. du Chêne, 1946.

RIBEIRO, Paulo de Carvalho. A metafísica do olhar: breve interlocução com SARTRE, Jean Paul; MERLEAU-PONTY, Maurice; LACAN, Jacques. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*. Print version ISSN 1516-1498. **Ágora**. Rio de Janeiro, v. 15 n. 2, July/Dec. 2012 <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-14982012000200006>

SANTOS, Márcio dos. **O “olhar” na perspectiva do filósofo Jean-Paul Sartre**. Publicado em 22 de Outubro de 2010. <https://www.webartigos.com/artigos/o-olhar-na-perspectiva-do-filosofo-jean-paul-sartre/50111>. Acesso em: 8 jan. 2020.

SARTRE, Jean-Paul. **L’Être et le Néant**. Paris: Gallimard, 1966.

A comunicação como ciência básica tardia: uma hipótese para o debate¹

Luiz Signates

Afinal, não se escapa da prisão da disciplina saltando seus muros, mas derrubando seus falsos limites territoriais, sejam eles de natureza filosófica, epistemológica, metodológica e linguística ou simples convenções da prática acadêmica e burocrática. (JAYME PAVIANI, 1993)

A busca pela especificidade científica da comunicação tem a ver com várias dimensões da reflexão intelectual, pois percorre desde os problemas relacionados ao campo, discutíveis a partir de alguma sociologia da ciência, até as questões tipicamente epistemológicas, como aquelas que determinam o objeto e o método e configuram as delimitações conceituais e teóricas da área de conhecimento.

A problemática deste ensaio diz respeito a várias dessas abordagens, seja pelas origens da busca pelas respostas consistentes, seja pelas repercussões que envolvem as hipóteses colocadas em perspectiva. O questionamento em pauta pode ser sintetizado na seguinte pergunta-problema: Que tipo de ciência é (ou pode ser) a comunicação? E, a partir desta inda-

1 Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada ao Grupo de Trabalho Epistemologia da Comunicação do XXVI Encontro Anual da Compós, Faculdade Cásper Líbero, São Paulo-SP, 6 a 9 de junho de 2017; e em seguida publicada na Revista E-COMPÓS, Brasília, v. 21, p. 1-15, 2018.

gação central, aventa-se uma hipótese, a fim de colocá-la em discussão interpares: **Em vista de suas características teóricas e epistemológicas, bem como do contexto comunicacional contemporâneo, poderá a comunicação ser proposta como uma ciência básica tardia?**

Trata-se de um debate tipicamente epistemológico, no sentido que Samain (2001) empresta a esta palavra, ao pluralizar o vocábulo na forma do que ele denomina as “epistemologias locais”, definidas dentro de um espectro de discussão que não se limita ao debate típico da epistemologia, como parte da filosofia que estuda o conhecimento.

Não há dúvida de que a epistemologia ou a filosofia da ciência é a área dos estudos metateóricos sobre as questões específicas do conhecimento e de seus fundamentos, e faz parte do campo da filosofia, como uma de suas subdivisões, além dos estudos de ontologia e ética. Para Samain (2001), contudo, há no meio acadêmico uma impressionante multiplicidade de “epistemologias”, que não se resumem à filosofia das ciências específicas, mas também a toda sorte de busca por conhecimento com base em algum objeto teórico específico (assim, segundo o autor, há uma epistemologia da identidade, uma epistemologia do tempo etc.).

Esse uso liberal e mais genérico do termo epistemologia é, sem dúvida, o que tem sido utilizado como fundamento da ementa do GT “Epistemologia da Comunicação”, da Compós, desde que foi criado. É o que, entre outras conclusões, se pode constatar do estudo feito recentemente por Martino (2014) sobre os textos apresentados até hoje ao GT, os quais percorrem uma diversidade que vai desde o debate tipicamente epistemológico (as condições de construção do saber em comunicação), até o teórico (conceituação e delimitações do fenômeno comunicacional) e o sociológico (configurações do campo científico

da comunicação no Brasil). O que está em jogo no debate deste grupo na Compós parece ser não apenas o conhecimento da comunicação, mas também a afirmação da identidade do campo científico ante o quadro das ciências em geral.

A indagação sobre o “tipo de ciência” parece ser uma dessas que transita nos diferentes lugares epistêmicos. Trata-se de uma questão de ordem política, pois tem a ver com a colocação da comunicação no âmbito das ciências em geral e, nesse sentido, com as políticas de investimento para a pesquisa. É uma discussão teórica, uma vez que a definição tipológica tem a ver com a natureza específica do objeto, como se verá a seguir, ao longo do trabalho. E, por fim, tem sentido epistemológico, na medida em que se trata de discutir a racionalidade com a qual os pesquisadores da área definem e tratam o objeto da comunicação.

Para operacionalizar a discussão sobre essa temática, este trabalho efetua inicialmente um rápido estudo sobre a situação atual da comunicação no quadro das ciências em geral do Brasil, tomando como corpus o histórico da tabela de classificação das áreas do conhecimento, sustentada hoje pelo CNPq e a Capes. Em seguida, é feita a crítica do modo como a comunicação é referenciada nesse quadro e, a partir dos fundamentos desse questionamento, busca-se identificar um novo padrão, a partir do qual a comunicação pode ter alterado o seu status de ciência e reposicionar-se face aos avanços epistemológicos estabelecidos.

1. Comunicação como área do conhecimento

Toda classificação, por mais fundamentada, é sempre arbitrária, jamais absoluta e serve a propósitos vinculados aos que a constroem ou dela se utilizam. A classificação das ciências não é uma exceção.

As classificações científicas têm propósitos úteis, que as tornam, senão indispensáveis, ao menos necessárias. Rosely Souza sintetiza esse caráter de utilidade em duas características, referindo-se às tabelas de áreas do conhecimento, como a que temos no Brasil. “A classificação transforma impressões sensoriais isoladas e incoerentes em objetos reconhecíveis e padrões recorríveis” (SOUZA, 2004, p. 2). Assim, segundo a autora, a classificação científica opera como referência identitária aos grupos de conhecimento e os pesquisadores em geral e, além disso, torna possível a recuperação ou a localização temática, na medida em que serve à biblioteconomia em seus propósitos de organização da literatura científica. Nesse sentido, conforme a autora, “não há substituto à classificação” (SOUZA, 2004, p. 2).

A tabela brasileira de classificação das áreas do conhecimento declara, logo na apresentação, sua

finalidade prática, objetivando proporcionar às Instituições de ensino, pesquisa e inovação uma maneira ágil e funcional de sistematizar e prestar informações concernentes a projetos de pesquisa e recursos humanos aos órgãos gestores da área de ciência e tecnologia (CAPES, 2014).

Nesse caso, a finalidade prática compreende, ao mesmo tempo, a gestão e a avaliação das políticas públicas de ciência e tecnologia (político administrativo), a sistematização da informação científica (informacional remissivo) e a representação ou a caracterização dos objetos científicos do conhecimento (epistemológico) (SOUZA, 2004).

Contudo, o propósito de sistematização de dados não é suficiente para explicar sequer sua lógica, isto é, porque as ciências são ordenadas de uma e não de outra forma. Isso porque, sem dúvida, uma classificação constitui sobretudo uma decisão

política. As classificações e categorias constituem construtos sociais, que espelham as perspectivas e posições de poder dos que estão nelas envolvidos ou interessados (MATEUS, 2013). Será, contudo, Pierre Bourdieu quem melhor especificará a natureza política das técnicas e definições. Para o sociólogo francês, política e técnica são dimensões interdependentes.

Uma análise que tentasse isolar uma dimensão puramente ‘política’ nos conflitos pela dominação do campo científico seria tão falsa quanto o parti pris inverso, mais frequente, de somente considerar as determinações ‘puras’ e puramente intelectuais dos conflitos científicos (...). Reciprocamente, os conflitos epistemológicos são sempre, inseparavelmente, conflitos políticos; assim, uma pesquisa sobre o poder no campo científico poderia perfeitamente só comportar questões aparentemente epistemológicas (BOURDIEU, 1994, p. 124).

É nesse quadro complexo, de derivações epistemológicas e sociológicas, ao mesmo tempo, que se observa a condição do campo científico da comunicação no Brasil.

O reconhecimento da comunicação como campo científico é bastante recente no país. A classificação brasileira das áreas de conhecimento, até alguns anos atrás, era pautada no ordenamento das seções de comunicação da Reunião Anual da SBPC. A primeira vez que a temática da comunicação foi considerada nesse evento foi em 1976 (SOUZA, 2004, p. 12), presente na Seção 5, dedicada às Ciências do Homem, no item 5.7, relativo às “Artes e Comunicação”, e, da mesma forma, se repete na Reunião Anual de 1984. Será somente em 2001 que a SBPC distinguiu a comunicação como campo próprio, separando-o das artes.

A tabela CNPq/CAPES prosseguiu dentro dessa tradição de inclusão paulatina e estabeleceu a comunicação dentro

da Grande Área “Ciências Sociais Aplicadas” e no interior da Área de Avaliação “Ciências Sociais Aplicadas I”, na condição de Área do Conhecimento em identidade de valor com Museologia e Ciência da Informação.

As 13 subdivisões ou subáreas da comunicação constituem um ponto interessante de análise, para se avaliar o modo como a comunicação é percebida pela comunidade científica:

TEORIA DA COMUNICAÇÃO

JORNALISMO E EDITORAÇÃO

TEORIA E ÉTICA DO JORNALISMO

ORGANIZAÇÃO EDITORIAL DE JORNAIS

ORGANIZAÇÃO COMERCIAL DE JORNAIS

JORNALISMO ESPECIALIZADO (COMUNITÁRIO, RURAL, EMP. CIENTIF.)

RÁDIO E TELEVISÃO

RADIODIFUSÃO

VIDEODIFUSÃO

RELAÇÕES PÚBLICAS E PROPAGANDA

COMUNICAÇÃO VISUAL

PROGRAMAÇÃO VISUAL

DESENHO DE PRODUTO

Da análise circunstanciada dessa subdivisão, algumas características são dignas de nota:

- a. Trata-se de uma classificação que privilegia os aspectos técnico-profissionais da formação em comunicação, com elevado privilégio para as temáticas do jornalismo. Das 13 subáreas, cinco (38,5%) citam explicitamente o jornalismo, enquanto que formações profissionais distintas, como Relações Públicas e Publicidade encontram-se reunidas num único verbete, esta última sob a denominação de “propaganda”;
- b. A classificação demonstra ainda uma percepção prioritária da comunicação pela via das tecnologias implicadas nos meios

(impresso, subsumido nos jornais; rádio e televisão), o que implica não somente no tecnicismo que impera no senso comum, quanto no obnubilamento da comunicação como relação, como compartilhamento simbólico de sentidos, o que constitui no mínimo um anacronismo em relação ao pensamento científico produzido pela própria área há anos;

- c. Além disso, a classificação se fundamenta numa visão da comunicação como uma atividade de mercado, o que apareceu explícito em verbetes como “organização comercial de jornais” e “desenho de produto”, mas que se revela implícito em todo o modo de organização das categorias;
- d. E, por fim, restou claro que a possibilidade de apreensão da comunicação como área científica de estudos comparece minoritariamente e generalizada na palavra “teoria”, seja em “teoria da comunicação”, seja em “teoria e ética do jornalismo”.

Em síntese, a visão institucionalizada da comunicação é quase estritamente instrumental e mercadológica, ignorando praticamente toda a crítica teórica, filosófica e epistemológica, que vem sendo construída pelo campo, nas últimas décadas. Não abrange, essa percepção, sequer os avanços teóricos do conceito de comunicação construídos por outros campos em interface, como a sociologia (como em Thompson), a linguística (em suas várias abordagens, desde a teoria dos atos de fala até as análises conversacional e de discurso), a semiótica (como em Peirce ou Barthes), ou a filosofia social (como em Habermas e Luhmann).

As classificações científicas nem sempre funcionam. A que classifica a comunicação a cada dia deixa de fazer sentido, diante do avanço dos estudos teóricos e epistemológicos da comunicação. Eis porque o corolário dessa análise parece óbvio: a classificação das áreas do conhecimento no Brasil não percebe a comunicação como uma ciência e sim como habilidade ou, na melhor das hipóteses, como conhecimento aplicado (no

sentido de aplicação de conhecimentos múltiplos e pouco definidos e não de um saber autônomo levado à prática).

De sorte que sequer este trabalho teria um verbete onde pudesse ser acolhido, dentro da área, tendo, talvez, que ser acolhido em outra grande área, como, por exemplo, na Grande Área de “Ciências Humanas”, na Área da Filosofia, subárea “Epistemologia”, perdendo assim sua especificidade como um trabalho voltado para uma “epistemologia local” e não para a discussão fundamentadora da ciência e do pensamento, no plano filosófico. Alternativamente, poderia ser localizado na Área da Sociologia, dentro daquela mesma Grande Área, desta vez como “Sociologia do conhecimento”, enfrentando, contudo, a pesada controvérsia de não ser este artigo um trabalho sociológico. E assim por diante.

Evidentemente, esta é uma situação que tem fortes razões históricas. Em sua tese doutoral, Richard Romancini (2007) efetua extensa análise da classificação da Comunicação na tabela das áreas do conhecimento, pontuando inclusive as controvérsias estabelecidas dentro do próprio campo. Após admitir a “marca ‘habilitacional’ ou ‘profissionalizante’ dada aos estudos da área, no início, na medida em que as subáreas refletem cursos específicos de graduação”, este pesquisador relata as diferentes propostas discutidas e afinal enviadas ao CNPq. Destas, devido ao espaço possível para este trabalho, analisaremos apenas duas.

A primeira classificação destacada é a que Romancini (2007, p. 193) denomina a Classificação de Lopes, Braga e Samain,² formulada no âmbito da Compós, cuja conformação alteraria completamente a visão até hoje estabelecida:

² A saber: Maria Immacolatta Vassalo de Lopes, José Luiz Warren Braga e Etienne Samain.

2. Comunicação (área)

1. Teoria e Epistemologia da Comunicação (subárea)
2. Estudo de Meios
3. Práticas de Comunicação
4. Estudos Interpretativos e Semióticos
5. Estudos de Recepção
6. Sociabilidade, Subjetividade e Comunicação
7. Comunicação e Cultura
8. Comunicação, Arte e Literatura
9. Comunicação, Ciências Humanas e Filosofia
10. Comunicação e Ciências Sociais Aplicadas

Anos depois, um dos autores principais dessa proposta, o prof. José Luiz Braga, justificou em um texto sobre a constituição do campo da comunicação, a lógica interna de formulação da tabela construída (BRAGA, 2011). Além da inserção do conceito de “epistemologia”, na subárea reservada à discussão teórica, as demais subáreas abrangeriam a diversidade temática dos produtos científicos da área, com muito maior amplitude, substituindo a visada profissionalizante e tecnicista ainda prevalecente. A formulação, contudo, não foi consensualizada nos debates interparalelos, fazendo aparecer uma divisão entre os que defendiam uma categorização mais relacionada aos estudos acadêmicos da área e os que defendiam a continuidade da tabela em vigor, com a sugestão de apenas expandir as subáreas (o que depois não foi admitido pelo próprio CNPq).

Recentemente, o próprio Braga, em diálogo com o autor deste trabalho, ressaltou a relevância, para uma compreensão da dinâmica intertemática da área de comunicação, das divisões dos GTs da Compós, que, sem dúvida, a classificação das ciências nem de longe contempla, fazendo aparecer uma

disjunção epistemológica significativa entre graduação e pós-graduação, no campo brasileiro dos estudos da comunicação.

Após as lutas internas e pelo menos uma rejeição de proposta pelo CNPq, a tabela enviada trouxe um quadro mais enxuto, porém menos acadêmico, isto é, atendendo mais as expectativas a presença dos vieses profissionalizantes. Classificação finalmente enviada ao CNPq foi a seguinte:

3. Comunicação (área)

1. Cibercultura e Tecnologias da Comunicação (subárea)
2. Comunicação Audiovisual: Cinema, Rádio e Televisão
3. Comunicação Organizacional, Relações Públicas e Propaganda
4. Jornalismo e Editoração
5. Mediações e Interfaces Comunicacionais
6. Teorias da Comunicação

O recuo é visível e significativo. Além de perder as peculiaridades derivadas dos arcabouços teóricos de estudo e retornar à visão a partir das formações profissionais, manteve-se uma visão tendente ao tecnicismo, com a subdivisão das temáticas conforme os meios e não às categorias e fundamentos conceituais da comunicação. Nem por isso, contudo, ela foi admitida pelo CNPq, que, em 2005, divulgou uma tabela preliminar com uma nova classificação das ciências. Nesse documento, a Comunicação é posicionada como área entre as “Ciências Socialmente Aplicadas” (Grande Área) e as subáreas assim formatadas:

4. Área – Comunicação

1. Teorias da Comunicação
2. Processos Sociais

3. Mídias
4. Relações Públcas e Propaganda
5. Estética e Linguagens

A proposta do CNPq desagradou a todos, por sua pobreza temática e, sobretudo, sua descarada incompletude.

Observando todo esse percurso, percebe-se com relativa clareza que a principal tensão estabelecida no debate epistemológico da comunicação diz respeito à dicotomia teoria/prática, que se reproduz no tensionamento entre formação científica e formação profissionalizante. De um lado, percebe-se a fragilidade teórica e epistemológica das teorizações em circulação e, por outro, a vocação do campo acadêmico, especialmente no âmbito das graduações, em buscar o acordo com as exigências técnicas do mercado de trabalho. Certamente que a permanência e a insistência da classificação da comunicação como “ciências sociais aplicadas” é uma das derivações da orientação profissionalizante das áreas da comunicação.

Simon Schwartzman denuncia historicamente como o viés tecnicista ou profissionalizante termina por conduzir o campo pedagógico a um duplo fracasso, ao não se constituir como ciência, nem definir perfis profissionais consolidados, embora discordemos deste autor em relação a esta última afirmação.

Na medida em que o sistema de ensino superior brasileiro se expandia, os cursos de ciências sociais tenderam a se disseminar como uma espécie de segunda ou terceira opção para estudantes que não conseguiam entrar nos cursos mais cobiçados, ou para aqueles geralmente mulheres para quem a profissionalização não era uma preocupação fundamental, ou que podiam de fato aspirar a uma carreira de magistério. As novas ‘profissões sociais’ jornalismo, administração, biblioteconomia, comunicações são, em grande medida, uma tentativa

frustrada de corrigir esta situação. Elas abandonam de vez a pretensão intelectual das ciências sociais mais estabelecidas, mas não chegam a constituir um conteúdo cognitivo consistente nem a possuir um perfil profissional definido (grifo nosso) (SCHWARTZMAN, 1987, s/p).

A concordância com Schwartzman é apenas parcial. Não é verdadeiro que a área não constituiu com nitidez os perfis profissionais, mas é correto dizer que a construção teórica deixou a desejar, passando a tomar corpo a partir dos últimos anos, especialmente a partir da persistência de debates de mais alto nível situados na Compós.

De qualquer forma, um debate percuciente sobre essa tensão no campo pedagógico da comunicação ultrapassa os limites deste trabalho, razão pela qual este esforço busca destacar apenas a incidência dessa constatação para o tratamento da identificação sobre que tipo de ciência é a comunicação. O tensionamento referido aparece no debate metateórico como a tensão entre ciência básica (também chamada, com problemas, de “ciência pura”) e ciência aplicada.

5. A ciência e as ciências básicas

É no plano epistemológico que ajuizamos sobre a hierarquização das ciências. E, nesse caso, faz parte da tradição iniciada no século XIX a divisão entre as ciências básicas e as aplicadas.

Segundo Grillo (2013), a tarefa da ciência básica é “ampliar a compreensão do real em suas múltiplas dimensões, por meio de teorias, hipóteses, conceitos e procedimentos científicos”, enquanto que o domínio da tecnologia ou das “ciências aplicadas” teria como função a “busca da geração de produtos, de

aplicações, de intervenções sobre a realidade social, natural e cultural” (GRILLO, 2013, p. 208).

As chamadas ciências básicas ou puras distinguem-se na história da ciência a partir de várias características, nem sempre coerentes entre si. Trata-se, na verdade, de uma distinção que não é de forma nenhuma absoluta. Defendem Xavier e Almeida (2015) que ciências básicas e aplicadas se interpentram, que não há uma divisão consistente entre ambas, o que teria levado Pasteur a dizer que “não há ciência aplicada; há a aplicação da ciência”. Bronckard (2006) também contesta essa divisão, inclusive na sociologia, revelando, em áreas correlatas, como a linguística e a psicologia, que a divisão entre básico e aplicada é inconsistente, por diferentes razões. Afirma ele que, na segunda metade do século 19, quando as ciências humanas e sociais eram criadas, a disjunção entre o básico e o aplicado, isto é, entre as abordagens teóricas e as empíricas não era tão nítida. Foi a partir do início do século 20 que as

... posições que visavam a associar estreitamente a pesquisa básica às intervenções práticas foram sendo questionadas. Com efeito, desenvolveu-se o pensamento de que o procedimento propriamente científico deveria necessariamente implicar a seleção de domínios restritos de investigação, uma coleta de dados tendendo para uma validade geral e uma organização desses dados no quadro de *mundos formais do saber*, organização essa que deveria estar submetida ao regime de uma lógica descontextualizada. Já as intervenções práticas estariam ligadas a um procedimento nitidamente disjunto: o de uma práxis que não poderia ser organizada de acordo com as regras lógicas de elaboração dos saberes, mas que, ao contrário, se desenvolveria de modo aleatório, sujeita a determinismos múltiplos e heterogêneos do ‘mundo real’ (Bronckard, 2006, p. 233).

Segundo Bronckard (2006), autores como Bühler, Driesch e Vygotsky argumentaram que o vínculo entre teoria e prática deveria ser mantido, mas prevaleceu a orientação contrária, ocasionando uma cisão no interior das ciências humanas e sociais, uma concepção que perdurou até os anos 1970. Alterações dessa tendência surgiram inicialmente na sociologia, a partir do desenvolvimento das chamadas “teorias da ação”, como em Bourdieu e Habermas, e, em seguida, na linguística, com as vertentes pragmáticas, sociolinguísticas e discursivas, as quais, sob influência do segundo Wittgenstein e, depois, de Foucault, promoveram a superação da dicotomia língua/fala, de Saussure, por uma abordagem que recuperava nas condições de contexto, na análise da linguagem.

Essas transformações, contudo, no quadro classificatório das ciências em geral, não eliminaram a dicotomia ciência básica e ciência aplicada, em vários sentidos. Das definições existentes, indicamos cinco, que podem ser consideradas as principais:

- Ciência básica é a que explora apenas o conhecimento do objeto, ou o “interior” dele, sem preocupação de utilidade ou aplicabilidade.
- Ciência básica é a que inscreve fenômenos universais ou sintéticos, perpassando e fundamentando o domínio de várias ou da maioria de outras ciências.
- Ciência básica é a que historicamente é visto como aquela cuja teoria é fundante, essencial ou fundamental para se saber, inclusive nos processos educacionais.
- Ciência básica é a abordagem teórica fundamental de cada disciplina científica, e assim temos física básica, matemática básica etc.
- Ciência básica é o conteúdo científico que se inscreve no início de uma teoria ou formação.

Ao acionar a reflexão sobre a área da comunicação, efetuando as indagações com base nas categorias das definições listadas, podemos concluir que:

- Há um consistente estudo teórico da comunicação, no campo científico brasileiro, cuja preocupação é genuinamente teórica, isto é, não se vincula à utilidade ou à aplicabilidade da comunicação no mundo.
- Definida como circulação simbólica da produção dos sentidos, e apontada como fenômeno, pelos principais teóricos e ensaístas brasileiros da atualidade, a comunicação percorre todos os relacionamentos sociais, das construções identitárias, das lutas por legitimização e das mais diversas atividades cotidianas ou profissionais humanas.
- O mundo contemporâneo, demarcado pela capilarização e a mundialização das tecnologias de comunicação, passa a requerer com urgência uma teoria social da comunicação, mediante a qual a emergência do privado em público, via internet, atinge níveis históricos, fazendo com que essa elaboração teórica se tornasse fundamental e urgente.
- Há, pois, na ciência da comunicação, os conhecimentos que são básicos e os que são aplicados, com enorme incidência dos primeiros sobre os segundos, uma vez que os processos comunicacionais tendem a ser compreendidos a partir dos pressupostos contidos na definição utilizada para o conceito de comunicação.
- No que respeita a relação entre teoria e sua aplicação no mundo, a comunicação se distingue como sendo um campo de conhecimento que emerge da preocupação em explicar e consolidar o que vinha da experiência prática e profissional, e não o contrário. Como afirmamos em recente texto, a comunicação é um campo em busca de seu objeto (SIGNATES, 2017).

Rigorosamente, a comunicação não é ciência aplicada, pois não reside na aplicação de um conhecimento científico anterior. Todos os campos de relações midiáticas primeiro se fizeram, depois é que veio a compreensão deles. Pelo menos como relações sociais, já que, no âmbito técnico, as tecnologias

de comunicação foram, sim, aplicações dos conhecimentos existentes nas ciências físicas e matemáticas.

Entretanto, o viés pragmático da ciência da comunicação parece autoevidente, pois o esforço científico se faz, majoritariamente, embora de forma ainda dispersa, com o debruçar-se sobre as atividades profissionais e sociais. No plano epistemológico, Braga defende que o “desentranhamento” da noção de comunicação seja feito a partir dos estudos especificamente empíricos. Segundo este autor,

Trata-se mesmo de enfrentar a resistência da realidade, cercá-la com nossa problematização e ser capaz de perceber alguma coisa ali que, por mais modesta e singular, antes não era claramente percebida, agora encontra um esclarecimento produzido por nosso trabalho investigativo, de observação sistemática, de questionamentos, de articulação adequada entre os fundamentos teóricos acionados e as dúvidas postas pela construção do objeto (BRAGA, 2011, p. 6).

A natureza heurística da pesquisa empírica parece ser fundamental para propiciar a emergência de uma ciência nova. Isso, contudo, não autoriza considerar a comunicação como uma “ciência aplicada”. Ao contrário, a diversidade (que, não raro, se torna visível no campo como dispersão) dos estudos comunicacionais parece indicar o contrário: a amplitude da aplicação da noção de comunicação aos mais diferentes contextos sociais proporciona a suspeita de que a comunicação emerge como uma nova ciência básica, tardia e promissora, embora ainda teoricamente inconsistente.

Tal suspeita se aprofunda, caso se reconheça que as transformações recentes do panorama mundial das relações humanas alteraram-se profundamente, com a emergência da

internet. A internet realiza o impensável ambiente de todos falando ao mesmo tempo: é uma “vuvuzela”³ mundial...

6. Clamor de contexto

A hipótese que emerge como corolário deste trabalho é o que provisoriamente denominamos um “clamor de contexto”, isto é, uma demanda social de largas proporções por uma ciência que reconecte a comunicabilidade humana à construção do saber, da ética, da democracia e da justiça social.

Uma rápida análise do contexto comunicacional das sociedades contemporâneas revela que a capilarização íntima das redes sociais virtuais fez com que o falatório privado fosse a público sem filtros. Diferentes autores de variada procedência têm reafirmado essa suspeita. Para Umberto Eco (*apud* TERRA, 2015), as redes sociais dão o direito à palavra a uma “legião de imbecis” que antes falavam apenas “em um bar e depois de uma taça de vinho, sem prejudicar a coletividade”. Andrew Keen formula uma crítica muito mais ácida, ao citar a chamada “teoria do macaco infinito”, de Huxley, segundo a qual se dermos máquinas de escrever a um número infinito de macacos, um deles eventualmente produziria uma obra prima. Para Keen, a internet propiciou essa experiência, de forma desastrosa:

A tecnologia de hoje vincula todos aqueles macacos a todas aquelas máquinas de escrever. Com a diferença de que em nosso mundo Web 2.0 as máquinas de escrever não são mais máquinas de escrever, e

3 Vuvuzela é o termo dado a um aerofone cilíndrico de cerca de um metro de comprimento, usado por torcedores em jogos de futebol, e que ficou famosa durante a Copa do Mundo de futebol em 2010, na África do Sul. A característica principal das vuvuzelas, que serve à analogia deste texto, era serem tocadas por milhares de torcedores ao mesmo tempo, produzindo um ruído ensurdecedor em todo o estádio.

sim computadores pessoais conectados em rede, e os macacos não são exatamente macacos, mas usuários da internet. E em vez de criarem obras-primas, esses milhões e milhões de macacos exuberantes — muitos sem mais talento nas artes criativas que nossos primos primatas — estão criando uma interminável floresta de mediocridade (KEEN, *apud* GOMES, 2015).

À parte das críticas aos conteúdos disseminados na internet, esse movimento que se mundializa trouxe consigo várias alterações na comunicabilidade humana, dentre as quais podemos mencionar:

- O desenvolvimento de novas estratégias de manipulação de conteúdos, de escuta e fiscalização dos sujeitos e, também, de silenciamento. A dinâmica liberdade versus controle ganhou sentidos de larga amplitude e extensa visibilidade (CASTELLS, 2003).
- A força do argumento tem sido continuamente substituída pela repetição e a reverberação. A noção de meme, representada pela visualização massivamente compartilhada de frases e imagens de efeito, demonstra que a circulação constituiu uma espécie de argumento pragmático, no qual o valor de verdade se torna condicionado pela força da reiteração e do compartilhamento (BÖRZSEI, 2013).
- Desfaz-se as fronteiras que separavam os polos da dicotomia platônica doxa versus epistème, sem que ela seja substituída por algo melhor. Ainda estamos longe da previsão socialmente comprometida de Boaventura Santos, de ruptura da ruptura platônica a partir do desenvolvimento de um novo senso comum, um “senso comum esclarecido” (SANTOS, 2000). Não é o saber instruindo a opinião, e sim a opinião invadindo e, não raro, substituindo o saber, numa espécie de “sensocomunicação” dos sentidos públicos.
- O corolário desse quadro é que as novas esferas de interação e produção de sentidos, viabilizadas pela internet, constituiu novos modos de apropriação do conhecimento e de tessitura social. Viver é comunicar, com todas as vantagens e riscos.
- A pragmática democratização dos processos comunicacionais ao longo de todo o tecido social, inclusive dos domínios da intimidade,

não traz apenas resultados positivos. Três características, em especial, revelam a desafiante dialética do comunicacional:

- » O desafio do Big Data. A cultura da Humanidade torna-se assombrosamente disponível, gerando uma obesidade de informação, cujo principal produto é a ignorância informada. Disponibilidade não quer dizer acesso. Acesso não significa compreensão. E a compreensão não garante o diálogo, a convivência produtiva das diferenças. Problemas comunicacionais de diferentes níveis se superpõem, ante o oceano de conteúdos e interações (LOHR, 2012; DUMBILL, 2013).
- » O desafio da pós-verdade. A definição de “verdade” nos ambientes virtuais tem seu sentido alterado, graças à pragmática comunicacional da repetição e da reverberação. Verdade não é o contrário de mentira, falsidade ou engano; tais noções devem ser teoricamente repositionadas, em face da realidade que se apresenta. A nova verdade vem recebendo a denominação de “pós-verdade”, na medida em que a reiteração universal da mensagem pode produzir um efeito irresistível de crença (ROBERTS, 2010).
- » O desafio do fascismo social. Nos ambientes em contínua interação, o diálogo é substituído pela demarcação de posições, o que não seria problemático se a ideia da posição, firmemente afixada à noção de opinião, não se contrapusesse à própria racionalidade, na medida em que esta é redefinida pragmaticamente (SANTOS, 2007). Nesse quadro, a violência simbólica é capilarizada na forma da radicalização da disputa de opiniões, de identidades em conflito irracional, de novas formas de opressão, vigilância e controle, e de solidão em público (ECO, 1996). Esses componentes em conjunto liberam o fascismo social virtual.

Esse quadro caótico e mundializado constitui o contexto que, a nosso ver, revela a carência profunda de uma ciência da comunicação, que deslinde as matrizes comunicacionais da sociedade que exsurge dessa experiência e revele os conceitos e categorias capazes de não apenas descrevê-la, mas também agir sobre ela.

Sob certo sentido, o mundo contemporâneo evoca a sociedade grega da antiguidade. Na Grécia antiga, a retórica era considerada uma das ciências básicas, a cujo aprendizado o jovem ateniense não poderia se furtar, sem graves consequências para sua vivência e sua convivência na cidade, já que *inexistia*, tanto na política, quanto nos juízos, a figura do advogado ou do representante. Naquele contexto, com a emergência dos professores de retórica, os sofistas, emergiu o grande debate sobre a verdade, como fundamento primaz da argumentação. A defesa do valor de verdade dos conteúdos retóricos, como valor argumentativo por excelência, destacou Sócrates nos seus diálogos infindáveis com os sofistas que lhes foram contemporâneos.

Pois bem, vivemos uma nova fase desse tipo, magnificada pela extensão e a profundidade adquirida pelas tecnologias de comunicação e suas enormes consequências para as interações em todos os níveis. A cidadania se estendeu à universalização e as capacidades de fala tendem também à globalidade, embora os estudos demonstrem que a internet também tem suas tribos e culturas “locais”. Entretanto, a dimensão pública da manifestação virtual desafia o cotidiano daquelas pessoas que, anteriormente, apenas se relacionavam face-a-face ou ponto a ponto (pelos sistemas telefônicos ou de correios, por exemplo), e hoje estabelecem relações múltiplas e manifestam-se publicamente nas redes sociais, inclusive com conteúdos privados.

É este mundo que clama, como os gregos da antiguidade, pelo aprendizado da comunicação, como pragmática fundamental para a vida. Não basta, desta vez, apenas o aprendizado do idioma e da escrita, como a escola acostumou-se a lecionar (mesmo que os livros didáticos de língua portuguesa usualmente tragam em seus títulos a palavra “comunicação”); é preciso que a comunicação emerja como conhecimento pragmático, relacional, solidário e democrático. Que se lecione a

negociação de sentidos, a capacidade de ouvir – que Rubem Alves (1999), antevendo estes significados, denominou curiosamente de “escutatória”, em oposição à “oratória”.

Enfim, talvez seja o caso de considerarmos a comunicação como uma ciência básica tardia, em cujos ombros repousa o dever de desvelar os novos estágios civilizatórios.

Referências

ALVES, Rubem. Escutatória. In: **O amor que acende a lua**. São Paulo: Papirus, 1999, p. 65-72.

BÖRZSEI, Linda K. **Makes a meme instead: a concise history of internet memes**. Utrecht University, Select Works, 2013. Disponível em: https://works.bepress.com/linda_borzsei/2/. Acesso em: 19 fev. 2017.

BRAGA, José L. A constituição do campo da comunicação. **Verso e Reverso**, XXV(58): 62-77, janeiro-abril, 2011.

BRAGA, José L. A prática da pesquisa em Comunicação: abordagem metodológica como tomada de decisões. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação | E-compós**, Brasília, v. 14, n. 1, jan./abr. 2011, p. 1-33.

BRONCKART, Jean-Paul. Entrar em acordo para agir e agir para entrar em acordo. In: Bronckart, Jean-Paul; MACHADO, Anna R.; MATENCIO, Maria de L. M. **Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano**. Campinas: Mercado de Letras, 2006, p. 231-258.

CAPES. **Tabelas de áreas do conhecimento/avaliação**. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/tabela-de-areas-do-conhecimento-avaliacao>. Acesso em: 19 fev. 2015

CASTELLS, Manuel. **A galáxia internet: reflexões sobre a internet, negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

DUMBILL, Edd. Making sense of big data. **Mary Ann Liebert, INC.** v. 1 n. 1. <http://online.liebertpub.com/doi/pdf/10.1089/big.2012.1503>. Acesso em: 19 fev. 2017.

ECO, Umberto. **Da internet a Gutemberg**. Disponível em: http://matematicaprofivete.pbworks.com/w/file/fetch/51076762/Da%20Internet%20a%20Gutenberg_umbertoeco.pdf. Acesso em: 19 fev. 2017.

GOMES, Karine do P. F. **Macacos, imbecis e idiotas? Esboço sobre um possível resgate da humanidade perdida no mundo virtual**. II Congresso Nacional Net-Ativismo, out-nov/2015. <http://www.netactivism.net/anais2015/GT7/karine-do-prado-ferreira-gomes.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2017.

GRILLO, Sheila V. de C. **Divulgação científica: linguagens, esferas e gêneros**. São Paulo: FFCHL/USP, 2013 (Tese de doutoramento)

LOHR, Steve. The age of big data. **New York Times**. http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/34393761/2_The_New_York_Times_on_The_Age_of_Big_Data.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1487496233&Signature=k2ywNUQ%2FaLDg%2BuvCLwe0IGf78f8%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3D2_The_New_York_Times_on_The_Age_of_Big_D.pdf. Acesso em: 19 fev. 2017.

MARTINO, Luiz Mauro. **Trilhas da investigação epistemológica**: O GT de Epistemologia da Comunicação da Compós. Belém-PA. GT Epistemologia da Comunicação/Compós, 2014. (paper)

MATEUS, Sandra. **As classificações classificam os classificadores?** Notas sobre os processos de categorização na construção de conhecimento sobre os descendentes de imigrantes. Lisboa: CIES-IUL, 2013.

PAVIANI, Jayme. **Interdisciplinaridade ou uma nova disciplina?** Disponível em: <http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/ppge/files/2010/11/Interdisciplinaridade-Paviani.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2015.

ROBERTS, David. **Post-truth politics**. Disponível em: <http://grist.org/article/2010-03-30-post-truth-politics/>. Acesso em: 19 fev. 2017.

ROMANCINI, Richard. **O campo científico da comunicação no Brasil**: institucionalização e capital científico. São Paulo: ECA/USP, 2007. (Tese de doutoramento).

SAMAIN, Etiènne. Gregory Bateson: rumo a uma epistemologia da comunicação. **Ciberlegenda**. Edição Especial, n. 5. Niterói-RJ: Universidade Federal Fluminense, 2001. Disponível em: http://www.uff.br/ciberlegenda/ojs/index.php/revista/issue/vie_w/19/showToc. Acesso em: 18 fev. 2015.

SANTOS, Boaventura de S. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Boaventura de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos Cebrap**, n. 79, São Paulo, nov/2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002007000300004&script=sci_arttext. Acesso em: 19 fev. 2017.

SCHWARTZMAN, Simon. A redescoberta da cultura: a força do novo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 5, 2, 1987, p. 42-66. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/redesc/novo.htm>. Acesso em: 16 fev. 2017.

SIGNATES, Luiz. Jornalismo como dispositivo comunicacional. In: MORAES, Ângela T.; MAIA, Juarez F. de; FARIAS, Salvio J. P. (org.) **Estudos contemporâneos em jornalismo**. Goiânia: FIC/UFG, 2017, p. 39-61.

SOUZA, Rosely F. de. Áreas do conhecimento. **DataGramZero** – Revista de Ciência da Informação, v. 3, n. 2, abril de 2004.

TERRA. **Educação**. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/educacao/redes-sociais-deram-voz-a-legiao-de-imbecis-diz-umberto-eco,6fc187c948a383255d784b70cab16129m6t0RCRD.html>. Acesso em: 19 fev. 2017.

XAVIER, Miriam B.; ALMEIDA, Thalyson A. N. C. de. **Reflexões sobre ciência, tecnologia e bioética**. Disponível em: http://unifia.edu.br/revista_eletronica/revistas/saude_foco/artigos/ano2015/reflexoes.pdf. Acesso em: 17 fev. 2017.

Do que não conhecemos os problemas não saberemos as respostas¹

José Luiz Braga

Nosso ponto de partida é uma proposição feita pelo Prof. Luiz Signates, em artigo apresentado no GT de Epistemologias da Comunicação em 2017. O título é “A Comunicação como ciência básica tardia: uma hipótese para o debate”. O texto, em uma abordagem perceptiva de como a área vem se desenvolvendo no Brasil, se pergunta “que tipo de ciência é (ou pode ser) a comunicação?” (SIGNATES, 2018, p. 1).

Referindo tabelas CNPq/CAPES que categorizam o conhecimento de todas as áreas universitárias de pesquisa do país, mostra que esse quadro, em nossa área, privilegia os aspectos técnico-profissionais: apenas uma em treze subdivisões da área da Comunicação refere a teoria; as demais doze caracterizam âmbitos de exercício profissional (p. 4).

Informa também uma tentativa de reforma classificatória, formulada em 1999 pela Compós, que Richard Romancini (2007) denomina “Classificação de Lopes, Braga e Samain”. Esta propõe uma inversão da visada, pois reúne todas as subdivisões profissionais em duas categorias; propondo outras

1 O presente artigo foi preliminarmente uma palestra, na abertura do 9º Simpósio de Pesquisa em Comunicação, na PUC Goiás, em 2019. Desenvolvimentos foram viabilizados pelos debates, na ocasião e, depois, em Seminário no PPG de Comunicação da Unisinos (neste, um agradecimento especial ao doutorando João Damásio).

oito em ângulos de natureza claramente investigativa, para produção de conhecimento científico. A proposta prefigurava tendência mais recente da área, na pós-graduação, de revisar a classificação de Ciência Social Aplicada, mas não teve, então, andamento na agência de fomento. O artigo de Signates mostra os lances subsequentes, em que a ênfase da Comunicação como Ciência Social Aplicada se mantém e se reforça.

Signates defende, com Xavier e Almeida (2015), “que ciências básicas e aplicadas se interpenetram, que não há uma divisão consistente entre ambas” (p. 9). Mostra que há, no processo comunicacional, “os conhecimentos que são básicos e os que são aplicados, com enorme incidência dos primeiros sobre os segundos”; e que somos “um campo de conhecimento que emerge da preocupação em explicar e consolidar o que vinha da experiência prática e profissional, e não o contrário” (p. 12). Torna claro que “a comunicação não é ciência aplicada, pois não reside na aplicação de um conhecimento científico anterior. Todos os campos de relações midiáticas primeiro se fizeram, depois é que veio a compreensão deles” (p. 12) – o que reforça uma questão que trataremos adiante: uma parte importante do conhecimento científico é decorrente de problemas da vida prática da sociedade.

Signates faz decorrer dessa ordem de reflexões a perspectiva que dá eixo a seu artigo: a proposta de que “a comunicação emerge como uma nova ciência básica, tardia e promissora, embora ainda teoricamente inconsistente” (p. 13). O artigo se completa com argumentos sociais, pragmáticos, teóricos e históricos que demonstram “um *clamor de contexto*, isto é, uma demanda social de largas proporções por uma ciência que reconecte a comunicabilidade humana à construção do saber, da ética, da democracia e da justiça social” (p. 13). Uma sintética mas aguçada lista de desafios, problemas e ofertas

potenciais de questões relevantes enfatiza no artigo essa “carência profunda de uma ciência da comunicação” (p. 15).

Tendo debatido esse texto com seu autor e demais participantes do GT de Epistemologia da Compós, estou entre os que dão adesão ao mote aí proposto. Assumindo que o conhecimento comunicacional impõe o objetivo de sua configuração como uma ciência básica (efetivamente tardia, se considerarmos sua relevância), três questões ocupam o presente artigo:

A primeira é: por que tardou e tarda ainda (já que não plenamente constituída)? Considerando sua importância e a presença, durante todo o século XX, de uma teorização diversificada e rica sobre questões comunicacionais, o que se evidencia como limite para a constituição de um campo de conhecimento distinto e específico?

Correlatamente, nos perguntamos: por que hoje sentimos essa necessidade teórica? Quais são as circunstâncias que trazem à tona e favorecem essa possibilidade, tanto tempo depois do florescimento das ciências humanas e sociais no período que vai da metade do século XIX à metade do século XX?

E finalmente, terceira questão: como esse conhecimento vem se constituindo? O que leva à questão subsidiária de qual o nosso papel de pesquisadores, nessa visada construtivista.

Tais questões solicitariam uma elaboração reflexiva desenvolvida, com referências históricas, epistemológicas e metodológicas de sustentação, em uma extensão e complexidade que não cabem em um artigo. Mas é possível pensar, ao menos, algumas pistas, desafios e proposições, suficientes para explicitar a visada principal que nos estimula.

1. Primeira questão: por que tarda?

A palavra vem do latim – *communicatio, communicationis* – mas desde a Grécia Clássica eram estudadas questões que hoje percebemos referidas ao diversificado fenômeno da comunicação. Por que uma ciência básica não foi antes desenvolvida, em algum dos períodos que se mostraram fortemente geradores de conhecimentos?

No senso comum, conhecemos os sentidos da palavra “comunicação”. Nas circunstâncias práticas, nenhuma variação de seus sentidos precisa ser explicada. Um falante da língua em que é acionada comprehende seu sentido contextual e responde com pertinência a seu uso. Em contraste, ao entrarmos no campo acadêmico, os sentidos e as variações se desdobram, as teorias divergem e os conceitos não oferecem precisão.

Como entender que um processo humano e social, desde sempre percebido e atuado, não se tenha cedo constituído como ciência? Como explicar esse conjunto de percepções díspares; e com elas, a ausência de um conhecimento básico consistente? Nossa resposta pede uma referência preliminar ao pensamento de Karl Popper (2001, p. 17-34). Popper propõe que teorias começam com problemas. Nesse aspecto, aliás, são próximas das descobertas e decisões do senso comum. É o problema que move o ser humano, individual ou socialmente, para enfrentá-lo.

O modo de enfrentamento é sempre tentativo: dará certo ou não. Na medida de sua eficácia, a estratégia e os conhecimentos relacionados passam a ser repetidos, com ou sem ajustes. No caso de engano, se houver oportunidade, outras tentativas serão feitas. O que faz a diferença entre senso comum e ciência é que esta, em vez de esperar pelos resultados, ao fazer uma proposição, hipótese, conjectura, trata ativamente de submetê-las a todos os testes possíveis para encontrar equí-

vocos e limitações – o esforço é o de demonstrar previamente o erro. Apenas na impossibilidade de evidenciar a falsidade da proposição é que se pode considerá-la como uma teoria.

Diante de urgências, as percepções e ações que podem ser resolvidas pela experiência das coisas não exigem teorias em nível científico: desenvolvem-se no espaço mesmo da prática, do senso comum, das “teorias leigas”; e são mantidas e ajustadas – até que venham a ser substituídas em decorrência de mudanças de circunstâncias, dos problemas a enfrentar ou dos objetivos a atingir – igualmente por processos experimentais. Conforme a abrangência e o interesse das questões, geram especialidades profissionais que podem ser bastante sofisticadas em sua organização e geradoras de conhecimentos sólidos. Constatamos, na história do conhecimento, essa correlação frequente entre problemas de ordem prática e estratégias tentativas na busca de soluções.

A partir de certo período da história (que devemos situar na Grécia Clássica), quando urgências reflexivas se mostraram de particular relevância e o contexto social oferecia circunstâncias político-sociais favoráveis, abriu-se um espaço, iniciado pela filosofia e acompanhado pelo desenvolvimento das ciências, em que a humanidade passou a gerar conjecturas e pesquisas sistematizadas em padrões rigorosos de pensamento.

Hoje, a produção teórica já não espera pelos problemas práticos da existência – vai adiante e gera questões teóricas que aperfeiçoam o conhecimento e podem antecipar os próprios problemas sociais. Mas – como nas práticas – é ainda sobre problemas e questões que se desenvolve o conhecimento científico.

Com base nessa rápida preliminar, fazemos a conjectura de que, até um período relativamente recente,² a comuni-

2 No próximo item trataremos de períodos referentes ao tipo de atenção dada à comunicação.

cação se apresentava apenas como processo prático intuitivo – era ação, mas não problema. Os processos comunicacionais não eram percebidos para além de seu exercício. Ou, então, eram relacionados a outros processos que, estes sim, se mostravam como problemas concretos, do ponto de vista social. Em suma: não havia necessidade social, filosófica ou científica, para estudar – ou sequer perceber – a comunicação *como problema*.

Embora possamos agora perceber os processos comunicacionais despontando há muito nos ambientes práticos, e mais tarde nos ambientes científicos, entendemos que durante muito tempo, para os participantes sociais então envolvidos, não se apresentou uma urgência que fosse assumida diretamente como um problema de comunicação.

Por todo esse tempo, processos comunicacionais diversificados foram percebidos e ativados em situações práticas e de senso comum, ajustando-se, enquanto comportamento humano e social, às necessidades do contexto: interação, diálogo, persuasão, aprendizagem, debate, polêmica, passagem de informação, negociações. Em cada um desses processos, era outro o problema a que se atendia. Ou então, quando o ângulo comunicacional se manifestava como parte dos problemas enfrentados, aparecia apenas como ângulo prático, subsumido às características do efetivo problema enfrentado.

Enquanto prevaleceram tais circunstâncias, houve ausência de estímulo para geração de um campo científico com foco comunicacional.

2. Segunda questão: por que hoje?

Certamente hoje já nos colocamos questões comunicacionais, em diversas perspectivas. De algum modo, a comunicação começou a se apresentar como problema, e vem evidenciando

urgências que são percebidas por referência a essa palavra do senso comum, ainda que tal qualificação seja compartilhada com outras ordens de questões.

Embora já possamos afirmar o problema, essa percepção não se estabelece repentinamente, nem de modo singularizado. Há um lento processo histórico que perpassa múltiplas atividades sociais do mundo prático e diversos âmbitos de conhecimento científico.

As abordagens pragmáticas ou reflexivas vão se acumulando, desenvolvendo aos poucos massa crítica. Não aparece um problema isolado que se evidencie comunicacional, à diferença de todos os demais, descortinando a questão. A percepção se fará aos poucos.

O que apresentamos a seguir não é uma periodização de processos comunicacionais através da história – mas sim uma hipótese sobre a atenção dada aos processos pela sociedade em diferentes fases históricas. Três grandes etapas são perceptíveis, desde uma situação em que a comunicação é exercida sem percepção de problemas, passando pela descoberta do fenômeno como questão, chegando ao momento presente, de consciência social da urgência e generalidade desta ordem de perguntas.

3. Período Um – Inocência comunicacional

Uma primeira macro etapa corresponde ao longo período anterior ao século XX. Notamos a ausência de qualquer referência a um conhecimento comunicacional, o que é a base de nossa hipótese sobre o retardo. Todos os problemas, assim como as estratégias da vida prática e os desenvolvimentos teóricos, são percebidos pela especificidade de uma urgência em outra direção. Em todo esse primeiro período, a comunicação não existe para além de seus processos espontâneos, naturais

ao ser humano e à sociedade. Não é preocupação prática nem teórica. É um período de inocência comunicacional.

Hoje, percebermos engastados nas questões e nas estratégias acionadas, aspectos de ordem comunicacional. Mas a comunicação se manifestava, então, sob outras rubricas – estas sim importantes para a época. Nós, preocupados com o foco de interesse atual, é que devemos desentranhar a comunicação de sua presença despreocupada, sem esquecer, porém, que os processos comunicacionais agiam e se expressavam *sem se pensar*.

Signates, no artigo que abordamos, faz uma adequada referência à retórica (p. 15) – um campo de conhecimento investido no âmbito da filosofia – lembrando sua necessidade para o jovem ateniense. A questão da argumentação era socialmente expressa e se manifestava como problema que já não podia depender da espontaneidade da prática e do senso comum. Ora, para essa elaboração refletida, a urgência não era uma genérica relevância da comunicação, mas sim o específico problema dos conhecimentos requeridos para argumentar, para convencer, para rebater outros argumentos, para desmontar o que o adversário interpusesse.

Na época em que a agonística se colocava como aspecto central da política (com a democracia grega), na elaboração filosófica (com a questão da verdade), e no processo jurídico (para a tomada de decisões em seu âmbito), estes eram os problemas efetivos e *específicos*. O processo comunicacional, que hoje constatamos entranhado nas questões específicas, só podia ser percebido como gesto natural, espontâneo – a ser direcionado pela reflexão e pela prática a serviço das estratégias de enfrentamento do efetivo problema.

A retórica dos sofistas e depois, em embate com esta, a filosofia de Sócrates vão, portanto, se dedicar a essa ordem de problemas – da argumentação, do embate político e jurídico,

do requerimento de verdade. A questão comunicacional não surge como problema – nem do ponto de vista prático nem como problema conceitual no âmbito de sistemas filosóficos.

No mesmo sentido, na dialética grega – seja na perspectiva platônica, de processo interacional para chegar à verdade; seja em Aristóteles, como argumentação – onde hoje percebemos os aspectos comunicacionais, estes não são parte do problema então envolvido. Assim, a retórica e a dialética gregas podem ser consideradas questões que apenas prefiguram, para um futuro então distante, os problemas comunicacionais.

Mas muito antes disso, podemos referir a hipótese de outro problema, que hoje pode ser visto contendo o embrião de nossa preocupação atual. A tribo reunida em torno da fogueira, ouvindo as histórias e a experiência de vida dos anciões, enfrentava o problema de preparar as gerações subsequentes – pois não dispondo de instintos suficientes para encaminhar a sobrevivência da espécie, cada geração, sem isso, teria que reinventar, a partir do zero, todas as suas ações para enfrentamento da existência.

É claro que a questão, aí, não é um problema *de comunicação*, e sim de assegurar a sobrevivência e a continuidade entre gerações pelo desenvolvimento de uma tradição. Hoje, podemos entrever tanto o desafio como a estratégia por seus aspectos de ordem comunicacional, mas a preocupação com a comunicação teve que esperar a conjunção temporal de processos mais diversificados, para que uma percepção integrada se desenvolvesse.

4. Período Dois – A comunicação descoberta

Podemos situar uma segunda etapa no período que vai dos finais do século XIX aos finais do século XX.

É verdade que antes disso, no início do século XVII na Europa, com o surgimento dos jornais impressos, temos um problema de ordem prática, tão próximo de nossa contemporaneidade que se fica tentado a demarcar aí o começo do que queremos agregar como parte de um longo processo de percepção da questão comunicacional. Mas é preciso resistir a essa tentação, por coerência com nossa perspectiva de tomar como índice a constituição de um problema – e não a existência de estratégias ou de meios caracterizáveis como “de comunicação”. Senão, não pararíamos de retroceder no tempo, voltando à invenção da imprensa, à retórica – e mesmo ao ancião na tribo ao redor da fogueira.

Ora, o jornal, em sua prática e suas concepções, enfrenta no século XVII sobretudo três tipos de problemas: o político, com a disseminação de informações sobre decisões de governo, guerra e sociedade; o econômico, com a divulgação de circulação de produtos; e o literário, com as reflexões e os ensaios pelos quais a sociedade torna público e abrangente o *se pensar*. Nestes aspectos, o jornal prefigura antes o futuro surgimento da sociologia que o do conhecimento comunicacional, ao mesmo tempo em que abre um novo espaço para a literatura (não por acaso, à época, um dos principais modos de pensar a sociedade). Em suma: temos mais nítidos aí os processos, mas certamente não ainda um problema comunicacional.

Foi preciso, então, esperar até o final do século XIX, para que outros processos, já existentes, anteriormente, fossem sendo integrados em seu desenvolvimento conjunto, tratando de problemas práticos e de conhecimento que acabam fazendo perceber seu ângulo comunicacional. Com o desenvolvimento dos sistemas coloniais, o processo de transporte entre regiões da Terra se desenvolve e se organiza. A expressão “meios de transporte e de comunicação” aparece demarcando tipos de processos sociais. Embora a segunda palavra se mostre sub-

sumida à primeira – esta sim, caracterizadora do problema enfocado, a serviço do qual se pensava a comunicação – passa a ser relacionada a diferentes processos e problemas de ordem social prática.

Vamos referir apenas exemplificativamente: a modernização do sistema postal e o telégrafo. Os sistemas de correio existiam desde a antiguidade, através de mensageiros que levavam, a pé ou a cavalo, mensagens orais (e depois escritas). Sistemas de sinais tenham sido experimentados desde o século XVII. No século XIX, entretanto, a coexistência de seu desenvolvimento moderno, no contexto de uma mesma experiência civilizatória, faz perceber, por cotejo e contraste, um aspecto comum, que é o fato de trabalharem processos comunicacionais.

É ainda no século XIX que se dá a invenção da fotografia. Apesar da complexificação então iniciada dos “meios de comunicação”, estes são ainda processos estratégicos enquanto isolados entre si – não se manifestam como problema, mas como encaminhamento de soluções. Mas ao mesmo tempo, pode-se constatar que nesse período se desenvolve um campo de crescente profissionalização, envolvendo objetivos, estratégias diversificados – que encontram um lugar de exercício compartilhado nos meios de comunicação – e que por isso mesmo serão consideradas como profissões de comunicação – jornalismo e publicidade, particularmente, mas não só. O debate público (político) funciona dentro e fora dos âmbitos profissionais. Com a invenção do cinema, direcionada para o entretenimento, e logo a do rádio, trazendo a imediaticidade das notícias, o século XX se inicia com questões de ordem prático-profissionais, de cidadania, de democracia – que justamente por sua diversidade em coexistência, começam a ser percebidos como envolvendo questões de comunicação.

Em conexão com essa situação geral, pelo ângulo sociológico se apresenta a questão da formação de opinião pública. Gabriel Tarde é um precursor nessa linha reflexiva. A jovem ciência sociológica (então ainda em construção) gera aí pesquisas e hipóteses que depois poderão ser relacionadas com questões comunicacionais. Finalmente, o século XX começa a enfrentar problemas e urgências claramente percebidas como de ordem comunicacional – e será crescentemente desafiado por estas.

No que se refere às questões prático-profissionais, estas são enfrentadas por experimentações diretamente no ambiente empresarial, político e jurídico, ao mesmo tempo gerando táticas técnico-profissionais que as organizam e deontologias próprias para seu exercício, articulado entre os demais campos sociais e na sociedade em geral. No que se refere às formações profissionais, o sistema educacional dos países se desenvolve para acolher os problemas e oferecer táticas preparatórias, em nível técnico e criativo requerido, nos cursos médios e superiores. Articulam-se aí os conhecimentos gerais considerados pertinentes – filosóficos, sociológicos, literários e políticos – e os conhecimentos práticos que se tornam refletidos, elaborados, teorizados. Correlativamente, as diferentes ciências humanas e sociais começam a perceber – em seus âmbitos, objetivos e abordagens próprias – problemas envolvendo aspectos de ordem comunicacional.

Tínhamos reunido, então, seguindo nosso critério dos problemas como desencadeadores, condições suficientes para gerar conhecimentos comunicacionais. Entretanto, é justamente a proliferação de questões muito diversas, trabalhadas segundo perspectivas e objetivos próprios de diferentes ciências, ao lado de questões práticas, profissionais e políticas, que se coloca como limitante estrutural para a geração de alguma

coisa que possa, nas circunstâncias, ser pensado como uma ciência da comunicação consistente.

Os campos científicos percebem problemas comunicacionais que dizem respeito a sua perspectiva específica sobre a sociedade. Cada um deles só vê esse ângulo, que considera como “o problema comunicacional”, levando a uma situação de aparência contraditória. Cada teoria desenvolvida é percebida, em seu campo científico próprio, como uma teoria *geral* da comunicação. Ao mesmo tempo, as diferentes teorias (pretendidas gerais) se concentram em diferentes questões e situações, prontas, cada uma delas, a desconhecer os demais problemas e teorizações – justamente porque escapam a seu enfoque disciplinar.

Decorre disso que quem passa a se preocupar com uma percepção abrangente dos problemas comunicacionais se encontra submerso em um campo disperso de múltiplas teorias não consistentes entre si, mutuamente indiferentes, cada qual se organizando como se fosse uma teoria abrangente. Segue-se uma persistente impressão de termos em mãos um campo de conhecimentos interdisciplinares – perspectiva que atravessa uma boa parte do século XX e ainda encontra uma aceitação bastante difundida – embora talvez, hoje, mais por omissão do que por decidido argumento explicativo. Ver argumentação a respeito em Braga, 2011.

Uma outra limitação, igualmente significativa no que se refere ao desenvolvimento de uma ciência básica, é o fato de que, para cada disciplina (assim como para cada campo profissional prático), os problemas comunicacionais não se caracterizam como questão principal. O “aspecto comunicacional” se manifesta ora como elemento acidental, como variável interveniente, como questão subsidiária ou como elemento tático – neste último ângulo, não sendo parte do problema, mas apenas componente de estratégias de encaminhamento.

Se a questão comunicacional recebe um estatuto de epifenômeno com relação ao trabalho investigativo ou profissional que move os participantes, isso se soma à dispersão de ângulos para emperrar a constituição de um campo de conhecimento consistente.

Esta etapa epistemológica parece ter estagnado sua dinâmica produtiva desde o final do século XX. A partir dos anos 90, as disciplinas estabelecidas deixam de propor “teorias gerais” de comunicação. Robert Craig, em artigo de 1999, propõe uma busca de geração de consistência a partir de um trabalho interdisciplinar entre “tradições” de pensamento comunicacional: a tradição retórica, a semiótica, a fenomenológica, a cibernetica, a sociopsicológica, a sociocultural e a crítica, lista a que acrescenta, em 2007, a pragmática. A perspectiva é a de um efetivo trabalho interdisciplinar (e não mais uma “explicação” do campo): articular, a partir de qualquer das tradições, os aportes possíveis das demais, e fazê-los se tensionar mutuamente, para superar as disjunções. A premissa do tensionamento mútuo é produtiva; mas vejo como limite a esse enorme trabalho interdisciplinar a ideia de que o conhecimento comunicacional estaria aí contido, bastando buscar consistência por uma espécie de consolidação com ajustamento nas zonas de atrito. A perspectiva não percebe o fato de que a comunicação aparece em todas as tradições como elemento secundário. O problema é, portanto, mais amplo: não basta agregar e corrigir – é preciso superar e, particularmente, desentranhar.

5. Período Três – A comunicação generalizada

Podemos considerar estes dois fatos – a cessação da geração de teorias “gerais” por outras disciplinas sociais; e a proposta

de um efetivo trabalho interdisciplinar³ – como marcos da transição para o terceiro período, atual. Este não é – pelo menos não é ainda – o momento em que a ciência avistada se mostra constituída; mas é o momento em que se pode tomar essa decisão.

A fase atual se distingue do período anterior por duas razões. A primeira refere-se à informatização acelerada de todos os processos sociais. Não é preciso detalhar a grande variedade de problemas, macro e micro sociais, econômicos, políticos, jurídicos e em todas as áreas de conhecimento e campos sociais – deslocamento de práticas estabelecidas, experimentações as mais diversas, com objetivos éticos, mas também de falsificação, de desvalorização da verdade; produtivos, mas também desastrosos. Tudo isso gera questões que são, agora, claramente comunicacionais.

Uma parte dos esforços de conhecimento se direciona para as especificidades dos âmbitos afetados; outra parte (como antes, no que se referia a cinema, rádio, televisão) se concentra agora nas funcionalidades midiáticas das tecnologias digitais que são o vetor material de circulações, em parte propulsor dos problemas e desafios, assim como de estratégias experimentais. Embora relacionadas a toda ordem de processos sociais, o que as pode reunir e tensionar são urgências da ordem da comunicação. As experimentações envolvem, com uma ponderação relevante, essa questão e esse desafio.

O outro ângulo de distinção com o período anterior é a situação das profissões da comunicação, que tinham se constituído ou reelaborado durante o século XX sob o impacto do

3 Note-se que no período explicativo do conhecimento comunicacional como sendo de natureza interdisciplinar, não ocorria um esforço de trabalho nessa direção – a posição tomada era meramente descritiva – como se a responsabilidade produtiva devesses mesmo ser deixada ao trabalho das áreas de conhecimento estabelecidas. A proposta de um *efetivo trabalho interdisciplinar* é um passo à frente.

rádio e da televisão, e gerado uma estabilização de perspectivas que permitia tomar cada linha de ação prático-reflexiva como um nicho de conhecimentos paradigmáticos (ou pelo menos bem ancorados). Em curto período, estas profissões, no núcleo do fenômeno comunicacional reconhecido, se veem – tanto quanto qualquer outro setor da sociedade – afetadas até as entranhas em seus processos, conhecimentos e valores. Estão, portanto, em processo de experimentação, enfrentando desafios não previstos, assolados tanto por necessidade de reconfiguração interna, como de reconstrução de relações com seus usuários e receptores (que agora respondem e tomam iniciativas), como ainda enfrentam tensões de fronteira com processos amadores ou francamente invasores em ação espoliativa de funções.

A perspectiva do século XX localizava os “problemas comunicacionais” como uma incidência do *campo das mídias* sobre os demais campos sociais – e, portanto, presumia um “lugar gerador” das questões. Os demais campos podiam, então, fazer tentativas bastante direcionadas: seja para se defender das “influências” e das tensões aí geradas; seja para se ajustar, aprender a usar “as linguagens dos meios” e açãoá-los em seu proveito.

O conhecimento acadêmico de algum modo repercutia essas possibilidades sociais, desenvolvendo estudos críticos, estudos de linguagens midiáticas, pesquisas de recepção, de usos e apropriações; ao lado de investigações sobre questões políticas, culturais, de sociabilidade, entre outras – focados nessa presença dos meios e processos midiáticos. Já era suficiente para uma grande diversidade de ângulos e uma forte dispersão de linhas reflexivas. A situação, agora, se desdobra e multiplica. Não há mais um centro difusor de possibilidades e desafios – o “campo midiático” – mas uma proliferação de questões que surgem a qualquer momento, a partir de vários lugares da sociedade, em todos os âmbitos da estrutura.

Na linha de pesquisa em Midiatização e Processos Sociais, da Unisinos, distinguimos esses dois momentos pela referência a uma sociedade dos meios (correspondente a nossa segunda etapa, o século XX) e uma sociedade em midiatização (com o período iniciado nos finais do século XX). A midiatização deixa de ser ação e consequência exclusiva dos meios – para referir uma sociedade que age e experimenta (o mais frequentemente em modo canhestro ou invasivo) as possibilidades tecnológicas do momento histórico, *para todas as atividades da comunicação*. As profissões da comunicação afetadas pela midiatização mostram que a direção mídia > sociedade, preferencial no século XX, já não corresponde à realidade das coisas.

Esta é, portanto, muito sumariamente, uma caracterização da etapa no que diz respeito à questão central deste artigo, referente aos desafios para a constituição de um conhecimento comunicacional como ciência básica consistente. O quadro se tornou bem mais complexo, disperso e minado que na etapa epistemológica anterior, do século XX. Se considerarmos nosso objetivo de uma ciência básica da comunicação, estamos aparentemente mais distantes de sua possibilidade, tal a proliferação de questões e de ofertas teóricas, e o estilhaçamento de estratégias metodológicas.

Entretanto, a constatação do período como fase pertinente para formação do conhecimento básico não se refere a uma existência consolidada de ciência, nem mesmo à iminência de sua constituição. Em coerência com a proposta sobre a primeira pergunta, o que temos claro, hoje, é a irrefutabilidade da percepção de um problema comunicacional no espaço social – um desafio que, manifestado em múltiplas formas e circunstâncias, *não pode ser reduzido a nenhuma delas*. Embora ocorrendo em toda uma diversidade de âmbitos sociais, nas quais é modalizado, esse desafio não se mostra como epife-

nômeno ou processo dependente de outras variáveis, mas, inversamente, atravessa as demais questões expressando esse fenômeno proteiforme que entendemos abrangido pela palavra “comunicação”.

O que responde ao “por que hoje?” é o fato de que o problema se afirma abrangente.

6. Terceira questão: que processos constitutivos?

Perceber e afirmar a existência de um problema comunicacional é diverso de saber explicitar esse problema (e as questões incluídas) com clareza e especificidade suficientes para direcionar pesquisas articuladas e desenvolver teorias em processo de geração de consistência.

Como esse conhecimento pode se constituir? Qual o nosso papel de pesquisadores em comunicação? Dada nossa perspectiva sobre a questão “por que hoje”, certamente não estamos agora em uma “estaca zero” do caminho constitutivo de uma ciência.

É preciso lembrar a proposta de Auguste Comte sobre o desenvolvimento de disciplinas científicas, conforme reportado por Alain (1947, p. 295-304): as primeiras perguntas e hipóteses de uma ciência ainda não existente são postas no espaço de outra ciência, já constituída. Ou seja: problemas e conjecturas começam a ser percebidos e postos pelo viés de outros sistemas de objetos e de variáveis, nos quais surgem questões que de algum modo atravessam seu horizonte de percepção.⁴

4 Comte propõe a seguinte sequência: no campo da Matemática foram postas as primeiras perguntas da Astronomia; as primeiras perguntas da Física foram feitas pela Astronomia; na Física surgiram as primeiras perguntas do que depois seria a Química; e esta pôs as primeiras questões da Biologia. E nesta, as primeiras preocupações do que depois se desenvolveu (com participação de Comte) como Sociologia.

Somando-se a essa relevante percepção do século XIX, é preciso assinalar outro espaço fundamental de geração de campos de conhecimento, pelos problemas que aí aparecem: o ambiente da vida prática das sociedades e de suas experimentações de enfrentamento de urgências. Nesse ambiente, questões são formuladas, proposições surgem e são defendidas (em padrão de simples senso comum, ou já com especializações de tipo profissional). A matemática (ou mais especificamente a geometria) não decorre diretamente de ciência anterior a fazer perguntas, mas de questões práticas de sociedade que deviam ser enfrentadas. Assim também a Medicina, a Educação e a Ciência do Direito.

As duas linhagens, questões científicas e problemas de ordem prática, não são independentes entre si. Ao contrário, se relacionamativamente para o processo gerador de conhecimentos. Temos, portanto, amealhada desde nossa segunda etapa, uma excelente colheita de questões práticas, de dúvidas teóricas, de hipóteses e teorias em que a comunicação foi aparecendo, vista como fenômeno perceptível no âmbito de problemas específicos.

Não temos uma teoria (geral) de comunicação, mas temos múltiplas teorias em que o fenômeno se mostra na forma de questões e conjecturas – relacionadas aos problemas que em cada canto foram sendo percebidos. Aparecem seja como problema subsumido a uma questão própria de algum campo científico estabelecido; seja, já agora, ocupando o centro da atenção, embora como aspecto parcial.

Se essa situação de não estarmos em nível zero de conhecimento aparece certamente como uma vantagem – temos uma boa diversidade de conhecimentos – ao mesmo tempo, o quadro geral se apresenta complicado: a diversidade de “ofertas” prévias é muito grande e não concatenada. À dife-

rença da proposta de Auguste Comte, que oferecia, para cada ciência nascente, um ponto de partida em uma ciência estabelecida, em nosso caso, temos múltiplas origens, em diferentes disciplinas e variadas experiências profissionais. O que, aliás, atesta a presença de um fenômeno de grande complexidade.

A sociedade tem problemas comunicacionais, portanto, não só percebidos, mas difundidos e “trabalhados” em todas as áreas – encontram-se no miolo de todas as coisas.

O que não temos é clareza sobre seu perfil, apreensão de suas formas. A comunicação parece hoje ser tão pregnante em todas as coisas e tão multiforme que nos custa organizar sua abordagem. Esta parece ser, então, a dificuldade atual para o desenvolvimento de uma consistência de nível acadêmico. Refere-se ainda ao problema, como foi posto em nossa premissa – mas já agora não correspondendo a uma ausência de percepção deste, e sim a uma percepção em dispersão fractalizada.

De nada adianta pretender uma teoria abrangente e consistente que vá à essência da questão, neste momento – pois qualquer teoria tentada não conseguiria inventar uma formulação harmônica e completa sobre um problema estilhaçado em tantos aspectos. O que precisamos, portanto, preliminarmente, é construir, elaborar e harmonizar o próprio problema.

Não se mostra produtiva, também, a proposta de trabalho interdisciplinar de Robert Craig. Embora instigante pela conotação ativa (diversa do “interdisciplinarismo” parasitário do século passado), não é produtiva justamente porque, nas tradições referidas, os problemas são tratados com outro foco principal. Têm questões específicas e uma elaboração longamente desenvolvida em outras direções. Não é por acaso que Craig as caracteriza como “tradições” – mas são tradições sobre outros problemas. Nestes enfoques, a questão comu-

nicacional surge em posição secundária e conformada pelo âmbito principal.

Não descartamos as duas abordagens – a busca de teorias gerais diretamente voltadas para a questão comunicacional; e o trabalho de composição e tensionamento mútuo entre perspectivas comunicacionais já elaboradas em outros campos de conhecimento. Entretanto, reconhecendo uma questão comunicacional mais abrangente, transversal a outros processos e não epifenômeno destes, minha tese é a necessidade básica de *reconstruir o problema*.

Antes de buscar respostas fundantes, precisamos ter clareza sobre o que é efetivamente esse problema, apreender seus aspectos peculiares para lhes conferir um ordenamento, uma hierarquização e prioridades estruturantes.

Essa dificuldade de organização do problema complementa bem a questão do retardado de uma ciência básica: o problema comunicacional, de difícil percepção, inicialmente só aparecia com clareza no contexto de problemas específicos que lhe “roubavam a cena”; e agora, tendo aparecido em diversidade e conexões irrecusáveis, não favorece um recuo para percepções de conjunto. Temos o problema, mas este aparece ora estilhaçado, ora nebuloso.

Essa é a questão que temos em mãos, e não parece simples. Creio, porém que, no Brasil, temos condições favoráveis.⁵ No contexto de nossa pesquisa, particularmente da pesquisa empírica, temos uma grande diversidade de investigações que buscam características setoriais do que se pode considerar

5 Mais, talvez, do que outros países em que o ambiente científico é mais desenvolvido que o nosso – pois enquanto aqui temos PPGs expressamente caracterizados como “de Comunicação”, o mais frequente é que os estudos da questão são inscritos em departamentos de disciplinas estabelecidas ou vinculados a formações profissionais. Esses países fazem um bom trabalho, entretanto restrito pela subsunção da questão comunicacional à especialidade de inscrição.

como aspectos diversos do fenômeno comunicacional. Este é um primeiro passo na construção do problema. Buscar características do fenômeno comunicacional especificadas pelas circunstâncias da ocorrência é apreender os componentes da questão, nos diferentes aspectos da comunicação.

Essa produção, diversificada e institucionalmente articulada no conjunto dos PPGs em Comunicação, é um trabalho coletivo fundamental para o objetivo de desenvolvimento de uma ciência. Esta, entretanto, não resultará automaticamente do excelente trabalho em curso. Um segundo passo – que pode envolver todos os pesquisadores em atividade na área que assim o queiram – não pede uma troca de objetivos nem de teorias preferenciais, nem de situações observadas de seu interesse. Não exige que nos tornemos todos epistemólogos. Envolve apenas os seguintes encaminhamentos metodológicos:

1. Na investigação de qualquer questão ou problema de pesquisa da área, sobre situações da realidade, precisamos de um trabalho de desentranhamento das características que pareçam mais diretamente relacionadas ao fenômeno comunicacional, como distintos dos aspectos referentes a outras ordens em que a situação observada se organize. Desentranhar, aqui, não significa separar, menos ainda descartar as demais variáveis, mas apenas perceber e compreender os modos pelos quais as variáveis comunicacionais interagem com as demais. Corresponde a compreender, das características compostas observadas, quais são aquelas que melhor evidenciam a ação comunicacional.
2. No que se refere aos acionamentos teóricos (tanto no acolhimento de teorias disponíveis como nas propostas teóricas decorrentes da própria pesquisa), devemos ter um similar trabalho de desentranhamento, teórico agora, para evidenciar conjecturas, heurísticas e objetivos de apreensão do fenômeno comunicacional como distinto. Igualmente: não se trata de separar, mas de identificar perspectivas. Quais fazem emergir o processo comunicacional?
3. Tal trabalho de desentranhamento implica esforços de tensionamento mútuo entre teorias, e entre teorias e objeto, que favoreçam

a percepção de características da comunicação envolvida e dos problemas específicos que lhes são relacionados; assim como sua transferência para outros objetos e questões. O objetivo é o de ajustar teorias – elaboradas para outros objetos – às especificidades de um problema comunicacional.

A premissa que move essa proposição é a ideia de que, quanto mais percebermos especificidades diversas no processo comunicacional (próprias de seu funcionamento, e não das modalizações em que inevitavelmente se inscreve), em diferentes situações, nos variados contextos de sua ocorrência, melhores condições teremos de perceber o que, na diversidade das ações comunicacionais que atravessam aquelas modalizações, se apresenta como questão e problema. Encontraremos, assim, um conjunto crescentemente complexo e articulado de problemas *em perspectiva comunicacional*.

Em outro artigo (BRAGA, 2020) fazemos a proposta de uma analítica que detalha esta proposta, defendendo o acionamento de teorias intermediárias. Essa consistência será composta em busca de harmonia, mas também pelo tensionamento interno de perspectivas para dizer o problema comunicacional em suas variações. Certamente teorias e objetos diversos, menos ou mais abrangentes, decorrerão dessa construção. Mas diversidade aqui já não significará dispersão, e sim processo para consistência.

Conclusão

As reflexões a partir da proposta encaminhada por Luiz Signates – “comunicação como nova ciência básica, tardia e promissora” – nos levaram às três perguntas (por que tarda, por que hoje, que processos constitutivos), com algumas conjecturas que sugerem nos encontrarmos em um momento muito estimulante para a pesquisa em Comunicação – comparável ao da Sociologia na segunda metade do século XIX.

Nossa perspectiva é a de um trabalho conjunto, para construir consistência através de um desentranhamento de problemas comunicacionais na sociedade. Há dois espaços de ação possíveis para esse tipo de encaminhamento, em que o processo básico é o da pesquisa diversificada pelos quais a área já se desenvolve.

O primeiro espaço é o das próprias pesquisas singulares – que podem ir um pouco além (nos seus próprios termos e processos) em contribuições para o conhecimento comunicacional mais abrangente, desde que os pesquisadores se dediquem a acrescentar esse tipo de preocupação a suas observações e inferências.

O outro espaço é um trabalho de pesquisadores e pesquisadoras particularmente interessados no desenvolvimento do campo, através de estudos transversais a diferentes pesquisas, buscando aí heurísticas agregadoras/tensionadoras na diversidade produzida. Nesse aspecto, é preciso ir além de buscar linhas teóricas de afiliação. Quaisquer que sejam estas linhas, o importante é apreender o que as pesquisas mostram (em suas especificidades) como descobertas e direcionamentos próprios que informam sobre características de ocorrência do fenômeno comunicacional. No cotejo de tais materiais, compreender como se articulam e como se tensionam mutuamente e o que decorre como conhecimento dessa articulação.

Nesse âmbito de articulações e tensionamentos, a abordagem implica duas atividades complementares: um trabalho diretamente sobre conjuntos de pesquisas, para uma produção inferencial mais abrangente; e debates subsequentes que atravessem as linhas divisórias entre subáreas de interesse para perceber características comuns, mesmo em modalizações diversas; e para testar o alcance das inferências por perspectivas diferenciadas.

Conhecendo melhor os problemas da comunicação entre os participantes sociais, começaremos a desenvolver consistência nas respostas – e nas teorias. Teremos uma ciência básica consistente quando conseguirmos compor relacionamentos, ainda que tensos, entre características e problemas do fenômeno comunicacional.

Referências

ALAIN [1939]. **Idées. Introduction à la philosophie – Platon, Descartes, Hegel, Auguste Comte.** Paris: Paul Hartmann, 1947.

BRAGA, José Luiz. **Teorias intermediárias – estratégia analítica para o conhecimento comunicacional**, 2020, inédito.

BRAGA, José Luiz. Constituição do Campo da Comunicação. Revista **Verso e Reverso**, São Leopoldo: Unisinos, v. 24, s. 58, 2011, p; 62-77. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/view/924/147>

CRAIG, Robert. Communication Theory as a Field. **Communication Theory**, Nine: Two, May 1999, p. 119-161. Disponível em: <https://people.unica.it/ernestinagiudici/files/2014/03/CRAIG-COMMUNICATION-THEORY-AS-A-FIELD.pdf>

POPPER, Karl. A lógica e a evolução da teoria científica, in **A vida é aprendizagem – epistemologia evolutiva e sociedade aberta**, Edições 70, Lisboa, 2001.

SIGNATES, Luiz. A Comunicação como ciência básica tardia: uma hipótese para o debate. **Revista E-Compós**, v. 21, n. 2, maio/ago. 2018, Brasília: Compós.

Perspectivas Recentes da Pesquisa em Ciências da Comunicação

Adriano Duarte Rodrigues

Encontramo-nos atualmente numa encruzilhada de diversas viragens, enquanto herdeiros de uma multiplicidade de perspectivas. Nas conferências que apresentou em Paris, em Fevereiro de 1929, Husserl perguntava:

Não há quase tantos filósofos como filosofias? Continua a haver Congressos filosóficos; os filósofos encontram-se, mas não as filosofias (HUSSERL 1986: 4).

Este diagnóstico, que Husserl fazia da crise de senilidade da filosofia, parece adaptar-se perfeitamente à crise infantil dos estudos de comunicação do nosso tempo. As proliferação das publicações, das associações e dos grupos de trabalho são mais uma mostra de efeitos de fachada, tendo em vista a imposição de crenças e convicções pessoais,¹ imperativos de carreira e reconhecimento das agências de fomento, do que um verdadeiro e salutar confronto de saberes. Por seu lado, o caminho da maturidade das ciências da comunicação depende da capacidade de reflexão sobre a sua gênese, sobre os percursos seguidos e sobre os impasses atuais.

1 É frequente encontrar trabalhos nesta área começadas pela expressão “eu acho que”. Talvez possamos dar a este estilo o nome de “achismo”.

A constituição das ciências da comunicação como campo de saber² deriva das heranças e das viragens que ocorreram, a partir do século XVII e que parecem ter-se acelerado ao longo do século XX. A sua constituição pretendia propor um paradigma do conhecimento alternativo que contornasse dois riscos antagônicos: o dogmatismo, inerente à crença cega numa determinada perspetiva, e o ceticismo, decorrente da descrença na validade das diferentes perspectivas em confronto. É por isso que, para entendermos as mais recentes perspectivas da investigação que enformam hoje o paradigma comunicacional, considero imprescindível revisitá-las, ainda que brevemente.

Por razões de sistematização, distinguirei as diferentes viragens de que somos herdeiros em torno de três momentos principais, a que darei o nome de viragens cartesiana, kantiana e linguística.

Primeira Parte: As viragens

A viragem cartesiana

A primeira viragem ocorreu sob o fundo da polémica que atravessou a baixa Idade Média entre realistas e nominalistas, entre os que defendiam a existência real dos conceitos universais e os que defendiam que os conceitos universais são

2 Digo “enquanto campo de saber”, porque enquanto comportamento dos hominídeos, a comunicação remonta à própria origem da nossa espécie e o seu domínio não depende do saber que sobre ele possamos adquirir. É importante recordar que qualquer ser humano é dotado de todas competências comunicacionais, independentemente dos saberes formais que possa adquirir sobre a comunicação. A propósito, sobre comunicação um analfabeto sabe tanto como um doutor em comunicação. Pode não saber formular esse conhecimento, mas sabe utilizá-lo apropriadamente nas suas interações com o mundo.

construções da linguagem, dependentes dos nomes que inventamos para os designar.

Foi perante a impossibilidade de dirimir o diferendo entre estas duas perspectivas que, no século XVII, Descartes (1596-1650) decidiu procurar um caminho seguro para fundar as nossas crenças, definindo por isso como prioridade a constituição do método, do caminho a seguir para a descoberta da verdade. Como sabemos o caminho proposto consistia em procurar um ponto de partida numa intuição primeira indiscutível, a partir da qual pudéssemos prosseguir depois na procura das outras verdades. O *cogito*, o “eu penso” parecia a Descartes ser o primeiro ponto de partida indiscutível para esta viagem em demanda das verdades seguras que pudéssemos tomar como rumo para a nossa vida. Dessa primeira intuição inferia Descartes a própria existência de “eu”, do ser pensante, como a segunda verdade indiscutível. Sabemos que, a partir desta primeira etapa, Descartes propunha continuar a sua pesquisa, etapa por etapa, cautelosamente, seguindo o modelo matemático, de modo a ir construindo o conjunto dos saberes, firmes como rochas, que qualquer ser racional não poderia deixar de aceitar como verdadeiros, como alicerces firmes sobre que fundar a sua vida.

A viragem kantiana

Com Immanuel Kant (1724-1804) assistimos a uma nova viragem que se situa no quadro do ideal iluminista, ideal responsável por profundas transformações tanto no domínio do conhecimento científico, da estética e da ética, como no campo político. A viragem proposta por Kant, no campo científico, tinha a ver com a procura das condições a que deveria obedecer todo o conhecimento humanamente possível, no campo estético, correspondia à afirmação da natureza subjetiva e

das normas a que deve obedecer o gosto e, no campo ético, à descoberta das normas a que deveriam obedecer os comportamentos para poderem ser considerados bons e justos. Como sabemos, a esta tríplice investigação dedicou Kant as três críticas, da *Crítica da Razão Pura*, da *Crítica da Razão Prática* e da *Crítica da Faculdade do Juízo*.

Da viragem kantiana, retiramos sobretudo dois ensinamentos fundamentais. O primeiro tem a ver com a fundamentação crítica das condições do conhecimento. Deste primeiro aspecto, decorre o fato de não ser às coisas em si que os seres humanos têm acesso, mas aos fenômenos e de que, para a apercepção dos fenômenos temos que poder situá-los no quadro das categorias *a priori* do espaço e do tempo que o entendimento constrói.

O segundo aspecto tem a ver com a fundamentação das condições dos juízos estéticos, acerca dos critérios do belo, e dos juízos teleológicos, acerca da finalidade dos fenômenos. Para podermos formular juízos acerca do belo e acerca da finalidade temos que contar com os processos intersubjetivos que fundam a comunicação. É nos parágrafos 19, 20 e 21 da *Crítica da Faculdade do Juízo*, a propósito da Crítica da Faculdade de Juízo Estética, que Kant descobre o fundamento universal do gosto no sentido comum e, deste modo, da comunicação:

Se os juízos de gosto (como acontece com os juízos de conhecimento), tivessem um princípio objetivo determinado, então aquele que os profere segundo esse princípio reivindicaria a necessidade incondicionada do seu juízo, Se eles fossem desprovidos de todo o princípio, como os do simples gosto dos sentidos, então ninguém absolutamente teria a ideia de alguma necessidade dos mesmos. Logo, eles têm que possuir um princípio subjetivo, o qual determine, somente através de sentimento e não de conceitos, e contudo de modo universalmente

válido, o que apraz ou desapraz. Um tal princípio porém somente poderia ser considerado como um sentido comum, o qual é essencialmente distinto do entendimento comum. (KANT 1992: 129)

É neste sentido comum dos juízos estéticos que Kant acaba por descobrir a condição de possibilidade de formulação dos próprios juízos do entendimento e dos juízos da razão, porque são os juízos estéticos que fornecem ao entendimento e à razão os dados da experiência a partir dos quais podemos descobrir os conhecimentos empíricos, de que podemos inferir os conhecimentos necessários. Como vemos, Kant atribui ao sentido comum um papel fundamental na constituição da experiência, a começar pelo reconhecimento do seu papel de consolidação do seu sistema crítico, uma vez que é ele que permite definir os critérios de todo o conhecimento possível, tanto dos fenómenos da natureza, como das normas práticas que regulam a vida social e aquilo que é possível desejar.

Como vemos, Kant atribui à comunicação um papel fundamental na experiência, uma vez que reconhece na comunicação das ideias e no acordo entre os homens esclarecidos os critérios para o estabelecimento de conhecimentos universalmente válidos, tanto acerca dos juízos verdadeiros, como acerca das normas éticas e dos valores estéticos. Podemos por isso considerar que a viragem kantiana está intimamente dependente do paradigma pragmático e do ideal iluminista.

É à radicalização deste paradigma pragmatista que viria a dedicar-se Charles Sanders Peirce (1839-1914), radicalização que viria a influenciar a filosofia americana, em particular William James (1842-1910) e George-Herbert Mead (1863-1931) e que viria a constituir o quadro teórico das escolas americanas de comunicação que se implantaram sobretudo em Chicago e na Califórnia. Esta radicalização consistiria na pragmatização dos critérios da verdade, passando a

fundamentá-los, não num qualquer princípio transcendente escondido na essência dos fenômenos que competiria ao investigador descobrir, mas no próprio processo de interação em que os indivíduos se envolvem. É deste processo, sempre provisório e relativo à situação local, em que ocorre que depende aquilo que aceitamos como verdadeiro. É a este enraizamento no tempo e no espaço, a este aqui e agora da verdade que Garfinkel designava a *indexicalidade* e que outros autores designam a *hecceidade* dos fenômenos.

A viragem linguística

No início do século XX, tanto a viragem cartesiana como a viragem kantiana viriam a confrontar-se com a progressiva tomada de consciência do enraizamento linguístico da experiência. Descartes parecia aceitar que o fato de pensar fundamentava o ponto de partida para descobrir a primeira verdade sólida sobre a qual podia edificar o conjunto dos saberes indiscutíveis e universalmente válidos. É este ponto de partida que é posto em causa pela viragem linguística. Afinal Descartes não se confrontou com o fato de pensar, mas com o fato de dizer “eu penso”, com a enunciação de um enunciado. Como tal, o “cogito” só é verdadeiro como fenômeno histórico, fugaz, efêmero e irrepetível; a sua veracidade está, por conseguinte, confinada ao lugar e ao momento em que o enunciado “penso logo existo” é dito. Como é então possível construir com solidez o conjunto de saberes verdadeiros sobre um alicerce tão frágil e efêmero como o de um enunciado?

A viragem linguística radicalizou, também, o princípio do sistema kantiano, ao notar que, se o conhecimento dos fenômenos depende das categorias *a priori* do espaço e do tempo, elaboradas pelos seres humanos, estas categorias não existem na realidade, mas são construções da linguagem.

A viragem linguística retoma, em grande medida, a posição nominalista medieval.

Como vemos, a viragem linguística pôs em causa os próprios alicerces da objetividade do conhecimento científico, ao chamar a atenção para o fato de as proposições serem, como afirmava Wittgenstein (1889-1951), *jogos de linguagem* que constroem o mundo, modos de vida; não são meras representações objetivas do mundo.

Segunda Parte: O paradigma comunicacional

É no quadro dos referidos impasses da procura de edificação da experiência moderna que se foi constituindo o paradigma comunicacional a que vou agora dedicar a segunda parte desta minha apresentação. Apresentarei, ainda que de maneira breve, a progressiva constituição do paradigma comunicacional, na segunda metade do século XIX, assim como as diferentes perspectivas que, desde então, foram sendo elaboradas até aos nossos dias.

A constituição do paradigma comunicacional

Podemos agrupar sob a designação de paradigma comunicacional o conjunto das perspectivas que tomam a comunicação como princípio constitutivo da experiência, perspectivas que surgiram nos finais do século XIX e que se desenvolveram, a partir de então até aos nossos dias. Por razões didáticas, agrupo neste paradigma a perspectiva biológica e etológica, a perspectiva sistêmica e cibernetica, a perspectiva técnica e midiática, a perspectiva crítica e a perspectiva fenomenológica e etnometodológica.

Como a experiência ocupa um lugar central no paradigma comunicacional permitam que defina ainda que brevemente

o que se entende, do ponto de vista comunicacional, por experiência, antes de apresentar cada uma das perspectivas que enformam o paradigma comunicacional.

Para o paradigma comunicacional a experiência é o nome que damos ao conjunto dos saberes práticos de que todos os seres humanos são dotados e que os habilitam a comportar-se apropriadamente nas diferentes circunstâncias em que são levados a interagir com os fenômenos do mundo natural, com os outros seres humanos e consigo próprios. É, por conseguinte, o conceito de *interação* que, por um lado, confere à experiência o seu lugar no paradigma comunicacional e, por outro lado, confere ao paradigma comunicacional a sua natureza eminentemente *pragmática*.³

A experiência é adquirida, antes de mais, ao longo do processo de socialização primária e confunde-se com o processo de aquisição da linguagem, com o processo de aquisição da capacidade simbólica específica dos seres humanos. Começa provavelmente antes mesmo do nascimento e prolonga-se pelos primeiros anos de vida, durante os quais a criança interioriza o conjunto dos saberes indispensáveis à sua interação com o mundo natural, com o mundo social e com o seu mundo próprio, jogando com as instruções que lhe são dadas pela assimilação da língua materna. A partir do momento em que a criança domina as categorias da língua materna, fica dotada dos recursos que lhe permitem interiorizar, ao longo da vida, todos saberes que a linguagem torna possíveis. É à aquisição destes saberes assimilados, ao longo da vida, através da linguagem, que damos o nome de socialização secundária.

3 O termo pragmática é aqui entendido no sentido originário que ainda era o que, no século XVIII, lhe era dado por Kant no ensaio *Antropologia do ponto de vista pragmático*. Neste sentido, pragmática refere-se à utilização que os seres humanos fazem dos seus dispositivos, tanto naturais como culturais.

A experiência habilita os seres humanos a formular e a defender juízos acerca da veracidade, da bondade e da beleza, tanto do mundo natural, como do mundo social e do mundo subjetivo. Esta capacidade manifesta-se na atividade argumentativa da interação social pela qual os seres humanos procuram encontrar entendimentos acerca das condições de verdade, acerca da bondade das normas que regulam os comportamentos e acerca dos critérios que formam o gosto.

A perspectiva biológica e etológica

Podemos ver na obra Charles Darwin (1809-1882) a inauguração de uma das principais perspectivas do paradigma comunicacional, da perspectiva a que podemos dar o nome de biológica e etológica.

Poderíamos também designar esta perspectiva como “naturalista” porque se trata de pensar a atividade comunicacional, não como transmissão de ideias, mas como resultado do processo de interação em que os seres humanos mobilizam os *recursos próprios da sua espécie*. Terei ocasião de mostrar, mais adiante, que “naturalística” toma um sentido sensivelmente diferente para os autores que seguem o ponto de vista fenomenológico. É também por vezes designada como perspectiva “ecológica” pelo papel que os autores que seguem esta perspectiva atribuem ao *território*, enquanto domínio em que se dão as trocas entre os indivíduos e destes com o *ambiente*, trocas que dão origem às interações e que definem os objetos específicos da experiência. Como veremos a seguir, a perspectiva midiática é também considerada como ecológica, num sentido idêntico, mas sublinhando mais a componente técnica específica dos seres humanos.

Podemos considerar que foram a *Origem das Espécies* e sobretudo *A Expressão das Emoções no Homem e nos Animais*,

de Darwin, que deram origem ao surgimento desta perspectiva de estudo da comunicação.⁴

Esta perspectiva afirmou-se no paradigma comunicacional sobretudo através da influência direta que exerceu sobre alguns autores da Escola de Chicago, em particular sobre o pensamento seminal de George-Herbert Mead (1863-1931) e depois, de maneira explícita, sobre as propostas de Robert Ezra Park (1864-1944) e Ernest Burgess (1866-1966) a quem devemos a proposta de criação da disciplina de ecologia humana (PARK e BURGESS 1921).

Atualmente os pesquisadores que seguem esta perspectiva procuram sobretudo mostrar as linhas de continuidade e os pontos de diferenciação nos processos de interação em que se envolvem os seres humanos e os outros seres vivos, merecendo particular destaque os avanços realizados no domínio da etologia animal e da etologia humana. Os progressos notáveis na área das neurociências são a prova da fecundidade desta perspectiva do paradigma comunicacional.

O que esta perspectiva sublinha é a relação dos processos de interação dos seres humanos com os mecanismos de interação das outras espécies, de onde ressaltam, por um lado, as homoplasias e as homologias⁵ entre os comportamentos humanos e os comportamentos animais e, por outro lado, os processos de ritualização que votam os comportamentos análogos ou os comportamentos homólogos a novas funções e a processos de estilização dos comportamentos originários. A imagem antropológica que resulta destas pesquisas é a da inscrição da

4 Para uma revisão do estado atual destes estudos, ver nomeadamente Hauser 1997.

5 Para os etólogos, homoplasias são comportamentos idênticos que se observam em espécies diferentes, em virtude de se tratar de comportamentos que resultam da adaptação às mesmas situações ambientais, e homologias são comportamentos idênticos entre espécies diferentes que tiveram um antepassado comum (Hauser 1997, p. 13).

espécie humana na comunidade alargada da biosfera e de uma descentração do lugar do *homo sapiens* no mundo natural, inserido num conjunto de relações horizontais com os outros seres vivos. À medida que vamos conhecendo de maneira mais pormenorizada os comportamentos animais vamos cada vez mais descobrindo que aquilo que define a nossa espécie é, ao fim e ao cabo, a capacidade, por um lado, de remodelação ritualizante e de reflexividade dos comportamentos análogos e dos comportamentos homólogos aos das outras espécies e, por outro lado da sua sua adaptação a novas funções. Nesta linha de pesquisa, habituei-me a observar as relações de analogia dos comportamentos dos cães e dos comportamentos dos seus donos e dos mecanismos perfeitamente coordenados da sua adaptação recíproca, nos seus passeios cotidianos.

Para os pesquisadores que situam os seus trabalhos no quadro desta perspectiva as questões relacionadas com a especificidade da cultura e da sua relação com as determinações naturais continuam na ordem do dia. A analogia do comportamento humano com aquilo que vamos conhecendo dos mecanismos do comportamento animal, em particular nos antropoides, provoca muitas vezes uma sensação de vertigem e dão a ideia de que a fronteira entre o domínio da natureza e a esfera da cultura não é tão nítida como supúnhamos. A pesquisa realizada no quadro desta perspectiva confronta-se inevitavelmente com dois perigos: o perigo do determinismo, que reduz a explicação de todos os fenômenos da experiência humana ao simples desenrolar das regras que regulam o mundo natural, e o perigo do indeterminismo, que considera que no mundo humano todos os fenômenos resultam de decisões livres e aleatórias.

A perspetiva sistêmica e cibernética

A teoria dos sistemas constitui uma das perspectivas mais importantes do paradigma comunicacional. A sua importância tem a ver, por um lado, com o fato de ela própria pretender constituir um paradigma unificador de todos os saberes, em torno da noção de informação e, por outro lado, por estar na origem de um novo modelo de tecnicidade, do modelo cibernetico, com a invenção de dispositivos técnicos, em alternativa à técnica maquinica que tinha estado na origem do processo de industrialização. Foi sobretudo com Bertalanffy (1968) que esta visão unificadora foi explicitada, mas estava igualmente presente nos anos 40, nas obras de Shannon (1948) e de Wiener (1948) e do próprio Bertalanffy (1949).

O fato de a noção de informação ter uma vocação unificadora confere uma natureza holística à perspectiva sistémica, convertendo-a assim atualmente em modelo transversal a quase todas as ciências. Mas é a sua natureza holística, o fato de a noção de informação se ter imposto em todos os domínios científicos que explica a sua natureza sedutora para muitos estudiosos da comunicação.

Com os mais recentes desenvolvimentos, a teoria dos sistemas complexificou-se. Para esta complexificação contribuiu sobretudo a distinção entre os sistemas fechados e os sistemas abertos, estes últimos capazes de interagir com o ambiente e de assim se adaptarem às transformações que nele ocorrem. Os sistemas abertos são assim os que são capazes de adaptar o seu funcionamento às variações do ambiente com o qual trocam informação. É o caso sobretudo dos sistemas formados pelos organismos vivos e pelos organismos sociais. De certo modo, a relação entre o sistema e o ambiente é análoga à relação que, do ponto de vista formal, existe entre a forma e o fundo. Mas, para a teoria dos sistemas, o ambiente não é apenas um

fundo ou configuração de formas, mas fonte de informação, processo de informação que contraria o risco da entropia, da desorganização, assegurando deste modo a manutenção da organização do sistema. O autor que mais longe levou a utilização desta perspectiva para pensar a comunicação no quadro das sociedades humanas, sublinhando a sua capacidade auto-poiética, foi sem dúvida Niklas Luhmann (2006).

A perspectiva crítica

Uma outra perspectiva que tem contribuído para a constituição do paradigma comunicacional é a perspectiva crítica. Agrupo, nesta perspectiva, não só os autores da Escola de Frankfurt, mas também as diferentes correntes dos Estudos Culturais que surgiram em Birmingham para depois seguirem rumos relativamente novos nos Estados Unidos da América.

Na sua origem, a perspectiva crítica esteve associada àquilo a que poderíamos dar o nome de teoria da suspeita em relação aos ideais da racionalidade iluminista e da denúncia das visões otimistas da evolução técnica. Situa-se na continuidade da crítica virulenta de Nietzsche ao projeto da modernidade europeia, encarada como estratégia de racionalização legitimadora da vontade de poder, simbolicamente representada por Zaratustra. Adorno e Horkheimer, na *Dialética do Escravamento* (1985) foram provavelmente os autores que, de maneira mais clara e sistemática, encarnaram esta suspeita e esta denúncia. Embora o pretexto da reflexão destes autores tivesse um alcance civilizacional e tivesse como pano de fundo o quadro da resistência ao avanço do fascismo que então parecia antever a catástrofe, a sua importância para o paradigma comunicacional acabaria por se impor devido à relação deste contexto histórico com o advento da *indústria cultural*, expressão por eles inventada para referir a transformação da

cultura em mercadoria, ao serviço do capital internacional, também encarada como transformação da dominação violenta dos fascismos na dominação *soft* e sedutora da cultura de massas.

Esta transformação aparecia então, a esta luz, como a conversão do público iluminista, formado por pessoas empenhadas na libertação das diferentes formas de opressão, em consumidoras de produtos culturais visando o lucro e a inculcação das atitudes e dos comportamentos adaptados aos interesses das diversas modalidades de poder.

Nos anos 60 do século passado, a perspectiva crítica seria sobretudo prosseguida pelos Estudos Culturais, que surgiram no âmbito dos estudos literários, no Reino Unido, sobretudo na Universidade de Birmingham.

Embora a inspiração da Escola de Frankfurt continuasse a nortear muitos dos seus autores, novas influências, em particular a de Antonio Gramsci (1891-1937), de Louis Althusser (1918-1990) e de Michel Foucault (1926-1984), e novos objetos de pesquisa acabariam por mobilizar a investigação dos estudos da comunicação que se situavam na perspectiva crítica, sobretudo com o alargamento da sua influência a outros países e continentes, sobretudo nos Estados Unidos da América e na América Latina. Os objetos privilegiados pelos pesquisadores que seguem esta perspectiva são os que apresentam questões sociais e políticas fraturantes, tais como os problemas de gênero, do racismo, das desigualdades sociais.

Uma das questões que merecem atenção urgente dos pesquisadores que adotam esta perspectiva tem a ver com o fato de os seus trabalhos terem sobretudo como objetivo a denúncia partindo de uma atitude *a priori* de suspeita em relação às determinações políticas dos fenômenos estudados. Daí a tendência para selecionar os fenômenos que possam justificar

esse objetivo. A primeira tarefa da teoria crítica e dos estudos culturais é, por conseguinte, a de criar mecanismos de vigilância em relação a possíveis enviesamentos da maneira como são encarados os estudos no quadro desta perspectiva.

A perspectiva técnica e midiática

A perspectiva técnica e midiática é uma das perspectivas mais recorrentes nos autores que trabalham no quadro do paradigma comunicacional, sobretudo nos Estados Unidos da América e nos países em que a origem dos estudos da comunicação foi diretamente influenciada pelos autores americanos, como é o caso dos países da América Latina.

Dou propositadamente o nome de técnica e midiática a esta perspectiva. Como sabem, o termo mídia surgiu, no século XIX, nos Estados Unidos porque os recentes inventos técnicos da fotografia, do telégrafo e das ondas eletromagnéticas eram utilizados nas práticas mediúnicas para simular a vinda das pessoas distantes ou já falecidas invocadas pelos participantes nas sessões espíritas. Acreditava-se, na época, que estes inventos permitiam assegurar fenômenos telepáticos e revelar realidades espirituais, impossíveis de observar com os nossos sentidos (PETERS, 1999).

Esta perspectiva pretende dar conta da componente técnica da cultura e dos processos civilizacionais associados à sua evolução, em particular com a recente realização artificial de uma das modalidades da tecnicidade, a que damos o nome de dispositivos. Ao contrário dos instrumentos, dos utensílios e das máquinas, os dispositivos caracterizam-se pelo fato de re-lizarem tecnicamente artefatos sistêmicos segundo o modelo dos sistemas biológicos. Os dispositivos técnicos tornam-se assim cada vez mais miniaturizados e imperceptíveis à medida que a sua estrutura e o seu funcionamento se vão cada vez

mais confundindo com a própria experiência técnica dos seres humanos, constituindo assim o nosso próprio mundo. É sobre tudo com o seu atual devir dispositivo, que os objetos técnicos mostram de maneira clara a sua natureza protésica, enquanto prolongamento ou extensões do corpo, de acordo com sugestiva expressão de McLuhan.

Merecem particular destaque para o desenvolvimento desta perspectiva do paradigma comunicacional as obras de Martin Heidegger (1989-1976), de Gilbert Simondon (1924-1989), de Marshall McLuhan (1911-1980), de Jacques Ellul (1912-1994). Mas podemos considerar que uma das mais claras definições dos dispositivos midiáticos se encontrava já no diálogo entre Sócrates e Fedro, tal com o encenou Platão, quando no final do Fedro relaciona os efeitos da palavra oral e da palavra escrita com a memória.

A investigação realizada no âmbito desta perspectiva aponta hoje para a importância dos efeitos provocados pelo devir dispositivo da mídia, chamando a atenção para o fato de não serem tanto as mensagens veiculadas, mas os dispositivos midiáticos que intervêm na constituição da nossa experiência tanto individual como coletiva. Para utilizarmos o aforismo de McLuhan, é a mídia que é a mensagem. Curiosamente, depois de ter envelhecido as mídias anteriores, os atuais dispositivos midiáticos fazem retornar, recuperar as experiências nomádicas mais arcaicas, derrubando as fronteiras entre as sociedades e votando a uma espécie de nomadismo planetário constante e sem barreiras, nomadismo que não depende já da mobilidade dos corpos no espaço, mas da conexão às redes electrónicas.

Os trabalhos a realizar no quadro desta perspectiva são de um alcance incalculável, mas temos por vezes a impressão que está tudo ainda por fazer. Muitos autores procuram atualmente saber se estamos assistindo à constituição de novas modali-

dades de sociabilidade decorrentes desta forma de nomadismo midiático a que hoje assistimos. Temos ainda pouca distância crítica para podermos tirar conclusões seguras e por vezes parece que os investigadores projetam os seus desejos, em vez de procurarem dar conta dos fenômenos observados, através de trabalhos empíricos sérios.

Permitam que faça aqui um parêntese para referir brevemente uma das dificuldades que tenho encontrado em muitos trabalhos que recebo de revistas para parecer, sobretudo em trabalhos de investigadores em comunicação que pretendem fazer análise de discursos midiáticos. Na grande maioria dos casos, os autores atribuem aos discursos que circulam na mídia propósitos racistas, políticos, sexistas, sem demonstrarem que estes propósitos têm a ver com a natureza midiática desses discursos. No fundo, muitos desses propósitos encontram-se igualmente noutros discursos, mesmo dos discursos que podemos ouvir entre conhecidos que se encontram na rua, nos transportes públicos, num ginásio ou durante um jantar. Creio que a maturidade da investigação na área da comunicação depende da capacidade de definir aquilo que é específico da mídia, distinguindo-o da especificidade de qualquer atividade discursiva que circula no seio de uma comunidade.

Há também a tendência a privilegiar nas pesquisas de comunicação e sem discussão, os estudos sobre a televisão. Esta tendência contribui para o esquecimento do lugar que outras mídias ocupam na constituição da experiência do mundo e da sociabilidade, como é nomeadamente o papel da linguagem, do grafismo, do vestuário, da escrita alfabetica, da imprensa, da rádio, do telefone celular ou das redes sociais.

A perspectiva interacionista, fenomenológica e etnometodológica

Uma das perspectivas que tem vindo a merecer particular relevo e atenção nos últimos vinte anos é a perspectiva interacionista. Sob esta designação agrupo uma grande diversidade de autores e de obras que retomam a herança da fenomenologia e que, por isso, tentam dar conta dos processos comunicacionais que as pessoas mobilizam nas interações concretas que estabelecem umas com as outras. Trata-se de trabalhos de natureza empírica e microssociológica, apostados em mostrar que as pessoas são dotadas de competências propriamente comunicacionais que as habilitam, não só a utilizar os dispositivos comunicacionais pré-existentes, mas a inventar novos dispositivos e novas maneiras de os utilizar quando confrontadas com as situações, sempre novas, da sua experiência. Merecem, evidentemente, aqui particular relevo os trabalhos de Harold Garfinkel (1917-2011), de Erving Goffman (1922-1982), de Harvey Sacks (1935-1975), Emmanuel Schegloff (1937-).

Permitam que abra aqui um parêntese para referir a utilização que costuma ser feita pelos pesquisadores que enquadram o seu trabalho nesta perspectiva do termo “naturalista”, para distinguir o sentido que este termo adquire aqui daquele que lhe dei quando apresentei a perspectiva naturalista e ecológica. No quadro da perspectiva fenomenológica e interacionista, aquilo que é referido como “naturalista” é, antes de mais, a atitude do pesquisador. Neste sentido, a atitude do pesquisador é naturalista, porque exige dele um esforço constante para se abster de projetar as suas crenças e os seus juízos de valor sobre os fenômenos observados (RODRIGUES, 2012, p. 48-60). Não se trata evidentemente de o levar a recusar os valores em que acredita e que aceita para a orientação da sua vida pessoal e da sua vida coletiva;

trata-se antes de cultivar tanto quanto possível a sua disponibilidade para descobrir e entender os valores que os próprios interactantes investem nas interações em que eles próprios se envolvem e que o investigador tem como objetivo observar, registrar e entender. Daí decorre o outro sentido que nesta perspetiva é dado ao termo “naturalista”, o de partir dos fenômenos tais como eles ocorrem naturalmente nos diferentes quadros interacionais em que as pessoas se envolvem e não de fenômenos provocados artificialmente pelo investigador. Neste sentido, natural contrapõe-se, não a cultural, mas a artificial.

Gostaria agora de sublinhar que os processos de interação são regulados pela lógica da sociabilidade, tal como a podemos encontrar, por exemplo, de maneira exemplar, na instituição do *potlatch* ou da *kula*. A lógica da sociabilidade, ao contrário da lógica do mercado, é ternária, porque abrange os três momentos do processo da dádiva, do dar, do receber e do retribuir, e é uma lógica paradoxal porque cada um dos momentos é ao mesmo tempo obrigatório e livre. A dádiva da palavra ocupa neste processo o objeto de partilha por excelência, porque de todos os bens é aquele que distingue os seres humanos das outras espécies.

Esta perspectiva do paradigma comunicacional visa precisamente entender este processo e mostrar como ele contribui para a constituição do nosso mundo como mundo comum, como comunidade.

Uma colega brasileira disse-me um dia, com uma intenção crítica, que a abordagem interacionista era meramente descriptiva. De fato é verdade que a perspectiva interacionista é descriptiva, mas não o é meramente, porque não procura apenas fazer a descrição dos fenômenos observados, mas descobrir as regularidades, assim como as variantes e as exceções. O que a perspectiva fenomenológica e interacionista recusa é,

por um lado, formular teorias que não resultem da observação e minuciosa descrição dos fenômenos e, por outro lado, isolar os fenômenos observados das relações que estabelecem entre eles no quadro interacional em que ocorrem. A perspectiva fenomenológica e interacionista é, por isso, além de descriptiva, interpretativa ou, se preferirmos, hermenêutica num sentido que me apraz agora sublinhar. E este sentido tem a ver com a distinção entre níveis do trabalho interpretativo. O primeiro nível é o mais importante. Este nível é o da interpretação que os próprios interactantes fazem da interação em que estão envolvidos. A interpretação do pesquisador é uma interpretação de segundo nível e destina-se a dar conta da interpretação do primeiro nível, situando-a no quadro de outros processos interacionais em que foram mobilizados dispositivos comunicacionais idênticos.

Uma outra questão que esta perspectiva levanta tem a ver com a dimensão ou com a escala a que os fenómenos são recortados. A perspectiva fenomenológica e interacionista situa os seus objetos de pesquisa a uma escala aproximada, ao contrário das outras perspectivas que estão mais preocupadas com a escala distante, adotando um ponto de vista macro, tais como a da estrutura ou do sistema. Há razões históricas para a adoção desta perspectiva, mas há também razões fundamentais. As razões históricas têm a ver com o fato de ela ter surgido como reação às tendências estruturalista e sistêmica dominantes nas ciências humanas, tendências que se refugiaram em formulações genéricas de regularidades generalistas e da sua consequente incapacidades de darem conta, de entender os comportamentos, as variações e as exceções que se observam nos comportamentos concretos das pessoas. As razões fundamentais têm a ver, por um lado, com o fato de ser ao nível micro que as estruturas macro são constituídas, geridas e apropriadas pelas pessoas e, por outro lado, com o

fato de, ao nível micro, as pessoas muitas vezes alterarem as regras e as normas gerais, no próprio processo da sua apropriação. Mas há ainda uma razão talvez mais fundamental ainda: o fato de a perspectiva interacional se demarcar da visão solipsista dos fenômenos como costumam ser encarados ao nível macro, para os ver no quadro das situações sociais de interação que os constitui e de que emergem. Para a perspectiva interacional, não é a materialidade de manifestação dos comportamentos que é dotada de sentido; é a sua relação com os comportamentos a que responde e com os comportamentos que provoca que lhes confere sentido. Para esta perspectiva, um gesto e uma palavra podem ter sentidos muito diferentes e até opostos, consoante o quadro interacional em que se inserem. Numa palavra, a perspectiva fenomenológica e interacionista procura dar conta dos processos em que as pessoas se envolvem, processos que constituem os fenômenos sociais e, deste modo, complementa positivamente as outras perspectivas do paradigma comunicacional que consideram os fenômenos como meras aplicações dos sistemas e das estruturas abstratas e desencarnadas.

Conclusão

As diferentes perspectivas do paradigma comunicacional distinguem-se umas das outras pelos diferentes relevos que dão a componentes da experiência moderna, cada uma delas tendo o mérito de sublinhar aspectos importantes, mas correndo evidentemente também o risco de subestimar outros aspectos igualmente importantes.

Distingui as viragens que conduziram à formação do paradigma comunicacional e as perspectivas que enformam hoje esta paradigma. Mas devo imediatamente sublinhar que estas distinções são de natureza meramente didática; tiveram como

preocupação formular orientações de maneira clara. Na realidade elas contaminam-se constantemente entre si, não sendo raro encontrar trabalhos que se situam, ao mesmo tempo, no quadro de várias perspectivas. Não é raro encontrar estudos midiáticos que procuram refletir igualmente a perspectiva ecológica e a perspectiva crítica. Por vezes encontramos hoje trabalhos que se situam no quadro da perspectiva crítica e que combinam referências da perspectiva sistêmica.

De qualquer modo, o que parece hoje claro é que os estudos de comunicação não configuram propriamente um domínio disciplinar preciso. Podemos dizer que se trata antes de uma inter-ciência que lança mão, se deixa contaminar pelos saberes que vão sendo elaborados pelos domínios disciplinares constituídos, indo buscar à filosofia, à história, à antropologia, à psicologia, à sociologia, à linguística, à economia e às ciências da natureza a maior parte dos conceitos e dos instrumentos de análise de que se serve. Por seu lado, os diferentes domínios disciplinares, sem o explicitarem, integram cada vez mais claramente o paradigma comunicacional nas suas abordagens, como podemos observar nas publicações das últimas décadas.

O fato de a comunicação ser uma inter-ciência exige, evidentemente, da parte do investigador em ciências da comunicação uma enorme curiosidade intelectual e um esforço de vigilância constante, não só para identificar a origem dos recursos que utiliza, mas sobretudo para saber exatamente identificar os limites desses recursos. Numa época marcada pelo culto da facilidade e pela amnésia e em que muitos alunos escolhem a comunicação por acharem que se trata de um domínio que não exige esforço, o futuro das ciências da comunicação depende da capacidade de exigência, de rigor e de diálogo com os trabalhos de outras áreas do saber que conseguirmos imprimir aos nossos trabalhos.

Por seu lado, o fato de os diferentes domínios científicos integrarem o paradigma comunicacional coloca hoje um problema de compatibilização das diferentes perspectivas que o constituem, problema que suscita um debate interminável, sem fim à vista, e que muito provavelmente animará a pesquisa em comunicação ainda durante muitas décadas.

Referências

- Adorno, T. & Horkheimer, M. – **Dialética do Esclarecimento**, Rio de Janeiro, Zahar, 1985 (original: 1944).
- Bateson, G. – **Vers une Ecologie de l'Esprit**, Paris, Seuil, 1977 (original: 1972).
- Bergson, H. – **Essai sur les Données Immédiates de la Conscience**, Paris, PUF, Quadrige, 2007 (original: 1927).
- Bertalanffy, L. von – Das biologische Weltbild, Bern, 1949 (Problems of Life, New York, 1952, 1960).
- **General System Theory: Foundations, Development, Applications**, Nova York, George Braziller, 1968.
- Darwin, C. – **A Origem das Espécies e a Seleção Natural**, São Paulo, Madras, 2004 (original: 1859).
- **A Expressão das Emoções no Homem e nos Animais**, Lisboa, Relógio d'Água, 2006 (original: 1989).
- Descartes, R. – **Discurso do Método**, Lisboa, Edições 70, 1993.
- Gadamer, H-G. – **Verdad y Método**, Salamanca, Sigueme, 1988 [original?].
- Hauser, M. D. – **The Evolution of Communication**, Cambridge, Mass., The MIT Press/The Bradford Books, 1997.
- Husserl, E. – **Méditations Cartésiennes. Introduction à la Phénoménologie**, Paris, Lib. Philosophique J. Vrin, 1986.

Kant. I. – **Crítica da Faculdade do Juízo**, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1992 (original: 1790. Tradução e notas de António Marques e Valério Rohden).

Luhmann, N. – **La Sociedad de la Sociedad**, México, Herder, Universidad Iberoamericana, 2006 (original alemão: 1997).

McLuhan, M. – **The Gutenberg Galaxy**, Toronto, University of Toronto Press, 1962.

----- - **Understanding Media**, Nova York, McGraw Hill, 1964.

McLuhan, M. & Powers, B. R. – **The Global Village**, Oxford, Oxford University Press, 1989.

Mead, G.-H. – **Mind, Self and Society: from the Standpoint of a Social Behaviorist**, Chicago, The University of Chicago Press, 1934.

Park, R. E. & Burgess. E. W. - **Introduction to the Science of Sociology**. Chicago, University of Chicago Press, 1921.

Peters, J. D. – **Speaking into the Air. A History of the Idea of Communication**, Chicago, The University of Chicago Press, 1999.

Platão – **Fedro**, Belém, EdUFPA, 2007, 2^a edição.

Rodrigues, A. D. – **A Partitura Invisível**, Lisboa, Colibri, 2005, 2^a edição.

----- - **O Paradigma Comunicacional**, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

----- - Características e Objectivos do Ponto de Vista Naturalista do Estudo das Interacções Verbais, in **Gaudium Sciendi**, n.º 1, Março 2012, páginas 48-60.

Shannon, Cl. – A Mathematical Theory of Communication, in **Bell System Technical Journal**, n.º 27, 379-423 (Julho); 623-656 (Outubro). 1948.

Schutz, A. – **The Phenomenology of the Social World**, Evanston, Ill., Northwestern University Press, 1967.

Simondon, G. – **Du Mode d'Existence des Objets Techniques**, Paris, Aubier, 1989[original?].

Wiener, N. – **Cybernetics, or Control and Communication in the Animal and the Machine**, Cambridge, MA, MIT PRes, 1948.

Watzlawick, P. - **A Realidade é Real?**, Lisboa, Relógio d'Água, 1991 (original: 1976).

Wittgenstein, L. – Investigações Filosóficas, In **Tratado Lógico-Filosófico e Investigações Filosóficas**, Lisboa, Fundação C. Gulbenkian, 1995, páginas 159-611 (original: 1953).

PARTE II

DA EPISTEMOLOGIA DO ESPECIFICAMENTE
COMUNICACIONAL

A comunicação que funda a coexistência

Mayllon Lyggon de Sousa Oliveira

Suely Henrique de Aquino Gomes

Deyvisson Pereira da Costa

o mistério da vida não pode
separar-se do mistério da forma

Peter Sloterdijk

Na geometria, plana ou espacial, o ponto é a base. Uma pequena marcação em algum lugar do mundo, em grafite, tinta ou pixel é também a expressão mais básica do homem de criar e recriar o mundo vivente ou um novo. Vários desses pontos plotados tornam-se linha. Uma medida efetiva entre dois pontos, quaisquer que sejam.

A linha, como tal, inaugura novas configurações de existência. Existe por uma necessidade de ligar dois pontos da “medida da terra”. Retas, curvas e mistas as linhas são possibilidades que podem não só representar o mundo, como também servem para criar traduções desse mundo a partir das perspectivas de quem pode fazê-lo.

Nesse mundo complexo, a comunicação torna-se também uma função: a linha de entrecruzamentos. A encruzilhada do mundo responsável por possibilitar não só a relação entre os sujeitos, mas também a alteração deles por eles mesmos. Nessa autopoiesis, como veremos à frente, a comunicação é o

ponto de inflexão relacional, que opera mudanças de perspectivas, dá forma ao mundo e aos sujeitos, deixa rastros daquilo que já aconteceu e transforma o mundo em um grande e eterno palimpsesto.

A proposta aqui é ensaiar uma possibilidade de entendimento da inauguração desse processo comunicacional, sua forma de ação e execução ante aos corpos, sua relação díade e suas ações. Assim, o que se espera é discutir as relações entre os sujeitos e mundo, sobretudo a técnica, que provoca nos indivíduos e seus corpos modificações constantes e repentinhas.

É um caminho, como se disse, ainda ensaístico, o fim ainda não está descrito ou antevisto. Ele vai se encaminhando a partir de um desengastalhar desse comunicacional ante ao mundo e dos indivíduos presentes nesse mundo. Uma coisa, talvez por ser um ponto de partida, é certa: será um estudo da forma e, por isso, merece um aviso: Que ninguém exceto os geómetras entrem aqui.¹

Uma brevíssima revisão do comunicacional

Todas as formas de conhecimento do mundo se consolidam basicamente a partir de um conjunto próprio de conceitos. Nos meandros do que é dito e não dito, a humanidade constitui-se a partir dessa busca de entendimento do mundo. Para tanto, constrói e desconstrói conceitos, cria fórmulas, inventa e descreve mundos, pensa estruturas, o social, as formas de vida, o além vida e inclusive incorre para uma anamnese daquilo que não pode ser descrito.

A filosofia, um dos importantes marcos para o entendimento desse mundo, inaugura-se como “a disciplina que

¹ Frase citada por *Sloterdijk* e que supostamente estaria inscrita na fachada da Academia aberta por Platão

consiste em criar conceitos”, os quais “não seriam nada sem a assinatura daqueles que os criam” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 11, grifos no original). A filosofia, como criadora dos conceitos, é também resultado daqueles que a criam, uma fórmula relacional que traz em si mesma dois pontos ligados por um entrecruzamento de linhas.

Como uma disciplina que cria conceitos, a filosofia carece antes de tudo de uma fórmula própria de ação para sua exequibilidade. A partir disso, é preciso primeiro resolver um conflito: a filosofia não é a contemplação, nem tampouco a reflexão e muito menos a comunicação.

A filosofia é puramente a disciplina que cria conceitos, inclusive os de contemplação, reflexão e de comunicação, os quais são “máquinas de constituir Universais em todas as disciplinas”, universais esses que “não explicam nada, mas que eles próprios devem ser explicados” (DELEUZE, GUATTARI, 1992, p. 13).

Nos interessa, nesse momento, perceber a comunicação como essa máquina de construção de universais. Seguindo as pistas dos autores, quais universais são criados pela comunicação? E também, o que há de universal na comunicação? Em que a comunicação carece de ser universal para se constituir como um campo científico? Tais perguntas não só são nossa atualidade, como também implicam em uma série de novos pensamentos, estudos e formas de agir e de comunicar.

Partindo de Deleuze e Guattari (1992), o primeiro ponto que consideramos é que se há um conceito de comunicação, ele tem em si mesmo traços de quem o criou, ou seja, uma singularidade particular e característica, logo, é datado e localizado em um tempo e espaço; segundo, um conceito carece e exige sempre renovações, mutações para não morrer e são sempre necessários por causa da relação de “amizade” dos indivíduos com a filosofia, com o mundo e com outros indi-

víduos; por último, um conceito tem sempre uma cifra, um conjunto de elementos que o define, uma multiplicidade, mesmo que as multiplicidades não sejam conceituais e/ou passíveis de conceituação em todos os casos.

O que se propõe, então, nesse primeiro momento é uma busca por esse conceito e, devido ao tempo que se tem para elaborá-lo, proceder uma brevíssima revisão de literatura que almeja entender: o que é comunicação? Há um conceito que lhe dê base? Quais elementos o constituem esse conceito?

Em se tratando de comunicação, Habermas (2011) é um dos mais portentosos pensadores da atualidade. Sua proposta do que é comunicação está, na verdade, incrustada em uma teoria social que busca entender as afinidades, a vida e as formas de ação dos indivíduos e suas formas interacionais imersos (e a partir de) em seus mundos de vida.

Ele propõe a Teoria da Ação Comunicativa, fundada no entendimento abrangente das relações humanas. Sua base mais primária é o conceito de ação, como a possibilidade que os indivíduos têm de agir e interagir intra e entre grupos, por meio da busca racional de objetivos observados pelo agente da ação. Na perspectiva do autor, a compreensão do ser humano em sociedade está nas suas ações de natureza comunicativa, nas suas ações de intervenção e diálogo entre os sujeitos (HABERMAS, 2011). Daí que a comunicação toma a perspectiva de ser um compartilhamento de sentido.

Para dar base à sua proposição teórica o autor aponta três outros conceitos elementares: mundo da vida, como o espaço em que acontecem as buscas comunicacionais, bem como os consensos; subsistemas que são dirigidos pelo poder ou pela moeda, personificados em estado e mercado; por último as relações entre o mundo da vida e os subsistemas, uma relação

na qual o primeiro é colonizado e instrumentalizado pelo segundo (HABERMAS, 2011).

O que parece complicado em Habermas é que o entendimento intersubjetivo, necessário para a ação comunicativa, pressupõe duas ações que não são passíveis de serem coordenadas: o entendimento intersubjetivo dos atores, que implica também em um reconhecimento das partes; e as reivindicações e pretensões de validades, acertadas a partir dos recursos disponíveis em seus próprios mundos de vida, ou seja, um conjunto de padrões historicamente construídos pelos homens.

As proposições harbemasianas demandam prioritariamente dois elementos cruciais: antes, que as relações de poder sejam verticalizadas, em uma pressuposição de posse, por meio do qual o falante pode sujeitar o ouvinte sem que esse apresente resistência. Isso parece paradoxal uma vez que, para o autor, a ação comunicativa implica necessariamente na discussão e no embate entre dois indivíduos, já que o consenso é o fim da comunicação. E se apenas um dos indivíduos tem o direito de falar ou tem validado aquilo que fala, mesmo que haja discussão, a efetividade da ação será sempre marcada por quem pode falar ou pelos discursos validados.

Depois, o reconhecimento do indivíduo enquanto tal está necessariamente relacionado às suas próprias condições e conjunto de “critérios” construídos culturalmente e disponíveis no mundo da vida do interlocutor, o que parece uma inclusão, na verdade apresenta-se mais como uma exclusão, uma vez que tal reconhecimento não só é difícil em várias relações (vide relações de gênero, sujeitos de sexualidades dissonantes, relações raciais), como ter apenas os critérios próprios do mundo da vida implica, novamente, na relação de sujeição de um indivíduo por outro.

Em termos mais amplos, esse poder ou força, institucionaliza-se na forma de estado ou de empresa, na busca pela transformação dos meios de comunicação em um fim em si mesmo, ou seja, em mecanismos de controle, que almejam colonizar os mundos da vida, o que implicaria, necessariamente, na domesticação dos indivíduos.

Essa virada habermasiana aponta os indivíduos, em maior ou menor grau, como uma massa amorfa, passível de aceitar um conjunto de ações comunicacionais – oriunda também dos meios de comunicação – que os impele a ações que esses sujeitos não racionalizam sobre, apagando a capacidade dos sujeitos de pensar e agir sobre si mesmo e sobre os espaços que habitam. Também implica em uma percepção do agrupamento dos sujeitos de viver em paz e harmonia, sempre disponíveis para uma comunicação em busca de consenso, que é o próprio fim da comunicação.

Ao seu tempo, Ciro Marcondes Filho (2013) propõe a comunicação separada em três tipos básicos: clássica, das falas e registros; tecnologicamente mediada, por meio da irradiação; e digital, que não tem necessariamente uma correspondência com um objeto real. A partir dessa relação entre um emissor e um receptor, o autor começa a desengastalhar uma comunicação que se efetiva basicamente a partir de modificações – que ele chamará de acontecimentos – provocados no receptor.

Para o autor, tudo que existe sinaliza, emite sinais específicos, que podem tornar-se informação e comunicação ou coisa alguma. Na relação entre aquele que emite e aquele que recebe, a informação acontece quando o sujeito que recebe se interessa pelo estímulo que está recebendo e situa-se no mundo a partir das informações que recebe. Assim sendo, a informação tem uma função de apoio na tomada de decisões. Já a comunicação acontece quando há um abalo, ruptura, nos posicionamentos,

valores, pensamentos e reflexões, em suma, quando há uma transformação no ouvinte a partir do sentido criado pela comunicação, daí o acontecimento, um certo ponto de modificação o qual não há volta (MARCONDES FILHO, 2013).

Nesse sentido, a comunicação torna-se a existência e a precedência de um tu ao eu, uma vez que o “tu me precede” e a comunicação é a “capacidade de romper a redoma de nós mesmos, o círculo fechado de nossa autossuficiência e buscar o outro, reconhecer sua alteridade, sua especificidade, sua diferença em relação a mim, sua estranheza” (MARCONDES FILHO, 2013, p. 36).

Assim, pelo que assinala Ciro Marcondes, explicitada por José Luis Braga (2010), a comunicação é uma forma específica de interação por meio da qual surge algo novo. Sob esse ponto de vista, a comunicação torna-se rara ou impossível na maior parte das vezes. Pelo que aponta Braga (2010a), Marcondes “adota e enfatiza um valor essencialmente alto de comunicação. Ou seja: para o autor, comunicação é a boa comunicação, bem-sucedida, que articula, integra, vincula, e cria reconhecimento mútuo (BRAGA, 2010a, p. 69, grifos no original).

É nesse ponto que as proposições de Ciro Marcondes são complicadas. Não só porque a forma comunicacional que ele aponta é quase impossível de acontecer, mas porque considera que a comunicação só acontece e é efetiva nessas condições em que há obrigatoriamente uma modificação, um acontecimento naquele que recebe o estímulo.

Em contraponto, Braga (2010a) propõe a comunicação como uma tentativa, uma relação que acontece e se efetiva por meio de toda e qualquer troca e articulação entre indivíduos, grupos e setores sociais. É também algo que acontece em um meio caótico marcado por casualidades aquém, inclusive, das intenções. Para ele,

Comunicação é o processo voltado para reduzir o isolamento – quaisquer que sejam os objetivos e os modos de fazer. A comunicação é sempre performativa, qualquer que seja o resultado – admitindo, exatamente porque *tentativos* (com variada probabilidade e baixa precisão), que o ajuste e a sintonia são apenas aproximadamente previsíveis, geralmente de reduzida qualidade. Mas é isso, creio, que precisamos entender como funciona, quais as margens de *aperfeiçoamento possível*; e quais os espaços em que é da própria imprecisão que se espera a flexibilidade para o humano e para o social. Pois é essa imprecisão mesma que, em algumas situações, equilibra a opressão comunicacional e se põe como barreira última para o *pensamento único* (BRAGA, 2010a, p. 69-70, grifos no original)

Sendo tentativa, por vezes imprecisa, a comunicação performativa funciona ciclicamente a partir de uma série de erros, acertos, adaptações e novas formas de ações. Assim, diferente de Ciro Marcondes, a comunicação não é apenas os raros momentos de comunhão e abertura total à novas significações e sentidos, mas antes um procedimento cotidiano e banal de troca que inclui um conjunto múltiplo de processos e objetivos moduladores “estéticos, afetivos, racionais, intelectuais, científicos, práticos, de aprendizagem, políticos” (BRAGA, 2010a, p. 70).

Nessa perspectiva, a comunicação performativa em Braga *et al.* (2017) indica que há sempre um compartilhamento, não implicando, necessariamente, em um produto pronto e acabado que busca o consenso. Assim, tal performance indica antes um conjunto de tentativas. Assim, a

Comunicação parece ser o processo voltado para reduzir o isolamento e para a ação conjunta entre humanos – quaisquer que sejam os objetivos e os

modos de fazer – admitindo, exatamente porque tentativos, que o ajuste e a sintonia são apenas aproximadamente previsíveis, geralmente de reduzida qualidade. A comunicação pode ser – e frequentemente é – canhestra (BRAGA *et. al.*, 2017, p. 21).

Para determinar esse performativo, José Luiz Braga utiliza-se das premissas de Austin (1976), que afirmam basicamente que os enunciados não podem/devem ser considerados apenas a partir do que é conveniado como falso ou verdadeiro, mas antes a partir de uma performance que os caracteriza como felizes ou infelizes. Dessa feita tais enunciados não seguem a priori um conjunto de regras formalizadas ou o rigor do próprio código, mas antes funcionam ou não a partir das relações presentes em um conjunto de circunstâncias diversas das situações concretas (BRAGA, 2017).

A comunicação, nesse sentido, deve se focar sobretudo em processos “mais sutis e menos controláveis, não codificados, que necessariamente se põem em marcha para integrar e completar toda e qualquer comunicação, por mais codificada que esta seja” em outros termos, os estudos comunicacionais firmam-se sobretudo em “processos inferenciais” (BRAGA, 2017, p. 26).

Isso nos válido, uma vez que, a partir do que aponta o autor, a comunicação deixa de ser vista como um código ou a utilização desse para modificar os sujeitos. Ou ainda obter um compartilhamento de sentidos na busca de consenso. Voltando-se para pensarmos a comunicação para além da simples decodificação da mensagem, mas, sobretudo, relacionar os enunciados com a situação contextual em que eles são feitos, ou seja, uma performance em contingência e constante atualizações.

Partindo dessa premissa, José Luiz Braga (2010b, p. 42) aponta ainda que os “episódios comunicacionais ocorrem sempre ‘pré-moldados’ pelos processos sociais mais amplos

em que se desenvolvem – e que deveriam igualmente ser examinados em contexto, para não perdermos a complexidade de suas vinculações”.

Nesse sentido, a comunicação começa a ser vista a partir de um contexto e ambientes interacionais por meio do qual o social elabora seu próprio comunicacional. E é aqui que entra um ponto importante, uma vez que é a partir da linguagem acionada para a interação comunicacional que a comunicação acontece.

O autor ressalta que a linguagem não se reduz apenas ao código, nem tampouco às regras estritamente linguísticas, conforme explicita Saussure, mas antes como uma instituição que possui em si mesmo um conjunto de padrões operacionais entendido e aceito pelos indivíduos que a utilizam, ou seja, uma certa performance estabelecida e (re)estruturada no processo interacional (BRAGA, 2010b).

A comunicação, a partir desse ponto de vista, é responsável por dar vida às instituições, inclusive à linguagem, uma vez que o fenômeno comunicacional é o “processo social de seleção, ajuste e redirecionamento de imaginário, percepções e lógicas”, sendo portanto, a base a partir da qual os sujeitos constroem interações entre si, a partir das possibilidades que lhe são disponíveis. Nesse sentido,

a comunicação faria parte, necessariamente, de todo processo *instituinte* das instituições: a) como processo articulador entre percepções, interpretações, racionalizações, invenções e lógicas acionadas; b) como processo de circulação de tais elementos, implicando reinterpretações, negociações, reajustes, desvios e novas percepções – simplesmente em decorrência do próprio circular de idéias e de práticas; c) como requisito para a busca de equilíbrio, ajuste, negociação, seleção de significações

aproximadamente comuns entre os participantes; e d) como requisito de uma prática articulada e composta na qual as ações de uns e de outros possam ser mutuamente referidas (ainda que conflitivamente – e nesse caso, sendo definíveis os termos do conflito) (BRAGA, 2010b, p. 46, grifos no original).

O ponto é que a comunicação se torna, a partir da visão do autor, o aspecto basilar na constituição das instituições. Ela inaugura possibilidades para que os sujeitos convivam e, mesmo que de forma não harmônica, acertem um conjunto de regras que são instituídas e compartilhadas socialmente. As regras acordadas são, em certa medida, estáveis e encarregadas de organizar processos sociais a partir de lógicas locais. Essas são produtoras e produtos de interações dos sujeitos, formando inclusive instituições como a sociedade e a linguagem, incumbidas de dar sentido à existência dos sujeitos.

Em outros termos, é a interação, um processo puramente comunicacional, que é responsável por inaugurar as instituições, dentre elas a linguagem. Tais instituições são um conjunto de regras mais ou menos estáveis que possibilita a existência dos sujeitos. Considerando que o interacional pressupõe ao menos um par, dá indícios de que a própria existência dos indivíduos carece de uma diáde – uma relação – para se consolidar no mundo. Assim, portanto, começamos a perceber que a coexistência precede a existência e essa coexistência só acontece a partir de interações entre indivíduos consigo e/ou com o mundo. Seria essa coexistência – garantida pelas interações – o universal do conceito de comunicação.

Dasein antes de Mitsein

Heidegger, um dos mais expressivos pensadores sobre o ser, aponta em *Ser e Tempo*, uma série de conceitos sobre

a questão da existência dos seres no mundo. Suas proposições – ancoradas na fenomenologia - indicam uma ontologia, não como uma “determinada disciplina filosófica”, mas uma ciência mesmo e, como tal, deve ser desenvolvida a partir das “necessidades concretas de um perguntar determinado e do modo de tratamento exigido pelas ‘coisas mesmas’”. Seguindo essa trilha, a fenomenologia é a via de acesso à ontologia. Uma vez que “fenômeno é somente o que constitui o ser, e ser é sempre um ser de um ente” (HEIDEGGER, 2005, p. 68).

No diagrama do que o autor considera um ser, ele aponta uma série de outros conceitos, comprovando o que é argumentado por Deleuze e Guattari (de que um conceito nunca está sozinho) (1992), que aqui carecem ser levantados. Dentre eles os mais importantes para o entendimento são: ente, ser, dasein, mitsein e mundo.

O primeiro ponto a se pensar, a partir do que Heidegger propõe, é a etimologia dos seus conceitos. Uma vez que seus postulados não apenas anunciam uma série de discussões conjuntas e implicam em criações da língua em que o autor escreve, como articulam uma série de outros conceitos. Não obstante, o autor ainda localiza seus conceitos na fenomenologia, uma disciplina bem particular.

Na analítica da existência heideggeriana, “o ser é sempre o ser de um ente”, ou seja, o ser deverá ser sempre visto a partir dessa relação que ele estabelece com os entes, uma vez que ele chama de “existência ao próprio ser com o qual o dasein² pode se comportar dessa ou daquela maneira e com o qual ele sempre se comporta de alguma maneira” (HEIDEGGER, 2005, p. 39).

2 Na tradução de Marcia Sá Calvalcante Schuback (2005), que serviu de base para o trabalho, ela traduz *dasein* como pré-sença e *mitsein* como co-pre-sença. Aqui, adaptando a tradução, preferimos por utilizar os termos no alemão original, uma vez que eles, já conhecidos e difundidos no meio acadêmicos, são suficientes para a compreensão dos postulados.

O autor ainda explicita que o dasein é como uma compreensão do ser de si próprio, uma vez que essa compreensão sinaliza as determinações da sua própria experiência no mundo. Portanto, o dasein, seria a forma como o ente, “deve ser trabalhado e desenvolvido em seu ser, de maneira suficiente para que o questionamento se torne transparente” (HEIDEGGER, 2005, p. 41). Mais adiante, o autor ainda expressa que o dasein é um ente que, na compreensão de seu ser, com ele se relaciona e se comporta. Com isso, indica-se o conceito formal de existência. Nesse contexto, o ente é aquilo que está no mundo.

Desse modo, o ser é como um ente solto no mundo, no nada. Mas também a compreensão desse ser a partir do dasein, do ser aí, é uma condição base para a existência. Em outras palavras, todo ente é passível de ser no mundo, mas o dasein carece de um trabalho de compreensão de seu ser, de seu estar aí e das relações que ele estabelece com mundo. Como tal, carece também de uma abertura, ou seja, de um estar disposto para esse mundo.

A relação entre o ser, o ente ou dasein se dá dentro do mundo, mas é, ao mesmo tempo, destituída do mundo. Ou seja, o “ser aí” é também um ser correlacionado com o que lhe envolve no mundo. Considerando que não há ser sem ente, nem tampouco há ente sem mundo, começa-se a delinear nesse horizonte do filósofo da floresta negra a coexistência e a necessidade de mais uma categoria: o mitsein (HEIDEGGER, 2005).

Em primeiro lugar precisamos perceber que em Heidegger o mitsein não toma conotações éticas (MARTINS FILHO, 2010). Ele não é uma escolha, nem tampouco um comportamento ou atitude dos homens, mas é, antes, uma condição própria da existência desse ser no mundo. Assim, e de modo

mais abrangente, o mitsein é o caráter fundamental e caraterístico de um modo de ser de todo dasein.

Por isso, “se somente o homem é dasein, também somente ele é mitsein”. Assim, “ser mitsein é dado fundamental de sua constituição” e o próprio “dasein já é garantia de compreendê-lo como mitsein”. Ressalta-se que não é uma relação sempre de um “eu”, preexistente, para um “tu” objetificado, mas “o outro de dasein é aquele que se encontra com ele no mundo; em certo sentido, é o próprio mundo” (MARTINS FILHO, 2010, p. 150, grifos no original).

A partir do que apontam os autores, Heidegger (2005) e Martins Filho (2010), percebe-se que: 1) não há condição de existência do ser sem um mundo; 2) o mundo como possibilidade de existência é também um ente com o qual o sujeito precisa lidar na sua própria compreensão; 3) o dasein não é dado a priori, mas um trabalho de compreensão; 4) a relação entre os entes e os seres precede inclusive os seres, mesmo que o mundo seja modificado nessas relações.

Se o ser está sempre no mundo, se são as suas relações no mundo que caracterizam sua existência e se esse mundo é precedente, como o espaço que recebe o sujeito. Então o que precisamos compreender é: quais são essas relações? De que forma essas relações se inauguram, constituem e, sobretudo, o há de comunicacional nelas?

Antes da Luz, o outro verbo

No ocidente, banhado pela tradição judaico cristã, a primeira relação é estabelecida quando Deus, cria o mundo. Nesse mito inaugural, Javé, portador do verbo diz haja luz e houve luz. Daí a seis dias, esse mesmo Deus cria Adão com a junção de barro/ar e dá início à técnica, um elemento constitutivo sem o qual os indivíduos não podem ser pensados.

Mais ainda, inaugura novas formas comunicacionais, que instituem e introduzem no mundo linguagens e formas específicas de compreensão, não como um código, mas como um meio próprio de agir e ser no mundo.

O fabricante todo poderoso, conforme indica Sloterdijk (2003), cria um igual a si, à sua imagem e semelhança. E, então, em seu ato magistral, inspira-lhe na narina o fôlego da vida. O homem recém-criado é o opus magnun de um trabalho técnico e diádico, tanto uma manufatura quanto uma inspiração. Impossível de ser vivo sozinho, o barro é apenas um ente no mundo e o sopro do divino carece de vaso para recebê-lo.

A metafísica, a partir de um android de barro, para recuperar os termos sloterdijkianos, começa como metacerâmica e um trabalho técnico duplo: primeiro uma confecção manufaturada do pó do mundo; depois um poder e saber fazer pneumático que dá vida, assim, “el hombre - tal es implice aquí la enseñanza - es un vascular que solo mediante un anadido despierta a su destino de ser ‘imagen fiel’” (SLOTERDIJK, 2003, p. 42).

Aqui, já a partir do mito criacional, a técnica começa a ocupar no humano e nas suas relações uma série de forças constitutivas e apontam para o que se convencionou chamar de hominidade.

Voltando-se para uma situação mais próxima e biológica, aliada à questão mitológica da criação da humanidade, o autor aponta a “ressonância” como a ligação sempre existente de um com “com” e um “lá” que constrói esferas. Antes do nascimento, essa ressonância se dá no espaço uterino, em que o feto começa a ser um “com”: uma relação de punhado de células de configuração específica, que subexiste apenas em relação com líquidos, com o interno da própria mãe e a placenta como um gêmeo.

De lá, esse pequeno ente ainda não nascido pro mundo, precisa aprender a viver em conjunto tanto no sentido espacial, quanto sinestésico, a partir da audição dos sons externos e do próprio corpo da mãe (SLOTERDIJK, 2003).

Ao sofrer a ebuição do nascimento e passar do líquido para o ar, há a despedida da placenta e começa-se a reconstruir a esfera que serão sempre estouradas e reconstruídas pela manutenção da ressonância.

Apontadas essas imagens dos nossos nascimentos, como espécie e como pessoa, cabe expor o que são as esferas. As bases que indicam o questionamento de Sloterdijk (2003) é responder: “o que significa precisamente estar no mundo?” E depois, “onde estamos quando estamos no mundo?”. Sua proposta, é pensar o dentro, uma vez que na sua perspectiva o mundo é um “design de interiores”, sobretudo porque a relação entre o mundo e os indivíduos funciona pautada numa imunologia.

Ao pensar o dentro, ele aponta um certo sistema imunológico que serve como proteção para as intempéries e assim, naturalmente, também pensa o meio. Uma vez que,

Lo medial pervive en los estados de intensidad, en la entrega y admiración, la angustia e la compasión, la simpatía y antipatía. De ahí se sigue la idea, por supuesto que no nueva pero sí nuevamente sopesada, de que la coexistencia precede la existencia [...] ¿Que es un meio? Un algo inspirado, sonorizado, iluminado, tomado, atravessado, disuelto, envuelto por outro [...] en este sentido cada un es um médio: un ser de alta permeabilidad (SAFRANSKI, 2003, p. 16).

Seguindo esses postulados, todos os indivíduos são um meio, porque altamente permeáveis e imersos em relações mediais. Dessa feita, Sloterdijk (2003) aponta, a partir da teoria das

esferas, uma ontogênese: aquilo que acomete os indivíduos antes mesmo de eles serem no mundo, orquestrando uma nova perspectiva para o dasein heideggeriano.

Em outras palavras, se o dasein do Heidegger (2005) parece pressupor um sujeito, que é descrito a partir da fenomenologia e da própria explicação da manifestação das coisas, a ontogênese de Sloterdijk (2003) sugere uma arqueologia da intimidade, uma ginecologia negativa que dá indícios da constituição do sujeito desde seu primado mais básico: as interações do indivíduo com o mundo. Ele o faz sem necessariamente recorrer para uma discussão a partir de uma psique ou de uma alma anterior ao corpo.

Assim, as bases para essa ontogênese são as esferas criadas por e para seres extáticos, cuja função é os proteger da operação do exterior. Ou seja, as esferas basicamente são sistemas imunológicos presentes na vida dos sujeitos e sem os quais eles não vivem. Ainda segundo seu pensamento, sua teoria das esferas é uma “teoria dos meios”, ou seja, uma “ciência geral da visitabilidade de algo por algo em algo” (SLOTERDIJK, 2003, p. 38-39).

Sloterdijk (2006), a partir da sua leitura de Luhmann, aponta que as esferas, tal como os sistemas luhmannianos são autopoieticos, são capazes de gerar, produzir e reproduzir a si mesmo a partir das relações entre os sistemas e o meio. Se na teoria comunicativa luhmanniana a comunicação é improvável, mas sempre em ação, em Sloterdijk ela toma a função regulatória das relações, aquilo que possibilita a chegada do homem à casa da linguagem e também a sedenterização da vida (SLOTERDIJK, 2000).

O autopoietico luhmaniano indica que os sistemas são capazes de reproduzir e produzir a si mesmos e tem uma força gerativa, fatores que agem conforme um intercâmbio entre o

sistema e o meio (LUHMANN, 2009). Ao sugerir-los como autopoiéticos, ele busca o conceito em Maturana e Varela (1997, p. 55), segundo os quais, “a característica mais peculiar de um sistema autopoietico é que ele se levanta por seus próprios cordões, e se constitui como diferente do meio por sua própria dinâmica, de tal maneira que ambas as coisas são inseparáveis”.

Dessa feita, aquilo que distingue os seres vivos (indivíduos) da organização autopoietica (técnica) são as suas próprias estruturas dinâmicas e autônomas (MATURANA e VARELA, 1997). Aqui, portanto, as proposições indicam que a comunicação, enquanto um sistema próprio e característico que permeia as relações entre os indivíduos e aquilo que acontece em volta.

A comunicação, portanto, constitui-se a partir das suas próprias dinâmicas, não sendo uma comunicação que só acontece quando há uma modificação do ouvinte, mas uma performance que se repete, se adapta, se institui e que acontece no seio de um conjunto de relações entre indivíduos (reduzindo o isolamento), criando novas dinâmicas (atualizações e modificações) e instituindo-se como uma técnica (racionalidade governada por um sujeito consciente (FOUCAULT, 2008)).

Isso transparece ainda mais à medida que percebemos que a as relações dos primeiros hominídeos com os outros é marcada por uma série de condições imunológicas próprias. Para Ribeiro (2013, p. 68), as primeiras comunidades nada mais foram do que esferas inspiradas por mensagens metaempíricas: deuses, espíritos, entidades, almas, demônios ou Deus” e são essas esferas que serviram como “agentes imunizadores dos bandos e das hordas, pois conseguiram criar impermeabilidade esférica contra os bárbaros, ou seja, contra todos que fossem não-próprio”.

Assim, Sloterdijk, conforme aponta Ribeiro (2013), promove um deslocamento de uma metafísica substancial dos próprios seres, para uma ontologia diádica. Mesmo que o mundo não seja um dado cosmológico ou ontológico, ele é ôntico e também fático, habitado por seres com um conjunto de estruturas vivenciais, reais, situacionais e afetivas, em suma, não unitárias, mas sempre relacionais e relativas.

Nesse caso, a experiência primordial deixa de ser uma mônada e constitui-se como uma diáde, uma vez que a esfera é um círculo aberto, pois, “Não consiste em uma unidade monádica, mas em uma unidade diádica. Desde a região mais remota de origem da vida, somos marcados indelevelmente por uma experiência relacional: eu-tu” (RIBEIRO, 2013, p. 69).

Sendo diáde, a esfera não é uma unidade ontológica a qual se deve retornar, mas, aí recuperando os postulados de Heidegger, o mundo torna-se aquilo que a abertura do ser-aí permite e, como tal, há uma infinidade de mundos tanto quanto houver de *dasein*. Essa percepção não parte da busca por uma unidade original e/ou fundante, mas de uma diáde, um processo relacional.

É nesse ponto que Sloterdijk (2003) contrapõe o pensamento heideggeriano: em todos os casos, a coexistência, o *mitsein*, precede a existência. E se a coexistência precede a existência, temos primordialmente duas acepções elementares: a primeira essa coexistência sendo diádica carece minimamente dois elementos que se relacionam de alguma forma; segundo, que acontecendo em sociedade essa relação diádica funciona a partir de uma estratégia comunicacional, como uma tentativa de reduzir o isolamento.

O ser que sabe

A virada da vida moderna é conhecida, a partir de Sloterdijk (2003), após a mudança na cosmogonia regente inaugurada com a descoberta heliocêntrica de Copérnico. A partir dessa descoberta, começa-se a cartografar toda uma série de espaços vazios, inabitados, com os quais os humanos só podem sonhar.

Nesse ponto, a humanidade não só percebe um conjunto de elementos para além do seu universo único e particular, como também se percebe sujeita à uma série de outros elementos, não só mais frios e distantes, como também, e inclusive, inatingíveis à sua pequinês física, os quais carecem da técnica para se ter acesso.

Assim, o mito prometeico³ ganha não só sentido, como funcionalidade. A humanidade carece da técnica como uma forma de aplicação dos conhecimentos disponíveis no mundo e a partir do qual o sapiens não só se percebe pequeno e imaturo como também começa a perceber que,

3 Segundo a proposição do mito de Prometeu e Epimeteu, à hora da criação da humanidade, os deuses gregos ordenam aos irmãos, Prometeu e Epimeteu, que distribuíssem entre as criaturas do mundo todas as qualidades que devessem ser providas. Epimeteu então pediu ao gêmeo que fizesse a distribuição e o irmão apenas inspecionasse ao final. Uma vez permitido, Epimeteu começa então a distribuir as qualidades (força a um, armas ao outro, peles grossas, cascos, fecundidade e afins). Por erro de cálculo, Epimeteu não percebeu que na distribuição das qualidades esqueceu as que seriam dadas ao homem. Ao examinar a obra do irmão, Prometeu percebe o homem nu, sem calçados, sem cobertura e armas, diante da dificuldade e para não deixar o homem “morrer à mingua” ante as adversidades, Prometeu rouba de Héfesto a habilidade com o fogo e de Atena a inteligência, ou seja, dá ao homem aquilo que era, até então, unicamente divino, não só transformando o homem em um semi-deus, como também criando, no homem, um ponto de contato com as divindades, as quais o homem, dada a sua inteligência, rende cultos. Uma vez descoberto e acusado de roubo, a paga de Prometeu é ficar preso eternamente em um penhasco onde tem o fígado comido todos os dias e a noite se regenera para sofrer novamente.

Cualquier mirada a la fabrica terrestre y a los espacios extraterrestres basta para acrecentar la evidencia de que el ser humano es sobrepassado por todos los lados por exterioridades monstruosas que exhalan hacia él frío estelar y complejidad extra-humana. La vieja natureza del *Homo Sapiens* no está preparada para essas provocaciones del exterior (SLOTERDIJK, 2003, p. 30).

Esse conhecimento é o meio que o humano utiliza para tentar imunizar a si mesmo do mundo exterior. Não é apenas uma discussão existência na busca por saber quem somos, qual nossa essência ou a nossa existência a partir de um exercício sobre si, mas antes uma busca por entender onde estamos!

Tendo o lugar como algo dado, não pensamos sobre ele, mas é impossível pensar num ser fora do lugar inóspito que ele existe, uma vez que “estamos en un exterior que sustenta mundos interiores” (SLOTERDIJK, 2003, p. 36). Nesse sentido, a técnica torna-se o meio a partir do qual os indivíduos (bípedes, sem cascos e penas ou qualquer ferramenta para proteção do mundo) sobrevive.

Se seguirmos essa trilha apontada de que a coexistência precede a existência, não há, portanto, um espaço ou ato que não seja dialógico e comunicacional. Pensar nessa abordagem proto-ontológica ligada ao espaço, as relações desses espaços com os seres e dos seres consigo indica novas possibilidades de refletir o comunicacional a partir dessa diáde, mas também da capacidade desse comunicacional de criar as instituições (como um conjunto de regras) e as linguagens, conforme aponta Braga (2010b).

Assim, o *Mitsein* não está voltado apenas para uma espécie de essência coletiva do humano, mas antes da relação desses seres com os espaços onde ele circula e com a técnica produtora e produto dessas relações.

Seguindo os postulados de Foucault (2008), lido pelo Sloterdijk, a técnica/techné está voltada para uma racionalidade prática governada por um sujeito consciente. Dessa feita, não somos humanos que possuem técnica, mas o somos exatamente por que a possuímos.

A relação passa a ser, nesse perspectiva, uma forma de se localizar no mundo e também de como construímos esses mundos e, nesse processo, as formas comunicacionais que dão base à essa existência: não é possível separar-se daquilo que é o ser, nem tampouco os conceitos, as formas de existência, objetos e artefatos que são por ele criados, a partir daquilo que naturalmente o avizinha.

Considerações Finais

A existência no mundo implicou e implicará, sempre, uma série de relações. Tais relações indicam uma forma de vida dos humanos e são próprias daquilo que é humano. Ser no mundo, nesse sentido, implica em estar sempre em embate com uma série de fatores que estão, em alguns casos, além da capacidade de entendimento desse indivíduo.

O parco entendimento que somos capazes de criar do mundo nos dá condições de sobreviver nele e com ele. O mundo, esse lugar insólito para o qual nascemos prematuros, se comparado à outras espécies animais, tem conosco uma relação diádica filogenética: ao mesmo tempo que nos altera enquanto indivíduos, é por nós alterado enquanto espécies, sendo, portanto, relacional e funcionando a partir da coexistência de fatores climáticos, sociais, econômicos, raciais e etc que nos precedem e talvez nos intercorrerá.

Desse ponto de vista, a comunicação consolida-se como o ponto de inflexão que opera as mudanças de perspectivas, inaugura formas relacionais ao mundo e aos sujeitos, deixa

rastros daquilo que já aconteceu e faz do mundo um constante palimpsesto.

A comunicação, fruto da técnica criada pelos seres, é em si correlacional: o lubrificante que azeita as nossas relações com o mundo para que os entes continuem existindo. Para funcionar ela cria suas próprias formas de ação, seus próprios códigos, suas próprias linguagens, que, em meio às relações, são articulados, inventados, interpretados, ajustados e negociados. Assim, de tentativa em tentativa, ela vai adaptando-se nas relações e contingências de diversos fatores, inclusive os seres.

A técnica inaugura novas formas de ação, bem como aponta desdobramentos nos próprios sujeitos: é diádica, impossível de ser pensada só, coexistente aos seres no mundo, criadora de mundos e produto deles, estabelecendo vivências antes de nós e nos intercorrendo em todas as instâncias.

Comunicação e técnica, mostram-se, nesse sentido, como desdobramentos daquilo que constitui e caracteriza os humanos no mundo. Elas servem para possibilitar que os indivíduos estabeleçam relações entre si e com os entes que o circunvizinham. Não obstante, tais relações consolidam-se a partir dos indivíduos, mas, paradoxalmente, os precede, inaugurando uma existência posterior à coexistência.

Referências

AUSTIN, J. **Quando dizer é fazer**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BRAGA, J. L. **Comunicação é aquilo que transforma linguagens**. Revista Alceu, Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, p. 41-54, jan./jun. 2010b. Disponível em: www.compos.org.br/data/biblioteca_1078.pdf. Acesso em: 01/04/19

BRAGA, J. L. Nem rara, nem ausente – tentativa. **Matrizes**, São Paulo, Ano 4, n. 1, p. 65-81, jul./dez. 2010a. Disponível em: www

revistas.usp.br/matrices/article/download/38276/41086/. Acesso em 01/04/19

BRAGA, J.L., RABELO, L., MACHADO, M., ZUCOLO, R., BENEVIDES, P., XAVIER, M.P., CALAZANS, R., CASALI, C., MELO, P.R., MEDEIROS, A.L., KLEIN, E., and PARES, A.D. **Matrizes interacionais**: a comunicação constrói a sociedade [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2017.

DELEUZE, G. GUATARRI, F. **O que é a filosofia?** São Paulo: Editora 34, 1992.

FOUCAULT, M.; **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo**: Racionalidade da ação e racionalização. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

HEIDEGGER, M. **Ser e Tempo**: Parte 1. Petrópolis: Ed. Vozes, 2005

LUHMANN, N. **Introdução à teoria dos sistemas**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MARCONDES FILHO, C. **Nova teoria da comunicação**: o rosto e a máquina. São Paulo: Paulus, 2013.

MARTINS FILHO, J. R. F. Heidegger: do ser-com ao ser-com-os-outros. **Prometeus Filosofia em Revista**. Recife, Ano 3, n. 6, p. 149-168, Jul./Dez. 2010

MATURANA, H.; VARELA, F. **De máquinas e seres vivos – autopoiese – organização do vivo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

RIBEIRO, R. P. **Uma antropologia para além do homem**: religião e hominização na obra esferas de Peter Sloterdijk. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – PUC. São Paulo, p. 216, 2013.

SAFRANSKI, R. Prólogo. In: SLOTERDIJK, P. **Esferas I**: Borbujas. Madri: Ediciones Siruela, 2003

SLOTERDIJK, P. **Esferas I**: Borbujas. Madri: Ediciones Siruela, 2003

SLOTERDIJK, P. **Regras para o parque humano**: uma resposta à carta de Heidegger sobre o humanismo. São Paulo: Estação da Liberdade, 2000.

Questionamentos para uma epistemicidade segura: o problema dos fundamentos da comunicação

Guilherme Lucian

Neste escrito são postas em relevo algumas indagações que auxiliam a compreensão das questões epistemológicas mais urgentes no campo da Comunicação. Rotas para uma articulação conceitual são também traçadas, tentando, nisto, formular perguntas que deem rumos seguros à científicidade do nosso campo.

Discute-se na primeira parte o problema da ausência de um núcleo teórico nítido, bem como o da não-centralização teórica do fenômeno comunicacional – geralmente conceituado segundo premissas e preocupações tomadas de empréstimo doutras áreas. Em seguida, parte-se à discussão da arbitrariedade que caracteriza o entendimento do “objeto comunicacional”, para então questionar a ciência que nos é própria. Espera-se, com isso, tecer provocações pertinentes ao estudo da comunicação.

A QUESTÃO DA ESPECIFICIDADE

“A ciência está reduzida a uma pequena aventura, uma aventura nos países quiméricos da teoria, nos labirintos tenebrosos de experiências fictícias” (BACHELARD, 2006).

A construção de uma epistemologia especificamente comunicacional é trabalhosa. Não bastasse a ação tentativa de debruçar sobre um fenômeno que por vezes nos escapa às vistas, há ainda a questão de saber até que ponto aquilo que emerge de nosso esforço teórico é de fato um atributo essencial à comunicação – no sentido de mostrar-se enquanto fundamento para uma cientificização ao campo. Noutros termos, o que garante que a noção central com a qual lidamos não é, na realidade, resultado de uma postura teórico-metodológica arbitrária, apriorística; na medida em que “desentranhamos” (BRAGA, 2011) qualquer coisa e a esta damos a designação de comunicação?

Eis a questão, portanto: em que medida é possível situar os estudos comunicacionais em relação a um projeto de teorização singular, o qual permita que quaisquer perguntas propostas sejam respondidas tão-somente nos domínios epistemológicos do nosso campo?

Se, por um lado, cada esforço conduz a ensaios de epistemocidade¹ àquilo a que tomamos como objeto característico de estudo, por outro, não sabemos ainda em que medida isso é, de fato, especificamente comunicacional. Eis porque as tentativas resultam em dispersão do saber que nos é próprio, o qual se mostra ao fim como uma espécie de inércia sem projeto.²

As teorizações no quadro geral de pesquisa em Comunicação, pois, passam ao largo da preocupação com um sentido orientado, centrando-se apenas na adoção de mecanismos pouco consensuais voltados à escolha de um modelo ou outro

-
- 1 Isto é, níveis de conceitualização que orientam uma cientificidade ao fenômeno estudado.
 - 2 C.f. NAVARRO, Raúl Fuentes. La producción social de sentido sobre la producción social de sentido: hacia la construcción de un marco epistemológico para los estudios de la comunicación. In: LOPES, Maria Immacolata (org.). *Epistemologias da comunicação*. São Paulo: Edições Loyola, 2003. Cap. 5, p. 15-40.

de pensamento. Há-nos pouca clareza a respeito das questões que se mostram mais pertinentes à instituição de um fundamento próprio, verdade, mas isso não significa necessariamente que lidamos com uma epistemologia estéril.

Do mesmo modo como, ao tentar compreender nosso objeto a partir de pressupostos alheios – os quais foram antes pensados numa configuração epifenomênica de comunicação –, é falso inferir que em tudo falhamos ao propor um saber singular. Lidamos com problemas de ordem epistemológica,³ sim – na medida em que a criatividade de nosso espírito é aclimatada (reduzida, talvez?) às posturas e premissas características doutras áreas –, e adotamos como ideal uma matriz de pensamento instável para atribuir científicidade às coisas, despendendo ao fim pouca atenção àquilo que se mostra essencial às bases de uma ciência apenas nossa.

É possível tratar a respeito de uma científicidade própria sem que, de saída, orientemo-nos a partir de princípios teóricos predeterminados? Adiantamos o seguinte: o problema não é a teorização que se faz em torno de um arranjo conceitual alheio,⁴ mas sim o fato de não termos ainda proposto um núcleo epistemológico relevante – tampouco rumos⁵ responsáveis ao saber comunicacional, porque a dispersão é resultado de um exercício mais ou menos organizado que legitima matrizes teóricas

-
- 3 A epistemologia “não é um ponto estratégico a ocupar para controlar soberanamente qualquer conhecimento, rejeitar qualquer teoria adversa, e dar a si o monopólio da verificação, portanto da verdade. A epistemologia não é pontifical nem judiciária; ela é o lugar ao mesmo tempo da incerteza e da dialógica” (MORIN, 2011, p. 46).
 - 4 Áreas alheias, “mesmo quando tratam diretamente de comunicação, o fazem com atribuição de maior relevância a questões habituais da área própria, perante as quais os fenômenos comunicacionais são coadjuvantes – o que não ajuda no esforço de desentranhamento do ‘objeto comunicacional’ e das questões pertinentes para o campo” (BRAGA, 2008, p. 75).
 - 5 Vistos aqui como orientação maior, isto é, tendências (*télos* – *τέλος*) às quais projetamos um saber.

vizinhos, as quais operam como meros acessórios observados à luz de investigações provenientes doutros espaços.

Falta-nos, afinal, coesão epistêmica. Tentativas são falhas na medida em que aquilo que a princípio parece um fundamento nítido é, afinal, hipótese à qual chegamos por tomar de empréstimo um saber que nada tem de comunicacional.

Ao assumirmos os hiatos epistemológicos, direcionamos olhar às temáticas específicas, e aceitamos o jogo de tensionamento entre a realidade mesma das coisas e as estruturas lógicas de nossas inferências. Mas, se repararmos bem, o que fazemos no campo da Comunicação é enquadrar pressupostos dados a uma unidade confortável (a qual tomamos como real). Noutros termos, estruturamos um sentido que sustenta nossa compreensibilidade em relação àquilo que se mostra mais oportunista a ponto de desvelarmos o mundo que se encontra já aí. Em que medida, pois, isso basta para entrevermos o verdadeiro emergente de uma ciência?

Para tanto, reflitemos. Por verdade entendemos o resultado consensual do que se ergue de uma racionalidade singular, qual seja: a articulação entre a realidade mesma e o modo como lhe deitamos a percepção (DANCY, 1993). Isso não significa que intentamos perspectivas essencialistas, embora a compreensão de atributos primeiros seja sim emergencial – ao menos à Comunicação.

Cabe-nos admitir que o esforço epistemológico no campo comunicacional pode romper com tal tensionamento – pois é, por vezes, racionalismo que “encaixa” princípios teóricos aos tipos de projeto que já sustentam nossa percepção em torno das questões tangenciadas. Por isso a arbitrariedade na legitimação conceitual (a qual se pretende verdadeira, mas que é metade em muito a lhe faltar).

Estruturam-se instrumentos estruturantes segundo os termos de um sistema simbólico eficaz – para adotarmos a teorização de Bourdieu (2010) –, conforme ao fim são asseguradas como legítimas as maquinarias discursivas que produzem e fazem circular saberes mais ou menos autônomos. Embatem-se assim, ortodoxia e heterodoxia (Idem, p. 13); testam-se ao limite as crenças para daí serem construídas, com princípios epistêmicos recíprocos, novas visões e expressões de mundo a partir de uma construção social.

Não lidamos, pois, com um tipo qualquer de esforço epistemológico. Por ser o campo comunicacional um “abrigo” sem recatos ou limites a vários saberes,⁶ muito do que se constrói aí pode ser melhor aproveitado noutros contextos (MARTINO, 2001). Quando perscrutamos nosso fenômeno a partir de uma perspectiva sociológica,⁷ por exemplo, passamos ao largo da centralidade que tangencia questões que nos são verdadeiramente pertinentes, porque estas se mostram como tal às problemáticas da sociologia, e não, necessariamente, às da comunicação.

Ao deslizarmos doutros campos as preocupações de ordem científica para problematizar questões que, em maior ou menor grau, parecem sugerir uma especificidade, aclimatamos sem responsabilidade os parâmetros teórico-metodológicos alheios à Comunicação – na medida em que esta, enquanto disciplina, mostra-se como “espaço servil” atravessado por saberes que em quase tudo lhe entranham a essência. Há-nos tensionamento epistemológico, afinal?

O problema, evidentemente, não consiste nas interfaces teóricas que o campo configura junto a outras disciplinas, mas

6 Estes que, em linhas gerais, operam vez ou outra como forças intervenientes à compreensão da especificidade que nos é própria.

7 Na medida em que, nisto, tem-se ao fim uma má sociologia (porque não somos sociólogos!).

sim na problematização às cegas que se faz quando da perda de uma centralidade nítida. Eis porque, ao acolhermos saberes afins – observando-os segundo as regras epistemológicas que lhe deram origem –, torna-se a nós urgente a preocupação com uma orientação aos fundamentos para uma ciência que há de se revelar na singularidade do que é comunicacional.

Em nossas tentativas, por vezes configuramos uma justaposição teórica; caos disciplinar (SODRÉ, 2014),⁸ o qual confunde a percepção que temos perante nosso objeto. Ordenamos então um conjunto mais ou menos coerente de pressupostos para ajeitarmos conceitos em torno da questão comunicacional, embora sem os devidos esforços imaginativos – estes que, portanto, não se esgotam na mera organização das teorias. Limitamo-nos à mera revisão de regularidades temáticas.

O resultado dessa justaposição não se reflete apenas na falta de conexões teóricas entre a Comunicação e os tipos de saber que se lhe atravessam, mas também na dispersão (Idem, p. 93-94) do conjunto de teorias e premissas que, em linhas gerais, configuram as bases para uma ciência autônoma. Há-nos sentido de todo modo, embora estejamos à deriva por não o ver com a devida clareza crítica.

Ser “autônomo” – cabe aqui o remendo – não é mostrar-se reclusa em relação à interface com outros saberes uma especificidade à Comunicação, mas ter, pelo contrário, condições de dialogar com outras disciplinas sem perder a singularidade de sua episteme. Um abraço disciplinar e pedagógico, portanto; desde que, no ato mesmo do abraçar, não sejamos de todo submissos.

8 Por não haver de todo uma conexão teórica entre as disciplinas.

É preciso afinal, compreender a comunicação;⁹ tanto na condição de fenômeno quanto na de disciplina científica – visto que, do contrário, ao propormos configurações com fins à busca pela epistemicidade responsável, passaríamos a chamar como tal tudo o mais que emergir como resultado das teorizações. Cairíamos assim numa encruzilhada inevitável: se tudo cabe às fronteiras do comunicar, este pode, logicamente, ser também nada; vazio não-gerativo donde escapam quaisquer luzes e horizontes, pois é espaço estéril de eventos inerciais.

UM RUMO SEGURO AO SABER COMUNICACIONAL

Se enfrentamos hoje num mal jeito o desafio de propor âncoras teóricas¹⁰ a uma ciência comunicacional, também encontramos pouco êxito na configuração de um propósito ao saber que nos é próprio – uma vez que este, em sua dispersão cognitiva, sequer opera como base a uma disciplina, mas sim como desculpa às discussões doutros saberes que não o nosso (segundo aportes, aliás, dum falso exercício de interdisciplinaridade).

Caso não seja possível, portanto, caracterizar uma disciplina comunicacional com base em um único modelo epistemológico, como então propor uma orientação maior sem que, nisto, tenhamos outro procedimento arbitrário à fundamentação científica?

Antes de nos atermos à questão, cabe aqui uma breve consideração acerca da natureza do exercício que legitima a

9 Não propriamente para partirmos à busca duma essência, mas ao menos para sintonizarmos em relação a uma tessitura teórica coerente os nossos propósitos.

10 Cf. LOPES, Luís Carlos. Hermenêutica, teorias da representação e da argumentação no campo da comunicação. In: LOPES, Maria Immacolata (org.). *Epistemologias da comunicação*. São Paulo: Edições Loyola, 2003. Cap. 9, p. 163-185.

estruturação em torno dos aspectos que se mostram mais pertinentes ao estudo da Comunicação. Há uma arbitrariedade na adoção de determinadas posturas que, ao fim, são estratégias tomadas de empréstimo doutras áreas do saber, mesmo quando intentamos apenas compreender as questões que nos são mais urgentes. O problema não consiste na simples tomada de decisão perante um pressuposto teórico ou outro, e sim no deixar-se-conduzir quando da perda de uma singularidade comunicacional.

A princípio, parece-nos lógico investigar questões comunicacionais tendo por norte uma estratégia teórico-metodológica que permita a fundamentação duma ciência autônoma. Mas na medida em que nossas problematizações são, em sua maioria, propostas a partir de premissas alheias, como inferir que o resultado de quaisquer teorizações nos é de fato próprio?

Se, por um lado, somos influenciados pelas estratégias de áreas afins – conforme não mais emprestamos o olhar à especificidade que nos concerne –, por outro, somos também conduzidos segundo a lógica configurativa do mercado e pelas regras coordenadoras (nem sempre universalmente válidas) do nosso campo.

O problema, aliás, parece-nos mais grave: ainda que encontrássemos uma perfeita articulação entre os procedimentos teórico-metodológicos e a lógica configurativa da realidade em que mobilizamos esforços, enquanto houver dispersão epistemológica, teremos dificuldade em fundar os eixos para uma ciência de caráter comunicacional. Se repararmos bem, a ausência de projeto em relação a uma orientação à Comunicação em quase nada diz respeito à escolha de posturas teóricas apriorísticas – porque enquanto estratégias mesmas, não podem ser tomadas como definitivas à sustentação da

compreensibilidade da comunicação; tampouco “asseguradas”, por assim dizer, sob a égide de uma teoria-mãe.¹¹

Bem verdade que conhecemos o trajeto apenas quando nossas estratégias revelam uma possível clareza ante a direção seguida, mas de que adianta se, ao fim, configuramos uma pluralidade de sentidos entre si desconexos e que não revelam – segundo sua força teórica – uma coerência maior em relação a uma ciência comunicacional? Além do mais, a adoção de estratégias metodológicas não assegura cientificidade às pesquisas; tampouco a escolha por pressupostos que se esgotam em si mesmos.

Os esforços pontuais para uma legitimação daquilo que é ou não seguro ao campo da Comunicação se apresentam então, por vezes, como exercício falho – na medida em que, nisto, escapa-nos seguridade à autonomia. As lutas entre os pares¹² até qualificam ou desqualificam (NAVARRO, 2003, p. 19-20) os tipos de saberes válidos para construirmos os fundamentos duma ciência só nossa, verdade, mas enquanto as bases que sustentam o campo forem firmadas à ausência dum projeto coeso ao saber comunicacional, pouco importa se chegamos ou não a um consenso em torno das estratégias teórico-metodológicas adotadas. Pensar a respeito de um rumo à nossa episteme somente pela consensualidade é, pois, cair na ingenuidade de supor que aquilo que se mostra mutuamente válido será sempre resultado de uma compreensão do fenômeno em seus aspectos mais singulares. Não é isso, porém,

11 O que, admitimos, seria mais que impossível; improvável.

12 Isto é, aqueles que, numa postura intelectual, decidem consensualmente os rumos a seguir dentro de um campo.

o que o sentido das pesquisas em comunicação parece nos últimos anos sugerir.¹³

Ainda que enxerguemos a urgência duma fundamentação segura à Comunicação, afinal, quanto mais nos dispersarmos em relação ao rumo que orienta e sustenta a comprehensibilidade em torno do que pode ou não ser considerado como atributo nosso (e apenas nosso!), tanto mais passaremos ao largo das questões concernentes à natureza mesma do fenômeno. Reflitemos, então: até que ponto cada esforço atual não é resultado do que nos é mais confortável ao estudo e à instituição de uma ciência própria? Também provoquemos: é possível tratar a respeito de um trajeto coeso no campo da Comunicação? Que significa, pois, orientar a episteme?

Nada há de ser feito enquanto não mirarmos o mesmo horizonte – este que, como motor de realidades, solicita-nos a entrever os contornos nem sempre sóbrios do que ainda não é. Uma vez sintonizadas as pesquisas sob a égide de um caminho coeso (e, insistimos, responsável), pressupostos e esforços serão ao fim orientados segundo os termos das preocupações que nos são exclusivas.

A questão da centralidade comunicacional, pois, demanda também maturidade dos que se situam no campo; tanto menos por exigir tensionamentos sempre inéditos, mas por tirar-nos o solo seguro de há muito formado a partir das concepções mais firmes. Exigirá mais que tudo a urgência de um diálogo convivido; celebrado em contextos de verdade e justiça mútuas. Cada hiato fundo donde vazam os erros de nossas teorias há então de ser explorado – ou ao menos (re)visto com

13 A este respeito, cf. BRAGA (2008; 2010a; 2010b; 2011; 2012; 2016), SIGNATES (2012a; 2012b; 2015; 2018), SODRÉ (2007; 2012a; 2012b; 2013; 2014), WOLTON (1997; 2006) e SÁ MARTINO (2014).

nova luz – por esforços que, em vez de nos apartar, congrega-nos nas diferenças para daí seguirmos outros nortes.¹⁴

Mudam-se assim as expressões do tempo; à superfície emergem outros olhares. O que antes parecia revelar as fragilidades de uma episteme, há de ser enfim pretexto a novos exames – espécie de pensamento-vida, portanto, o qual nos convoca à busca doutros horizontes possíveis. Não se trata, contudo, de tangenciarmos uma epistemologia solar (por assim dizer), mas de propormos os fundamentos de um pensamento que, no seio da própria escuridão, faça-nos ver o que escapa às vistas e sensibilidades.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Até aqui, tratamos de explanar a respeito da fundamentação epistemológica em torno de uma especificidade comunicacional – como tentativa (não mais que isso) de perscrutarmos seus limites (MARTINO, 2014) enquanto fenômeno e disciplina; sem pretensão alguma de esgotar o debate. Para que possamos então avançar, cabe-nos compreender a singularidade do destino ao qual tendemos.

Lidamos com dispersões teóricas, portanto – conforme ao fim legitimamos isoladamente estratégias que nada fazem jus a um projeto científico coerente e conjunto –, e também enfrentamos o problema de saber até que ponto é seguro trilharmos com nossos pressupostos e metodologias os caminhos que parecem sugerir uma especificidade àquilo que estudamos. Bem somos capazes de buscar outras condições de possibilidade teórica ao contrapormos as antigas estratégias epistemológicas em relação às fundamentações mais inéditas;

¹⁴ Ainda turvos, sim, porém consensuais.

ocorre que, nesse esforço de rompimento,¹⁵ não encontramos a segurança dum só horizonte.

Se o problema não é exatamente a ausência de uma orientação¹⁶ – mas sim a confusão à qual chegamos ao construir pluralidades desarrumadas de possibilidade teórico-metodológica que nos são alheias –, como então atentarmos à responsabilidade de uma postura epistemológica que, em vez de apartar o saber comunicacional, unifique-o num projeto comum e responsável?¹⁷

Com habilidade imaginativa veremos que o campo da Comunicação configura hoje uma espécie de mar revolto de teorias e estratégias tomadas de empréstimo de áreas cujas propostas são em muito diferentes das nossas. Por mais que naveguemos à vante de naus que raramente se pareiam, porém – segundo ondas e ventos sempre inconstantes; adotando posturas sem uma aparente regularidade epistemológica –, ainda assim tendemos à mesma direção. A questão é: como então prever (para daí ajustar) o rumo correto a uma teorização que nos seja única?

Não há como divisar uma epistemicidade totalizante no campo da Comunicação – visto que, como tal, cairíamos vez mais na ingenuidade duma teleologia [im]posta –, mas é possível, todavia, problematizar as muitas discrepâncias teóricas para construirmos um só projeto (o qual, por ser não mais

15 Cf. ROSSETI, Regina. A ruptura epistemológica com o empirismo ingênuo e inovação na pesquisa empírica em comunicação. In: BRAGA, José Luiz; LOPES, Maria Immacolata Vassallo de; MARTINO, Luiz Claudio (org.). Pesquisa empírica em comunicação: livro Compós 2010. São Paulo: Paulus, 2010, p. 71-86.

16 Já que, em linhas gerais, dispersão teórica não implica necessariamente uma total escuridão epistemológica.

17 Porque seguro, afinal; côncio dos próprios limites epistemológicos (estes que foram antes fronteiras, donde sem muito apuro atravessaram saberes não-comunicacionais).

coeso ou menos duradouro, faça-nos con-viver o mesmo destino). Eis porque não são de todo falhos, carece aqui dar nó, nossos esforços à consolidação duma ciência própria.

Há-nos crise epistemológica, aliás, quando sem recatos entregamos o timão às matrizes conceituais alheias que não configuram uma unidade maior. Por isso a questão também parece ser de natureza ética, cabendo-nos então (às custas das consequências mais críticas) a tarefa de escrever (FERRARA, 2003)¹⁸ a história duma ciência inteiramente nossa – sem perder de vista o próprio horizonte; responsávelmente aberto, pois, aos tipos de saber que lhe atravessam a tessitura.

Ao pensarmos juntos na possibilidade dum caminho coeso, seremos afinal capazes de (re)arranjar os fundamentos da Comunicação – a qual, sem brandura alguma no ato mesmo de ser ciência, deita-se toda sorte de olhar; ergue-se para parir um saber apenas seu.

Cada esforço, pois, há de conduzir ao ponto em que o conhecimento comunicacional não se esgote na própria teorização; que tenha ao menos consequências históricas e sociais, à medida que, conjuntamente (e tão-somente assim), traçamos as rotas da epistemicidade que nos parecer mais criteriosa.

Eis como alcançaremos maturidade e coragem suficientes para nos impor – sem temor ou acanhamento – o mais custoso dos questionamentos: por que estudamos o que estudamos? Ou, de modo geral, até que ponto é pertinente estudar seja lá o que atualmente nos preocupa no campo da comunicação? Muito ainda há se ser proposto e pensado, portanto, mas há à frente uma trilha promissora; talvez não liberta das agonias, mas ao menos incômoda o suficiente a ponto de nos tirar do conforto.

18 Cf. FERRARA, Lucréssia D'Alessio. Epistemologia da comunicação: além do sujeito e aquém do objeto. In: LOPES, Maria Immacolata (org.). *Epistemologias da comunicação*. São Paulo: Edições Loyola, 2003. Cap. 3, p. 55-67.

Referências

- BACHELARD, G. **A epistemologia**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2006.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BRAGA, J. L. Comunicação, disciplina indiciária. **Matrizes**, São Paulo, n. 2, p. 73-88, abr. 2008.
- _____, J. L. Nem rara, nem ausente – tentativa. **Matrizes**, São Paulo, n. 1, ano 4, p. 65-81, jul./dez. 2010a.
- _____, J. L.; LOPES, M. I. V.; MARTINO, L. C. (org.). **Pesquisa empírica em comunicação**: livro Compós 2010. São Paulo: Paulus, 2010b.
- _____, J. L. Constituição do Campo da Comunicação. **Verso e Reverso**, São Leopoldo, RS, p. 62-77, jan/abr 2011.
- _____, J. L. Interação como contexto da comunicação. **Matrizes**, São Paulo, n. 1, ano 6, p. 25-41, jul./dez. 2012.
- _____, J. L. O que é comunicação? **Líbero**, São Paulo, v. 19, n. 38, p. 15-20, jul./dez. 2016.
- DANCY, J. **Introducción a la epistemología contemporánea**. Madrid: Tecnos, 1993.
- LOPES, M. I. (org.). **Epistemologias da comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- MARTINO, L. C. Elementos para uma epistemologia da comunicação. In: NETO, A. F. [et al.]. **Campo da comunicação** – categorização, problematizações e perspectivas. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 2001, p. 51-76.
- MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- SÁ MARTINO, L. M. Trilhas da investigação epistemológica. **Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação** – XXIII Encontro Anual da Compós – Universidade Federal do Pará, 27 a 30 de maio de 2014.

SIGNATES, L. Epistemologia da Comunicação na Democracia: a centralidade do conceito de comunicação na análise dos processos políticos. **Novos Olhares**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 7-18, 2012a.

_____, L. Epistemologia e comunicabilidade: as crises das ciências, ante a perspectiva da centralidade do conceito de comunicação. **Comunicação & Informação**, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 133-148, jul./dez. 2012b.

_____, L. Da exogenia aos dispositivos: roteiro para uma teorização autônoma da comunicação. **Líbero**, São Paulo, v. 18, n. 36, p. 143-152, jul./dez. 2015.

_____, L. A comunicação, entre o dogma e a conversão: o especificamente comunicacional na religiosidade contemporânea. **Estudos de Religião**, v. 32, set/dez. 2018. 27-49.

SODRÉ, M. Sobre a episteme comunicacional. **Matrizes**, São Paulo, n. 1, p. 15-27, outubro 2007.

_____, M. Comunicação: um campo em apuros teóricos. **Matrizes**, São Paulo, n. 2, ano 5, p. 63-84, jan./jun. 2012a.

_____, M. Comunicação: um caos criativo. **Logos - A Cientificidade da Comunicação: Epistemologias, Teorias e Políticas**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 6-16, jul./dez. 2012b.

_____, M. Um novo sistema de inteligibilidade. **Questões Transversais – Revista de Epistemologias da Comunicação**, São Leopoldo, v. 1, n. 1, p. 66-73, jan./jul. 2013.

_____, M. **A ciência do comum**: notas para o método comunicacional. Petrópolis: Vozes, 2014.

WOLTON, D. **Penser la communication**. Paris: Flammarion, 1997

_____, D. **É preciso salvar a comunicação**. Tradução de Vanise Dresch. São Paulo: Paulus, 2006.

Ciência: um movimento comunicacional

Geisa Müller de Campos Ribeiro

Suely Henrique de Aquino Gomes

A institucionalização do projeto da ciência moderna foi acompanhada do desenvolvimento de um sistema de comunicação que viabiliza o compartilhamento, a verificação do conhecimento produzido, e os valores socialmente construídos no interior de cada comunidade científica. Como elemento estruturante da ciência moderna, a comunicação está intrinsecamente relacionada à obrigatoriedade de estabelecer fluxo, circulação e negociações de ideias, resultados de pesquisas, paradigmas para verificação e legitimação pelos pares e, recentemente, pela sociedade.

Compreende-se que a Ciência é um construto social. Portanto, o modo de produção do conhecimento está sujeito às configurações sociais de um dado momento histórico, sendo assim influenciado pelo tempo e lugar, regulado por dispositivos próprios de produção de verdades e a tentativa de explicar a realidade. O conceito de ciência não é, dessa forma, universal e, consequentemente, apresenta variações em termos conceituais e práticos de uma época a outra, pelos tipos de linguagem e cultura, conforme aponta Schwartzam (2009). Além disso, a atividade científica é decorrente de dimensões históricas, sociológicas e epistemológicas.

Por esta razão, a ciência moderna é uma atividade direcionada pela busca de discursos de verdade e produtora de significações que refletem o momento que foram elaboradas. Logo, tem na comunicação seu princípio constitutivo relacionado aos processos de produção, legitimação e difusão do conhecimento (CATELFRANCHI, 2008). Meadows (1999, p. xii) afirma que “a comunicação situa-se no próprio coração da ciência”. Ou seja, só é conhecimento científico quando os resultados da pesquisa são tornados públicos, compartilhados e criticados pelos pares. Depreende-se dessa perspectiva que, anular o princípio comunicacional da ciência é o mesmo que apagá-la.

Um dos grandes problemas epistemológicos do campo da comunicação está em como fundamentá-la como campo científico próprio, já que, como menciona Signates (2012, p. 133) a comunicação é uma disciplina que se pretende científica, mas que não possui quadro teórico próprio no qual se basear acolhendo assim a teorização dos mais diversos ramos das ciências sociais, humanas e da linguagem. Enquanto campo de “estudos em construção” enfrenta dificuldades teóricas e sociais para se firmar e ser reconhecida como ramo específico do saber. Ademais, as muitas pesquisas que são realizadas abordam a comunicação sempre de forma secundária ou periférica, como se seu conceito já fosse universalizado e consensualizado.

Com base neste contexto e na tentativa de contribuir com a teorização do campo que este estudo surge. O objetivo é discutir o princípio comunicacional essencial para a consolidação do projeto da ciência moderna. Cabe-se questionar, como a ciência se desenvolve por meio de um sistema de comunicação para sustentar seu ethos e se constituir como ciência? Que comunicação é essa?

Assim sendo, o trabalho busca apreender a centralidade da comunicação na ciência moderna a partir dos autores da

sociologia da ciência¹ Pierre Bourdieu (O poder simbólico/O campo científico), Thomas Kuhn (Estrutura das revoluções científicas) e os antropólogos Latour e Woolgar (*Vida de laboratório/ Rgregando o social*).

Na primeira parte do trabalho serão apresentadas algumas noções básicas do pensamento dos sociólogos e antropólogos da ciência. Em segundo momento, será discutida a centralidade da comunicação nestes autores. Ou seja, a busca pelo especificamente comunicacional extraído a partir de suas reflexões.

Bourdieu é importante para nossa reflexão por afirmar o campo científico enquanto construto simbólico. “Espaço” de lutas, forças e movimentações sociais onde as relações de comunicação são sempre relações de poder e essa luta, enquanto poder simbólico é pelo monopólio e legitimidade científica. Thomas Kuhn apresenta algumas perspectivas importantes sobre a noção do paradigma e duas categorias significativas para pensar o comunicacional: o consenso e a conversão (um binômio indissociável) enquanto aceitação. A aceitação faz produzir uma circulação simbólica onde o consenso é visível com o surgimento de revistas especializadas – técnicas de linguagem como verdade. Latour e Woolgar é necessário para perceber a noção de rede heterogênea enquanto associações e a comunicação como agenciamento das relações entre humanos e

1 A sociologia da ciência é um campo de estudo relativamente novo. Surge no pós-segunda-guerra mundial quando a eficiência e a produtividade da ciência chamam a atenção de pesquisadores das áreas sociais e torna, ela mesma, objeto de estudo. Boaventura de Sousa Santos (1978, p. 3) identifica duas fases nos estudos sociais da ciência: “a primeira que se inicia na década de 40 e é dominada pela obra de Robert Merton; outra que tem início nos últimos anos da década de 60 e é dominada pela obra de Thomaz Kuhn”. Em termos de virada na compreensão do que é fazer ciência na era moderna, ainda na perspectiva da sociologia, destacamos a contribuição de Bourdieu. Além desses renomados pensadores da ciência, apontamos uma terceira fase caracterizada pelos estudos antropológicos da ciência que tem em Latour seu expoente.

não-humanos sob a perspectiva de mediação e a inscrição literária como a apresentação dos fatos.

Estes autores apresentam diferentes perspectivas teóricas e metodológicas e por isso as observações aqui traçadas baseiam-se em uma pequena parcela de suas produções. Acredita-se que estas escolhas permitem uma boa discussão analítica e servirá para destacar a relevância das questões levantadas em seus argumentos. Não serão tensionadas todas as dimensões e consequências dos trabalhos escolhidos, nem as divergências e convergências, mas apenas o que está vinculado ao tema central deste trabalho: localizar o sentido comunicacional presente em suas reflexões.

Bourdieu e o campo científico

Podemos dizer que o universo da ciência é um campo simbólico cujas manifestações, regras e sentidos que circulam legitimam a própria ciência. Bourdieu introduz a noção de campo científico a partir da contraposição à noção de comunidade científica autônoma, “insulada e auto-reprodutora, com cientistas neutros e interessados somente no progresso da sua disciplina” (HOCHMAN, 1994, p. 209). Conforme a visão de Bourdieu (1976, p. 1), “O universo ‘puro’ da mais ‘pura’ ciência é um campo social como outro qualquer, com suas relações de força e monopólios, suas lutas e estratégias, seus interesses e lucros, mas onde todas essas invariantes revestem formas específicas”.

Desse modo, possui formas específicas de funcionamento sendo um sistema de relações e espaço objetivo de um jogo entre posições de agentes pelo monopólio científico. Este espaço de jogo, enquanto sistema de relações objetivas, é em busca da autoridade científica, definida como capacidade técnica de poder: uma representação do poder simbólico. Mas

especificamente, o campo científico é o monopólio da competência científica, o que ortoga a capacidade de falar e agir legitimadamente, de maneira autorizada e com autoridade. A legitimidade está relacionada a uma espécie particular de capital que pode ser acumulado, transmitido e até mesmo reconvertido em outras espécies. (BOURDIEU, 1983).

O próprio funcionamento do campo produz e supõe uma forma específica de interesse. Ou seja, as práticas são orientadas para a aquisição de autoridade científica, onde o interesse sempre vai estar relacionado ao outro, dificilmente a si mesmo. O que é percebido como importante e interessante é o que tem chances de ser reconhecido como importantes e interessantes pelos outros. Pode-se dizer que as questões de lucro simbólico são mais importantes – reconhecimento dos pares. Portanto, não haveria ação desinteressada.

O campo científico está impregnado, então, por interesses e pode ser pensado como um jogo de forças, um lugar de

[...] luta política pela dominação científica, que designa a cada pesquisador, em função da posição que ele ocupa, seus problemas, indissociavelmente políticos e científicos, e seus métodos, estratégias científicas que, pelo fato de se definirem expressa ou objetivamente pela referência ao sistema de posições políticas e científicas constitutivas do campo científico, são ao mesmo tempo estratégias políticas (BOURDIEU, 1976, p. 5).

Ainda, neste campo,

[...] não há “escolha” científica – do campo da pesquisa, dos métodos empregados, do lugar de publicação; ou, ainda, escolha entre uma publicação imediata de resultados parcialmente verificados e uma publicação tardia de resultados plenamente controlados que não seja uma estratégia política de

investimento objetivamente orientada para a maximização do lucro propriamente científico, isto é, a obtenção do reconhecimento dos pares-concorrentes. (BOURDIEU, 1976, p. 5).

Apresenta-se nesta visão o avanço da ciência e do conhecimento científico como o resultado de lutas entre posições e agentes que disputam uma espécie específica de capital simbólico: a autoridade e/ou a legitimidade científica derivadas de hierarquias que se constroem e são internalizadas em função de suas próprias regras. Isso porque, enquanto campo de forças, é formado pela legitimação, imposição de uma definição de ciência: a verdade. O campo é produtor de uma forma específica de interesse e do recorte pela intríseca ideia verdadeira. Sobre esta definição, a mais apropriada será a que lhe permita legitimamente a posição dominate e a que assegure uma posição na hierarquia dos valores científicos.

Para Hessen (2012) a essência do conhecimento está estreitamente ligada ao conceito de verdade. Só o conhecimento verdadeiro é conhecimento efetivo. O não verdadeiro não é propriamente conhecimento, mas erro e engano. O que se observa no pensamento de Bourdieu, no entanto, é que consequentemente o conceito de verdade é um conceito relacional.

A ciência possui uma estrutura própria e relativamente autônoma; uma lógica própria de funcionamento que estrutura as relações. Relações de aliança, relações de conflitos e disputas pela acumulação de determinadas formas de capital simbólico. As hierarquias científicas também se estabelecem pelas detenções dessas formas de capital. (BOURDIEU, 1976).

A luta científica e política pela legitimidade dependem da estrutura do campo, ou seja, da estrutura da distribuição do capital específico de reconhecimento científico entre os participantes na luta. Este campo só funciona, porque existe objetos de disputa e pessoas prontas a disputar o jogo dotadas

de habitus que impliquem o conhecimento e reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de disputas.

Bourdieu apresenta, portanto, uma noção de comunidade científica, um campo de conflitos pelo crédito científico, lugar de competição, da desigualdade, com indivíduos racionais e maximizadores, mas um espaço predeterminado e não o resultado das interações dos agentes (HOCHMAN, 1994).

Thomas Kuhn e os especialistas praticantes de uma ciência

Na perspectiva de Thomas Kuhn, os especialistas são percebidos como a unidade produtora e legitimadora do conhecimento científico. Esta concepção está relacionada ao conceito de paradigma, já que para ele a ciência se desenvolve a partir das descobertas da comunidade científica, com base na aceitação. O autor chama de paradigmas

as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modulares para a comunidade de praticantes de uma ciência – deve ser estudado como um índice possível da ocorrência das revoluções. (KUHN, 2009, p. 13).

Portanto, denota uma definição de paradigma como circular, “aquilo que os membros de uma comunidade científica partilham” (KUHN, 2009, p. 221).

Ainda para o autor,

Paradigma é um trabalho científico exemplar, que cria uma tradição dentro de uma área especializada da atividade científica ou, em outras palavras, são realizações científicas universalmente reconhecidas que, por um período de tempo, fornecem soluções modelares para uma comunidade científica. (KUHN, 2009, p. 221).

Segundo Kuhn, o paradigma é aberto para resolução de novos problemas, o que impõe flexibilidade para incorporar novos adeptos. A questão é que o paradigma só existe porque possui um grupo de adeptos, que ao fazê-lo, constitui-se uma comunidade e partilham algo entre tal comunidade. A ciência é então aquilo que um grupo estabelecido entende e partilha como a melhor maneira de resolver temas de investigação e não a simples prática da verdade: resolução cotidiana de quebra-cabeça. (HOCHMAN, 1994). “Um paradigma governa, em primeiro lugar, não um objeto de estudo, mas um grupo de praticantes da ciência” (KUHN, 2009, p. 226).

Este grupo de praticantes, nas palavras de Kuhn (2009, p. 222), são formados pelos pesquisadores de uma especialidade científica dos quais foram submetidos à iniciação profissional, educação similares, absorveram a mesma literatura técnica e dela retiraram muitas lições. São estas literaturas que apresentam a fronteira e os limites do objeto que é próprio de sua comunidade. É no interior destes grupos que a comunicação é relativamente intensa e os critérios para julgamentos são unânnimes. “Homens cuja pesquisa está baseada em paradigmas compartilhados estão comprometidos com as mesmas regras e padrões para a prática científica”. Está nesse comprometimento e no consenso a gênese para a continuação de uma determinada tradição de pesquisa (KUHN, 2009, p. 30).

São os especialistas, portanto, quem detém o monopólio da prática científica. Além disso, segundo Hochman (1994, p. 202),

Existe uma clara noção de autoridade - uma vez que a comunidade sanciona os seus membros - e de hierarquia, porque alguns de seus componentes, os que a ela pertencem há mais tempo e são eficientes na resolução dos problemas científicos, estão capacitados para treinar os mais novos nos padrões da comunidade.

Evidencia-se aqui, um relacionamento quase exclusivo dos cientistas e seus pares. Existe uma herança cultural da qual estes cientistas aceitam como base para se pesquisar e transmiti-las. Um cientista capacitado é capaz de perceber as anomalias e resolvê-las decorrente da própria tradição científica comunitária. Portanto, se não for capaz de perceber e resolver as anomalias, o problema não é da teoria e sim do próprio pesquisador. “Na pesquisa normal, o fracasso será sempre do cientista e não do seu instrumental, o paradigma” (HOCHMAN, 1994, p. 205). Contudo, estas anomalias, na concepção de Kuhn, são problemas das quais a comunidade científica tende a enfrentar e que determinam crises no paradigma.

Para ele, em determinados períodos da prática científica, a comunidade não encontra resoluções para determinados problemas nos paradigmas existentes, instaurando a instabilidade na comunidade científica: a crise.

É na crise que um paradigma é substituído parcial ou totalmente por outro completamente novo e incompatível com o anterior, com linguagens distintas e inclusive com uma nova reorganização da comunidade científica. “A revolução esgota-se a partir da imposição de uma nova tradição que orientará a pesquisa da ciência normal” (HOCHMAN, 1994, p. 206).

A revolução científica – passagem de um paradigma para outro - pode ser comparada a um “salto”, uma virada comunicativa, da qual o próprio reestabelecimento da ciência se da pela conversão da comunidade científica. Esta conversão não é pelas provas científicas, nem pela demonstração do erro da tradição anterior, mas pela demonstração, sempre comparativa, de que o novo paradigma permite uma solução mais eficiente dos problemas científicos e isso acontece sempre em uma dinâmica individual, mas não sobre interesses pessoais, e sim no desejo de contribuir com a própria ciência.

O novo paradigma vingará se conquistar adeptos que desenvolvam suas potencialidades, acreditando mais no seu ‘rendimento futuro’ do que na eficiência da tradição vigente. Teríamos não uma adesão grupal, mas um assentimento individual crescente, que aumenta a capacidade de persuasão do paradigma, criando a percepção que é melhor pertencer à nova comunidade (HOCHMAN, 1994, p. 207).

Segundo Kuhn, o resultado de uma revolução deve ser o progresso. Esse quadro de progresso pode ser descrito basicamente como um ciclo: Pré-ciência, ciência normal (paradigma), crise/revolução, nova ciência normal (paradigma). A ciência evolui com base em rupturas e os paradigmas como “promessas” para resolução de problemas e não para busca da verdade. Kuhn insinua que a verdade na ciência é uma convenção acordada entre um grupo de cientistas que formarão as comunidades científicas. O sucesso de um paradigma depende do poder de convencimento de seus defensores, de suas capacidades de formar consenso em torno de suas propostas.

Latour e Woolgar: as redes e a credibilidade

Pode-se dizer que a ciência enquanto construção social é influenciada por aspectos tanto internos da comunidade científica, como externos da sociedade. Neste sentido, em busca de compreender os fundamentos da verdade científica, Bruno Latour e Woolgar propõem acompanhar cientistas no laboratório e fazem uma descrição etnográfica de suas práticas científicas. A proposta é mergulhar neste universo para construir um relato baseado na experiência do contato com estes cientistas e demonstrar que a Sociologia das Ciências nada mais faz do que acrescentar um contexto social à prática científica, não questionando o próprio conteúdo científico. Em

outras palavras, procura “investigar o processo de construção dos fatos científicos em seus mínimos detalhes, em cada gesto dos cientistas, dentro e fora do seu laboratório, com a mesma observação dedicada com que os antropólogos estudam os chamados povos selvagens”. (FREIRE, 2013, p. 6). Segundo Hochman (1994, p. 214), essa dedicação implica uma recusa a qualquer privilégio epistemológico.

Para Romancini (2006, p. 67), a ciência segundo Latour deve ser “explicada levando-se em conta o contexto de coletivos e redes que produzem ‘constituições’ de verdade, cujo método antropológico permitiria comparar”. O estudo de laboratório deve então investigar como

a ordem científica é criada a partir do caos, em um processo no qual o observador é tão construtor de fatos quanto o cientista observado. Não há diferença de status epistemológico entre a construção dos fatos pelo cientista e o relato deste processo. (HOCHMAN, 1994, 214).

Para Latour (2000), a natureza e a sociedade não devem ser tratadas em planos separados. Não há o mundo das coisas de um lado e o mundo dos homens de outro, pois a sociedade é feita de redes heterogêneas – a proposta é ultrapassar a separação entre homens e as coisas, entre humanos e os não humanos de modo que ambos devem ser simetricamente considerados. Segundo Freire (2013, p. 9) quase todas nossas interações com outras pessoas são mediadas através de objetos, como telefone, internet, carta, microfone (e mesmo nas relações mais íntimas, como as sexuais, objetos como preservativo se fazem presentes). Por essa razão Latour considera respeitar a permeabilidade do lado de dentro e do lado de fora, já que a atividade científica tem sempre uma dimensão coletiva.

Esta dimensão coletiva implica a contrução de fatos e máquinas, que para o autor só se viabiliza através da conjugação de interesses e mobilização de um grande grupo de aliados. “Isso significa que um fato científico só existe se for sustentado por uma rede de atores e que, assim, o cientista nunca remete à natureza em si, mas aos seus colegas e à rede que o constitui como tal”. Nesse sentido, podemos dizer que,

uma ciéncia não se universaliza, mas que sua rede se estende em grandes proporções e se estabiliza, desembaraçando-se de todos os determinantes de tempo e lugar, e de qualquer referéncia ao processo de sua produção. (FREIRE, 2013, p. 10).

A construção de fatos – enunciados – é, portanto, um processo coletivo onde a afirmação vai se constituindo a medida que passa de um pesquisador a outro – estes acrescentam seus elementos, modificam, incorporam em novos contextos.

No laboratório, ao pensar o que motiva os pesquisadores a construir conhecimento científico, levando em consideração posições, artigos, escolha do método, mudança de objeto, Latour percebe que a normatividade científica que orienta e delinea o pesquisador e não o treinamento orientado. Estas normas são invisíveis, mas, seguindo o autor (1997, p. 208), “Na melhor das hipóteses, as normas simplesmente esboçaram as grandes tendências do comportamento” e

[...] misturam no mesmo caldeirão os números que representam dados, as orientações a serem adotadas e suas carreiras. Parece que os pesquisadores assumem um modelo de seu próprio comportamento que não faz qualquer distinção entre fatores internos e externos (LATOUR, WOOIGAR, 1997, p. 211).

A noção de comportamento está relacionada ao crédito que para Latour denomina uma abordagem quase econômica para

suas ações e relações, isto é, integrada a produção de fatos. Contudo, ele desvincula a ideia de crédito somente à noção de reconhecimento, mas de crédito como basicamente estoque. “Quanto maior quantidade de crédito, maior credibilidade” e [...] “quanto maior esse estoque, maiores serão os lucros que o investidor recolherá, aumentando, assim, um capital” (LATOUR e WOOIGAR, 1997, p. 219).

Portanto, apresenta o entendimento sobre crédito, como um ciclo de investimento em credibilidade, onde o caráter essencial desse ciclo é o ganho de credibilidade que permite o reinvestimento e um ganho posterior de credibilidade. Relaciona então a credibilidade dos pesquisadores como um ciclo de investimento de capital.² “O credito-reconhecimento refere-se ao sistema de reconhecimentos e de prêmios que simbolizam o reconhecimento pelos pares de uma obra científica passada. A credibilidade baseia-se na capacidade que os pesquisadores tem para efetivamente praticar a ciência” (LATOUR e WOOIGAR, 1997, p. 220).

Segundo os autores,

Um enunciado passa do estado de afirmação para o estado de fato por meio de documentos que tomam supérflua a introdução contínua de modalidades. Esses enunciados sustentados por documentos apropriados podem ser considerados confiáveis, do mesmo modo que os indivíduos e os instrumentos são confiáveis. A noção de credibilidade pode, por conseguinte, aplicar-se, ao mesmo tempo, a própria substância da produção científica (fatos) e a influência de fatores externos: financiamentos e instituições. A noção de credibilidade permite ao

2 Extensão do conceito de crédito para a noção de credibilidade, onde o reinvestimento contínuo dos recursos acumulados forma o ciclo de credibilidade: o pesquisador é um investidor e atualiza suas habilidades para fazer ciência.

sociólogo ligar fatores internos a fatores externos, e vice-versa. A mesma noção de credibilidade pode ser aplicada às estratégias de investimento dos pesquisadores, às teorias epistemológicas, ao sistema de reconhecimentos científicos e ao ensino científico. A credibilidade permite, portanto, que o sociólogo se desloque sem dificuldades entre esses diferentes aspectos das relações sociais na ciência. Quando se supõe que os pesquisadores investem mais na credibilidade do que na vontade de obter reconhecimento, pode-se facilmente interpretar inúmeros casos de comportamento científico, que, de outro modo, poderiam parecer estranhos, porque os pesquisadores convertem uma forma de credibilidade em outra. (LATOUR, WOOIGAR, 1997, p. 221).

O ciclo de credibilidade supõe, portanto, o engajamento dos pesquisadores na busca de credibilidade. Neste ciclo, acontece a conversão de um tipo de capital ao outro necessário para a progressão em uma carreira científica. Então, um cientista como investidor em credibilidade – recompensa, confiança, influência, reputação –

na capacidade de responder no futuro às expectativas e investimentos do presente avaliará a qualidade de suas informações, os seus receptores, as probabilidades de convencê-los e sua estratégia de carreira, e buscará, permanentemente, a conversão de uma forma de credibilidade em outras (HOCHMAN, 1994, p. 216).

A velocidade da conversão é o critério máximo que permite estabelecer a eficácia de uma operação. Esta noção de ciclo sem fim é o sucesso da ciência. Isoladamente, os elementos do ciclo não possuem valor de uso, mais valor de troca, que permitem a conversão e acelera a reprodução do ciclo. O ciclo de credibilidade então é um círculo único por meio do qual uma forma de crédito pode ser convertida em outra.

A questão da avaliação desta credibilidade está fundamentada pelos comentários e opiniões dos pares. E para isso é preciso converter o capital obtido em novas formas de credibilidade e o sucesso está nessa rápida conversão. O reinvestimento gera mais informações.

O que importa, nessa atividade, nesse mercado, é ampliar e acelerar o ciclo de credibilidade. Os cientistas não venderiam/comprariam informações, mas sua habilidade em produzir alguma informação relevante no futuro, podendo acelerar a passagem de uma parte do ciclo para outra. (HOCHMAN, 1994, p. 219).

Portanto, o ciclo de credibilidade da sentido para orientação à ação do pesquisador. Ele se movimenta neste campo de forças.

O laboratório é então um centro de cálculo que recebe informações provindas de uma rede de transformações que desloca a informação através de séries de deslocamentos (reduções e amplificações). Esta rede, segundo Kropf e Ferreira (1998, p. 595), “compreende atores, circunstâncias e interesses distribuídos por outros espaços e instituições para além da própria ciência”. É circulando nessa cadeia de transformações e deslocamentos que o fato científico se estabiliza e conquista sua legitimidade social. A legitimidade do cientista é construída pelo reconhecimento da comunidade ao fato científico e essa legitimidade que o habilita a produzir enunciados e a investir na constatação de fatos estáveis capazes de circular na rede, o que amplia sua credibilidade.

O enfrentamento Comunicacional

O processo de institucionalização da atividade científica sempre esteve relacionado ao fluxo, circulação e negociação de ideias. Pode-se dizer, portanto, que a ciência enquanto

construção coletiva se apoia à comunicação, já que a circulação de novos conhecimentos é inerente a concepção do que é fazer ciência. (ZAMBONI, 2001). Em outras palavras, o “fazer ciência” envolve movimentações de um “sistema” de comunicação – circulação simbólica e produção de sentidos.

Essas movimentações evidenciam que a interação está no cerne do fazer científico e por esta razão, os autores apresentados, com suas perspectivas bem diferentes, são importantes para pensar as relações entre a comunidade científica e sua base de organização e interação enquanto também constituidores do campo científico.

Pensar a comunidade científica em Bourdieu, logo como produtora do campo científico, evidencia a dinâmica das relações de comunicação enquanto relações de poder simbólico sempre condicionado a competição por acumulação e reprodução de capital, ou seja, pelo monopólio e legitimidade científica. Estas relações são por meio das circulações de bens (publicações) simbolicamente capitalizados e sempre relações de poder. O “tornar público” gera o capital simbólico.

Existe sempre um poder simbólico conferido às atividades científicas, mas só pode ser exercido com cumplicidade do campo – sujeitos a esse poder ou que o exercem. Quanto maior o status, maior a concorrência por visibilidade e maior reconhecimento. O maior capital que favorece a continuidade da pesquisa em termos de investimento e consolidação da carreira do pesquisador. Há, portanto, uma disputa pelas regras de produção de sentidos, já que a legitimidade leva à autoridade determinada pelas hierarquias em função de regras do mesmo. A disputa que permite o avanço no conhecimento: poder simbólico movimentado nos conflitos em busca da legitimação. “A legitimidade é um tributo do exercício do poder” (BOURDIEU, 2010, p. 11).

O pensamento de Bourdieu toca a comunicação como fenômeno social por meio da interação (de disputa) entre os agentes e do diálogo (tensão) do próprio campo científico como estrutura de trocas simbólicas. Os símbolos contribuem para a reprodução da ordem social no campo e sua própria conformidade, como já dito.

Os sistemas simbólicos, digamos que as publicações formais, possuem papel fundamental na legitimação: legitimar cognitivamente as suas enunciações. A comunicação se apresenta então como um movimento relacional intersubjetivo de sistemas simbólicos instituídos – discursos – que por meio de tensões e forças determinam hieranquias e as regulações do campo científico, com suas Leis, lógicas e enunciados. Mas às práticas e os discursos dos agentes só adquirem significado quando identificado pelo campo que são produzidos e remetidos ao contexto que surgiram – espaço objetivo definido pelas posições dos agentes. A comunicação como força que silencia os demais discursos fundada no conflito que possibilita a legitimação. Portanto, existe uma dominação da linguagem como uma forma de violência simbólica - disputa pelas regras da produção do sentido.

Já em Thomas Kuhn, algumas perspectivas são muito importantes para pensar a comunidade científica (especialistas) e a história da ciência enquanto evolutiva e, portanto, comunicacional. Não existe verdade absoluta e universal, em Kuhn a verdade é relativizada e o paradigma se consolida pela plausibilidade, rauzoabilidade e pela capacidade de convencimento de seus proponentes.

Por essa razão duas categorias significativas para pensar o comunicacional a partir deste autor são a formação de “consenso” entre a comunidade científica (ciência normal), e a

“conversão”, enquanto aceitação e adesão a um paradigma (momento de crise). Estes formam um binômio indissociável.

O consenso é à base de integração comunitária, já que o paradigma e o conhecimento científico são elaborações e propriedades coletivas do grupo e são utilizados de igual maneira por todos – uma comunidade com poucos conflitos e que mascara a disputa pela autoridade científica. É propriedade comum. “[...] A comunidade é a agência ao mesmo tempo criadora, legitimadora e reproduutora dessa linguagem: o conhecimento científico” (HOCHMAN, 1994, p. 204). É por meio deste consenso que a comunidade científica se constitui e se reproduz mediante a pedagogia,³ e não por uma adesão racional a uma lógica científica. Por isso, o conhecimento científico é convenção, com sua autoridade baseada no consenso sempre reproduzido, e a comunidade científica o lugar e o resultado dessa convenção. O episódio do consenso baseia-se na aceitação e reconhecimento do campo. Esta aceitação não ocorre em torno de um problema individual, mas sempre em torno do bem comum: o progresso da ciência.

Neste contexto de consenso, o ambiente interacional aciona novas significações e sentidos que estão postos na própria relação de troca, estruturada nos próprios objetivos que modulam as relações. Sua ocorrência, o que se pretende verdadeiro, é a legitimação de uma linguagem comum; reconhecimento unânime de um enunciado pelos interessados tido como verdadeiro.

Portanto, o consenso está direcionado a uma categoria de verdade, ou seja, saber legítimo a respeito de algo que possui como proposta validar de forma recíproca o que será tomado por verdade. Segundo Habermas (2012; 1998), comunicar

3 sentido de aprofundamento no conhecimento dos fatos, de aperfeiçoamento dos métodos de investigação e avanço nos resultados esperados (MENDONÇA, 2012, p. 539).

é aceitar na linguagem uma racionalidade específica que se manifesta como ação social consciente orientada à formação de consensos. O paradigma não é aceito porque é uma verdade evidente e clara, como a tradição sempre considerou, mais um acordo entre autoridades científicas. Há uma força de convencimento das pretenções de validade, um reconhecimento na relação, mantida pela linguagem orientada conforme as regras de um mesmo universo normativo compartilhado.

Quando chega a crise no paradigma, observa-se que há uma tensão da incomunicabilidade e do vínculo necessário para sobrevivência do próprio grupo no estabelecimento do consenso. É nesse sentido que se instaura o paradigma: a conversão para uma nova ciência normal.

A conversão apresenta um sentido comunicacional de passagem. Como uma transição, “um salto” – institui a concordância. Conforme o autor, cada revolução científica altera a perspectiva histórica da comunidade que experimenta. A revolução é então uma necessidade vital para o desenvolvimento e o progresso da ciência – essa revolução se opera por meio da comunicação. A ciência não caminha numa via linear, contínua e progressiva, mas por saltos e revoluções, como diz Kuhn. Mas estas revoluções se constituem por meio da aceitação de novas teorias (paradigmas) e, portanto, é circular. A conversão acontece via demonstração de que o novo paradigma permite uma solução mais eficiente dos problemas científicos – a ideia de verdade como produto de um tipo de comunicação o que apresenta o caráter discursivo da ciência (HOCHMAN, 1994; KUHN, 2009).

Assim sendo, no pensamento de Kuhn, a comunicação apresenta-se nas relações interacionais de aceitação. Este pode ser um episódio “pre-moldado” pelos processos sociais e se desenvolve com complexidade de vinculações. A aceitação, neste

episódio comunicacional, gera a conversão e pressupõe um momento de conquista de adeptos e novamente o consenso para a ciência normal. Como já apresentado, uma via circular.

Em Kuhn, a efetivação do consenso mostra-se via publicação: surgimento de jornais, revistas especializadas, fundação de sociedades científicas, currículos de cursos universitários, citações, livros didáticos, entre outros - realizações científicas universalmente reconhecidas. Para ele, estas são algumas das formas de socialização e comunicação entre os membros do grupo. São estes que marcam a efetivação das revoluções caracterizadas pela transmissão de conhecimento por meio dos canais de comunicação científica.

As publicações, neste sentido, não são reduzidas apenas ao código e regras linguísticas, mas consideradas como instituições que possuem um conjunto de padrões operacionais entendidos e aceitos pelos indivíduos que a utilizam.

Isso pode evidenciar que a técnica da linguagem tende a se tornar uma verdade não absoluta, mas indiscutível, não disponível ao questionamento e a argumentação segundo Kuhn (até determinado momento de crise), semelhante ao dogma religioso. Os questionamentos são somente para reafirmá-lo. Observa-se então que existe uma tentativa de comunicação para acumulação, mas produz e condiciona novos tipos de relações sociais mediadas.

Em Latour e Woolgar a argumentação sobre as redes heterogêneas enquanto dimensão coletiva que implica a contrução de fatos e máquinas apresenta um movimento de agregação e de uma série de associações entre esses elementos na rede. Um tipo de “conexão” entre coisas que não são em si mesma social. É “um movimento peculiar de reassociação e agregação” (FREIRE, 2013, p. 16), de humanos e não-humanos inteiramente conectados e em contínua mobilidade e ação

desenhando inúmeras realidades. A especificidade desse movimento está na forma como se constroem as conexões entre coisas, seus acionamentos, suas performances de associações e os meios utilizados para sua estabilização.

A comunicação apresenta-se, neste sentido, como um agenciamento da rede humanos e não-humanos que os conectam. Os atores (tudo aquilo sobre o qual algo pode ser afirmado a partir dos efeitos de suas ações) no coletivo se modificam para se manterem. É como um fluxo de continuidade entre descontínuos mediados – uma noção de vinculação responsável para instaurar o caráter transformador da comunicação. Lemos (2010, p. 17) diz que “pela noção de mediação devemos abolir a simples causalidade, a separação sujeito-objeto e evitar alocar a intencionalidade apenas ao sujeito humano. Os objetos técnicos não são passivos, obedecendo a ordens de um sujeito humano”. A mediação, neste contexto, é um elo que coloca os sujeitos em relação, humanos e não humanos. São eles que agenciam e produzem transformações nas redes sociotécnicas. Uma espécie de delegação bidirecional a partir de suas próprias ações que os revela como agentes híbridos postos em relação.

Observa-se que Latour expande a noção de interação social, para noção de rede sociotécnica (prontas ou que estão sendo construídas). Uma espécie de rede rizomática que dá conta da multiplicidade de agenciamentos dos atores para actantes.⁴

A partir desta noção de agenciamentos, a comunicação apresenta-se como “elemento” que altera, que desloca os agentes para uma relação e vínculo; que muda os programas de ações para um actante novo. Também modifica interesses, produz efeitos por um tipo especial de articulação, remodela

4 Latour chama de actantes o “ator-híbrido” – associação de homens, armas, instituições, etc.

propriedades sociais pelo entrecruzamento de programas de ação. Ou seja, que promove o deslocamento nos vínculos originais e os reconfiguram - uma operação semiótica entre actantes produzidos e que se produzem, que se tensionam e apontam novas reconfigurações na rede (LEMOS, 2013).

Pode-se dizer, portanto, que a comunicação é o que gera efeito na rede, vinculadas às novas propriedades no coletivo em nível de agrupamentos e não individualmente. As conexões se constroem e vão sendo construídas à medida da ação. É o compartilhamento da ação. Nesse sentido, a comunicação não opera a partir de um agente individual, mas nas associações. Não se trata de quem emite ou recebe, mais no que se transformam juntos. É o sentido da comunicação como compartilhamento simbólico.

Para pensar a credibilidade, é preciso compreender que um dos deslocamentos da rede geram por meio da comunicação, o produto do conhecimento científico como constituição de verdade (enunciados, produção de fatos). Os enunciados passam a ter uma dimensão material: a publicação. É neste ponto que a legitimidade e a afirmação vão se constituindo.

No laboratório, Latour e Woolgar perceberam que todas as atividades repetidas (congressos, projetos, reuniões, entre outras atividades) pelos cientistas estavam em torno da redação de artigos científicos. Uma inscrição literária das atividades práticas sintetizadas e representadas: produtos artificiais que tanto em função do contexto quanto do conteúdo do enunciado, podem se estabilizar como fatos. Ou seja, “o cientista, como qualquer outro ator social, é alguém que se utiliza de estratégias persuasivas que visam garantir a aceitação dos enunciados por ele produzidos” e por esta razão o conhecimento científico é um sistema de convenções socialmente estabelecido e reproduzido,

mas isso em função de um processo social de convencimento. (KROPF e FERREIRA, 1998, p. 592.)

Segundo Kropf e Ferreira (1998), os enunciados são de diferentes tipos dos quais os pesquisadores buscam transformar os que se apresentam como assertivas em um fato plenamente instituído. Essas operações são estratégias discursivas postas em ação para aumentar o poder de convencimento de um enunciado e o pesquisador luta para criar e fazer aceitar estes enunciados. Além disso, percebe-se que a comunicação aqui gera produção de valor na prática científica, já que precisam da avaliação para o reinvestimento na sua credibilidade. As publicações, como instuições simbólicas produzem, fortalecem, aumentam e legitimam a credibilidade do pesquisador e seu capital social.

CONSIDERAÇÕES NÃO FINAIS

Este estudo surge a partir de um esforço inicial para discutir como a ciência moderna se desenvolve por meio de um sistema de comunicação para sustentar seu ethos e se constituir como ciência a partir dos autores da sociologia da ciência Pierre Bourdieu, Thomas Kuhn e os antropólogos Latour e Woolgar. Buscou-se especificamente localizar o comunicacional no pensamento desses estudiosos da ciência.

A partir do exposto no texto, comprehende-se uma dinâmica interativa da prática científica e sua organização. Além disso, percebe-se como a ciência moderna depende de um sistema de comunicação para se constituir, se fortalecer, e como faz produzir novas formas de circulação simbólica transitando entre/sobre eles.

A comunicação que permite essas movimentações. Poderíamos dizer que a comunicação está no trânsito, nas

possibilidades, e até mesmo na forma e canais dessa circulação simbólica.

Por meio do pensamento dos autores, foi possível observar que:

- Primeiro: a ciência é constituída de vínculos comunicacionais e colégios invisíveis que fortalecem a comunidade científica e que regulam suas próprias movimentações;
- Segundo: a comunicação se mostra por uma via circular que se retroalimenta e instaura formas de circulação simbólica legitimadas, como as publicações.

Em Bourdieu, o vínculo é baseado no poder legitimado pelo capital simbólico e se constitui por meio de enunciados, discursos de verdade documentados. Uma relação autoritária de comunicação, mas que contribui para a reprodução da ordem social no campo e sua própria conformidade. Conforme apresentado, um movimento relacional intersubjetivo de sistemas simbólicos instituídos – discursos e disputas pelas regras da produção do sentido no interior da comunidade científica.

Em Thomas Kuhn, o vínculo é a formação de consenso, ou seja, comunicação é o que gera consenso. O ambiente interacional deste consenso aciona novas significações e sentidos que estão postos na própria relação de troca, estruturada nos próprios objetivos que modulam o “ambiente”. A evidência do consenso está na publicação das revistas especializadas, jornais, currículos, citações. Está nas realizações científicas conhecidas universalmente. É o “tornar público” o conhecimento que fortalece o próprio grupo.

São muitas tensões que podem ocorrer neste movimento de consenso, mas a ideia do vínculo é instaurada para o Kuhn como aquilo que o grupo estabelece e partilha, não para a busca da verdade, mas para resolver problemas cotidianos

que ele chama de quebra-cabeças. É o vínculo que fortalece o grupo que é governado pelo paradigma e não pelo objeto.

Já em Latour e Wooigar, observa-se que os antropólogos lançam a extensão da própria noção de interação social, ao incluir nas relações os não-humanos. Nota-se que seu princípio comunicativo está na interação mediada, uma espécie de agenciamento. Logo, a comunicação é o que gera efeito na rede, que desloca, altera, modifica, articula, tensiona e remodela propriedades sociais pelo entrecruzamento de programas de ação, já que a atividade científica possui uma dimensão coletiva. Essas redes produzem também constituições de verdade – enunciados, produção de fatos. A inscrição literária é representada como estratégia persuasiva para garantir os enunciados, um processo de convencimento. Comunicação, neste contexto, é então o que convence pelo reinvestimento do pesquisador. Isso em torno da busca pelo crédito, mas como estoque. Uma forma de convencimento que promove a legitimidade para que o pesquisador produza seus enunciados. Este crédito é dado pelas publicações, onde publica, o quanto publica, dentre outros investimentos de capital.

Em todos os autores, além das relações de interação, dos vínculos que constroem o campo, dos colégios invisíveis instituídos, suas regras e sentidos, é evidente a constituição da verdade via publicação legitimada. O próprio entendimento de legitimidade na ciência apresenta uma noção comunicacional e de verdade atravessadoras deste contexto. A noção de legitimidade tem seu sentido relacionado ao comportamento coletivo, uma espécie de organicidade.

As publicações podem ser consideradas bens simbólicos legitimados que circulam e fazem produzir outros sentidos e um cientista é renomado quando acumula esses bens. Mas estas publicações não são para divulgar ciência, e sim para se

constituir como tal. É por meio desse sistema de comunicação próprio que a ciência moderna sustenta seus ethos científico.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- _____. Algumas propriedades do campo. In: _____. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, p. 89-94, 1983.
- _____. Le champ scientifique. **Actes de la recherche em sciences sociales**, n. 2/3, jun. 1976, p. 88-104.
- BRAGA, José L. Nem rara, nem ausente: tentativa. **Matrizes**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 65-81, jul./dez. 2010.
- CASTELFRANCHI, Yurij. **As serpentes e o bastão**: tecnociência, neoliberalismo e inexorabilidade. Campinas, 2008. Tese (Doutorado) – Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.
- FREIRE, Letícia de Luana. A ciência em ação de Bruno Latour. **Cadernos IHU ideias**, n. 192, ano 11, 2013.
- HESSEN, Johannes. **Teoria do conhecimento**. São Paulo: Martins fontes, 2012.
- HOCHMAN, Gilberto. A ciência entre a comunidade e o mercado: leituras de Kuhn, Bourdieu, Latour e Knorr-Cetina. In: VERA, Portocarrero (org.). **Filosofia, história e sociologia das ciências I**: abordagens contemporâneas. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 1994. p. 199-232. cap. 8.
- HABERMAS, J. **O discurso filosófico da modernidade**. Tradução de Ana Maria Bernardo [et al.]. 2. ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.
- _____. **J. Teoria do agir comunicativo**: racionalidade da ação e racionalização social. Tradução de Flávio Siebeneichler. 1. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, v. 1, 2012a.

KROPF, Simone Petraglia. FERREIRA, Luiz Otávio. A prática da ciência: uma etnografia no laboratório. **História, ciências, saúde**, n. 3, v. 4, fev 1998. p. 589-597.

LATOUR, Bruno; WOOIGAR, Steve. A credibilidade científica. In: **A vida de laboratório**: a produção dos fatos científicos. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1997. cap. 5. p. 205-264.

_____. **Ciência em Ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. **Reagregando social**: uma introdução a teoria do autor-rede. Salvador: EDUSC, 2012.

LEMOS, André. Você está aqui! Mídia locativa e teorias “Materialidades da Comunicação” e “Ator-Rede”. **Comunicação & Sociedade**, [s. l.], v. 32, n. 54, p. 5-29, 2010.

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos/ Livros, 1999

MENDONÇA, André Luis de Oliveira. O legado de Thomas Kuhn após cinquenta anos. **Scientiae Studia**, n. 3, v. 10, p. 535-60, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1678-31662012000300006>

ROMANCINI, Richard. **O campo científico da comunicação no Brasil**: institucionalização e capital científico. Tese (Doutorado) – Departamento de Ciências da Comunicação - Escola de Comunicações e Artes - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

CASTELFRANCHI, Yurij. **As serpentes e o bastão**: tecnociência, neoliberalismo e inexorabilidade. Campinas, 2008. Tese (Doutorado) – Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Da sociologia da Ciência à Política científica. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 1, p. 11-56, jun. 1978. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/10790/3/Da%20Sociologia%20da%20>

Ci%C3%A3ncia%20%C3%A0%20Pol%C3%ADtica%20Cient%-%C3%ADfica.pdf. Acesso em: 22 jul. 2019.

SIGNATES, Luiz. Epistemologia e comunicabilidade: as crises das ciências, ante a perspectiva da centralidade do conceito de comunicação. **Revista Comunicação e informação**, v. 15, n. 2, p. 133-148, jul./dez. 2012.

SCHWARTZMAN, Simon. **Ciência, Universidade e Ideologia**: a política do conhecimento. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. 2008. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/polcon.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2018.

ZAMBONI, L. M. S. **Cientistas, jornalistas e a divulgação científica**: subjetividade e heterogeneidade no discurso da divulgação científica. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2001.

PARTE III

DEBATES METATEÓRICOS EM
COMUNICAÇÃO, CIDADANIA E POLÍTICA

A essencialidade da comunicação para a inclusão das pessoas com deficiência nas corporações

Daniela Priscila de Oliveira Veronezi

Na Idade Média, a conexão dos seres humanos com o universo se dava por meio de Deus. Com o advento da modernidade, há uma separação entre o homem e a natureza e ela, por sua vez, deixa de ser uma criação divina e se torna um objeto sem alma, que os indivíduos passam a torturar para conhecer os seus segredos e submetê-la às suas necessidades. Nesse contexto, a ciência adquire credibilidade em detrimento da divindade como objeto do conhecimento. A separação entre teologia e ciência ocorreu no início da modernidade e, na atualidade, o saber científico está arraigado na sociedade e permeia a vida das pessoas em todas as instâncias.

No âmago da modernidade e, por sua vez, do conhecimento científico, o século XIX terminou com os homens acreditando, profundamente, que a razão, por si só, traria a plenitude da felicidade aos indivíduos, subjugando e, inclusive, substituindo as crenças. Acreditava-se que o século XX, com o advento das máquinas e das tecnologias, seria a era em que o homem viveria em paz, sem a necessidade de trabalhar e feliz. No entanto, a sofisticação e, ao mesmo tempo, a matança desse século é sem igual. O século XX, envolvido por essa gama de perspectivas positivas em torno da ciência e da

razão do mundo moderno, foi palco de duas grandes guerras, impulsionadas, em grande medida, pela racionalidade industrial do genocídio.

Nesse período, o negativismo assolou a sociedade e correntes de pensamento, como a Escola Frankfurt, por exemplo, emergiram em meio a uma visão pessimista da época, com vistos ao aprisionamento dos indivíduos permeados por uma relação de dominação em favor dos interesses capitalistas e em contrariedade com a ideologia da felicidade outrora apregoadas. Correntes dissidentes de pensamento surgiram, como os estudiosos da pós-modernidade, que divergem dos entusiastas da modernidade, essencialmente, pela defesa de que a razão deve ser abandonada, fato refutado pelos modernistas.

No âmago dessas discussões que percorreram os primórdios do século XX e se arrastaram pelos anos subsequentes, emerge, em 1948, no período de pós-guerra, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), aprovada na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). Tal conteúdo suscitou um amplo e profundo debate sobre os direitos iguais e inalienáveis como fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo. Na verdade, a história das leis ou acordos que garantem direitos básicos às pessoas é muito mais antiga que a DUDH, porém seu conteúdo se diferencia pela pretensão expressamente universal de combater a xenofobia instaurada pelo regime nazista.

A adoção da DUDH pelos países signatários enfrentou diversos percalços, ainda que sua adesão inicial tenha sido significativa, pois passou-se a questionar sua obrigatoriedade jurídica. No entanto, apesar dos problemas enfrentados para sua implementação, fato é que, pouco a pouco, uma série de tratados internacionais foram concebidos como resultantes de seus ideais. Nesse contexto, em 2006, também no âmbito

da ONU, foi acolhida a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo que, no Brasil, foi aprovada com prerrogativa de emenda constitucional, pelo Congresso Nacional, em 2008, com sua promulgação efetivada em 2009.

Essa Convenção é considerada o grande marco da conquista de direitos das pessoas com deficiência, ao passo que se propõe a “promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente” (BRASIL, 2009, p. 3). Tanto a Convenção quanto a sua resultante no Brasil, que é a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015), popularmente conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, abordam a comunicação como elemento primordial para o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais desses sujeitos, com vistas à inclusão social e à cidadania.

Nessa perspectiva, como defendem Signates e Moraes (2016, p. 9), “sem comunicação, não há cidadania”, ratificando a noção de que esse processo de trocas simbólicas é essencial para a inclusão das pessoas com deficiência no convívio social. Com isso, esta investigação, tem como objeto a comunicação organizacional e defende a tese de que a inclusão das pessoas com deficiência nas organizações, enquanto prática social, tem como pré-requisito a transposição das barreiras comunicacionais e a viabilização das interações entre os sujeitos em sua diversidade.

A abordagem da comunicação como elemento central para a inclusão das pessoas com deficiência no âmbito corporativo é vislumbrada, sob o aspecto teórico, em especial por concepções habermasianas acerca das rationalidades instru-

mental e comunicativa, bem como do agir comunicativo. No intuito de contribuir com os estudos da comunicação, com foco na inclusão desses sujeitos, este artigo apresenta as seguintes seções: da racionalidade instrumental à comunicativa, a comunicação como pressuposto para a inclusão das pessoas com deficiência e a perspectiva comunicacional da inclusão das pessoas com deficiência na legislação brasileira.

1. Da racionalidade instrumental à comunicativa

A desesperança que assolou uma significativa parcela dos intelectuais do início do século XX, com o advento das duas guerras mundiais, arraigou no epicentro da crise da humanidade uma descrença na racionalidade. No entanto, ao contrário de outros estudiosos, para Habermas (1998) a razão não acabou, tampouco a modernidade, como defendem os pós-modernos, que emergem em uma contradição ao justificar o abandono da razão com argumentos, negligenciando que ambos estão intrinsecamente relacionados e que um não subsiste sem o outro.

Assim, os estudos habermasianos creem na permanência da racionalidade, mas defendem a existência de razões múltiplas, contrapondo-se à noção de que a sociedade seja constituída exclusivamente pela racionalidade instrumental. Nesse sentido, estabelece o conceito de razão comunicativa, que subentende a linguagem como elemento essencial de transformação, capaz de modificar as referências objetivas, subjetivas e sociais do mundo. Com isso, o estudioso propõe uma alternativa racional à razão instrumental, que é o agir comunicativo, como fundamento da modernidade, possibilitando uma visão ampliada e refinada da própria concepção de razão (HABERMAS, 2012a).

O conceito do agir comunicativo pressupõe a linguagem como medium de uma espécie de processos de entendimento ao longo dos quais os participantes, quando se referem a um mundo, manifestam de parte a parte pretensões de validade que podem ser aceitas ou contestadas. Com esse modelo de ação supõe-se que os participantes da interação mobilizam expressamente o potencial de racionalidade presente nas três referências do ator ao mundo [...] em prol do objetivo almejado cooperativamente de chegar ao entendimento (HABERMAS, 2012a, p. 191).

Habermas (2012a), com a teoria do agir comunicativo, reflete acerca da razão não como instrumento de dominação, mas como ponto nuclear da constituição de relações sociais centradas no entendimento, no diálogo e na ética. Sem a pretensão de estabelecer uma lógica permeada pelo bem em oposição ao mal, o estudioso tece críticas às concepções weberianas, que se baseiam na racionalidade instrumental, orientada a fins e arquitetada para gerar resultados, por negligenciar a intersubjetividade comunicativa, que é imprescindível para a existência humana em sociedade.

Nessa acepção, a razão instrumental sacramenta a relação sujeito-objeto, na qual o homem domina o homem, em detrimento da concepção sujeito-sujeito, em que um comprehende o outro com base em suas experiências e por meio da argumentação e do diálogo ambos produzem conhecimento. Com isso, a teoria de Max Weber permeia a racionalização das instituições e da vida, uma vez que o dinheiro e o poder são imprescindíveis para a compreensão das sociedades modernas e, nesse contexto, indiferentes ao mundo da vida, ou seja, “à cultura, à sociedade e à personalidade” (HABERMAS, 2012b, p. 556).

O mundo da vida não é senão o mundo da experiência linguageira. Não é, evidentemente, a própria linguagem, mas o mundo ou o substrato da expe-

riência humana onde ela impera. É, no dizer do próprio Habermas, um “transfundo”, a rede de experiências, sentimentos e conhecimentos sempre presente ao sujeito como familiar e transparente, e a partir da qual nasce toda a produção do sentido. Trata-se do mundo intersubjetivo, cuja estrutura básica é comum a todos, por ser o acervo do saber compartilhado, de onde os falantes retiram a confiança ingênua de que o mundo segue sendo como até agora foi e assim continuará amanhã e depois. É, como o próprio nome diz, o mundo “vivido” (SIGNATES, 2009, p. 7).

A compreensão habermasiana acerca do mundo possibilita conceber a sociedade de forma amplificada e articulada com a subjetividade dos sujeitos que dela participam, em uma relação dialética entre o mundo do sistema e o mundo da vida. Esses dois mundos são permeados por contradições que advém da resistência dos sujeitos perante a desestruturação que o mundo do sistema almeja ao buscar controlar o mundo da vida, resultando em submissões, violências, insatisfações e misérias que ameaçam a gestão democrática. Nesse sentido, a institucionalização do sistema composto pelo estado se dá, essencialmente, por meio do poder e da força, já a do sistema constituído pelas empresas viabiliza-se, sobretudo, pelo dinheiro.

É importante que se compreenda que Habermas (2012a) defende que a razão instrumental gerou conquistas irrenunciáveis na modernidade, pois os seres humanos dependem da tecnologia para viver em sociedade e nem sempre irão promover o debate com vistas a alcançar o consenso. Assim, a sociedade contemporânea é construída com base na racionalidade instrumental, que produz riqueza, e, portanto, não se trata de suprimir tal concepção, mas de enfrentar a instituição de poder a ela intrínseca, ou seja, deve-se frear algo que não se pode viver sem. Com base nessa proposição e

no fundamento da pluralidade da razão, o filósofo e sociólogo alemão argumenta que a gestão democrática deve se processar na lógica da razão comunicativa, isto é, do entendimento.

Nesse sentido, essa proposição teórica não se configura como uma técnica, mas sim como uma rationalidade universal, que é a base para o desenvolvimento da sociedade e precede a razão instrumental. Ao adentrar na teoria do agir comunicativo, o estudioso argumenta que a situação ideal de dialogicidade não existe em lugar algum, mas é pressuposta pelo interlocutor quando ele se coloca na posição de fala e participa da relação de peito aberto, sem enganar. Nesse sentido, apenas os sujeitos que participam da interação podem decidir se uma relação é ou não comunicativa, ou seja, faz-se necessário compor a interlocução para saber se a situação ideal de fala existe concretamente (HABERMAS, 2012a).

Caso se perceba que uma das partes está enganando, o outro passa a agir estrategicamente - escondendo as palavras e pensando antes de falar - deixando a razão comunicativa. Com isso, o consenso, ainda que seja uma concepção de difícil alcance, confere tonalidade à rationalidade comunicativa (HABERMAS, 2012a). Com base na teoria de sociedade habermasiana, adentra-se especificamente no âmbito das instituições, visto que este artigo tem como objeto a comunicação organizacional. Para tanto, busca-se em Signates (2009) a discussão acerca da concepção de sistema / mundo da vida que corresponde, simultaneamente, à institucionalização / cotidianidade, uma vez que Habermas (2012b, p. 220) propõe “que a sociedade seja concebida, ao mesmo tempo, como mundo da vida e como sistema”.

Signates (2009, p. 7) defende que “[...] o mundo da vida se diferencia, na formação de sistemas de poder, por processos de ‘institucionalização sistêmica’”. Tal denominação corres-

ponde a qualquer processo social ou histórico cujas interações simbólicas entre as pessoas sejam capturadas pelos sistemas de poder e transformadas em instrumentos de controle, restringindo e direcionando o modo como a comunicação se processa na sociedade. Em outras palavras, ao demarcar o que se deve dizer, determina-se, concomitantemente, o que se silencia e a comunicação organizacional é um sistema de controle que opera pela comunicação. Nesse sentido, a reflexão acerca dos estudos referentes à comunicação corporativa, que envolve diversas especialidades, deve abarcar também a atividade profissional de Relações Públicas, tendo em vista a conexão entre ambas.

Com isso, salienta-se o que Grunig *et al.* (2009) denomina de “Comunicação Simétrica de Mão Dupla”, as “Relações Públicas Excelentes”, que pressupõe equilíbrio entre os interesses da organização e de seus públicos nos relacionamentos estabelecidos. Tal proposição presume a existência, ainda que em outros termos, de dialogicidade entre o sistema e o mundo da vida em lugar de o primeiro buscar a colonização do segundo. Como as Relações Públicas, enquanto atividade profissional, é fruto do capitalismo, a comunicação simétrica de mão dupla, proposta por Grunig *et al.* (2009), apresenta-se como um modelo de difícil implementação na prática, já que demanda interações intersubjetivas entre sistema e mundo da vida em condições ideais de reciprocidade.

De todo modo, por mais que haja um distanciamento entre o idealismo de tal concepção e a prática profissional, faz-se necessário que os esforços comunicacionais perpassem os sujeitos em sua integralidade, oportunizando trocas mútuas e a constituição de um capitalismo mais humanizado. Nesse sentido, faz-se necessário, assim como defendem os estudos habermasianos, uma visão crítica acerca do capitalismo, que tem atuado, cada vez mais, em prol da racionalidade sistê-

mica, relegando os sujeitos sociais à condição de objetos e, concomitantemente, desfavorecendo a intersubjetividade e a produção social de sentidos.

Dito por outras palavras, se percebermos o mundo da vida como uma expressão da racionalidade dos públicos da organização e a organização como expressão do sistema, a verdadeira questão a colocar será, então, se as relações públicas podem ou não oferecer a oportunidade de restaurar o par sistema/mundo da vida através de uma justificação contínua da ação do sistema na perspectiva da racionalidade do mundo da vida. Acreditamos que sim [...]. Daí que, na nossa opinião, o problema em analisar as relações públicas a partir do conceito de esfera pública e de racionalidade comunicacional não reside em saber se as relações públicas têm ou não “lugar” na esfera pública, mas antes, na forma como utilizam esse “lugar” e quais os seus fins. Isso é, como “traduzem” racionalidade do mundo da vida na racionalidade do sistema e vice-versa (GONÇALVES, 2013, p. 197).

Nessa acepção, se tensionamentos não se fizerem presentes, o sistema irá colonizar o mundo da vida, por meio dos mecanismos de controle empreendidos pelo estado e pela economia. Assim, a relação de confronto do sujeito com o sistema jamais se resolve, pois tanto o estado quanto a economia são imprescindíveis para a vida em sociedade. O que compete às Relações Públcas é empreender maneiras de o sujeito não sucumbir frente à frenesi, cada vez mais acentuada, que permeia o sistema instaurado na modernidade.

2. A comunicação como pressuposto para a inclusão das pessoas com deficiência

Apesar de Gonçalves (2013) fazer uma reflexão acerca da atividade profissional das Relações Públicas, que tem como essência a mediação dos processos de interação entre a organização e os seus públicos, a partir da teoria do agir comunicativo e, em seu bojo, da noção de mundo da vida e de sistema, empreendida nos estudos habermasianos, no Brasil, tal concepção não perpassa, em essência, os estudos realizados pelos renomados estudiosos da comunicação organizacional, que centram suas pesquisas, especialmente, nos aspectos que permeiam a racionalidade instrumental.

Assim, tais estudiosos, em geral, silenciam acerca da importância do agir comunicativo como fundamento da relação organização-públicos, relegando a racionalidade comunicativa ao anonimato frente ao idealismo da instrumentalidade.

Nesse sentido, como subsistema organizacional, a área de relações públicas deve ter como foco central fortalecer o sistema institucional das organizações [...]. E, para tanto, terá de se valer de técnicas, instrumentos e estratégias de comunicação. (KUNSCH, 2003, p. 99).

Para que se possa compreender um pouco mais acerca desse ideal instrumentalista da comunicação no âmbito das organizações, a seguir apresentam-se, de modo geral, as nuances históricas de tal atividade no Brasil.

A comunicação organizacional é uma atividade profissional que passou a ser desempenhada, principalmente, na segunda metade do século XX, com a industrialização e o crescimento econômico do país. Contudo, a atividade obteve notoriedade no âmbito corporativo nas décadas de 1980 e, sobretudo, de 1990. Torquato (2004) demonstra essa evolução em três

etapas: nas décadas de 1960 e 1970, a ênfase da comunicação organizacional recaiu no produto; na década de 1980, centrou-se na preocupação com a imagem institucional e desde a década de 1990, o estudioso destaca o caráter estratégico que passou a permeá-la.

Bueno (2003) apresenta a trajetória da comunicação empresarial no Brasil em cinco estágios, que abrange desde sua constituição à corporificação como elemento estratégico. O primeiro período, que antecede a década de 1970, manifesta-se por meio de uma comunicação fragmentada e desempenhada por profissionais de áreas diversas. O segundo estágio, que abarca a década de 1970, é o momento que surgem os primeiros profissionais e literaturas de comunicação, culminando em transformações fundamentais em direção à consecução de uma cultura de comunicação nas corporações, embora essas pesquisas iniciais se ativessem às ações da área de forma isolada.

O terceiro estágio, demarcado por Bueno (2003), corresponde à década de 1980 e impulsionou, sobremaneira, o crescimento da comunicação organizacional no Brasil como uma área promissora, apta a estimular o interesse de profissionais de campos diversos. O quarto período emergiu na segunda metade dessa década, com a elaboração da Política de Comunicação Social da Rhodia, que se consagrou como o primeiro caso de sucesso da comunicação empresarial no país. O quinto estágio compreende a década de 1990, em que o conceito de comunicação corporativa se aperfeiçoa e se estabelece como estratégico para as organizações.

Nessa perspectiva da comunicação enquanto estratégia corporativa, Kunsch (2003) sacramenta, em seus estudos, a concepção da comunicação organizacional integrada, que pressupõe o esforço das comunicações administrativa, interna,

institucional e mercadológica orientada a fins e a resultados comuns. Com todo o respeito que este estudo merece, tendo em vista a importância da referida autora para a área das Relações Públicas e da comunicação organizacional no Brasil, propõe-se, neste artigo, uma ampliação da abordagem centrada na instrumentalidade para uma que contemple, concomitantemente, a racionalidade comunicativa.

Para que se possa vislumbrar a importância da comunicação como elemento central para a inclusão das pessoas com deficiência no Brasil, faz-se necessário, inicialmente, compreender que se trata de um país historicamente desigual e excludente, marcado por raízes escravocratas e por uma noção de cidadania parcial e segregacionista. Embora a abolição da escravidão tenha se concretizado pela Lei Áurea, em 1888, tal conquista não resultou de uma reconfiguração e de um amadurecimento da consciência social da população brasileira, ao contrário, firmou-se, entre outras questões, por pressão da Inglaterra, que se encontrava no auge da expansão industrial, com o advento da Revolução, e necessitava de mercado com potencial de compra para expandir seus negócios.

Para evidenciar que no Brasil a abolição da escravatura não se deu de maneira natural, mas sim imposta, e que a sociedade não havia mudado sua mentalidade em relação aos escravos recém-libertos e seus dependentes, considerando-os inferiores, Schwarcz (1993) afirma que, no início do século XX, a eugenia passou a ser disseminada no país por intelectuais que se entusiasmaram em conceber uma nova identidade aos brasileiros. Os ideais eugênicos pressupõem a perfectibilidade dos seres humanos tanto fisicamente quanto intelectualmente, associando doenças como o alcoolismo, a sífilis e a tuberculose à miscigenação que, segundo tais crenças, ocasionava a degeneração da raça humana, quando o que se almejava era fortalecer-la e purificá-la.

Nessa acepção, Schwarcz (1993) defende que para uma parcela da elite intelectual desse período, a eugenia correspondia a uma espécie de “higiene social” que resultaria, em conjunto com outros fatores, no progresso do Brasil, pois os negros carregavam o estigma de transmissores das epidemias da época. No entanto, a eugenia não se restringia aos africanos, uma vez que a imigração asiática também era considerada prejudicial ao país e, portanto, deveria ser controlada. No âmago dos ideais eugênicos também se segregavam os deficientes, por serem considerados “anormais” e, portanto, um mal a ser combatido em prol da prevalência de uma “raça superior”.

Adicionalmente, Piovesan (2013) apresenta o processo de construção dos direitos humanos das pessoas com deficiência em quatro fases: a) intolerância: a deficiência representa a impureza e o castigo divino; b) invisibilidade: tanto a deficiência relativa quanto a absoluta é tida como algo natural; c) assistencialismo: sustentado nos conceitos médicos e biológicos de que a deficiência é uma doença e, como tal, deve ser curada, sendo o foco centrado no sujeito, portador da enfermidade; e d) inclusão: trata da relação entre a pessoa com deficiência e o meio no qual ela está inserida, bem como da necessidade de eliminar as barreiras culturais, físicas ou sociais existentes na sociedade que impossibilitem o pleno exercício dos direitos humanos.

Com base nesse panorama histórico que permeia a exclusão no país e aprofunda a desigualdade social, a constituição de uma efetiva democracia, que presume a soberania exercida pelo povo, é fortemente prejudicada pela segregação profunda imposta aos brasileiros. Assim, para que a inclusão das pessoas com deficiência se torne uma prática social, tanto a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo quanto o Estatuto da Pessoa com

Deficiência salientam algumas barreiras que precisam ser transpostas, entre as quais se encontram as comunicacionais, as informacionais e as atitudinais.

Em consonância com a legislação brasileira, um renomado estudioso acerca do tema, o psicólogo Romeu Sassaki, ao conceber as seis dimensões de acessibilidade das pessoas com deficiência no âmbito corporativo, inclui a comunicacional e a atitudinal como duas delas, sendo as demais a arquitetônica, a metodológica, a instrumental e a programática. Para Sassaki (2010), a acessibilidade comunicacional implica o rompimento das barreiras que dificultam as comunicações interpessoal, escrita e virtual, já a atitudinal, diretamente correlacionada à anterior, refere-se à supressão das barreiras impostas pelo preconceito, estigma, estereótipo e discriminação. Nesse sentido, Signates e Moraes defendem que:

[...] negar a comunicabilidade a um sujeito, dentro de uma sociedade de direitos, é negar-lhe a própria cidadania. O autossilenciamento pode até ser uma opção cidadã, mas o silenciamento do outro, sem o seu consentimento ou deliberação, constitui, em qualquer tempo, o fim comunicacional do direito humano, o que pode implicar na extinção do direito enquanto tal. (SIGNATES e MORAES, 2016, p. 15)

Acredita-se que para a comunicação adquirir a centralidade que lhe compete no processo de inclusão social, faz-se necessário compreender os públicos das organizações em sua integralidade, de modo a resgatar o mundo da vida e tensioná-lo em direção a uma lógica sistêmica que tende, como já mencionado, à sua colonização, por meio das dimensões que o constituem. A primeira dimensão, a da cultura, envolve os saberes comunicacionais compartilhados, as trocas simbólicas, capazes de gerar consenso; a segunda dimensão, a da sociedade, corresponde às regras que circulam no meio social pela

comunicação e que precisam ser respeitadas para se alcançar a solidariedade; já a terceira dimensão, a da personalidade, envolve a subjetividade dos sujeitos, compreendendo a competência comunicacional de falar e agir a partir da expressão das identidades do “eu sou” (HABERMAS, 2012b).

Nessa perspectiva, parece salutar, nos primeiros passos desta investigação, que ainda tem uma longa trajetória a percorrer, pensar a inclusão das pessoas com deficiência sob a lógica da racionalidade instrumental, uma vez que, em essência, a comunicação no sistema organizacional se encontra preponderantemente nessa vertente, mas, somado a isso, também concebê-la sob a nuance da ação comunicativa, que, em essência, é o “agir orientado pelo entendimento” (HABERMAS, 2012b, p. 220). Tal concepção possibilita que as pessoas com deficiência participem de uma relação sujeito-sujeito, sendo concebidas em sua integralidade, e deixem de ser objetos subjugados no seio das relações sociais.

Para que se possa delinear os sujeitos em sua integralidade, de modo exemplificativo, pode-se considerar que o mesmo colaborador que é público-alvo da organização em suas comunicações administrativas e internas, também é alcançado pela corporação, juntamente com suas famílias, amigos e demais membros da sociedade, nas comunicações institucionais e mercadológicas. Em outras palavras, o mesmo sujeito social pode compor o quadro funcional de uma dada corporação e, concomitantemente, participar das campanhas educativas empreendidas por ela na comunidade em que reside, além de consumir os seus produtos e/ou serviços. Trata-se de materializar, na prática institucional, os mundos da vida e do sistema e, nesse contexto, caminhar em direção à inclusão das pessoas com deficiência nas corporações.

3. A perspectiva comunicacional da inclusão das pessoas com deficiência na legislação brasileira

A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, aprovada na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2006, e assinada por diversos países, entre eles o Brasil, em 2007, sem dúvidas, é o grande marco da conquista de direitos das pessoas com deficiência e representa uma expansão dos direitos humanos desses sujeitos na contemporaneidade.

No ordenamento jurídico brasileiro, essa Convenção alçou tamanha importância que foi aprovada, em 2008, pelo Decreto Legislativo nº 186, com prerrogativa de emenda constitucional, sendo promulgada, em 2009, pelo Decreto nº 6.949. Em decorrência dessa corporificação dos direitos das pessoas com deficiência no bojo constitucional, em 2015 foi instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146), conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Tanto na Convenção quanto no Estatuto, vale destacar a relevância dos processos comunicacionais para a inclusão das pessoas com deficiência no convívio social. Em geral, a comunicação é apresentada na legislação sob uma perspectiva ferramental, uma vez que se sacramenta sua importância, mas desconhece-se todo o seu potencial. No entanto, a própria prática profissional da área ainda é fortemente permeada por uma lógica tecnicista e cabe aos pesquisadores da comunicação, tanto aos renomados quanto aos iniciantes, trilhar caminhos que tensionem tais perspectivas em sentido contrário.

Em relação à importância da comunicação para a inclusão das pessoas com deficiência advinda desses documentos legislativos, bem como de estudos de outras áreas do saber, como já mencionado previamente, ao explanar acerca das seis dimensões da acessibilidade de Sassaki (2010), ainda que seja

apresentada de forma tecnicista, serve como parâmetro e, ao mesmo tempo, como respaldo para investigações, como as que estão sendo desenvolvidas pela autora, sob o prisma do especificamente comunicacional que permeia a essência da inclusão desses sujeitos na sociedade, em especial, nas organizações.

Aprofundando-se um pouco mais no especificamente comunicacional no âmbito da deficiência, faz-se necessário considerar que alguns tipos específicos como, por exemplo, a auditiva, refere-se a um obstáculo eminentemente comunicacional nas interações intersubjetivas. Nesse sentido, Braga (2017, p. 44), ao traçar um paralelo entre pessoas com e sem deficiência auditiva, afirma que “dada a identidade sistêmica entre línguas de sinais e línguas orais, podemos inferir que uma criança com audição, afastada de possibilidades interacionais, estaria na mesma situação disjuntiva”. Adicionalmente, a síndrome de Down também tem uma correlação direta, em sua própria concepção, com a comunicação, uma vez que, por vezes, esses sujeitos apresentam dificuldades de fala que podem comprometer as interações sociais.

Dito isso, nota-se que, naturalmente, a comunicação é um campo de grande importância para os estudos acerca da deficiência e precisa ser adequadamente explorado pelos profissionais da área, de modo a corporificar as investigações acerca da diversidade sob a perspectiva do especificamente comunicacional. Antes de adentrar, propriamente, em alguns conteúdos presentes tanto na Convenção quanto no Estatuto acerca da comunicação, faz-se necessário explanar sobre o quão expressivo é o número de pessoas com deficiência no Brasil. De acordo com dados da Cartilha do Censo 2010 - Pessoas com Deficiência, do IBGE (2012), 23,9% da população do país possui, ao menos, um tipo de deficiência, seja física ou intelectual. Além desses dados, o Censo 2010 também

identificou o quantitativo de brasileiros acometidos por essas deficiências com maior severidade, obtendo a fração de 8,3%.

Faz-se necessário explanar, ainda, que mesmo antes da Convenção e do Estatuto, outras iniciativas jurídicas, como a Lei nº 8.213, de 1991, são fundamentais para os estudos empreendidos pela autora, uma vez que, por meio desta Lei, que “dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências” (BRASIL, 1991, p. 1), as pessoas com deficiência se fazem cada vez mais presentes no âmbito corporativo, tendo em vista que, em seu artigo 93, disciplina sobre as cotas para pessoas com deficiência nos seguintes termos:

Art. 93. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção: I - até 200 empregados - 2%; II - de 201 a 500 - 3%; III - de 501 a 1.000 - 4%; IV - de 1.001 em diante - 5% (BRASIL, 1991, p. 45).

Desse modo, é possível constatar que as pessoas com deficiência, antes apartadas do espaço organizacional, mesmo que por imposição legal, ocupam cada vez mais espaço nas corporações nos últimos anos. Segundo dados da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho,¹ do Ministério da Economia, apontam que com o arrocho das inspeções nas empresas, com vistas a fiscalizar a efetividade da Lei nº 8.213, em 2018, 46,9 mil pessoas com deficiência tiveram acesso ao mercado de trabalho. Esse quantitativo é o mais expressivo

1 Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/emprego-e-previdencia/2019/02/contratacoes-de-pessoas-com-deficiencia-batem-recorde-em-2018>>. Acesso em: 18 jul. 2019.

desde 2003, quando tal mensuração foi instaurada. Em comparação com 2017, as admissões foram majoradas em 20,6%.

Apesar de as pessoas com deficiência ocuparem cada vez mais espaço nas corporações, isso não significa que estejam incluídas em tal sistema. Faz-se necessário refletir, como argumenta Goffman (1988, p. 108), que “as contingências que essas pessoas encontram na interação face a face é só uma parte do problema, e algo que não pode, em si mesmo, ser completamente compreendido sem uma referência à história, ao desenvolvimento político e às estratégias correntes do grupo”. Assim, o novo ambiente corporativo que se constitui deve ser fundamentado no modelo social de deficiência, que presume a reconstituição da sociedade em favor da inclusão desses sujeitos, em contraposição ao modelo médico, que defende a cura das pessoas com deficiência como condição para a participação no convívio social (BAMPI *et al.*, 2010).

Para que a inclusão das pessoas com deficiência se corporifique nas organizações, argumenta-se que a comunicação corporativa é um elemento essencial nesse processo. Nessa direção, sacramenta-se que, no bojo dos estudos comunicacionais, o esforço intelectual em prol da inclusão é imprescindível para transformar normas legais, como a Convenção e o Estatuto, em práticas sociais e, como consequência, ressignificar os processos identitários que fluem no ambiente corporativo e se oxigenam com as mudanças que emergem na sociedade.

Nessa perspectiva, a Convenção evidencia a importância da comunicação “a fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida” (BRASIL, 2009, p. 6). Também salienta a defesa do “direito à liberdade de expressão e opinião, inclusive à liberdade de buscar, receber e compartilhar informações e ideias, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas

e por intermédio de todas as formas de comunicação de sua escolha” (BRASIL, 2009, p. 9).

Além desses aspectos, a Convenção aborda, sob a perspectiva do especificamente comunicacional, a conscientização da sociedade no tocante aos direitos desses sujeitos, a luta contra o preconceito e as práticas danosas em desfavor dessa parcela da população, além do entendimento acerca das habilidades das pessoas com deficiência e das contribuições que podem adicionar à sociedade. Nesse sentido, a Convenção recomenda diversas ações que possam, pouco a pouco, promover o entendimento entre os sujeitos acerca da inclusão social, como, por exemplo, programas de formação, campanhas de conscientização e, adicionalmente, o estímulo à linguagem adequada da mídia na disseminação de concepções inerentes às pessoas com deficiência (BRASIL, 2009).

Sob a perspectiva do agir comunicativo, que abarca a noção de entendimento advinda da intersubjetividade e dos sentidos produzidos nas interações entre os sujeitos, com base nas normas sociais vigentes, nota-se a importância que a comunicação adquire, no âmago da presente Convenção, como elemento essencial de participação dos sujeitos com deficiência no mundo da vida. Assim, a comunicação, ao permear diversos aspectos da Convenção, também se insere, consequentemente, na essência do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que delinea e materializa as proposições presentes nesse documento estruturante. Para o Estatuto, a comunicação é a:

[...] forma de interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a visualização de textos, o Braille, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos multimídia, assim como a linguagem

simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizados e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias da informação e das comunicações (BRASIL, 2015, p. 2).

Além do próprio conceito de comunicação, adotado pelo Estatuto e apresentado logo em seu início como elemento fundamental para a inclusão social, também se aborda, em conjunto, as barreiras na comunicação e na informação, como “qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação” (BRASIL, 2015, p. 1). Assim, o arcabouço ferramental de possibilidades apresentado tanto pela Convenção quanto pelo Estatuto esboça perspectivas múltiplas sob as quais os profissionais do campo da comunicação podem utilizar seus conhecimentos em favor da inclusão das pessoas com deficiência.

Nessa perspectiva, a comunicação organizacional inclusiva provoca uma ressignificação identitária das corporações, ao passo que em vez de os sistemas colonizarem o mundo da vida, oportunizam a intersubjetividade e a produção social de sentidos, ao utilizar rationalidades múltiplas no contexto da sociedade moderna, a saber, a instrumental e a comunicativa, tendo em vista que a primeira antecede a segunda e que, como já mencionado, não há uma relação excludente entre elas, ao contrário, a complementariedade de ambas é fundamental para o exercício da democracia e de um capitalismo mais humanizado.

Interessante observar como a comunicação, seja em sua versão institucional e sistêmica, seja como processualidade social de trocas simbólicas, faz-se presente como elemento aferidor da condição democrática. Onde quer que se pense o jogo

democrático em funcionamento, pode-se surpreender a comunicação como categoria analítica fundamental (SIGNATES, 2012, p. 12).

A comunicação, como elemento edificante das interações sociais, deve valorizar a diversidade e respeitar as diferenças, com vistas ao estabelecimento de relações equânimes entre os sujeitos desprestigiados pelos sistemas político, econômico e social. Nesse sentido, “a cidadania deve se revelar a partir do processo democrático da sociedade contemporânea, que é todo comunicacional” (SIGNATES e MORAES, 2016, p. 7). Com base nessas argumentações, defende-se, à priori, a tese de que a inclusão das pessoas com deficiência nas organizações, enquanto prática social, tem como pré-requisito a transposição das barreiras comunicacionais e a viabilização das interações entre os sujeitos em sua diversidade.

4. Considerações

Para os profissionais de comunicação, membros de uma área do saber em constituição, buscar o especificamente comunicacional como objeto de investigação é imprescindível para que o campo se corporifique, tanto do ponto de vista teórico quanto epistemológico. O que se nota, na prática, é uma área impregnada pelo tecnicismo e que carece de discussões que possibilitem alçar novos conhecimentos, capazes de promover um progresso contínuo da atividade. Como produto do capitalismo, os estudos desenvolvidos pela área de comunicação, predominantemente, têm como pano de fundo a racionalidade instrumental, na qual os fins justificam os meios, ou seja, se o resultado almejado for alcançado, não importa os percalços e as marcas deixadas no caminho.

No entanto, tal compreensão empreendida pelo campo da comunicação parece conflituosa com as suas proposições, em

especial no âmbito das Relações Públcas e, de modo ainda mais preciso, no bojo da comunicação organizacional, objeto de estudo desta investigação, ao passo que a comunicação como via de mão dupla, na qual os interesses das corporações e dos públicos se compatibilizam, pressupõe um agir que se ancora no entendimento e não apenas em uma razão essencialmente instrumental. Trata-se de uma contradição profunda que inviabiliza o desenvolvimento da atividade enquanto elemento essencial para a instituição da cidadania corporativa e, por vezes, abala a credibilidade da área junto às organizações, enfraquecendo-a, ou ainda, em casos mais graves, sucumbindo-a.

Por outro lado, ao analisar os estudos empreendidos em outras áreas do saber, como os apresentados neste artigo, evidencia-se o quanto importante é a comunicação e a centralidade que ocupa nesses espaços do conhecimento, ainda que, como no caso específico dos estudos acerca da diversidade, e em nível mais específico, da inclusão das pessoas com deficiência, os profissionais da comunicação desconheçam a pujança de seu potencial em favor de tais práticas. Como já exaustivamente mencionado, sem pretender ao estabelecimento de uma relação de bem e mal entre as rationalidades instrumental e comunicativa, faz-se necessário que os habilitados a desempenhar as atividades da área de comunicação resgatem o agir comunicativo em suas práticas, tendo em vista que a modernidade possibilita a existência simultânea de razões múltiplas.

Nesse contexto, a investigação que este artigo almejou conceber busca uma compreensão da sociedade de modo amplificado e concatenado com a subjetividade dos sujeitos que dela participam, em especial das pessoas com deficiência, com base em uma relação dialética entre os mundos do sistema e da vida. As incompatibilidades vivenciadas nesses dois mundos são expressas como condição de resistência dos

sujeitos diante da desconstrução que o mundo do sistema pretende ao procurar controlar o mundo da vida. Refletir acerca desses conflitos presentes na sociedade possibilita pensar a comunicação e, mais precisamente, a comunicação organizacional, com vistas a compreendê-la nesse emaranhado de relações postas, tanto no mundo da vida, quanto no mundo do sistema.

Referências

- BAMPI, L.; GUILHEM, D.; ALVES, E. Modelo Social: uma nova abordagem para o tema deficiência. **Revista Latino-americana de Enfermagem**, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 1-9, jul./ago. 2010.
- BRAGA, J. L. Comunicação Gerativa: um diálogo com Oliver Sacks. **Revista Matrizes**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 35-55, mai./ago. 2017.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 5. out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 07 jul. 2019.
- _____. **Contratações de pessoas com deficiência batem recorde em 2018.** Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/emprego-e-previdencia/2019/02/contratacoes-de-pessoas-com-deficiencia-batem-recorde-em-2018>. Acesso em: 18 jul. 2019.
- _____. Decreto nº 186, de 9 de julho de 2008. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 jul. 2008. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2008/decretolegislativo-186-9-julho-2008-577811-publicacaooriginal-100742-pl.html>. Acesso em: 10 jul. 2019.
- _____. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26

ago. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 15 jul. 2019.

_____. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 jul. 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8213cons.htm. Acesso em: 9 jul. 2019.

_____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 6 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 9 jul. 2019.

BUENO, W. C. **Comunicação Empresarial**: teoria e pesquisa. São Paulo: Manole, 2003.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GONÇALVES, G. **Ética das Relações Públicas**. Coimbra: Edições MinervaCoimbra, 2013.

GRUNIG, J.; FERRARI, M. A.; FRANÇA, F., 2009. **Relações Públicas**: teoria, contexto e relacionamentos. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2009.

HABERMAS, J. **O discurso filosófico da modernidade**. Trad.: Ana Maria Bernardo *et al.* Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

_____. **Teoria do Agir Comunicativo**: racionalidade da ação e racionalização social. Vol. 1. Trad.: Paulo Astor Soethe. Rev. Trad.: Flávio Beno Siebeneichler. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012a.

_____. **Teoria do Agir Comunicativo**: sobre a crítica da razão funcionalista. v. 2. Trad.: Flávio Beno Siebeneichler. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012b.

IBGE. **Cartilha do Censo 2010**: pessoas com deficiência. 2012. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficienciareduzido.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2019.

KUNSCH, M. M. K. **Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada.** 4. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Summus, 2003.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 10 de dezembro de 1948.** Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm. Acesso em: 10 jul. 2019.

PIOVESAN, F. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional.** 14. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013.

SASSAKI, R. K. **Inclusão:** construindo uma sociedade para todos. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SCHWARCZ, L. M. **O Espetáculo das Raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SIGNATES, L. **Comunicação, institucionalização e linguagens:** a busca por um objeto de pesquisa nos problemas situados entre sistema e mundo da vida. São Leopoldo - RS: Unisinos/Capes-Procad, 2009.

_____. **Epistemologia da Comunicação na Democracia:** a centralidade do conceito de comunicação na análise dos processos políticos. **Revista Novos Olhares**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 7-18, jun. 2012.

_____.; MORAES, A. **A cidadania como comunicação:** estudo sobre especificidade comunicacional do conceito de cidadania. 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Luiz_Signates/publication/333199041_Cidadania_como_comunicacao_estudo_sobre_a_especificidade_comunicacional_do_conceito_de_cidadania/links/5ce10960299bf14d95a68184/Cidadania-como-comunicacao-estudo-sobre-a-especificidade-comunicacional-do-conceito-de-cidadania.pdf. Acesso em: 30 jul. 2019.

TORQUATO, G. **Tratado de comunicação organizacional e política.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

O especificamente comunicacional na observação da interação de corpos gays no ambiente sindical

João Lúcio Mariano Cruz

Este ensaio pretende lançar um olhar sobre o que é efetivamente comunicacional na investigação da interação de corpos gays no ambiente sindical. Para este estudo, o contexto sindical apresenta-se como uma paisagem de observação de corpos, culturalmente construídos, que podem vir a ocupar o lugar de dispositivos interacionais utilizados nas relações simbólicas entre pessoas. Desse modo, a comunicação apresenta-se aqui também como categoria aferidora da representatividade de corpos gays no ambiente sindical. Por isso, exploramos referenciais epistemológicos da comunicação, tomada enquanto campo autônomo, para chegar ao que é propriamente comunicacional ao olhar deste trabalho.

O ato de pensar as relações complexas de interação entre pessoas é tarefa de vários campos do conhecimento. Estudiosos de filosofia, sociologia, antropologia, psicologia e linguística se debruçaram nesta tentativa e encontraram seus terrenos de observação e descrição das realidades. Assim, constituíram campos autônomos do conhecimento, consolidando seus próprios paradigmas, conceitos e categorias de análise, seja ao nível epistemológico, ao nível teórico-metodológico ou ao nível tático (BRAGA, 2016, p. 16).

Por esta perspectiva, do ponto de vista científico, os estudos sobre o objeto¹ comunicacional surgem localizados em áreas do conhecimento que não a comunicação propriamente dita. A própria recém-institucionalização² do campo da comunicação na América Latina ajuda a explicar este cenário. Tal exogenia (SIGNATES, 2015) fabricou investigações realizadas em termos que não colocaram a centralidade da comunicação na explicação dos fenômenos interacionais.

Com efeito, quando alguém se dispõe a fazer sociologia da (ou na) comunicação, senão antropologia, psicologia, economia, estudos culturais etc, permanece no interior dessa perspectiva, que faz do estudo da comunicação algo parasitário de uma disciplina clássica do pensamento social. (SODRÉ, 2007, p. 16).

Uma das tentativas no sentido de tratar o comunicacional, de notoriedade enquanto teoria da sociedade surge com Habermas (2012). O filósofo alemão expressa a racionalidade científica, em sua teoria do agir comunicativo, definindo a comunicação como vínculo linguisticamente mediado. Sua teoria enxergou uma razão comunicativa orientada para o entendimento entre sujeitos, por meio da linguagem. Porém, ainda que se reconheça sua grande atualidade, o autor deixou

-
- 1 Para Braga (2012, p. 27) a sociedade sempre se comunicou, mas a constituição do objeto da comunicação começou a se instalar a partir do século XVII até chegar ao século XX com uma percepção social maciça dos fenômenos comunicacionais, com relevância em todas as instâncias sociais.
 - 2 Muniz Sodré (2012, p. 25) diz que “Os primórdios latino-americanos foram bastante promissores: desde o começo da década de 1960, o Centro Internacional de Estudos Superiores em Comunicação para a América Latina (CIESPAL), filiado à UNESCO e sediado em Quito, estimulava fortemente a pesquisa acadêmica e a busca de excelência no ensino de jornalismo. Em fins dos anos 1960, no Rio de Janeiro e São Paulo, intelectuais de áreas diversas, muitos deles influenciados pelo estruturalismo lévi-straussiano e pela psicanálise lacaniana, foram atraídos pelo campo comunicacional.”

incompletudes³ quando reduziu a comunicação às interações face a face, lugar em que sua teoria encontra a limitação de não trazer a comunicação como categoria fundamental de análise para o entendimento dos processos sociais, principalmente aqueles que ocorrem por mediações tecnológicas.

Contemporaneamente, mesmo nos estudos endógenos ao campo específico da comunicação esta é apresentada de forma instrumentalizada⁴ e secundária a outros campos científicos. Pelo próprio lugar que a comunicação ocupa ao se localizar na interdisciplinaridade, no entre campos, há um caos em relação às teorias e métodos utilizados, perdendo-se a essência comunicacional. No entanto, apresenta-se a necessidade de pensar o campo da comunicação não apenas como um campo de interfaces, “mas um campo em que a interface é constitutiva. Em outras palavras, a comunicação seria um campo de interfaces que abrigaria especificamente o estudo das interfaces.” (SIGNATES, 2015, p. 146).

A superação dessa exogenia passa por reconhecer as contribuições que outros campos do conhecimento venham a trazer sem desviar a atenção do processo comunicacional propriamente dito. “Não se trata de instaurar um campo isolado, numa perspectiva de constituição de um objeto inteiramente próprio, e sim de perceber, nas relações com os demais campos, o que seria especificamente comunicacional.” (SIGNATES, 2015, p. 146).

Dito isto, neste artigo a tentativa é de pensar a centralidade dos processos comunicacionais na análise do fenômeno social da interação de corpos gays no ambiente sindical. Em nossa hipótese, trata-se da busca por um olhar mais atento à com-

3 Cf. Signates (2012a, 2012b, 2018).

4 De funcionalidade instrumental para se atingir objetivos técnicos. Concentrada na técnica e não no objeto comunicacional.

plexidade das interações sociais, capaz de extrair delas o que é efetivamente comunicacional a partir de uma leitura sobre possibilidades de dispositivos interacionais.

A noção de dispositivo interacional apresenta-se para esta pesquisa como um lugar de acontecimento dos fenômenos comunicacionais (BRAGA, 2012). Os tensionamentos que são colocados por esta ideia de dispositivo possibilita desentranhar as questões comunicacionais de fenômenos sociais complexos como a interação entre corpos marcados pela diferença de sexualidade em ambientes sindicais. Há o cuidado aqui de pensar que o corpo só se torna um dispositivo interacional quando aciona, em processos comunicacionais, componentes dialógicos na interação com outros corpos, inaugurando mudanças.

Os chamados dispositivos interacionais referem-se a essas formas sociais prévias, interiores às instituições e aos códigos, onde acontecem os processos de mudança ou manutenção de um determinado sistema. Trata-se de um subsistema normativo, porém, com flexibilidade suficiente para acolher a pressão histórica, as demandas comunicativas da sociedade como um todo, quais sejam, a realização de um determinado imaginário (individual ou grupal), a abertura para invenções e aperfeiçoamentos sociais (desenvolvimento de aparelhos inclusivos), o acolhimento de singularidades políticas, estéticas ou socioculturais, entre outros. Tais dispositivos funcionam como contextos da comunicação, em que um sistema instituinte (uma pessoa, um grupo, uma cultura) faz contato (interage, dialoga) com o sistema instituído (em geral pouco flexível). (BRAGA, 2013, p. 103).

Assim, este ensaio se coloca a partir da interpretação de que o corpo, para ocupar o lugar de dispositivo interacional da

perspectiva de José Luiz Braga (2013, 2012), necessita participar de um processo que inaugure algo novo entre os sujeitos comunicantes, cuja ação seja transformadora no sentido de produzir algo que não estava no ponto prévio da interação. É na observação de que se encontra pouco debate publicado no campo da comunicação, em seus próprios termos, sobre as tensões que as normas culturais de gênero e sexualidade podem provocar na experiência comunicativa de homens gays no espaço sindical, que esta pesquisa se lança.

Assim, também lançam-se olhares, enviesados comunicacionalmente, sobre como a cultura constrói os corpos gays e como é importante para a interação destes corpos no ambiente sindical. Este caminho interdisciplinar se apresenta em nossa tentativa de encontrar o especificamente comunicacional, e repensar a comunicação para além da ideia de técnica, chegando aos processos comunicacionais.

2. COMUNICAÇÃO COMO CATEGORIA AFERIDORA

A necessidade de pensar uma delimitação do campo da comunicação é acionada por pesquisadores como José Luiz Braga, Ciro Marcondes Filho, Muniz Sodré e Luiz Signates. Com diferenças narrativas,⁵ ao olhar deste autor, estes autores se aproximam no apontamento de uma ideologização financeira das faculdades de comunicação ao priorizarem técnicas

5 Muniz Sodré (2012) se utiliza dos termos “ideologia da financeirização”, “ideologia da competência”, “ideologia privatista”, “ideologia da flexibilização” para se referir à valorização do tecnicismo nas escolas de comunicação em detrimento da *episteme*. Luiz Signates (2012) expõe que este tecnicismo gera uma formação teórica rasteira e que essa perspectiva reproduz o pensamento da comunicação como “aplicação”, no sentido da abordagem funcionalista. José Luiz Braga (2012) fala em preocupação empírica e pragmática com a teorização no campo comunicacional. Ciro Marcondes Filho (2014, p. 70) fala em “dotar os estudos comunicacionais *stricto sensu* da precedência que lhes cabe”.

comunicacionais estratégicas do ponto de vista mercadológico em detrimento da episteme.

As questões a que busca responder o estudioso dos fenômenos comunicacionais, desde a primeira década do século XX, partem primordialmente de empresas de mídia — organizações privadas, portanto —, tais como jornais, agências de publicidade, estrategistas de necessidades e institutos de pesquisa em consumo. Enquanto as demandas de conhecimento sociológico, antropológico e psicológico provêm principalmente de organismos ligados direta ou indiretamente ao Estado (órgãos de planejamento, de administração de territórios, de controle de comportamentos e atitudes etc.), o saber comunicacional tende a ser priorizado pelo mercado. (SODRÉ, 2007, p. 18).

Assim, a atual configuração política das principais escolas de comunicação não tem se voltado para a questão da definição conceitual da comunicação. Sodré (2012, p. 24) aponta que “Uma das causas dessa dispersão cognitiva pode ser exatamente o lado de formação profissional atinente ao campo”. Assim, uma ideologia financeira tem dado a tônica comunicacional e privilegiado o tecnicismo ante a necessidade da criticidade teórica e epistemológica do campo.

Ou seja, mesmo entre teóricos do campo comunicacional o conceito de comunicação ainda não é central em suas preocupações, o que provoca observações com lentes de outras áreas neste terreno, perdendo-se o efetivamente comunicacional. Desse modo, diante do caos criativo (SODRÉ, 2012) que é o campo da comunicação, com sua riqueza temática plural na compreensão das interações humanas, como encontrar o que escapa do crivo disciplinar de outras ciências e encontra lugar específico na comunicação?

Se o campo da comunicação tornou-se um campo de disputa epistemológica, este trabalho procura um posicionamento específico neste conflito, o de fortalecer o que é próprio dos processos comunicacionais. Para Marcondes Filho (2013) a comunicação é uma atividade eminentemente humana, cognoscível na medida em que se caracteriza como um acontecimento e instaura uma relação entre os agentes envolvidos. É pensando na discussão da interação entre corpos gays no ambiente sindical, do ponto de vista comunicacional, que este ensaio faz sua tentativa teórica.

Nessa tentativa, pretende-se ir além das informações contidas nas normas de sexualidade que os corpos em interação carregam para chegar a um locus de estabelecimento da comunicação: a produção de novos sentidos entre os sujeitos comunicantes. Assim, experimenta-se pensar o exercício da alteridade na transformação entre pessoas. Quando falamos em sexualidades a definição do Outro se relaciona com mecanismos de poder advindos do lugar que ocupamos na sociedade, se no centro ou à margem das normas de gênero e sexualidade construídas sócio-historicamente (LOURO, 2010).

Em nossa sociedade, a norma que se estabelece, historicamente, remete ao homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão, e passa a ser referência que não precisa mais ser nomeada. Serão os ‘outros’ sujeitos sociais que se tornarão ‘marcados’, que se definirão e serão denominados a partir dessa referência. Desta forma, a mulher é representada como ‘o segundo sexo’, e gays e lésbicas são descritos como desviantes da norma heterossexual. (LOURO, 2010, p. 15-16).

Por isso, propõe-se aqui discutir elementos do processo de comunicação entre diferentes, como a produção de novos sentidos presentes na interação entre homens gays e homens

não-gays no movimento sindical. O objetivo é debater possibilidades de dialogia nas interações mediadas pelo corpo gay, capazes de provocar mudanças, em diferentes graus, nos sindicalistas; e elementos culturais em relação ao corpo compreensíveis na comunicabilidade de homens gays no ambiente sindical.

Quando em uma assembleia sindical um homem gay, ou seja, uma pessoa marcada pela diferença de sexualidade emite sua opinião acerca de um dado assunto em pauta, pressupõe-se que houve uma abertura para que a comunicação se efetivasse.

A comunicação é isso e apenas isso: a capacidade de romper a redoma de nós mesmos, o círculo fechado de nossa autossuficiência, e buscar o outro, reconhecer sua alteridade, sua especificidade, sua diferença em relação a mim, sua estranheza. (MARCONDES FILHO, 2013, p. 36).

Isso ocorre porque houve uma abertura ao outro, um encontro com a alteridade, de receber o novo, numa negociação de sentidos. E como toda negociação, ela se dá no entre-sujeitos, ou seja, na abertura mútua. Assim, parte-se da ideia de que nos diálogos mediados pelos corpos no ambiente sindical pode ser possível encontrar diferentes graus de mudanças pela comunicação, a partir de interações de escuta dialógica.

Esta ideia está baseada nas premissas elencadas a partir da obra de Braga (2009): a) na comunicação surge algo novo; b) a comunicação está na escuta; c) não confundir comunicação com informação; d) há diferentes graus no processo comunicacional e d) não há controle dos processos comunicacionais, mas há uma tentativa de produzir probabilidade, mas os códigos não esgotam o processo.

O ambiente sindical mencionado aqui pode se referir à sindicatos e federações de trabalhadores que, geralmente,

se caracterizam por serem geridos por chapas que afirmam se posicionar às esquerdas políticas, que historicamente tem suas pautas atreladas à busca por igualdade e ao combate às desigualdades. No entanto, se o comunicacional está entre os sujeitos, busca-se interpretar o lugar social da inter-subjetividade de sindicalistas heterossexuais e sindicalistas homossexuais em relação à homofobia. Assim, o olhar deste estudo visa instigar se internamente à identidade sindical, hipoteticamente atrelada à heterossexualidade, outras informações, que não aquelas vinculadas à luta de classes, como a homofobia, são transformadas.

É justamente na mudança cultural em relação à homossexualidade, que assisti-se com maior força desde as décadas de 1970 e 1980 (LAURETIS, 1994), que alguns espaços políticos estão sendo tensionados a incorporarem outras dimensões da igualdade. Olhar para o compartilhamento de sentidos e o compromisso de estar junto, neste contexto, é o caminho que aqui se busca para pensar a comunicação.

Nesse sentido, a priori, interpreta-se o espaço sindical como um lugar em que a comunicação ocorre com aproximações ao que se dá em outras instituições de poder simbólico, como os espaços religiosos. Assim, há indícios que aproximam a identidade sindical de dogmas religiosos. Por isso, tenta-se aqui recorrer a alguns elementos apontados por Signates (2018) na interpretação da possibilidade do religioso como lugar da comunicação: a) o catecismo como lugar da socialização do dogma religioso ou da identidade sindical; b) o divulgacionismo como condição da propaganda religiosa ou sindical em sua relação com o mundo externo; c) o conversionismo como discurso estratégico e não-comunicacional de conversão de ideias; d) o dialogismo para interpretar o que é uma interface de interesses determinados e o que é de fato o exercício da alteridade.

Teoricamente, este artigo utiliza autores dos campos da sociologia, antropologia, dança e comunicação que trabalham questões de corpo, gênero, sexualidade e cultura. No entanto, o olhar deste ensaio procura oferecer uma posição de centralidade da comunicação no estudo, ainda que se valha de contribuições exógenas a este campo. Além disso, este trabalho pode ganhar contribuições especificamente comunicacionais ao se valer de tentativas anteriores ancoradas na mesma busca pela atenção aos processos comunicacionais. É na tentativa e erro que se busca desentranhar os dispositivos que levam à comunicação, pensada como ciência com episteme própria.

O campo científico da comunicação, por exemplo, pode vir a definir-se mais claramente como um dispositivo de releitura das questões tradicionais da sociedade à luz das mutações culturais ensejadas pelas tecnologias da informação e da comunicação, sem as tradicionais barreiras entre as antigas “disciplinas”, mas também entre a redescrição científica e a criação de natureza artística, com todos os seus recursos imaginativos, dos quais não se excluem as metáforas. (SODRÉ, 2013, p. 68).

Nesse caminho, uma releitura comunicacional sobre a interação de corpos gays no ambiente sindical não dispensa conceituar o corpo para pensar sobre como ele pode vir a se tornar um dispositivo interacional. Parte-se, assim, da ideia de que o lugar em que a comunicação acontece está no entre corpos: “o outro, assim, aparece diante de nós com duas formas diferentes: através daquilo que ele quer passar consciente e racionalmente e através do que seu corpo mostra, independente de sua vontade.” (MARCONDES FILHO, 2013, p. 33).

Por este caminho, pensa-se a comunicação também como categoria aferidora da representatividade de corpos gays, na medida em que os processos comunicacionais que estabelecem

uma dialogia entre gays e não-gays impactam na representação dos corpos gays no ambiente sindical. Assim, podem sinalizar transformações tanto no quadro de poder dentro da gestão sindical quanto da participação individual no coletivo, inclusive em relação às pautas e aos pontos de vista novos.

3. CORPO COMO DISPOSITIVO INTERACIONAL

Pensar os corpos gays no ambiente sindical pode ressignificar o exercício da dialogicidade como possibilidade de transformação nos sujeitos. É na tentativa de justificar um pouco melhor esta ideia que se busca seguir a pista inicial de que os processos de dominação históricos constituíram corpos diferentes (SEGATO, 1998; LOURO, 2010). São os corpos, marcados ou não pela diferença, que podem estabelecer o comunicacional em suas relações.

Desse modo, a interação dialógica pode sinalizar espaços de convivência em que as diferenças, ou os diferentes, se relacionem de forma menos desigual. E estas interações têm início nos corpos interativos.

Nosso corpo no mundo não é um fato à parte. Não somos essências especiais no universo, observando o fluxo das coisas a partir de uma posição privilegiada. Nosso corpo, pelo contrário, é parte do ‘corpo do mundo’ [...]. (MARCONDES FILHO, 2013, p. 45).

Neste ponto pretende-se pensar a comunicação como lugar de subversão de condicionamentos sócio-históricos dos corpos dos diferentes sujeitos comunicantes. E entre estes corpos, interessa-se aqui refletir sobre os corpos gays, historicamente abjetos.⁶ Para começar a refletir os corpos gays, enquanto cons-

6 Corpos abjetos, na definição de Judith Butler (2002), são corpos que não importam. A abjeção de certos tipos de corpos, sua inaceitabilidade por códigos de inteligibilidade, manifesta-se em políticas e na política.

truções culturais, necessita-se olhar para processos sociais que os conceberam. Esta contextualização traz a necessidade de discutir informações sobre os sentidos simbólicos fabricados pelas diferenças⁷ construídas culturalmente.

Para Renata Silva (2010) o corpo é o movimento da cultura e a cultura se movimenta no corpo. Assim, pode-se olhar para os corpos gays como resultado da cultura, mas também como produtores de cultura. Enquanto corpos gays, adquire-se a consciência deles em processos de aprendizagem, em vivências culturais enquanto corpos desobedientes à heterocentricidade.⁸ No exercício de convivência social no ambiente sindical, o corpo carregado de marcas simbólicas históricas, ou seja informações, é o primeiro elemento que surge no exercício da alteridade, segundo Marcondes Filho (2013, p. 33):

O corpo não mente, ele é pura sinceridade, e nós não podemos administrar a maneira como os outros nos veem. Queremos passar uma imagem positiva, interessante, simpática e jovial de nós mesmos, nós maquiámos nossa presença com esses componentes para transmitir boa impressão. Esse é o nosso teatro. Mas o outro, ao nos olhar, vê tudo, até mesmo aquilo que não desejariamos mostrar.

Os processos de invenção e interpretação dos sentidos sobre os corpos gays passa pela cultura e são negociados na interação entre sujeitos comunicantes. Os corpos gays, nesta perspectiva, negociam no sistema de valores do mundo social. Ieda Tucherman (1999) apresenta o “corpo” enquanto categoria que suporta todas as questões que nos configuram. Nesse sentido,

7 Diferença pensada a partir de Avtar Brah (2006): diferença como experiência, diferença como relação social, diferença como subjetividade e diferença como identidade.

8 Apresentamos identidade enquanto categoria política na busca por agência, direitos e dignidade.

o corpo não corresponde à carne (*physis*) mas sim à invenção da realidade (*logos*). Invenção não apenas auto-atribuída, mas principalmente imposta historicamente.

[...] instalam-se, no íntimo de cada um, as disciplinas exigidas pelas normas sociais, transformando as restrições impostas externamente, pelas autoridades ou pela comunidade, em uma grade espessa de auto-restrição. (TUCHERMAN, 1999, p. 56-57).

Em sentido aproximado Sodré (2014, p. 16) expõe que:

Para além da carne, o corpo e suas representações (portanto, a corporalidade) podem ser concebidos como um território onde se entrecruzam elementos físicos e míticos e se erigem fronteiras e defesas. São as fronteiras, ou melhor, os limiares que separam o profano do sagrado.[...] Se a persona é subordinada a uma totalidade comunitária e cósmica maior do que ela, as fronteiras da carne não marcam os limites de uma individualidade, tudo está interligado. Deste modo, assim como podia haver lugares sagrados no espaço comunitário, o mesmo se dava no corpo da pessoa: uma pluralidade de tabus ou interditos. (SODRÉ, 2014, p. 16).

Processos sócio-históricos fabricaram diferentes corpos, nos quais alguns foram categorizados como corpos abjetos para constituir um locus de diferença, retirando destes sua igual dignidade. Assim, o corpo do Outro ou o Outro corpo foi/é distinguido para ser dominado.

A existência real ou imaginária de pessoas ou raças que apresentam deformações ou malformações não é evidentemente um fato recente. É possível dizer que nasceram junto com a própria humanidade. (TUCHERMAN, 1999, p. 74).

Desse modo, lê-se que entre os corpos diferentes foram forjados os corpos gays.

Para Lúcia Santaella o corpo é sintoma da cultura, e o sujeito inscrito no corpo, com sua subjetividade in-corporada, também sinaliza os processos culturais que o forjaram: “não existe sujeito ou subjetividade fora da história e da linguagem, fora da cultura e das ‘relações de poder’” (2004, p. 17). Assim a autora fala em subjetividade distribuída, socialmente construída e historicamente assentada. Desse modo, Santaella (2004) apresenta que é no no corpo que a cultura, a história e a técnica escrevem. Trata-se de um corpo sob interrogação, nas fronteiras entre individual e coletivo, masculino e feminino, natureza e cultura, atualidade e virtualidade.

Quando acionamos os processos de en-corporação e in-corporação a partir da cultura complexifica-se a leitura sobre os corpos gays, historicamente fabricados na insubmissão à heterossexualidade compulsória (RICH, 2010). Neste sentido, é primordial compreender que as diferenças são construções sócio-históricas, forjadas no interior das culturas e também no exterior delas. Buscando um diálogo com Geertz (1989), afirma-se que os padrões corporais, em suas relações com as normativas culturais, não são homogêneos nem dentro de uma mesma cultura. Bhabha (1991) também refuta o conceito de comunidade humana estável, fixa e homogênea para apresentar locais de cultura cartografados justamente nas negociações entre diferenças sociais.

É neste ponto que Bhabha (1991) apresenta diferenças a partir de hierarquias sociais historicamente assentadas, mas não imutáveis. Aqui estabelece-se um entendimento com Guacira Lopes Louro (2010) quando esta apresenta que os padrões de gênero, sexualidade e raça de nossa sociedade são constituídos a partir de regras historicamente fabricadas que estabeleceram/estabelecem lugares sociais distintos para diferentes corpos.

Assim, Louro (2010) questiona a naturalidade como são tratadas as posições sociais centrais - a partir das quais as referências são instituídas, e por meio delas são construídas as diferenças. Ela chama a atenção aqui às narrativas que definem a heterossexualidade como “natural” e a homossexualidade como “desviante” do natural, apresentando uma historicidade da produção de sentidos do que “é” a norma e o que “desvia” da norma.

Essa contextualização sócio-histórica dos corpos gays é apresentada como necessária para o entendimento das informações sobre a construção do Outro, o sujeito gay que irá interagir no ambiente sindical. Mas o olhar comunicacional deste estudo não quer se prender aos dispositivos de poder, e sim pensar como estas construções hierárquicas entre os corpos emergem quando eles interagem, e em que medida necessitam ser consideradas no exercício da alteridade para que essa interação seja sincera e abaladora, capaz de ser transformadora, comunicacional. Desse modo, quando se discute a possibilidade interacional de corpos gays fala-se de abertura ao outro, ao diferente. Ou seja, da procura pela alteridade.

De tudo o que se expôs deriva o fato de que para podermos praticar a comunicação precisamos estar abertos ao outro, ao mundo, ao estranho; caso contrário continuaremos fechados, incorporando apenas as informações que nos interessam, que reforçam nossa repetição, nosso mesmismo, nossa inalterabilidade. De certa forma, a dimensão viva e pulsante da relação com o outro e com o mundo está no campo da comunicação, não no da informação. (MARCONDES FILHO, 2013, p. 34).

Assim, espera-se que por em comum as diferenças, por meio de processos comunicacionais, coloca aos sujeitos comunicantes uma dimensão ética a partir do comprometimento

com o Outro. A alteridade, nesse sentido, se coloca como o âmago da comunicação. Sendo assim, comunicação é decisão, aquilo que transforma.

4. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As leituras iniciais neste ensaio indicam que os processos históricos de constituição dos corpos se colocam simbolicamente aos sujeitos comunicantes como informação que pode ser convertida em comunicação no exercício da alteridade. A escuta e a dialogia nessa interação podem revelar transformações. Ao longo deste trabalho procurou-se aproximar da episteme comunicacional para indicar aberturas para repensar a interação de corpos gays no ambiente sindical.

Alcançar algum chão nas encruzilhadas culturais que fabricaram os corpos gays, tomadas como informação, pode sinalizar terrenos em que a dialogia no ambiente sindical ocorra, a partir do reconhecimento da diferença, que coloca o outro como potência transformadora.

As pistas provisórias indicam que nos processos comunicacionais no ambiente sindical há uma centralização da identidade sindical referenciada na ideia única do que seja o corpo de um “trabalhador” na medida em que o ambiente sindical está ancorado num dogma que valoriza o trabalhador como o homem heterossexual pertencente a uma classe social ou categoria profissional, sem se preocupar com as especificidades plurais e as complexidades do trabalhador contemporâneo. Além disso, percebe-se, a priori, que o corpo gay quando funcionando como dispositivo interacional tensiona essa identidade circulante e provoca transformações no ambiente relacional.

Referências

- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *In: Cadernos Pagu*, Campinas, n. 26, 2006.
- BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. Tradução Myriam Ávila; Eliana Lourenço de Lima Reis; Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BRAGA, José Luiz. **Uma teoria tentativa**. *In: Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, E-compós*, Brasília, v. 15, n. 63, set./dez. 2012.
- _____. **Nem rara, nem ausente** – tentativa. MATRIZes Ano 4 – Nº 1 jul./dez. 2010 - São Paulo - Brasil – JOSÉ LUIZ BRAGA p. 65-8.
- _____. **Interação como contexto da Comunicação**. Matrizes Ano 6 – n. 1 jul./dez. 2012 - São Paulo - Brasil – JOSÉ LUIZ BRAGA p. 25-41.
- _____. **O que é comunicação?** LÍBERO – São Paulo – v. 19, n. 38, p. 15-20, jul./dez. de 2016.
- GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC - Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 1989.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Editora Atlas, 2008.
- HABERMAS, Jürgen. **Teoria do Agir Comunicativo**: racionalidade da ação e racionalização social. São Paulo: editora WMF Martins Fontes, 2012.
- LAURETIS, Teresa de. **A tecnologia do gênero**. *In: HOLLANDA, H. B. de. Tendências e impasses. O feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- LOURO, Lopes Guacira. **Pedagogias da sexualidade**. *In: O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O rosto e a máquina**: o fenômeno da comunicação visto pelos ângulos humano, medial e tecnológico. *In*: Nova teoria da comunicação, v. 1. São Paulo: Paulus, 2013.

RICH, Adrienne. **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica**. *In*: Bagoas (05), 2010:17-44.

SANTAELLA, Lucia. **Corpo e Comunicação**: sintoma da cultura. São Paulo: Paulus, 2004.

SEGATO, Rita Laura. **Alteridades históricas/Identidades políticas**: una crítica a las certezas del pluralismo global. Republicado em Nueva Sociedad, p. 104-125, 1998.

SIGNATES, Luiz. **Da exogenia aos dispositivos: roteiro para uma teorização autônoma da comunicação**. *In*: LÍBERO, São Paulo, v. 18, n. 36, p. 143-152, jul./dez. 2015.

_____. **A comunicação, entre o dogma e a conversão: o especificamente comunicacional na religiosidade contemporânea**. *In*: Estudos de Religião, v. 32, n. 3, 27-49, set.-dez., 2018, ISSN Impresso: 0103-801X – Eletrônico: 2176-1078.

_____. **Epistemologia e comunicabilidade: as crises das ciências, ante a perspectiva da centralidade do conceito de comunicação**. *In*: Comunicação & Informação, v. 15, n. 2, p. 133-148, jul./dez. 2012.

_____. **O que é especificamente comunicacional nos estudos brasileiros de comunicação da atualidade?** *In*: <https://www.researchgate.net/publication/333198949>. Acesso em: 01 jul 2019.

_____. **Epistemologia da Comunicação na Democracia: a centralidade do conceito de comunicação na análise dos processos políticos**. *In*: Revista Novos Olhares - v.1, n.1

SODRÉ, Muniz. **Cultura, corpo e afeto**. Dança, Salvador, v. 3, n. 1, p. 10-20, jan./jul. 2014.

_____. **Sobre a episteme comunicacional**. *In*: Matrizes, n. 1, out. 2007.

_____. **Um novo sistema de inteligibilidade.** *In:* Questões transversais - Revista de Epistemologias da Comunicação, v. 1, nº 1, jan./jul., 2013.

_____. **Comunicação: Um Caos Criativo.** *In:* Logos 37. A científicidade da comunicação: epistemologias, teorias e políticas. v. 19, n. 2, 2º semestre, 2012.

SILVA, Renata de Lima. **O corpo limiar e as encruzilhadas:** a capoeira Angola e os sambas de umbigada no processo de criação em dança brasileira contemporânea. 2010. Tese (Doutorado em Artes) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

TUCHERMAN, Ieda. **Breve história do corpo e de seus monstros.** Lisboa: Passagens, 1999.

YAMAMOTO, Eduardo Yuji. **Desentranhar o comunicacional:** a Comunicação segundo José Luiz Braga. Questões Transversais – Revista de Epistemologias da Comunicação v. 1, n. 2, julho-dezembro/2013.

Comunicação como aporte para compreender a ascensão de Jair Bolsonaro e do bolsonarismo no Brasil

Maiara Raquel Campos Leal

O objetivo desse manuscrito é explorar qual a importância da comunicação para a compreensão da ascensão de Jair Bolsonaro no Brasil, procurando identificar o que pode ser considerado o especificamente comunicacional nesse governo e na expressão popular que o legitima, ou seja, o bolsonarismo, evidenciando se e como ocorre a comunicabilidade e a incommunicabilidade dessa gestão com o cidadão.

O artigo está dividido em cinco tópicos onde buscamos discutir a trajetória e algumas características do objeto; passando pela crise epistemológica do campo comunicacional; identificando sobre qual comunicação estamos falando, buscando apontar que tipo de ação é exercida pelo presidente em relação aos cidadãos.

1. Excurso introdutório: A ascensão de Jair Bolsonaro e do bolsonarismo no Brasil

O cenário político e o campo comunicacional do Brasil andam bem agitados, devido a ocorrências que vem se diversificando desde as Jornadas de Junho de 2013, onde milhares de pessoas saíram às ruas em protestos contra o aumento da

tarifa do transporte público em diferentes cidades, demandas que foram se proliferando ao longo das manifestações, surgiendo assim um novo ímpeto participativo entre as pessoas, reativando a ideia de coletivo e movimentos sociais. Esse contexto de conflito entre as necessidades populares, a atuação do Estado e o fornecimento de políticas públicas evidenciou também, a importância da mídia e das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) como intermediárias desses processos e dos movimentos que invadiram tanto as redes online como as ruas do país.

Entre o final de 2014 e o ano de 2016, o Brasil reviveu o acirramento da histórica polaridade política entre a esquerda e a direita, que se materializou no aparecimento de diferentes movimentos sociais (conservadores) a partir da reeleição de Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT), dentre eles: o Movimento Vem Pra Rua (MVPR), o Movimento Brasil Livre (MBL), o Movimento de Combate a Corrupção Eleitoral (MCCE), os Revoltados Online, etc. que tiveram bastante protagonismo durante o período, apoiando o impeachment e o combate à corrupção; e os movimentos de esquerda e suas variadas bandeiras de luta, como os coletivos de mulheres, negros, indígenas, LGBTQ+, estudantis, trabalhadores, e as frentes Povo Sem Medo e Brasil Popular, que atuaram contra o impeachment (considerado um golpe parlamentar por essa vertente mobilizadora).

Essas contradições ideológicas foram expostas a partir dos conflitos gerados tanto nas relações online como offline, bem como nos protestos e variadas reportagens sobre o assunto que ocorreram durante o período, mais especificamente, entre março de 2015 e agosto de 2016. Durante a tramitação do impeachment, o Brasil foi palco dessa intensa polarização discursiva entre a “direita (conservadora) e a esquerda (comunista)”, sendo que a ex-presidenta foi afastada definiti-

vamente do mandato, o que deu margem para o aparecimento de “novas” forças políticas para a disputa eleitoral de 2018, com uma forte escalada discursiva da direita (como opção para o país) e uma crescente “demonização” da esquerda (como responsável pela crise econômica e de gestão) devido aos sucessivos escândalos de corrupção, principalmente, associados ao PT e a Operação Lava Jato.

E até então, uma figura improvável, Jair Messias Bolsonaro (por ser parlamentar a quase três décadas e sem grandes feitos na vida pública) assume o destaque das pré-eleições, se colocando a disposição do seu minúsculo Partido Social Liberal (PSL) para concorrer às eleições de 2018 para o cargo de Presidente da República.

Já em 2014, durante uma fala na Academia Militar das Agulhas Negras em Resende no Rio de Janeiro, o candidato argumentou que estava disposto em 2018 a “jogar pra direita esse país”, afirmando que lutaria pela redução da maioridade penal, contra a distribuição do “kit gay” nas escolas públicas, propondo uma política de planejamento familiar, com total prioridade para a aprovação do porte de armas e a valorização das Forças Armadas, sendo aclamado pelas pessoas em diversas cidades que visitava, inclusive, lotando os aeroportos, o que acabou lhe auxiliando a adquirir o apelido de “mito”.

O parlamentar passou por variadas legendas ao longo da sua carreira política (PDC, PP, PPR, PTB, PFL, PSC, e atualmente PSL), sempre negando a existência da ditadura militar no Brasil e mais recentemente, se posicionando contrário ao que chama de “ideologia de gênero”. Jair Bolsonaro empreendeu uma intensa campanha nas redes sociais com o uso massivo do Facebook, o Twitter, o Instagram e também, o Whatsapp, realizando constantes viagens pelo país angariando prosélitos para o seu projeto político. O parlamentar realizou diversas

falas e atitudes controversas ao longo da sua vida pública e militar, sendo que sem grandes alianças políticas, o improvável aconteceu:

Capitão reformado do Exército, deputado federal desde 1991 e dono de uma extensa lista de declarações polêmicas, Jair Messias Bolsonaro materializou em votos o apoio que cultivou e ampliou a partir das redes sociais e em viagens pelo Brasil. Ao catalisar, com um discurso conservador, o sentimento contrário à corrupção, ao PT e ao próprio sistema político, o candidato do PSL foi eleito, aos 63 anos, presidente da República (MAZUI; CALGARO, 2018).

O fato é que Jair Bolsonaro (PSL) é um fenômeno que precisa ser explicado e o que ele provoca nas pessoas também, pois a vitória do parlamentar em 2018 parece fazer parte de uma onda global de conservadorismo que fez ascender na política mundial, partidos, estratégias e discursos ligados à direita e extrema direita, como ocorreu nos Estados Unidos, com a eleição de Donald Trump (2016), desencadeando uma série de expressões naturalizadas de racismo, xenofobia, violências contra as minorias e disputas em torno de bandeiras e demandas que excluem a ideia de liberdade e igualdade para o outro.

No Brasil, essa onda pró-conservadora se concretizou a partir do bolsonarismo e suas peculiaridades, que envolve desde os processos comunicacionais, como a proliferação de discursos e de fake news que legitimam e deslegitimam as ações do atual presidente e dos seus seguidores tanto nas redes como nas ruas das cidades brasileiras.

Para Augusto e Balthazar (2019), as eleições de Trump (2016), o processo do Brexit (2016) e a própria eleição de Jair Bolsonaro (2018), entre outras tantas demonstram um movimento que é anterior ao aparecimento das redes sociais em nosso cotidiano, tratando-se da emergência de uma espécie de

populismo de direita, que permeia as relações políticas desde 1990, mas que tem se intensificado na última década, mais especificamente, depois da crise econômica mundial de 2008.

O que devemos ter em mente, é que o campo comunicacional influencia essas escolhas e o modo como os indivíduos inseridos nessas dinâmicas percebem, usufrui e se posicionam diante desses processos e das novas TICs e a sua instrumentalização.

Enquanto candidatos como Haddad seguem o cânon das democracias liberais desde o final dos anos 60, mediado e formatado para os *mass* mídia eletrônicos (radio e TV), campanhas como as de Bolsonaro, Trump, Duque e também Salvini na Itália e Zelenskiy na Ucrânia, desprezam esses meios, recusam o debate público e apostam em estratégias digitais monológicas, priorizando grupos de compartilhamento via Facebook e Whatsapp. Depois de eleitos, passam a deslegitimar as instituições que tradicionalmente fazem a mediação entre governo e população, e propõe uma relação Estado e sociedade centralizada no “líder” e mediada por celulares e redes digitais (AUGUSTO; BALTHAZAR, 2019).

De acordo com a antropóloga Rosana Pinheiro Machado (2018), que estuda a formação do eleitorado urbano periférico, houve erros de diagnóstico sobre o avanço do autoritarismo no país, sendo que o ‘bolsonarismo’ é maior do que Jair Bolsonaro (inicialmente considerado mais um fenômeno de Internet), que acabou se materializando em 57 milhões de votos no segundo turno das eleições de 2018. Para a pesquisadora, o fenômeno da Internet virou realidade, e em sua perspectiva o que devemos frear agora é o fenômeno do bolsonarismo que se assemelha ao fascismo (em sua tendência autoritária e conservadora), mas preserva características típicas da polí-

tica brasileira, com relações clientelistas, patriarcais, focada em um conservadorismo religioso e moralizador de costumes.

Existe grande diferença entre o fenômeno do bolsonarismo e a figura de Jair Bolsonaro. Em sua visão, o bolsonarismo representa uma espécie de adesão vazia à figura do candidato, correspondendo a variadas frustrações de diferentes tipos de eleitores, dentre eles ricos, pobres, religiosos, gays, mulheres, homens, jovens, velhos, sendo que o bolsonarismo consegue captar esses variados públicos.

Segundo Pinheiro-Machado (2018, p. 55), “com efeito, os limites entre a esquerda e a direita, o lulismo e o bolsonarismo e a esperança e o ódio são mais turvos do que se pode imaginar à primeira vista”. Para a pesquisadora, o presidente Jair Bolsonaro tem se mostrado autoritário, violento, homofóbico, por vezes tosco, sendo que conseguiu preencher buracos e frustrações das mais variadas possíveis do eleitorado nacional.

O argumento de Jairo Nicolau (2018), é que o triunfo de Jair Bolsonaro e do bolsonarismo foi fruto da própria criação de parte do eleitorado brasileiro, dando voz ao maior partido de extrema direita da história política do país, sendo que o PSL representou a surpresa das eleições de 2018, já que o partido obteve 10,1% das cadeiras para a Câmara dos Deputados, onde só tinha conseguido eleger um deputado federal nas quatro das cinco eleições que disputou antes desse pleito.

A entrada de Jair Bolsonaro alterou a trajetória do partido, demonstrando um dos maiores crescimento de uma legenda dentro da Câmara, com muitos parlamentares disputando e vencendo a corrida eleitoral pela primeira vez. Para Nicolau (2018), “Dos 52 deputados federais eleitos, trinta nunca haviam concorrido. Nunca um partido elegeu tantos novatos como o PSL”, sendo formado por uma heterogeneidade de

pessoas que admiram Jair Bolsonaro e se posicionam discursivamente à direita e a extrema direita do espectro político.

Jair Bolsonaro teve pouco tempo de TV para fazer campanha, não participou dos debates com os adversários, sofreu um atentado a faca durante passeata nas ruas, não apresentou as suas propostas para o país, mas foi eleito e influenciou na vitória de diversos candidatos pelo Brasil que se filiaram ao PSL, ou ao próprio Bolsonaro como símbolo de campanha. Na visão de Nicolau (2018) não estávamos preparados ou acreditávamos de fato, no fenômeno Bolsonaro, pois em sua perspectiva, o candidato era apoiado por determinado segmento da sociedade, que representava um nicho que seria derrotado caso fosse para o segundo turno, algo que não aconteceu.

O sentimento antipetismo foi outro fator que favoreceu bastante para que Jair Bolsonaro rompesse esse nicho, vencendo as eleições em 2018. As redes sociais foram determinantes na ascensão de Jair Bolsonaro e no bolsonarismo, sendo largamente utilizada para divulgar notícias sobre o candidato e atacar os adversários (de ambos os lados). O Whatsapp parece ter sido a ferramenta mais utilizada nesse processo de comunicação e mobilização social em torno de uma disputa política.

Segundo o autor, o Whatsapp é uma rede social que incluiu milhares de cidadãos de baixa renda e baixa escolaridade na era digital. Em suas palavras,

somente a comunicação via redes sociais, cultivada nos últimos anos no país, poderia explicar a força e a rapidez com que as ondas de opinião se propagaram nessas eleições (NICOLAU, 2018).

Também teve a forte influência das igrejas evangélicas que apoiaram em massa a candidatura de Jair Bolsonaro durante todo o período eleitoral, alcançando milhares de fiéis.

A partir desse excuso, definimos que o objetivo desse artigo é explorar qual a importância da comunicação para a compreensão da ascensão de Jair Bolsonaro e do bolsonarismo no Brasil, procurando identificar o que pode ser considerado o especificamente comunicacional nesse governo e na expressão popular que o legitima, ou seja, o bolsonarismo, evidenciando se e como ocorre a comunicabilidade e a incomunicabilidade dessa gestão com o cidadão. De qual comunicação estamos falando? O presidente Jair Bolsonaro se comunica com os cidadãos? Como o presidente se posiciona diante do bolsonarismo e dos não bolsonaristas é o que queremos problematizar e debater nesse artigo, não pretendendo esgotar a busca pelo especificamente comunicacional dessa pesquisa.

2. Os problemas epistemológicos do campo comunicacional

Discutir e delimitar o conceito e o objeto comunicacional de uma pesquisa ainda é uma tarefa árdua, sendo que para Braga (2016), a comunicação é uma disciplina que ainda está se constituindo, o que dificulta a percepção da área enquanto campo de estudo, já que por vezes, o seu objeto é retirado de outras áreas consolidadas como a sociologia, a psicologia, a linguística, etc., mas não alcançando o elemento comunicacional da pesquisa.

Segundo o autor, compreender o que é comunicação pede um esforço que se concretiza em três níveis: o epistemológico (que reflete sobre o conhecimento e os fundamentos produzidos no campo); o teórico-metodológico (que lida com as estratégias de conhecimento em uma grande área de estudo – ciências humanas e sociais aplicadas); e o tático (onde a pesquisa se desenvolve, com a definição das técnicas de abordagem, coleta e interpretação de dados).

Braga (2016) argumenta que a dispersão epistemológica é um dos maiores enfrentamentos do pesquisador em comunicação, pois mesmo que se apoie em outras ciências, deve sempre buscar o elemento comunicacional do seu objeto. Luiz Signates (2012, p. 8) afirma que o conceito de comunicação “emerge como importante categoria de análise para interpretar os mais variados processos sociais”, realizando uma crítica sobre a produção da teoria nesse campo e os cursos universitários que valorizam mais o ensino técnico, voltado para as necessidades do mercado do que as compreensões epistemológicas.

Para Signates (2012), os estudos comunicacionais carecem de autonomia, pois são responsáveis por diversas transformações sociais, políticas e culturais, mas que não são explicados em termos e a partir de teorias da comunicação, e sim sobre outros prismas e áreas do saber. Ainda em sua visão, cabe aos pesquisadores combater o que chamou de invisibilidade do conceito de comunicação nos estudos comunicacionais e em outras pesquisas relacionadas às ciências sociais aplicadas, que costumam ver a comunicação como uma área ou habilidade com menor importância.

Um dos maiores problemas para o desenvolvimento de teorias nessa área é a questão da exogenia, que trata do “proveito de conceitos, categorias e metodologias advindas de outros territórios do saber não podem nem devem desviar a atenção do pensamento reflexivo sobre o foco principal: o processo comunicacional” (Signates, 2015, p. 144). Para o autor, existem algumas questões que devem ser consideradas em uma pesquisa no campo comunicacional (ainda em construção), pois ao projetar um estudo na área, devemos compreender a relação estabelecida no objeto, com ênfase no que tem de especificamente comunicacional, apontando o novo a partir de realidades empíricas.

Em Signates (2015, p. 147),

os estudos de comunicação só serão especificamente comunicacionais se fizerem surgir um novo saber a respeito das relações sociais, simbólicas, etc... [...] o que quer que seja comunicação, ela é a emergência de alguma diferença. (SIGNATES, 2015, p. 147).

Já Muniz Sodré (2012) acrescenta que a dispersão cognitiva e a falta de conexão entre as linhas de pesquisa da comunicação é outro entrave para a sua afirmação enquanto campo científico, o que dá a entender que é uma área que pode falar de tudo, mas que por vezes se apresenta como um caos, mas que o pesquisador ressalta como sendo criativo.

Outro problema apontado por Sodré (2012) na afirmação da comunicação enquanto disciplina é a questão da formação acadêmica, que prioriza a profissionalização (de modo técnico) e as necessidades do mercado, sem discutir a importância das teorias, dificultando a autonomia do campo. Para o autor, existiria uma variedade de teorias sobre comunicação, mas poucas teorias da comunicação, o que dificulta encontrar o elemento especificamente comunicacional do objeto, seja ele qual for.

3. De qual Comunicação estamos falando?

Segundo Ciro Marcondes Filho (2013) existiria três tipos básicos de comunicação, são elas,

a comunicação clássica (das falas e dos registros), a comunicação tecnologicamente mediada (chamada também de comunicação por irradiação) e a comunicação digital (MARCONDES FILHO, 2013, p. 15).

A comunicação clássica possui o foco na linguagem; o segundo tipo é a comunicação mediada tecnologicamente (parte de um centro emissor e espalha-se a diferentes receptores,

geralmente desconhecidos), e o terceiro tipo de comunicação centra-se nas formas digitais de processamento de dados comunicacionais, onde a Internet e as novas TICs possibilitam a criação de redes descentralizadas de ação, com um formato cada vez mais veloz e fluido.

A comunicação é o efeito de um acontecimento *p* sobre uma reta *r*, sendo *s* a sensação que eu vou sentir num certo período a partir desse acontecimento. Primeiramente, há o impacto inicial *s* sobre nossos sentidos, uma mera impressão orgânica: um som me atravessa, uma luz cruza minha visão, algo toca a minha pele. O universo ao meu redor é o que se chama de “percepção pura”. Quando sentimos dor, prazer, emoções, reagimos a esse sentimento. Nós o tornamos “nossa”, damos-lhes uma “cor”, acrescentamos algo, misturamo-nos a ele. Aquilo que era percepção pura ganhou certa “impureza”, que foram as tinturas que lhe demos, ficou mais intenso, virou afecção. Mil coisas passam ao nosso redor. Nós percebemos grande quantidade delas. Algumas nos tocam fisicamente; outras, psicologicamente (MARCONDES FILHO, 2013, p. 17-18).

Para o autor, os acontecimentos acionam nos indivíduos sensações, percepções, afecções e memórias, e ao tomar consciência disso, os indivíduos tem uma intuição (clara e imediata) do que a informação ou acontecimento causou no seu organismo, sendo que o autor define que “o processo de comunicação é essa relação entre um universo, meu corpo e a ação mútua entre ambos” (MARCONDES FILHO, 2013, p. 20). Os acontecimentos podem ou não repercutir em nosso corpo, geralmente, ignoramos ou nem consideramos os fatos. Citando Bachelard menciona que as imagens costumam nos invadir, representando um ‘campo das ressonâncias’, que Marcondes Filho afirma ser algo que favorece a comunicação.

A captura da informação e a própria comunicação irão ocorrer exatamente quando damos alguma importância a algo que vemos, ouvimos, percebemos do ambiente externo, ou seja, quando efetivamente fazemos uma *seleção*, uma triagem em que separamos algo que queremos nos envolver, seja por vontade própria, seja por alguma armadilha que nos faça voltar à coisa sem intenção. Afinal, tudo no mundo (homens, animais, objeto, cenas), emite sinais; alguns de forma deliberada para chamar a atenção. O que fazemos com elas é exatamente a pergunta principal de todo o processo comunicacional (MARCONDES FILHO, 2013, p. 22).

De acordo com Marcondes Filho (2013), a todo o momento o indivíduo recolhe e armazena informações a partir de diferentes meios de comunicação, pessoas e assuntos, e essas informações criam uma espécie de memória, que vai se alterando na medida em que novos dados são inseridos, o que pode modificar o modo como o indivíduo enxerga a realidade e o mundo em que vive. Para o autor, apenas na medida em que essas novas informações são capazes de alterar nossos padrões e visões de mundo (fazendo sentido), só assim, terá ocorrido à comunicação. Dessa maneira,

comunicação é uma afecção que desestabiliza a função cerebral de acoplamento a uma memória anterior, que seria tranquilizante. Ela cria memória (MARCONDES FILHO, 2013, p. 23).

A comunicação ocorre quando nossas emissões pretendem dizer alguma coisa (sendo ativas e intencionais), pois todas as coisas e pessoas emitem sinais, deixam rastros, mas algumas vezes esses sinais apenas existem, não expressam nada. Quando agimos e deixamos sinais querendo indicar algo, estamos tentando nos comunicar. Para o autor, os humanos são os animais que mais praticam a emissão ativa de infor-

mação no sentido de se comunicar, buscando atrair a atenção do outro, cito:

[...] seja chamando-o pelo nome, acenando, sara-coteando, sorrindo, chorando, seja afixando uma placa, um anúncio, um painel, seja ainda publicando um jornal, emitindo algo no rádio, na TV, seja procurando-o na internet (MARCONDES FILHO, 2013, p. 24).

Nas sociedades contemporâneas, onde a Internet e suas tecnologias são usuais em nossos cotidianos, esses movimentos são percebidos a todo o momento nas redes sociais online, tanto nas provocações como nos conflitos que se expõem em torno de variadas problemáticas, onde o sujeito se posiciona de modo ativo ou passivo. Para Marcondes Filho (2013, p. 24), “todas as falas são formas de sinalização ativa, na qual a pessoa demarca sua posição, seu lugar e, eventualmente, seu poder em relação à outra”. Os seres humanos conseguem interpretar sinais, o tom de voz, gestos, o jeito, mas nem sempre um sinal emitido alcança o outro, pois emissão não supõe recepção.

Seguindo Marcondes Filho (2013, p. 25-26), “para ter êxito no processo comunicacional (e mesmo num processo meramente informativo) o outro, o receptor, deve voltar-se a mim, decidir fazê-lo ou então ser forçado a isso”. Essa noção de recepção da informação que serve como comunicação pode ser percebida quando somos envolvidos por slogans políticos, grupos religiosos, tribos urbanas, movimentos sociais, etc. Quando me envolvo ou me interesso por alguma informação, que inicialmente se tratava apenas de sinalização, isso mostra que já não sou indiferente a tal questão, o que por vezes nos posiciona e nos situa no mundo, ampliando a nossa capacidade de conhecimento e de discurso.

A informação que vamos recepcionando ao longo de nossas vidas nos fornece as bases para o nosso agir no mundo, sendo um constante ato racional de utilizar ou refutar as informações que nos são úteis ou indiferentes. Realizamos seleções conscientes de conteúdos e informações, e quando os meus valores, posicionamentos e visões de mundo sofre um abalo, ou quando

“eu penso, reflito, repenso, considero, avalio, mudo de opinião. Já não estamos falando de informação, de adição, de ampliação de repertório, mas de quebra, de substituição, de transformação. De comunicação” (MARCONDES FILHO, 2013, p. 27).

Niklas Luhmann (2016) também vê a comunicação como um processo de seleção, uma sugestão que envolve estímulo e produção de sentido, só sendo possível a partir de um processo que é autorreferencial. Para esse autor, a sociedade nada mais é do que as relações comunicacionais, já que toda e qualquer relação é comunicação. Nessa perspectiva, a sociedade pode ser vista como uma rede de comunicação, que produz e reproduz a diferença.

Segundo esse autor,

se entendermos comunicação como síntese de três seleções, como unidade de informação, participação e compreensão, a comunicação só se realiza quando e na medida em que ocorre a compreensão (LUHMANN, 2016, p. 171).

Um quarto tipo de seleção estaria ligado à aceitação ou rejeição do sentido atribuído à comunicação, mas a intencionalidade e a linguagem não podem ser consideradas os elementos que definem o conceito de comunicação.

De acordo com Luhmann (2016), a comunicação só se encerra com a reação, e só a partir dela é possível extrair a

unidade. A comunicação costuma se constituir por um processo que se conduz por temas entre o alter (emissor) e o ego (receptor), sendo que tanto os temas como as contribuições são rejeitáveis. A comunicação não pode ser vista como ação e sim deve ser percebida como

relação simétrica de várias seleções.
[...] Comunicação é simétrica, uma vez que cada seleção possa dirigir as outras e as relações de direção possam ser continuamente invertidas (LUHMANN, 2016, p. 189).

Com o auxílio da comunicação se torna possível compreender aquilo que é inoportuno, inesperado ou frustrante. Só conseguimos “manejar reflexivamente a comunicação (p. ex., contestar, replicar, contradizer) quando se pode estabelecer que havia agido comunicativamente” (Luhmann, 2016, p. 201).

De acordo com Marcondes Filho (2013), as pessoas que procuram informação fazem isso de maneira deliberada, consciente e racional, sendo que geralmente, o que convém as nossas visões de mundo costumamos aprovar, enquanto refutamos aquilo que não nos interessa. Mas na comunicação, mesmo o que é indesejado acaba sendo ingerido, o que pode abalar as certezas e as convicções anteriores, principalmente se essa comunicação vier de uma fonte que faz parte do nosso ciclo de confiança, e se fizer sentido. Segundo o pesquisador:

A comunicação pode ocorrer de duas formas opostas: ou ela se dá a partir de um choque inicial, que nos põe frente a frente com um fato transformador, e que nós vamos “digerindo” lentamente até nos acostumarmos à nova posição, ao novo sentido, ou ela tem que ser insistida, repetida, renovada, até quebrar nossa resistência anterior e provocar a virada. [...] O outro caso, do choque inicial, ocorre especialmente nos fatos estéticos, nas encena-

ções, nas imagens. Em ambos os casos, trata-se de remover a censura, as defesas interiores, o mecanismo de conservação daquilo que estava instalado e assegurado. Em ambos os casos, há um momento que há a ruptura, em que ocorre uma mudança de qualidade dentro de nós, que não se confunde com as tentativas ou insistências do outro em nos transformar (MARCONDES FILHO, 2013, p. 28).

Nessa teoria, a comunicação não é um evento corriqueiro, sendo que a maioria das nossas interações e conversas com outras pessoas são falas sem comunicação, apenas formalidade, sem nada dizer. A recepção é fundamental para o sucesso comunicacional. Nesse sentido, não podemos definir comunicação como transmissão, transferência, repasse de algo a outra pessoa, pois o que emitimos chega ao outro como coisa diversa, que o emissor jamais conseguirá saber do que se trata.

Para Marcondes Filho (2013), a comunicação transforma os indivíduos, sendo que a cena dialógica é fundamental para compreender o processo comunicacional. Entretanto, salienta que “a comunicação só terá ocorrido se disso advir esse choque, essa violência que nos faz refletir sobre nossa situação, nossas impressões, posições no mundo e com os outros” (Marcondes Filho, 2013, p. 30). A interioridade de cada um não é alcançável pela comunicação, pois o outro, mesmo que próximo de nós, sempre será um mistério, e a comunicação necessitaria desse mistério para continuar existindo.

A comunicação só ocorre através do choque, devendo compreender que a

comunicação é isso e apenas isso: a capacidade de romper a redoma de nós mesmos, o círculo fechado de nossa autossuficiência, e buscar o outro, reconhecer sua alteridade, sua especificidade, sua diferença em relação a mim, sua estranheza. (MARCONDES FILHO, 2013, p. 36).

É a percepção da existência do outro que abala o meu mundo e que coloca em cheque as minhas convicções. Para o autor:

A comunicação, portanto, é essa totalidade, o ato único, o indivisível, esse pertencimento a um só e mesmo mundo, é o momento mágico de um acontecimento comunicacional. Isso significa dizer que não possuímos a comunicação; antes, ela nos possui (MARCONDES FILHO, 2013, p. 47).

Como complemento dessa visão de comunicação, acrescentamos o pensamento de Braga (2010) quando este argumenta que devemos classificar os fenômenos comunicacionais como tentativos, sendo que qualquer evento comunicacional depende de margens de erro para que ocorra o sucesso em uma interação, já que a noção de tentativo remete também a incerteza e ausência de controle que permeia todo o processo de interação e de comunicação, o que reafirma a ideia de Marcondes Filho sobre a dificuldade de ocorrer comunicação, não sendo um evento costumeiro, mas que em Braga se expressa na constante tentativa.

Nessa perspectiva que se difere em vários pontos de Marcondes Filho (2013), mas que arriscamos a emparelha-las, Braga (2010, p. 69) afirma que “comunicação é o processo voltado para reduzir o isolamento – quaisquer que sejam os objetivos e modos de fazer. A comunicação é sempre performativa, qualquer que seja o resultado”. Seriam dois os modos que define a comunicação como tentativa, sendo que o primeiro afirma que os eventos comunicacionais são probabilísticos (pode ou não acontecer); e também são aproximativos, podendo ou não se tratar de uma comunicação bem sucedida ou com qualidade.

A cada novo episódio interacional, existe novas tentativas de comunicação. Diferentemente da visão anterior, em Braga (2010) tentar se comunicar significa dizer que a comunicação se realiza de alguma maneira, através desse processo que busca aumentar a probabilidade de sucesso de sua ocorrência. Para o autor, isso significa dizer que:

Não somente a comunicação pode acontecer, mas que efetivamente se faz, em algum ponto entre o total sucesso e o total fracasso, como resultado de uma ação, de um trabalho humano e social para produzir alguma coisa que não está inteiramente dada nos pontos isolados prévios a uma interação (BRAGA, 2010, p. 80).

Segundo Braga (2010, p. 27), “a sociedade, suas instituições e pessoas não apenas se comunicam, mas pensam sobre isso e organizam largas partes de seu comportamento e seus processos sociais conforme o entendimento que têm a respeito”. A comunicação e a interação caminham juntas, e a comunicação repentina geralmente é a que consegue levar o outro a se transformar, mesmo que seja algo raro. De acordo com o autor, as interações são sucessivas, num processo mútuo de escuta e transformação entre as pessoas. Não compartilha da visão de Marcondes Filho que vê a comunicação como um processo radical, sendo que ela ocorreria ou não. Para Braga, os atores sociais através da interação estão sempre tentando realizar algo, inclusive tentando se comunicar. E consideramos que todos esses autores contribuem para a formação da nossa visão sobre comunicação e sua relação com o objeto de análise.

4. O especificamente comunicacional do governo de Jair Bolsonaro e no bolsonarismo brasileiro

O pano de fundo dessa pesquisa é compreender o papel que as redes sociais online tiveram na ascensão de Jair Bolsonaro e do bolsonarismo no Brasil como fenômeno comunicacional e político durante as eleições de 2018, sendo que a partir do delineamento dessas teorias e o modo como elas abordam o elemento comunicacional, podemos explorar o especificamente comunicacional do nosso objeto.

Marcondes Filho (2013, p. 51) destaca que “certos temas, pelo seu alto grau de comunicabilidade, ganham imediatamente os grandes meios, tornam-se rapidamente “o” tema da temporada”. Para o autor, as matérias e notícias que circulam nos variados meios de comunicação e nas redes sociais online enviam sinais à sociedade, podendo impactar comunicacionalmente as relações sociais entre os indivíduos e desses com as tecnologias e as informações que recebem através delas.

O pesquisador destaca ainda que os diálogos na era virtual se modificam, e cada vez que a máquina evolui, o homem perde um pouco mais da sua centralidade em relação a sua cultura e a sociedade. Existe uma diversidade de assuntos e conteúdos que circulam nas redes sociais online intermediadas pela Internet e Jair Bolsonaro e o seu governo é um desses temas que se tornaram atual e cotidiano desde as eleições de 2018, sendo que os primeiros oito meses de sua gestão foram cheios de eventos e notícias que deram o que falar na mídia e nas redes virtuais, onde tentaremos explorar o que pode ser considerado o especificamente comunicacional em seu governo e da sua figura com os cidadãos.

No sentido de Marcondes Filho (2013), podemos afirmar que o governo de Jair Bolsonaro se utiliza dos três tipos de comunicação. Em referência à comunicação clássica que se

apropria da fala e da linguagem, se expõe através dos discursos de autoridade, através dos pronunciamentos políticos do presidente e de autoridades competentes, além dos decretos e leis que assina e regulamenta; também se apropria da comunicação tecnologicamente mediada (que ocorre por irradiação), onde um conteúdo ou notícia parte de um emissor (no caso, o governo federal na figura de Jair Bolsonaro) e alcança milhares de pessoas (receptores desconhecidos) e que ocorre através da proliferação de conteúdos e informações nas redes sociais do presidente e como notas oficiais da presidência; e ainda ocorre a comunicação digital (pois o governo federal trabalha com milhares de dados em rede) e precisa compreender essas ferramentas e se comunicar com elas.

Para Marcondes Filho (2013), a comunicação se expressa a partir de um Acontecimento que provoca efeitos no nosso ser, sejam através de sensações, percepções, memórias, etc., e as imagens é um bom exemplo de objetos que são capazes de provocar comunicação, pois nos invade e são capazes de criar um “campo de ressonância” que facilita a comunicação.

A partir das características exploradas no texto do autor, podemos afirmar que o Acontecimento das eleições de 2018, com a vitória de Jair Bolsonaro se comunicou com variados públicos, já que causaram sensações, percepções, afecções, criando e despertando memórias, que refletiu no corpo, no psicológico e no emocional das pessoas, alargando a acirramento e a polaridade política do país, que se refletiu nas relações mais íntimas, como as familiares e de relacionamentos afetivos.

Durante a expressão popular do bolsonarismo nas ruas em diferentes manifestações a favor do candidato, diversas imagens e falas de Jair Bolsonaro circularam nas redes, sendo que os protestos que foram organizados por mulheres poucos dias antes da votação do primeiro turno contra o candidato

e que foi intitulada #EleNão, desencadeou uma resposta comunicacional nos apoiadores do candidato que acabaram se fortalecendo para o primeiro turno das eleições, tendo como resposta discursiva a #EleSim, representando uma controvérsia comunicacional que circulou nas redes e nas ruas em torno da possível vitória de Bolsonaro, provocando diferentes choques, confrontamentos sociais, o que pode ter alterado padrões e visões de mundo, influenciando na escolha das urnas em 2018, se expressando nesse sentido, como um ato comunicacional.

As redes sociais online facilitam e também nos coloca em armadilhas comunicacionais, já que fornece diversos e constantes Acontecimentos que possibilitaria a seleção daquilo que pretendemos ou não nos envolver, posto que o que não me interessa não é visto como comunicação, me tornando passivo diante de tal Acontecimento, o que não altera em nada o meu organismo e o modo como vejo e penso a realidade.

Argumentamos que Jair Bolsonaro (PSL) se comunica fortemente com os bolsonaristas no sentido explorado até aqui por Marcondes Filho e em alguns casos com os não bolsonaristas, já que os seus discursos e posicionamento reflete nas pessoas que são contra a sua forma de gestão e ideologia política, promovendo constantes embates de mundos que fazem os indivíduos reagirem uns aos outros. Quando deixamos de ser indiferente a determinada questão, estamos nos comunicando, pois reflito, penso, considero e até mudo de opinião, a partir desse processo busco a compreensão, que advém depois do que foi emitido pelo outro e recepcionado por mim.

Para Marcondes Filho (2013), comunicação é o que reflete no outro e o traz para a cena comunicativa, sendo que as redes sociais possibilita uma interação entre pessoas que não se conhecem, mas que se sentem legitimadas a participar do ato

comunicacional, pois a seleção mexeu tanto com o seu ego, que precisa romper a censura e se comunicar sobre determinado assunto ou tema.

Acrescentamos também, que a comunicação além de ser esse choque imediato ou lento (que vai envolvendo o indivíduo e transformando as suas convicções), pode ser também eventos tentativos no sentido de Braga (2010), pois não percebemos a necessidade de uma teoria excluir a outra e sim de se complementar. As redes sociais online são úteis para reduzir o isolamento gerando comunicação, mas também isola o indivíduo fisicamente, que passa a interagir, a se comunicar e a existir mais no mundo virtual do que material ou real.

O bolsonarismo se tornou uma grande rede comunicacional, onde se proliferam debates, discursos, informações, notícias e fake news, que circulam em diferentes meios digitais, alcançando milhares de pessoas ao mesmo tempo, sendo que Jair Bolsonaro conta com mais de 4 milhões de seguidores no Twitter; 13 milhões no Instagram e 11 milhões no Facebook, o que possibilita uma infinidade de compartilhamentos e disseminação de conteúdos entre esses os indivíduos que acessam e se retroalimentam das informações e notícias divulgadas nas redes sociais do presidente Bolsonaro, podendo alcançar mais outros tantos milhões através dessas ferramentas digitais.

5. Sobre a comunicabilidade e a incomunicabilidade do governo de Jair Bolsonaro e do bolsonarismo no Brasil

Jair Bolsonaro (PSL) foi eleito a partir do voto popular, representando um cenário de troca comunicacional, já que tanto a oposição derrotada quanto os eleitores que não compactuam com seus discursos e modos de ação, são constantemente impactados e assolados pela armadilha comunicacional que o seu governo impõe. O presidente se comunica pacificamente

com os bolsonaristas, já que alimenta as visões moralizantes e conservadoras desse grupo social, mas age de modo estratégico e não comunicacional com os não bolsonaristas ou críticos do seu governo.

Um dos modos de abordar a comunicabilidade e a incomunicabilidade de Jair Bolsonaro com os seus apoiadores (bolsonaristas) e a oposição (não bolsonaristas) é expor o que há ou não de comunicacional nos sistemas democráticos. Signates (2012) realiza um estudo sobre a possibilidade da democracia na comunicação e as relações que são envolvidas nesse processo, sendo que nos basearemos nas características expostas pelo autor para vislumbrar o que tem de comunicabilidade e de incomunicabilidade no nosso objeto.

De acordo com Signates (2012) devemos considerar a comunicação a partir de três pontos, procurando identificar se existe relação entre a democracia e a comunicação na sociedade analisada, são elas:

Primeiro, a comunicação, no plano social, como modo de ser da democracia; segundo, no plano político, a comunicação como garantidora do regime democrático; e, como consequência teórica das duas razões anteriores, terceiro e último, no âmbito das práticas governamentais como política pública (SIGNATES, 2012, p. 11).

A democracia em sentido amplo pode ser compreendida como o governo em que os cidadãos elegem os seus representantes por meio do voto direto, no caso brasileiro, formado por três poderes, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, sendo que a mídia e a opinião pública devem ser livres e autônomas. De acordo com o pesquisador:

A comunicação é, pois, não apenas um componente da democracia, mas o seu próprio modo de ser,

nas instituições, nos grupos sociais e na sociedade como um todo. Em outras palavras, será tão mais democrática uma sociedade, quanto forem livres e fortes os processos de produção e circulação social dos sentidos. E, em contrapartida, será mais autoritária e antidemocrática uma sociedade, quanto os modos de comunicação forem reduzidos ao silêncio ou impedidos de circular, pela ação violenta dos sistemas de poder. Somente pela comunicação, a democracia adquire condições de se realizar como tal, na medida em que passe a imperar a solução não violenta dos conflitos, ao se tornarem mediados pela linguagem, seja pelo jogo argumentativo, seja pela disputa das imagens, em público (SIGNATES, 2012, p. 12-13).

Nesse caso, para que haja comunicabilidade do governo de Jair Bolsonaro com a sociedade em geral, a democracia se torna condição fundamental, além de ser importante na constante ampliação dos processos comunicacionais que envolvem a coletividade. O autor argumenta que essa análise pode ser empreendida sobre a existência ou extinção de regimes democráticos, procurando avaliar os sinais de democratização que define como “gradiente de democraticidade”, já que a democracia é um processo que envolve “comunicabilidade entre indivíduos, grupos e instituições entre si” (SIGNATES, 2012, p. 13).

Outra forma de identificar a comunicabilidade e a incomunicabilidade do governo de Jair Bolsonaro é utilizarmos a diferença entre ação estratégica e a ação comunicativa de Jurgen Habermas (2012), onde as peculiaridades do mundo da vida se apresentam, cabendo ao sujeito decidir se age de modo estratégico visando o êxito, ou de modo comunicativo, buscando o entendimento.

Signates (1999) traz para o debate o pensamento de Habermas expondo que a ação comunicativa é aquela decor-

rente do diálogo, onde o alter e o ego se escutam mutuamente, levando em consideração os argumentos do outro. Já a ação estratégica é quando o ego tenta se impor ao alter, agindo de forma não dialógica. Nesse caso, as ações estratégicas podem ser medidas pelo grau de influência sobre as decisões de um oponente que também é racional, ou como ações comunicativas, onde os atores não fazem cálculos das suas ações em busca dos resultados desejados, e sim, agem perseguindo o entendimento entre as partes através do diálogo, se baseando em convicções comuns, sendo aceito como válido pelos os participantes.

O presidente Jair Bolsonaro tem se apoiado fortemente no uso da ação estratégica quando tem que lidar com a oposição, com os críticos e os não bolsonaristas, se utilizando do ato perlocucionário explorado por Habermas (2012), onde essa ação provoca um efeito no ouvinte, seja pelo fato de dizer algo que o impressiona, o amedronta ou ainda, o satisfaz. Nas palavras de Signates (1999, p. 15) “as ações estratégicas são ações sociais que se especificam como influência sobre o outro, percebido enquanto oponente – ao menos de forma discursiva, fator que se observar na relação de conversão”.

O presidente age visando obter sucesso, influenciando as ações daqueles que estão ao seu redor, sejam eles apoiadores ou refutadores dos seus atos de fala. A ação estratégica não visa o entendimento, pois o efeito perlocucionário lida com consequências, atitudes e fins, não importando a opinião ou o ato comunicativo do outro. Com os bolsonaristas e seus apoiadores, Jair Bolsonaro age de modo diferenciado, conseguindo manter uma espécie de comunicação dialógica, pois compartilham símbolos, significados e identidades que facilitam o diálogo e o entendimento entre as partes envolvidas.

E essa seria a especificidade comunicacional de Jair Bolsonaro e da sua gestão que se diz democrática: uma comu-

nicabilidade plena com o seu grupo e apoiadores de seus discursos os bolsonaristas; e uma tendência à incomunicabilidade com os que são identificados como sendo os não bolsonaristas ou críticos do seu governo, sejam eles eleitores, jornalistas ou autoridades políticas.

6. Considerações Finais

Jair Bolsonaro foi eleito com o auxílio de diversos voluntários pelo país, que atuaram em formato em rede e na rede (Internet), produzindo e divulgando variados conteúdos sobre o presidente, tendo como uma de suas principais ferramentas de compartilhamento de mensagens, o Whatsapp. Muito desses voluntários eram jovens que simpatizavam com a legenda do partido e com as promessas conservadoras de gestão.

O atual presidente foi um dos parlamentares que mais respondeu representações no Conselho de Ética do Congresso por declarações polêmicas. A sua campanha eleitoral de 2018 foi acusada de utilizar bots (robôs que simulam as ações humanas nas redes) com perfis falsos, que tinham como função retroalimentar sucessivamente as redes online com fake news, principalmente sobre os seus adversários, no intuito de difamar as campanhas e alienar as pessoas, o que ainda não ficou comprovado.

Mais recentemente, membros do PSL e familiares de Jair Bolsonaro foram acusados de cometer atos ilícitos durante a campanha e na vida pública, o que contradiz a ética de combate à corrupção e a velha política empreendida discursivamente durante a campanha do candidato. Os primeiros oito meses da era bolsonarista no Brasil foram marcados por muitas polêmicas e mudanças institucionais, onde o presidente é acusado de seguir uma linha autoritária, além de contar com diversos militares do exército no alto escalão do governo, outro

fenômeno impulsionado pelas eleições de 2018, que elegeu diversos militares pelo país.

Jair Bolsonaro opta por um discurso conservador e linha dura, que agrada muitas pessoas. Para Signates (2012, p. 13), quando um regime autoritário se impõe pela força, três ações são garantidas, tais como: “fechar o parlamento, controlar absolutamente a imprensa e reprimir a formação de toda e qualquer esfera pública”. Apesar dessa grave ruptura política no Brasil não ter ocorrido, podemos observar alguns sinais antidemocráticos se tornando presentes na gestão de Bolsonaro e no discurso dos bolsonaristas.

O presidente não é receptivo a críticas e reportagens que costumam “desmoralizar” a sua figura ou gestão, sendo rebatidas pelo presidente como fake news (sem se propor ao debate), procurando deslegitimar a imprensa que faz reportagens “negativas” sobre o seu governo. Desde que foi eleito, se afastou completamente do jornalismo da Rede Globo, preferindo se comunicar com os cidadãos através de outras emissoras. O presidente concedeu entrevistas em canais menores, como a Rede Record e o SBT, sendo que já participou do Programa do Ratinho, do Programa Sílvio Santos, onde acabou abordando a necessidade da Reforma da Previdência e do Programa The Noite do apresentador Danilo Gentilli (altamente polêmico em suas declarações). O detalhe é que essas atrações são consideradas programas de entretenimento ao invés de conter um teor político ou jornalístico.

O slogan de campanha de Jair Bolsonaro era “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos”, mas os seus opositores acusam o governo de gerir apenas para os que se identificam com as pautas e a linguagem bolsonarista, abandonando outros setores da sociedade, sendo que nos primeiros 200 dias de seu governo (comemorados em julho de 2019), Bolsonaro teria

priorizado os grupos que o apoiaram durante a eleição como os militares, policiais, evangélicos, ruralistas e caminhoneiros. A sua gestão luta pela Reforma da Previdência (considerada antipopular), que privilegia alguns grupos em detrimento da população mais pobre, aprovada na Câmara dos Deputados e em vias de aprovação no Senado Federal.

De acordo com Salomão (2019) desde o seu primeiro dia de gestão, Jair Bolsonaro já assinou mais de 230 decretos, entre eles sobre o porte de armas de fogo (que foi considerado inconstitucional em alguns pontos do texto). O decreto que mais contraria a comunicação do cidadão com o governo foi o nº 9.759/2019, no qual de uma só vez o presidente extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados participarem da administração pública federal. Entre as instituições que foram extintas estão os conselhos, comitês, comissões, grupos, juntas, equipes, fóruns, salas, mesas, entre outros, interrompendo a participação popular na esfera pública e na elaboração de políticas públicas.

A economia do país não apresenta sinais de melhora e o desemprego continua estagnado. Enquanto isso, o nosso presidente não para de se envolver em polêmicas, realizando cortes em áreas que considera ideológica como a educação, onde em apenas oito meses de gestão foram colocados em prática um verdadeiro desmonte, desde a base, mas com ênfase nas instituições federais de nível superior, que recentemente foi acusada pelo então Ministro da Educação, Abraham Weintraub de promover balbúrdia em vez de ciência, o que não se comprova, e acabou gerando protestos nas ruas por parte dos estudantes e professores contra os cortes e também contra a Reforma da Previdência, enfatizando o processo de comunicação da oposição em relação ao seu governo.

Como resposta a essas manifestações, Jair Bolsonaro convocou seus apoiadores pelas redes sociais para saírem às ruas a favor do seu governo e da Operação Lava Jato, culminando em um protesto em mais de 156 cidades, abrangendo os 26 estados e o Distrito Federal, reafirmando o apoio que o candidato obteve nas urnas durante as eleições de 2018. Depois teve mais dois protestos, um de cada lado, um pouco mais esvaziados.

Esse embate é comunicativo, pois está envolto nas regras democráticas, onde as pessoas têm direito à liberdade e a livre expressão, apesar das tentativas de cerceamento. Esses conflitos têm comunicabilidade, enquanto as tentativas de redução da participação social por parte do governo tende a reproduzir a incomunicabilidade, minando a democracia e a participação cidadã nos assuntos governamentais e no debate e elaboração de políticas públicas que afeta as comunidades.

O presidente foi acusado de compartilhar fake news nas suas redes sociais durante a campanha e também em exercício do cargo, mas Jair Bolsonaro continua sendo um fenômeno digital, já que é constantemente acessado e procurado por parte dos que o apoiam (os bolsonaristas), como por aqueles indivíduos que repudiam as atitudes do político e seus discursos violentos e preconceituosos, mesmo que seja para rebatê-los (os não bolsonaristas).

No sentido atribuído por Marcondes Filho (2013) sobre a comunicação, acreditamos que Jair Bolsonaro é um grande “campo de ressonância” comunicativa que se expressa em sentido de comunicabilidade com os bolsonaristas a partir da ação comunicativa como explorada por Habermas através do diálogo racional, considerando as partes envolvidas no debate, enquanto que com os não bolsonaristas essa ressonância se coloca em sentido da incomunicabilidade, expressando a ação estratégica do presidente em relação a esses grupos.

A eleição de Jair Bolsonaro produziu divisões, estabelecendo cisões e abalos sociais, alargando uma divisão política a muito não vista no Brasil, onde valores, posicionamentos e visões de mundo foram questionados e transformados pelos conflitos e debates que permearam as relações sociais e comunicativas durante as eleições de 2018, causando diversas efeitos negativos durante o ano de 2019. As diferenças se impõem a todo o momento, trazendo à cena reações carregadas de sentidos, por vezes desencadeando conflitos físicos e simbólicos, que se expressam com maior facilidade nas redes sociais online.

O governo de Jair Bolsonaro e o bolsonarismo no Brasil ainda tem um longo caminho a percorrer (podendo se tornar uma era tão extensão quanto foi a do petismo e do lulismo no país). Acreditamos que a gestão de Jair Bolsonaro e a expressão popular que apoia o presidente ainda nos proporcionarão muitos temas comunicacionais, que evidenciará os conflitos e a divisão da sociedade brasileira, sendo que a produção de sentidos e os efeitos comunicacionais dessa interação é algo que vai continuar existindo, necessitando ser visualizada, mapeada e problematizada.

E mesmo com o governo de Jair Bolsonaro caminhando para uma gestão mais autoritária, percebemos que ocorre um processo mais natural de comunicação entre o presidente e os bolsonaristas (agir comunicativo), mas infelizmente, uma forte tendência à incomunicabilidade com os não bolsonaristas (ação estratégica), o que pode atrapalhar o bom desenvolvimento do regime democrático e suas noções de liberdade e igualdade para todos.

No sentido comunicacional de Braga (2016), que enxerga a comunicação como um evento tentativo, a orientação que fica é que devemos continuar a buscar a comunicação (o diálogo racional) com esse governo, de modo que os diferentes públicos sejam ouvidos e levados em consideração no debate

e na elaboração de políticas públicas para a população. No sentido habermasiano, urge a necessidade de um agir comunicativo por parte dos não bolsonaristas com essa gestão, que tende a minar as conquistas democráticas dos últimos anos no país. Afinal, não podemos nos esquecer que o slogan de campanha do presidente Jair Bolsonaro nos prometeu que: o Brasil estava acima de tudo, e apesar de ser um estado laico, Deus acima de todos.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, Paulo; BALTHAZAR, André. Populismo de direita e carnavaлизação da política: o popular em meio a distopia. Publicado em 3 de maio de 2019. **LE MONDE diplomatique Brasil**. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/89471-2/>. Acesso em: 13 jul. 2019.

BRAGA, José Luiz. Nem rara, nem ausente – tentativa. **Revista MATRIZES**, ano 4, n. 1, jul./dez., São Paulo, p. 65-81, 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/Admin/Downloads/38276-Article%20Text-45098-1-10-20120814.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2019.

_____. Interação como contexto da comunicação. **Revista MATRIZES**, ano 6, n. 1, jul./dez., São Paulo, p. 24-41, 2012. Disponível em:

_____. O que é comunicação? **Revista LÍBERO** – São Paulo – v. 19, nº 38, p. 15-20, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/794>. Acesso em: 10 jul. 2019.

COMPARATIVO entre as manifestações a favor de Bolsonaro e os protestos contra cortes na educação. G1 – São Paulo, publicado em 26 de mai. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/05/26/manifestacoes-a-favor-de-bolsonaro-x-protestos-contra-cortes-na-educacao.ghtml>. Acesso em: 1 jul. 2019.

FRAZÃO, Felipe. Nos primeiros 200 dias de governo, Bolsonaro privilegia bases eleitorais. **O Estado de S. Paulo**, publicado

22 de jul. 2019. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,nos-primeiros-200-dias-de-governo-bolsonaro-pri-vilegia-bases-eleitorais,70002931807>. Acesso em: 22 jul. 2019.

HABERMAS, Jurgen. Primeira consideração intermediária: agir social, atividade teleológica e comunicação. In: **Teoria do Agir Comunicativo**: racionalidade da ação e racionalização social; tradução Paulo Astor Soethe; revisão da tradução Flávio Beno Siebeneichler. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012, p. 475-581.

LUHMANN, Niklas. Comunicação e Ação. In: **Sistemas sociais: esboço de uma teoria geral**/Niklas Luhmann; tradução de Antonio C. Luz Costa, Roberto Dutra Torres Junior, Marco Antonio dos Santos Casanova. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2016, p. 161-201. – (Coleção Sociologia).

MARCONDES FILHO, Ciro. **Nova teoria da comunicação**, v. 1: o rosto e a máquina: o fenômeno da comunicação visto dos ângulos humano, media e tecnológico. – São Paulo: Paulus, 2013. (Coleção Comunicação)

MAZUI, Guilherme; CALGARO, Fernanda. DE CAPITÃO A PRESIDENTE: conheça a trajetória de Jair Bolsonaro. **G1** – Eleições 2018, Brasília, publicado em 28 de out. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/28/de-capitao-a-presidente-conheca-a-trajetoria-de-jair-bolsonaro.ghml>. Acesso em: 6 jul. 2019.

MENDES, Vinícius. O ‘bolsonarismo’ é maior do que Bolsonaro, diz antropóloga. **CALLE 2**, publicado em 16 de out. 2018. Disponível em: <https://calle2.com/o-bolsonarismo-e-maior-do-que-bolsonaro-diz-especialista/>. Acesso em: 1 jul. 2019.

NICOLAU, Jairo. O triunfo do Bolsonarismo. Como os eleitores criaram o maior partido de direito da história o país. **Revista Piauí**, edição 146, novembro de 2018. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-triunfo-do-bolsonarismo/>. Acesso em: 12 jul. 2019.

PINHEIROMACHADO, Rosana; SCALCO, Lucy M. “Da esperança ao ódio: a juventude periférica bolsonarista”. In: Solano,

Esther (org.). **O ódio como política**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 5561. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4476955/mod_resource/content/1/L.%20Bulgarelli%20Moralidades%20direitas%20e%20direitos%20LGBTI.pdf. Acesso em: 12 jul. 2019.

POMPEU, Ana. Jair Bolsonaro, o mito de pés de barro. **Revista Congresso em Foco**, n. 26, 2019. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/jair-bolsonaro-o-mito-de-pes-de-barro/>. Acesso em: 1 jul. 2019.

SALOMÃO, Lucas. Com média de 1,3 por dia, governo Bolsonaro só fez menos decretos que Collor nos 6 primeiros meses. **G1** – Brasília, publicado dia 26 de um. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/06/29/com-media-de-13-decreto-por-dia-governo-bolsonaro-so-editou-menos-que-collor-em-seis-meses.ghtml>. Acesso em: 19 jul. 2019.

SIGNATES, Luiz. A ética do discurso religioso, entre o estratégico e o comunicacional. In: **XII Congresso Brasileiro de Pesquisadores em Comunicação** – Intercom, Rio de Janeiro -RJ, 1999.

_____. Epistemologia da Comunicação: a centralidade do conceito de comunicação na análise dos processos políticos. **Revista Novos Olhares**, v. 1, n. 1, p. 7-18, 2012. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/novosolhares/issue/view/4286/pdf_17. Acesso em: 13 jul. 2019.

_____. Da exogenia aos dispositivos: roteiro para uma teorização autônoma da comunicação. **Revista LÍBERO**, - São Paulo - v. 18, n. 36, p. 143-152, jul./dez., 2015.

SODRÉ, Muniz. Comunicação: um caos criativo. **Revista LOGOS 37**. A científicidade da Comunicação: Epistemologias, Teorias e Políticas, v. 19, n. 2, 2º semestre, p. 6-16, 2012.

PARTE IV

DEBATES METATEÓRICOS EM COMUNICAÇÃO E JORNALISMO

O especificamente comunicacional nos estudos de história da imprensa: o antilusitanismo retratado pelo jornal A Matutina Meiapontense (1830-1834)

Alessandra Rodrigues Oliveira Curado

Este artigo propõe um esforço epistemológico acerca da interface das ciências História e Comunicação, objetivando compreender o que há de especificamente comunicacional na análise de um objeto, à primeira vista, demarcado no campo da História.

O objeto empírico desta proposta de reflexão trata-se de passagens narradas do primeiro jornal impresso de Goiás, *A Matutina Meiapontense*, acerca de acontecimentos nacionais e regionais que incentivaram a ascensão do antilusitanismo no Brasil. Como produto cultural simbólico de uma sociedade goiana, escravagista e oitocentista, *A Matutina* narrou, a partir de uma experiência, a ascensão de um movimento antilusitano no Brasil após a Independência da então colônia de Portugal e, ao mesmo tempo, mostrou-se parte de todo esse processo de conflito.

A pesquisa sobre a narrativa do antilusitanismo no país no século XIX, a partir da análise de jornais luso-brasileiros contemporâneos, está sendo desenvolvida no doutoramento de Comunicação por esta pesquisadora na Universidade Federal de Goiás.

1. Um debate epistemológico da Comunicação

A conceituação do objeto “comunicação” por teóricos considerados tradicionais para a denominada “ciência da comunicação”, mas que são pertencentes a outros campos como a Sociologia, História e Filosofia, não retrata propriamente seu objeto, principalmente porque a pergunta central - a questão problema - a qual esses cientistas buscam respostas não nasce de um anseio especificamente comunicacional. Os principais teóricos das chamadas teorias comunicacionais - como John Thompson (1998) ao estudar a duração de tempo e espaço em sua obra *Mídia e Modernidade*, Marshall McLuhan (1964) considerado um “futurista” quando propôs o conceito da *Aldeia Global* e Harold Lasswell (1948) demarcando o campo da comunicação de massa ao analisar o conteúdo e os efeitos da mídia na sociedade – trazem a mídia, um dispositivo de produção simbólica de sentidos, como objeto central nos conceitos das teorias comunicacionais. Esses e demais teóricos plantados no terreno pouco firme da comunicação costuram suas concepções em outros campos, cuja ciência já dispõe do “núcleo firme” e do “cinturão protetor” – elementos preceituados por Imre Lakatos¹ (1999) - e que a comunicação, enquanto ciência ainda está caminhando para a construção e definição do seu objeto para a formação do seu campo e da sua solidez epistemológica.

Refletindo nesse sentido, não é novidade inferir - a partir dos estudos recentes acerca da busca da problemática comunicacional, e isso inclui o esforço de teóricos brasileiros

1 Imre Lakatos foi um importante filósofo da ciência do século XX. Em sua obra “*Falsificação e Metodologia dos Programas de Investigação Científica*” (1999), Lakatos constrói seu trabalho trazendo dois conceitos para o desenvolvimento dos programas de pesquisa: o núcleo duro e o cinturão protetor. A proposta de Lakatos era não pensar em teorias isoladas, mas em unidades teóricas mais abrangentes.

como Francisco Rudiger, José Luiz Braga, Luiz Beltrão, Ciro Marcondes entre outros - que a comunicação tem uma abordagem interdisciplinar, intercorrendo por diversos campos da ciência. As diversas teorias ditas “da comunicação” nada mais fazem do que transpor uma configuração para o campo das ciências humanas e sociais uma definição meramente instrumental da comunicação, como o próprio Lasswell construiu a partir de um modelo canônico dos processos comunicativos – padrão utilizado até hoje nas disciplinas de “Teorias da Comunicação” das universidades brasileiras. Muito além de instrumental, Lasswell inseriu a comunicação dentro de uma abordagem processualista e funcional – caminho seguido por vários outros autores, incluindo José Marques de Melo (2003) que utilizou da linha funcionalista para estruturar e justificar a história social da imprensa no Brasil e sua implantação “tardia”. Apesar da dificuldade de teorização do campo da comunicação, as contribuições destes cientistas não podem ser descartadas durante o esforço de busca de definição do objeto especificamente comunicacional, apesar de, ao que tudo indica, a comunicação ser uma ciência que está além da problematização dos meios, os instrumentos e seu processo de funcionamento e recepção.

Dando segmento às pesquisas que rodeiam o campo da comunicação, ainda numa proposta inicial inserida no campo das ciências sociais, o filósofo Jürgen Habermas, pertencente à segunda geração da Escola de Frankfurt, inaugura uma nova perspectiva que pode vir a se consolidar como uma das mais importantes configurações teóricas para a formação de um conceito de comunicação. Com uma proposta de teoria de sociedade, dentro do campo da filosofia e da sociologia, Habermas, em sua obra Teoria do Agir Comunicativo (1981), começa a configurar o conceito de comunicação. Na obra, Habermas concebe a comunicação como racionalidade. A

teoria da ação comunicativa fundamentada pelo autor traz uma noção da comunicação a partir da razão, da racionalidade e ela aparece como o centro de uma teoria de sociedade. Para Habermas, a comunicação não é um instrumento, um meio, conforme a maioria dos teóricos anteriores pressupunham. Ter racionalidade, segundo o autor, significa ter fundamentação na argumentação e submetê-la à crítica. A razão dentro da estruturação teórica da sociedade é o diálogo, a linguagem, e o objeto central da concepção habermasiana é a comunicação. Nesse diapasão, a comunicação emerge de uma racionalidade tipicamente filosófica. Seria a comunicação, a partir da construção de Habermas, uma ramificação da própria filosofia? Ou a filosofia é inerente à discussão epistemológica da comunicação?

Para o autor brasileiro José Luiz Braga (2012), em seu esforço epistemológico na busca pela formação do núcleo firme da ciência da comunicação, a interação é o elemento essencial para a composição do objeto comunicacional. O processo da comunicação se exerce não apenas pelas linguagens já disponíveis, mas também gera e transforma linguagens. Nessa perspectiva, segundo Braga, as linguagens são códigos interacionais e surgem como uma vantagem adaptativa inerente ao ser humano. Os meios de comunicação assim como o próprio jornalismo, segundo o autor, não é propriamente a comunicação. Analisar esses meios não quer dizer que o pesquisador tem uma proposta inserida no campo da ciência da comunicação. Para Braga, o jornalismo, por exemplo, é um dispositivo social, um dispositivo comunicacional. As teorias construídas e trabalhadas dentro do campo da comunicação, que seriam componentes de proteção ao núcleo firme, não conseguem explicar o objeto propriamente. Braga, no entanto, comprehende a comunicação como uma dúvida e, promover discussões nesse contratempo epistemológico em que se encontra a comunicação, buscando definir o conceito dela é

ainda mais importante porque gera, a partir do esforço, um debate meta-teórico da própria ciência ainda incipiente. A fragilidade epistemológica permite ainda ao pesquisador buscar objetos demarcados dentro do campo de outras ciências e tencioná-los numa perspectiva comunicacional, enfrentando autores, teorias, realizando uma zona de interface com outros campos. A nossa proposta de reflexão para este trabalho é buscar em um objeto, demarcado pela ciência História, uma problemática comunicacional.

2. Análise da comunicação a partir de narrativas da ciência história

Após o introdutório epistemológico acerca da comunicação enquanto cadeira científica, que permite atualmente o ingresso de pesquisadores para preencher essa lacuna no campo da ciência, a proposta deste artigo é realizar um esforço epistemológico acerca da interface das ciências História e Comunicação, buscando compreender o que há de especificamente comunicacional na análise de um objeto, à primeira vista, demarcado no campo da História. No entanto, todo e qualquer acesso ao passado, seja por meio de documentos históricos ou artefatos materiais ou imateriais, é feito pelos estudos simbólicos gerados “comunicacionalmente” na época em que foram criados e que, de alguma forma, se preserva.

Como objeto empírico desta proposta de reflexão, passagens do primeiro jornal impresso de Goiás, *A Matutina Meiapontense*, como produto cultural simbólico de uma sociedade goiana, escravagista e oitocentista, que narrava e vivenciava a ascensão de um movimento antilusitano no Brasil após a Independência da então colônia de Portugal. Por um lado, um Brasil recém-independente da monarquia portuguesa com o crescimento de grupos sociais que iniciaram no país

movimentações de antipatia aos portugueses, inclusive no interior do Brasil, cultivando um forte antilusitanismo.² E, por outro, portugueses com um sistema monárquico conflituoso e incerto com a morte do rei D. João VI, instauração do período regencial e retorno de Pedro I, filho mais velho de D. João VI abdicado do Brasil, à Portugal.

Com uma proposta de cunho comunicacional e viés histórico acerca do jornalismo no Brasil, o que se busca narrar é de que forma A Matutina Meiapontense, em um período de efervescência do jornalismo de opinião, retratou a formação do antilusitanismo ou lusofobia pelos brasileiros como pretexto para afirmação da nacionalidade. Para isso, além do esforço que seguirá durante a pesquisa de conclusão do doutoramento, que realiza um cotejamento com jornais contemporâneos do Rio de Janeiro de Portugal, a proposta será reconhecer as movimentações e esforços comunicacionais dedicados à formação de uma opinião pública como um recurso à busca pela identidade nacional.

Na perspectiva da interface da Comunicação com a ciência História - apesar do cunho deste artigo seja perceber o especificamente comunicacional em um objeto marcado dentro de uma narrativa histórica – observar os relatos sobre o passado é realizar uma concepção linear da história, e compreender as teorias desta ciência que, durante o caminho narrativo, elegeu como objetos de estudo os grandes fatos transformadores, suas fontes e seus documentos. As narrativas cultivaram, por muito tempo, a organização dos fatos do passado dentro de uma sequência e de causalidades racionais, na construção de um discurso para ser aceitável e assimilado como verdadeiro.

2 Antilusitanismo ou Lusofobia foi um movimento iniciado logo após a Independência, no Primeiro Reinado, e teve como viga mestra o sentimento coercitivo contra os portugueses que ocupavam cargos no Brasil ou que simplesmente mantinham morada.

Durante o tratamento científico da história na construção das suas concepções teóricas, a ciência elegeu as fontes escritas como um dos mais importantes registros do passado.

A história é, contudo, uma narrativa organizada por um contexto linear do tempo e, por ser essencialmente uma narrativa, tem uma natureza comunicacional, pois é uma ciência interpretativa que utiliza de relatos comunicacionais, seja por meio de fontes documentais ou personificadas, para reconstruir o passado. Portanto, em razão da sua subjetividade, a história não tem a pretensão de recontar o passado em sua totalidade para se atingir a uma verdade absoluta, mas a compreensões dessa própria realidade, ela pode ser constituída a partir de diversas perspectivas, não é uma mera coleção de fatos e, assim, não é imutável. A história, segundo Veyne (2008), não é o fato, mas a narração, o acontecimento histórico é ilustrado por meio do acesso a fontes e documentos.

As reflexões epistemológicas da comunicação nos mostram que o nosso esforço de compreender o discurso antilusitano presente no jornal *A Matutina Meiapontense* torna-se, portanto, uma reivindicação de um olhar comunicacional de um objeto que é hoje um produto, um documento da história. Conforme tais constatações, há, sem dúvidas, de se trabalhar dentro de uma zona de interface das ciências história e comunicação. A intenção de trabalho, que será realizado de forma abrangente e inter-relacionada na tese de doutorado, não será apenas um relato de um acontecimento histórico ou a descrição histórica comunicacional, mas, sim, buscar sentidos comunicacionais reivindicando olhares que são próprios da “ciência da comunicação”.

As processualidades dessa interface de ciências são comunicacionais e o modo como a história acessa isso é comunicação – a própria história tem uma lógica comunicacional, pois ela

permite um sentido de deslocamento de espaço e tempo, ela é o meio de acesso a esse deslocamento e possibilita a produção, a reflexão de uma percepção contemporânea de um passado que não existe mais, porém, que se preserva na forma de um suporte tipicamente comunicacional - no caso desta pesquisa, de um jornal, um dispositivo que traz as possibilidades de um discurso de um grupo, de uma cultura, de uma sociedade.

A pesquisadora de história da imprensa do Brasil, Marialva Barbosa (2013), entende que a história é notada como uma ciência transformadora, um lugar imaginário de onde tiramos inspiração, buscamos fontes, escutamos personagens – já não mais presentes - para falar daquilo que hoje seria importante para a reflexão e, a partir dela, para a mudança. Assim, construir a partir das narrativas simbólicas uma história da imprensa é fazer o mesmo movimento que se produz para a “escrita da história”, seja qual for o objeto empírico pesquisado. É perceber a história como um processo complexo, no qual estão embrenhadas relações sociais, culturais, discursos e “silenciamentos” que, muitas vezes, possibilitam informações muito mais ricas que qualquer outra forma de expressão.

3. A ascensão do antilusitanismo no Brasil como reforço ao nacionalismo

No Brasil oitocentista, século decisivo na formação do território, vários acontecimentos mudaram a estrutura social do país - A instalação da corte em 1808, formação da imprensa, Independência em 1822, abdicação de D. Pedro I em 1831, período regencial, as transformações semearam a formação da cultura e a busca pela identidade nacional. Após deixar de ser colônia de Portugal, o país ainda permanece sob domínio de um governo português; celebrou a liberdade em 1822, porém, ainda era subordinado às ordens do imperador, filho

e herdeiro do trono português ocupando o lugar de seu pai D. João VI, que retornou a Portugal.

Mesmo distante da Coroa, Goiás também experimentava os reflexos dos acontecimentos nacionais. Em 1830, nascimento do jornalismo regional, Goiás já se inseria na economia agropastoril após a passagem pelo ciclo do ouro, que conduziu expedições dos bandeirantes paulistas para o centro do Brasil, ocasionando o povoamento da região no século XVIII. Como consequência da mudança de produção econômica, a força de trabalho também tivera que se adequar. A região era dominada pelo maior escravocrata e produtor de cana-de-açúcar de Goiás à época, Joaquim Alves de Oliveira, comerciante com o título de comendador que fez imprimir o primeiro jornal de Goiás, *A Matutina Meiapontense*. O periódico teve circulação entre os anos de 1830 e 1834 e narrava os acontecimentos internacionais, nacionais, especialmente da Corte, e regionais. O redator era o mentor intelectual de Joaquim Alves de Oliveira, o padre Luiz Gonzaga de Camargo Fleury, que pregava ideais iluministas de liberdade para uma sociedade escravagista, analfabeta e distante, tanto geograficamente como politicamente, dos acontecimentos do império no Rio de Janeiro.

Com a Independência em 1822, nota-se uma crescente antipatia de um grupo de brasileiros natos ou naturalizados pelos portugueses que, mesmo após o processo de Independência do Brasil de Portugal, permaneciam no território do Novo Mundo e ocupando postos de grande representatividade no cenário econômico e político do Brasil. No próprio discurso do pioneiro jornal do interior goiano encontrou-se várias circunstâncias de embate entre portugueses e brasileiros, principalmente no ano de 1831 quando o português Pedro I, rei do Brasil, é forçado a abdicar-se do trono e voltar para Portugal, deixando ao seu filho Pedro II, brasileiro nato,

com apenas cinco anos de idade, a incumbência de tornar-se após o período regencial o próximo imperador daquela antiga colônia de exploração.

A escolha d'A Matutina Meiapontense mostrou-se completamente pertinente para a compreensão dessa ascensão ao movimento em uma perspectiva regional. Neste sentido, apesar de ser um documento histórico mais que sesquicentenário, importa compreender que trata-se do primeiro jornal do Estado de Goiás e do Centro-Oeste brasileiro, o que, por si, garante patenteada sua relevância no estado crítico do jornalismo goiano, que se preserva na forma de um suporte comunicacional por excelência.

A aversão ao estrangeiro não é, de forma alguma, ocorrência nova no Brasil e, de maneira muito contundente, as páginas d'A Matutina Meiapontense já narravam esses acontecimentos tanto na Província de Goiás, como em todo território nacional, com recorte de jornais citados pelo redator do periódico durante suas edições. Conforme fora possível verificar, o periódico goiano fora bastante atento em apresentar à proporção que tomou o movimento antilusitano e os sintomas de xenofobia engendrados ainda no segundo quartel dos oitocentos. Os sentimentos de aversão e coerção dos brasileiros contra os portugueses tomaram tamanha proporções violentas que, para alguns historiadores, talvez tenha sido um dos motivos principais da abdicação do então imperador Dom Pedro I, português, para a ascensão de seu filho ao trono, o brasileiro Dom Pedro II.

A Matutina Meiapontense pertenceu a um período de expansão do jornalismo opinativo no Brasil, alinhando seus ideais políticos a grandes jornais da capital do Rio de Janeiro, bem como outros periódicos de outros estados que tiveram grande influência na formação da opinião pública dos brasileiros.

Uma das principais consequências da Independência do Brasil em 1822, foi, sem dúvidas, a hostilidade dos brasileiros com os portugueses e o princípio de ascensão de um movimento de lusofobia ou antilusitanismo. Toda essa aversão dos brasileiros aos portugueses culminou, em 1831, na abdicação de D. Pedro I (português) ao trono do Brasil e seu retorno ao país de origem como Pedro IV, deixando seu primogênito D. Pedro II de apenas cinco anos de idade para a sucessão do trono, sendo coroado e proclamada sua maioridade aos 15 anos, em 1841. A saída de D. Pedro I do trono foi motivada por movimentos libertários iniciados por ricos comerciantes e burgueses que sustentavam a Coroa, em grave crise econômica à época.

Os jornais liberais do Brasil à época, incluindo *A Matutina Meiapontense*, narraram os acontecimentos de forma a influenciar a opinião pública para o clamor à abdicação do primeiro imperador da ex-colônia e saldando D. Pedro II (brasileiro nato), com apenas cinco anos de idade, como o imperador legítimo do Brasil. Será que a mediação na narração de conflitos influenciou a formação de movimentos antilusitanos num contexto regional?

A abdicação de D. Pedro I refletiu também em Goiás, incentivando um debate entre o público leitor d'*A Matutina* e os atores do meio político. O próprio surgimento do jornal no interior do Brasil possibilitou aos grupos políticos uma certa visibilidade. *A Matutina*, enquanto um dispositivo de um nascente jornalismo, foi uma ferramenta que expandiu o fluxo de informações daquela sociedade que estava prestes a sofrer sua primeira crise política.

4. O jornal reforçando seu poder simbólico. Antilusitano ou moderado?

A efetivação da abdicação de D. Pedro I, datada em 7 de abril de 1831, foi publicada pel'A Matutina no dia em 21 de maio do mesmo ano, na edição de número 179. Foram 42 dias após o acontecimento no Rio de Janeiro para que os goianos tomassem conhecimento da abdicação por meio da publicação no periódico. Goiás era uma província afastada do eixo Rio-São Paulo – Vila Boa de Goiás, antiga capital da província e Ouro Preto, capital de Minas Gerais, eram as únicas capitais que não tinham porto de navegação, o que dificultava a agilidade da circulação de informação. Na edição 179, especial de anúncio da abdicação, observa-se algumas curiosidades. A capa do periódico passa a inserir a frase “Pátria e Constituição”, o que denota um ideal de patriotismo, correspondente ao movimento liberal emergente à época. A sentença passou a ser um lema do jornal que narrou a abdicação com uma narrativa de aclamação.

BRASILEIROS! – Um acontecimento extraordinário veio surprehender todos os cálculos da humana prudencia; uma revolução gloriaoa foi operada pelos esforços, e patriotica caiaoo do Povo, e Tropa do Rio de Janeiro, sem que fosse derramada uma so gota de sangue: successo ainda não visto até hoje, e que deve honrar a vossa moderação, energia e o estado de civilização a que haveis chegado. [...] Quiz ser acclamado Imperador absoluto, e cessou de imperar. O Brasil vio triumphar o direito de resistencia mui legalmente feita a esse homem, que nao se satisfez com a Dignidade de Imperador Constitucional (A MATUTINA MEIAPONTENSE, 21 de maio de 1831, n. 179, p. 1).

A partir da abdicação, Goiás passa a conhecer a expressão “brasileiros adotivos”, pessoas que possuem outra nacionalidade, na maioria das vezes portugueses, que residiam no Brasil. Boa parte dos brasileiros adotivos faziam oposição ao grupo que queria a saída de Dom Pedro I, já que o imperador foi o responsável pela nomeação da maioria deles.

Em mais uma sentença da edição 179, o redator do jornal profere: “Reconheção que não é sede de vingança, mas sim o amor a liberdade quem nos armou; convenção-se de que o seu repouso, pessoas, propriedades, tudo será respeitado uma vez que obedeção às Leis da Nação Magnanima a que pertencem” (A Matutina Meiapontense, 21 de maio de 1831, n. 179, p. 2). Apesar de o redator afirmar que os portugueses que viviam no Brasil não sofreriam reflexos com a abdicação, há intrínseco ao discurso uma certa ameaça, pois os adotivos que quiserem permanecer no país deverão “obedecer as leis”.

As revoltas ocorridas nesse período transitório no Brasil marcaram o início de uma crise política em todo o território nacional, que se espalhou, inclusive, para a Província de Goiás. O primeiro alarme das convulsões políticas antilusitanas que desencadearam em Goiás foi o inesperado assassinato do ouvidor português Jerônimo José da Silva Castro, no Arraial das Flores, norte da província, no dia 26 de junho de 1831. O ouvidor foi morto por rivais políticos pertencentes ao grupo dos radicais,³ principais incentivadores do antilusitanismo no Brasil. A partir desse período, muitos portugueses, principalmente aqueles que ocuparam cargos políticos importantes, se sentiram ameaçados.

3 Os radicais eram pessoas que formaram um grupo político-ideológico no Brasil logo após a independência que buscava a deposição dos portugueses dos cargos políticos. Eram denominados de radicais exaltados em razão do posicionamento, muitas vezes, até violento de reagir aos conflitos políticos.

Os acontecimentos ameaçavam o então governo, o presidente da província Miguel Lino de Moraes, português, que após a abdicação afastou-se dos diálogos com os leitores do jornal *A Matutina*. Miguel Lino havia sido nomeado presidente de Goiás por Dom Pedro I, e era considerado um brasileiro adotivo. O silenciamento do governante português diante da abdicação provocou nos goianos uma certa desconfiança, sobretudo após o assassinato do ouvidor. Miguel Lino não manifestou e nem tomou medidas urgentes para conter a ascensão de um radicalismo antilusitanista. O padre Fleury, redator-chefe d'*A Matutina*, critica Miguel Lino, evidenciando o choque entre a porta-voz da “modernidade” e o protagonista da esfera política.

A marcha que o Governo da Província tem adoptado de dar publicidade aos soes actos, instruindo o povo sobre as suas medidas para felicitar, e tranquillizar a Província; concorrerá certamente para obstar a disseminação de falços rumores imputados ao mesmo Governo [...] Se o Governo desta Província tivesse adoptado esta publicidade, desde que appareceu a *Matutina*, que lhe foi offerecida para este fim, acharia agora melhor firmada em seo favor a confiança publica; não se podendo admittir que o Sr. Presidente desconhecesse as vantagens que tal publicidade offerece aos governantes, e aos governados, conhecendo este a conducta daquelles, e os primeiros os vottos dos segundos. (A MATUTINA MEIAPONTENSE, n. 216, 1831).

O discurso do editorialista não deixa dúvida do poder simbólico que o *A Matutina* representava. A mediação do discurso pelo jornal compõe parte das lógicas sociais. O redator assume-se como porta-voz da sociedade. Após três meses do anúncio da abdicação, o presidente da província, após críticas

do pioneiro periódico, finalmente, toma medidas para conter a ascensão da lusofobia em Goiás.

O Presidente da Provincia Ordena que o Juiz de Paz desta Cidade lhe envie todos os mezes huma informação do estado de socego e tranquilidade do seu Destricto; declarando aquelles acontecimentos atendíveis, que possao ter tido lugar durante o mês, para formar a informação geral da Provincia, que se deve mandar ao Governo. Outro sim emprego com o mais effectivo cuidado todos os meios a seu alcance para a conservação da Ordem estabelecida pelas Leis; dando prontamente parte de algum successo inesperado, que reclame mais activas providencias" (A MATUTINA MEIAPONTENSE, 4 de agosto de 1831, n. 211, p. 1-2).

A principal preocupação demonstrada pelos governantes foi com uma possível guerra entre os brasileiros natos e os portugueses residentes no Brasil – considerando que a abdicação fortaleceu o caráter nacionalista dos brasileiros, dando combustível ao grupo dos radicais que incitava certo rancor pelos portugueses. Apesar de o objeto de análise compor parte da pesquisa de doutoramento desta pesquisadora e que será explorado em profundidade em comparação com outros elementos na tese, o grupo político do qual pertenciam os atores que comandavam A Matutina era dos moderados, que estavam insatisfeitos com o governo, manifestando apoio pelo acontecimento, mas que não comungavam com os ideais radicais que queriam o fim da continuidade da monarquia herdada no Brasil. Porém, já é possível observar que os questionamentos do redator ao Miguel Lino, em um período de conflitos violentos contra os portugueses, de certa forma, alimentavam o receio da população goiana com o governante lusitano, fazendo emergir a ascensão do sentimento lusofóbico.

A crise do Primeiro Reinado provocou conflitos que colocavam diversos interesses em oposição. Os privilégios usufruídos pelos naturais de Portugal no governo de D. Pedro I adicionado ao propalado risco de reunificação das Coroas acirrou o clima de violência no Brasil. Quando estoura na imprensa a notícia da abdicação do Imperador em abril de 1831, diversas camadas da sociedade brasileira intensificaram a perseguição e a violência física contra os portugueses (COSTA, 2013, p. 92)

Miguel Lino de Moraes comunica com o redator e com os leitores d'A Matutina por meio de uma correspondência como leitor, demonstrando a efervescência de um conflito que traria consequências para toda a província.

Se o Sr. Redactor se servisse de hum bocadinho de Hermeneutica, e reflectisse quanto arriscada he, no tempo presente, aquella sua opinião – mas não se mostrou nesta Prov. Grande empenho em se participar aos povos os felices sucessos da Abdicação – talvez seguisse as doutrinas dos Redactores mais conceituados e de tacto fino para encaminhar a opinião publica a favor dos interesses do Brasil (**A Matutina Meiapontense**, 16 de agosto de 1831, n. 216, p. 4).

O conflito entre o protagonista político e o redator padre Fleury, que ganhou destaque nas páginas do jornal, se deu, à primeira vista, como exposição de um poder simbólico que o periódico passou a representar após a abdicação do primeiro imperador do Brasil. Perante a crise do governo de Miguel Lino de Moraes, retratado pelo redator e como o próprio presidente da província definiu em carta como uma manobra “arriscada”, se referindo ao despotismo dos radicais que intentavam tomar o poder. Em Goiás, o grupo de radicais tinha como dirigentes o padre Luiz Bartholomeu Marques, vice-presidente da pro-

víncia, e o capitão Felipe Cardoso, comandante interino das Armas de Goiás.

O grupo do vice-presidente começou um movimento político e no dia 14 de agosto de 1831, com um reforço de um ideal antilusitano voltaram-se contra o Miguel Lino, com o apoio de parte das tropas da província, aplicaram um golpe em toda a estrutura administrativa, resultando na deposição do presidente Miguel Lino e demais portugueses e brasileiros adotivos dos cargos públicos. A estratégia de Bartholomeu Marques foi elaborar um abaixo-assinado contra Miguel Lino. Bartholomeu utilizou do documento para argumentar que a deposição do ex-presidente foi um requerimento que partiu do povo de Goiás.

Essa passagem histórica curiosa que ocorreu em Goiás, relatada pelo periódico, mostra-nos a importância do meio de circulação de sentidos tanto na articulação de ideias como na construção de estratégias enquanto um mecanismo de nascimento de um poder simbólico. A partir da tomada do poder pelos radicais, o redator d'A Matutina passou a publicar uma série de correspondências de pessoas afirmando que foram enganadas ao assinar o documento “forjado” por Bartholomeu Marques.

A deposição de Miguel Lino, planejada pelos radicais exaltados, colocou em crise a construção da opinião pública e o exercício do poder simbólico pelos moderados, detentores do dispositivo comunicacional. Com a compreensão do movimento antilusitano no Brasil e em Goiás, será possível identificar os atores e sujeitos que construíram a narrativa dos periódicos. Com a análise aprofundada na construção da tese de doutorado desta pesquisadora, a proposta é perceber, especialmente, de que forma tais discursos foram estruturados na contribuição ou não desses movimentos radicais que mar-

caram a história do brasil no século XIX e que foram mediados a partir de uma circulação simbólica de sentidos impressa nas páginas dos periódicos.

Referências

BARBOSA, Marialva Carlos. **História Cultural da Imprensa**. Rio de Janeiro, Mauad, 2010.

BRAGA, José L. **A sociedade enfrenta sua mídia**: dispositivos sociais de crítica midiática. São Paulo: Paulus, 2006.

Os estudos de interface como espaço de construção do campo da comunicação. São Bernardo do Campo-SP: GT Epistemologia da comunicação Compós, 2004.

BRASIL, Americano do. **Súmula de História de Goyaz**. Cidade de Goiás. Imprensa Oficial, 1932.

BUCCI, Eugênio. Os 200 anos da imprensa sob o prisma da liberdade, in **Revista UFG**, Dossiê 200 anos da imprensa no Brasil, Goiânia, 2008.

CHRISTINO, Daniel. **Epistemologia e comunicação**: debatendo o objeto comunicacional. Artigo, UFG, 2012.

COMTE, Auguste. **Curso de Filosofia Positivista**. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

COSTA, Thalles Murilo Vaz. **Opinião pública e linguagem política no A Matutina Meiapontense**. Goiânia, dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal de Goiás (UFG) em 2013.

CURADO, Alessandra R. Oliveira. **O jornal A Matutina Meiapontense no contexto da abdicação de D. Pedro I**: uma análise a partir da esfera pública de Habermas - dissertação apresentada por esta pesquisadora ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, nível Mestrado, da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do título de Mestre em Comunicação.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo** - v. 1. Racionalidade da ação e racionalização social. São Paulo, Martins Fontes, 2011.

LAKATOS, Imre. **Falsificação e Metodologia dos Programas de Investigação Científica**. Lisboa, Edições 70, 1999.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo. Contexto, 2012.

MELO José Marques de. **História Social da Imprensa**. Fatores socioculturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil. Porto Alegre. Edipucrs, ed. 2, 2003.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensão do homem**. São Paulo, Cultrix, 1974.

ROMANCINI, Richard; LAGO, Cláudia. **História do Jornalismo no Brasil**. Florianópolis, Ed. Insular, 2007.

RÜDIGER, Francisco. Artigo: **Epistemologia “da” Comunicação**: elementos para a crítica de uma fantasia acadêmica. Revista Famecos, Porto Alegre, 2014.

SEABRA, Roberto. **Jornalismo Político**. Teoria, História e Técnicas. Rio de Janeiro, Record, 2006.

SIGNATES, Luiz. **O que é especificamente comunicacional nos estudos brasileiros de comunicação na atualidade**. Goiânia, 2013.

Da exogenia aos dispositivos: roteiro para uma teorização autônoma da comunicação. **XII Congresso da Compós**, GT Epistemologias da Comunicação, 2012, Juiz de Fora - MG.

A questão epistemológica da centralidade da comunicação. **III Seminário de Epistemologia e Pesquisa em Comunicação**, 2011, Goiânia – GO.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Mauad, 1999.

SOUSA, Jorge Pedro. **Jornalismo** - História, Teoria e Metodologia da Pesquisa -Perspectivas Luso Brasileiras. Porto, Universidade Fernando Pessoa, 2008.

THOMPSON, John. **Mídia e Modernidade**: uma teoria social da mídia. São Paulo, Vozes, 2009.

VYENE, Paul. **Como se escreve a história**; Foucault revoluciona a história. Brasília, UnB, 2008.

A comunicação no limiar da arte: uma tentativa epistêmica para se compreender a especificidade comunicacional do Jornalismo Literário

Luana Silva Borges

O formalista russo Chklovski, em seu *A arte como procedimento*, conta uma anedota redigida pelo escritor Leon Tolstoi em seu diário pessoal. A pequena cena, que será descrita adiante, é fundamental para que apresentemos o tema de nosso artigo, uma vez que, através dela, introduziremos duas ideias fundamentais que serão aqui tensionadas: a concepção de “singularização do objeto” advinda da arte literária – que aqui será discutida a partir de Chklovski; e o conceito de transformação daquele que comunica (ou de desestabilização da memória deste indivíduo) que, de acordo com Ciro Marcondes Filho, caracteriza o acontecimento comunicacional.

A cena é a seguinte: Tolstoi estava secando o seu quarto e, ao se aproximar do divã ali instalado, não poderia se lembrar “se havia o secado ou não”. Afinal, seus movimentos diários naquele cômodo eram demasiadamente “habituais ou inconscientes”. De toda forma, com o correr das horas, já era impossível secar o móvel, o que fez o escritor, naquele dia – 28 de fevereiro de 1897, conforme consta no diário –, registrar:

Então, se sequei e me esqueci, isto é, se agi inconscientemente, era exatamente como se não o tivesse

feito. Se alguém conscientemente me tivesse visto, poder-se-ia reconstituir o gesto. Mas se ninguém o viu ou o viu inconscientemente, se toda a vida complexa de muita gente se desenrola inconscientemente, então é como se esta vida não tivesse sido (TOLSTOI *apud* CHKLOVSKI, 1976, p. 44).

Desnuda-se através deste relato o quão o automatismo, na visão de Chklovski (1976, p. 44), “engole os objetos, os hábitos, os móveis, a mulher e o medo à guerra”; engole a vida, portanto. Importantes algumas ponderações: trata-se aqui de um excerto, embora prosaico, de natureza poética. Vejamos por que: embora nem toda poesia seja um pensamento por imagens, vez que “existe um domínio imenso da arte que não é uma maneira de pensar” (CHKLOVSKI, 1976, p. 40), há aqui, neste trecho, um pensamento imagético próprio à poeticidade.

Ora, a força da figura poética se traduz por certa contenção, certa economia, isso porque “a imagem é muito mais simples e muito mais clara do que aquilo que ela explica”, devendo ser para nós mais familiar do que os conteúdos sobre os quais almeja dizer (CHKLOVSKI, 1976, p. 40). Assim, Tolstoi nos faz pensar a partir da trivial imagem do divã. O escritor faz-nos refletir através do familiar ato de não saber se limpou ou não o móvel – cena de limpeza diária que é comum a todos nós, artistas ou não; sensação de esquecimento e de automatismo também corriqueira à vida da gente. A partir disso, ele diz de algo mais amplo e complexo: diz da tristeza daqueles que, inconscientes, levam a rotina de modo tão automatizado que é como se fossem mortos-vivos.

E daí advém um dos temas de nosso interesse: Chklovski (1976, p. 45), a partir da cena de Tolstoi, dirá que o objetivo da arte é, justamente, o de “devolver a sensação de vida”, dando-nos a sensação do objeto como visão e não como mero reconhecimento rotineiro e automático:

O procedimento da arte é o procedimento da singularização dos objetos e o procedimento que consiste em obscurecer a forma, aumentar a dificuldade e a duração da percepção. O ato da percepção em arte é um fim em si mesmo e deve ser prolongado. [...] Os objetos muitas vezes percebidos começam a ser percebidos como reconhecimento: o objeto se acha diante de nós, sabemo-lo, mas não o vemos. Por isso, nada podemos dizer sobre ele. Em arte, [há] a liberação do objeto do automatismo perceptivo [...] (CHKLOVSKI, 1976, p. 45).

E por que nos interessamos pela singularização dos objetos provocada pela arte, que nos libera do automatismo perceptivo e que nos devolve a sensação de percepção vívida? É porque a singularização dos objetos, explicada por Chklovski para se chegar à arte, dialoga com a especificidade epistêmica que acreditamos existir no campo da Comunicação.

Expliquemos aqui de forma breve, antes de iniciarmos uma discussão mais ampla que abrangerá – ao longo do artigo – Ciro Marcondes Filho e Luiz Signates. No que se refere a Ciro Marcondes Filho (2013), sabe-se que ele desenvolve sua pesquisa teórica a partir do pressuposto de que a Comunicação é avessa à ideia de transmissão de informações.

Para este autor, só há comunicação se o novo dado que nos chega alterar os nossos padrões, refazendo nossa visão das coisas, nos desestabilizando, fazendo-nos sair de nosso lugar tranquilo e legitimado. Vai dizer ele: “Assim, comunicação é uma afecção que desestabiliza a função cerebral de acoplamento a uma memória anterior, que seria tranquilizante. Ela cria memória” (MARCONDÉS FILHO, 2013, p. 22-23).

Desta feita, para haver comunicação é necessário não apenas um plus informativo – uma ampliação de repertório que agrupa novos dados para o nosso agir no mundo. A isso

chamamos “informação”. Para que ela exista, ao contrário, faz-se crucial uma desestabilização contínua do sujeito que comunica: sua transformação através de uma mudança de qualidade dentro de si (MARCONDES FILHO, 2013, p. 28). O “comunicar” é, pois, difícil e raro, vez que remove nossas censuras defensivas, vez que, ao deslocá-las e criar uma nova memória, provoca-nos uma virada que escapa ao meramente fático ou ao simples aditivo de dados.

E aqui, uma vez traçado em parâmetros ainda muito gerais o pensamento de Ciro, advém a associação que nos é pertinente: ora, a comunicação dá-se no “entre”, a partir do incognoscível “outro”; ela é originada de um choque advindo do que fazemos com os sinais emanados pela alteridade; ela consiste em nos provocar para que saímos de nossos lugares de conforto; se é assim, ela não estaria próxima da arte de que fala Chklovski?

A hipótese que sustentamos neste artigo é a de que a desautomatização do olhar, originada da singularização do objeto, é propriamente comunicacional. Isso faz com que a arte – que objetiva singularizar o coisal do mundo – seja uma forma ideal de se evidenciar o fenômeno comunicativo. Isso porque este se caracteriza, justamente, pelo choque não trivial e pela transformação não automatizada, tal como o fenômeno artístico – esse que faz com que nos espantemos, retirando-nos da “vida habitual”.

Dessa forma, temos o tecido de conceitos que sustenta este artigo: queremos, a partir de uma discussão epistêmica costurada na linha de Ciro Marcondes Filho, chegar a uma noção de Comunicação que possa ser universalizada. Nos dizeres do pesquisador Luiz Signates (2018), tal noção não será meramente tributária a outras áreas do saber ou simplesmente

marginal a elas. Perguntamo-nos, à esteira do que faz este estudioso, o que é o especificamente comunicacional da arte.

Mas por que a arte? Porque o nosso foco é compreender o Jornalismo Literário, área que agrupa exatamente, ao rigor da apuração jornalística, o objetivo artístico: afinal, as reportagens literárias nos lançam não à informação, mas à narração que singulariza objetos e desautomatiza olhares.

Ora, para a nossa hipótese – na linha estabelecida por Chklovski –, a conclusão possível a este artigo é apenas uma: a força atribuída ao jornalismo literário decorre, justamente, do fato de ele ser amplamente mais comunicacional do que o jornalismo diário de fatos e dados. É o que demonstraremos adiante. Para ficarem mais evidentes os nossos argumentos – além de uma discussão epistêmica centrada em Marcondes Filho e Signates – analisaremos alguns pontos de uma reportagem literária de Audálio Dantas, publicada em 1963 e intitulada *O circo do desespero*. Todavia, antes de partirmos ao Jornalismo Literário propriamente dito, vamos a alguns detalhes importantes do pensamento de Ciro Marcondes Filho.

1. A alteridade: o incognoscível como essencial à Comunicação

Tratamos a arte como comunicacional porque ela gera o choque e a transformação no indivíduo, essenciais à comunicação, como dirá Marcondes Filho. Todavia, obviamente, só podemos nos espantar – só pode haver uma mudança de qualidade dentro de nós – se entramos em contato com o que nos é estranho. Assim, Ciro comenta:

[...] esse lado obscuro do outro é exatamente o que me renova; se o outro não tiver nada de desconhecido, de inacessível, de insondável, inviolável, se for mera e contínua trivialidade, então ele será

sem graça, monótono, puro tédio. Ora, para provocar algo em mim, para realizar a comunicação, o outro tem de me chocar exatamente por sua estranheza, pela sua diferença, por suas idiossincrasias, por tudo aquilo que eu não tenho, que não sou eu. (MARCONDES FILHO, 2013, p. 33)

Para ele, portanto, comunicar significa estar aberto ao não-eu, ou seja, ao que não nos é habitual e automático – ao estranho. Caso contrário, “continuaremos fechados, incorporando apenas as informações que nos interessam”, reforçando nossa repetição e nossa inalterabilidade (MARCONDES FILHO, 2013, p. 34). E essa mesmice se trata, justamente, da vida automática de “limpar o divã” e sequer percebê-lo: e o “não notar”, aí, é “como se não tivesse sido”.

Dessa forma, a arte realiza-se enquanto resgate da sensação de vida na medida em que ela é comunicacional, isto é, na medida em que ela resgata – em um sentimento de eterna insuficiência e incompletude – o choque que vem da busca pelo estranho, que vem do impacto que só ocorre a partir do “se lançar” para captar algo desta alteridade sem, no entanto, jamais chegar a ela completamente. Porque chegar ao outro é perdê-lo: ora, sua qualidade de “alter” é, exatamente, a de ser alheio. Essa ideia, que Marcondes Filho retira de suas leituras de Emmanuel Levinas, traduz o não-eu como impenetrável, como um sistema com o qual não há nenhuma possibilidade de fusão.

É justamente por isso que há – no ato comunicacional de se transformar a partir do que se faz com os sinais emitidos pela outridade – uma incompletude constitutiva. Se a arte nos toma e nos auxilia para explicarmos o complexo, recorreremos

agora a Clarice Lispector, no romance *A paixão segundo G.H.*,¹ que diz:

Eu tenho à medida que designo – e este é o esplendor de se ter uma linguagem. Mas eu tenho muito mais à medida que não consigo designar. A realidade é a matéria-prima, a linguagem é o modo como vou buscá-la – e como não acho. Mas é do buscar e não achar que nasce o que eu não conhecia, e que instantaneamente reconheço. A linguagem é o meu esforço humano. Por destino tenho que ir buscar e por destino volto com as mãos vazias [...] (LISPECTOR, 1998, p. 154).

Ciro Marcondes Filho (2013) também fala sobre essa constituição de “busca”, de “procura” comunicativa – sobre aquilo que, para se constituir como busca, só pode passar pelo não fechamento, pela abertura, pelo incompleto, pelo desconhecido. O autor diz, tal como no excerto de Lispector, sobre essa amplitude decorrente de se “ter muito mais” a partir da falha da linguagem, a partir daquilo impossível à palavra.

1 Para entender como o tema da alteridade foi trabalhado pelos romancistas, recomendamos a leitura de *A paixão segundo G.H.*, de Clarice Lispector. Na epígrafe do livro, a escritora, após recomendar que o livro “fosse lido apenas por pessoas de alma já formada”, diz que sua protagonista G.H deu a ela uma “alegria difícil”, mas que se chama alegria. (LISPECTOR, 1998). De fato, ao leitor que acompanha os fluxos de consciência de G.H, a personagem oferece um júbilo penoso: em leitura angustiante, seu interlocutor é convidado a seguir uma travessia existencial, aprendendo penosamente a sair do “eu” e chegar à alteridade radical. G.H nega a “mulher construída” que sempre fora, buscando chegar ao núcleo da própria vida. O quarto da empregada – lugar onde empreende sua travessia existencial – era o oposto daquilo que ela criara em sua casa: “No resto da casa o sol se filtrava de fora para dentro, raio ameno por raio ameno, resultado do jogo duplo de cortinas pesadas e leves. Mas ali (*no quarto*) o sol não parecia vir de fora para dentro: lá era o próprio lugar do sol, fixado e imóvel numa dureza de luz como se nem de noite o quarto fechasse a pálpebra” (LISPECTOR, 1998, p. 42 e p. 43). Aos leitores, resta a descoberta de que a vida vai além das construções e organizações, de que a vida vai além de um “jogo de cortinas” preparado.

Para ele, na Nova Teoria da Comunicação, há formas e manifestações que estão além do campo linguístico estabelecido. Marcondes Filho não vê a “linguagem como aquilo que é mais abrangente, incorporando a comunicação”. Ele considera, de maneira inversa, “a comunicação como o campo maior” e, dentro dela, ocupando um espaço próprio e nem sempre existente, as ocorrências linguísticas (MARCONDES FILHO, 2013, p. 38). E o autor completa:

Para a teoria de comunicação aqui desenvolvida, o espaço extralingüístico do entre, esse território de interação invisível construído no campo que envolve eu e você, nós e vocês, é o âmbito da comunicação por excelência, quer dizer, é o campo de forças onde a comunicação se dá. Ninguém vê esse espaço, ele não é mencionado, não figura nas caracterizações da comunicação, mas é o palco onde ocorre a cena. [...] A comunicação, pela sua capacidade de ferir, violentar, transgredir, encontra-se mais no campo extralingüístico do que no propriamente linguístico (MARCONDES FILHO, 2013, p. 38-39).

Essa cena propriamente comunicativa carrega uma capacidade, ao “ferir e transgredir”, de tirar-nos da zona morta. Tál como a arte, ela é por vezes indecifrável pela linguagem direta. Embora a acessemos por palavras e outros códigos, a transformação é imensurável no domínio de uma gramática: sim, o “transformar-se” pode até precisar da letra, mas o faz para ir além dela, encontrando-se no campo do indizível.² De resto, temos informações e dados que nos ajudam, com certeza; que acrescentam, obviamente; mas que não comunicam

2 Quando se diz, neste artigo, “indizível”, não se está inferindo à noção dogmática (de verdade indiscutível) do sagrado. Trata-se somente de uma inferência para dizer que o sentido do “transformar-se”, a partir da alteridade, passa pelo alheio à linguagem que nos é própria e constantemente dita. “Indizível” porque parte do estranhamento da gramática habitual; “indizível” porque passa pelo incognoscível outro.

nada mais do que aquilo já estabelecido em um operacional “jogo de dados”.

No mais, sabe-se que o Jornalismo Literário vai muito além da operacionalização da informação em um lead pré-formatado. A literatura, de onde bebem as reportagens deste exercício jornalístico, nos dizeres de Leyla Perrone-Moisés (2016), é uma prática que

se caracteriza por alguns valores básicos: o exercício da linguagem de modo livre e consciente, a criação de um mundo paralelo com desvendamento e crítica da realidade; a expressão de pensamentos e sentimentos que não são apenas individuais, mas reconhecíveis por outros homens como correspondentes mais exatos aos seus; a capacidade de formular perguntas relevantes, sem a pretensão de possuir respostas definitivas. (PERRONE-MOISÉS, 2016, p. 35)

Assim, como já foi aferido em Borges e Felício (2019), se o Jornalismo Literário, por seu compromisso com o não ficcional, não pode inventar uma realidade paralela, ele desvenda, a partir de fatos realmente ocorridos, esses outros aspectos de que fala Perrone. Ele trabalha com a linguagem (metáforas, associações livres, fluxos de consciência) de forma consciente, recriando a realidade, transformando-a em representação linguística sem torná-la ficção. Ele expressa sentimentos reconhecíveis pelos leitores, que se identificam e se apropriam da narrativa, devorando-a.

Ele não explica, não é didático, não fecha, não encerra, mas abre o campo semântico à possibilidade comunicativa: o leitor se transforma pela alteridade, isto é, por experimentar, a partir do trabalho estético, o incognoscível e o não palavrado – mas sentido – da existência. Vamos agora desnudar alguns detalhes desta prática.

2. Jornalismo Literário: recursos romanescos que geram a visão

O Jornalismo Literário (J.L.), como se pode inferir a partir da obra de Tom Wolfe (2005), consiste na apropriação de técnicas de escrita, majoritariamente tributárias ao romance, para se escrever narrativas de não ficção. Não raro, nas reportagens em J.L., são empregados recursos como a construção de cenas, a ambientação sinestésica, os fluxos de consciência ou as mudanças do foco narrativo (cambiante entre várias personagens).

Vale dizer que, para se redigir uma matéria que entremie o rigor da “verdade” (quer dizer, da não ficcionalização) à literariedade, os repórteres envolvidos neste feito não necessitam, apenas, do domínio das estratégias narrativas romanescas supracitadas, mas precisam de muito mais: eles devem se dedicar a uma apuração intensiva, não raro com mergulho etnográfico na realidade retratada, com sucessivas entrevistas em profundidade,³ com observação participante e anotações em diário de campo.

Ora, imaginemos que o jornalista queira utilizar, em sua reportagem, o fluxo de consciência – que, nos dizeres de Hans Meyerhoff (1976), consiste em uma técnica associativa, calcada na lógica de imagens, que une as peças caóticas dos

3 Para Medina, a entrevista não deve ter um sentido meramente instrumental: ela deve se deslocar de um mero questionário técnico (MEDINA, 2000, p. 5). Segundo esta autora, tem-se que a *entrevista em profundidade* requer uma atitude dialógica. Vai dizer Medina (2000, p. 8): “A entrevista, nas suas diferentes aplicações, é uma técnica de interação social, de interpenetração informativa, quebrando assim isolamentos grupais, individuais, sociais; pode também servir à pluralização de vozes e à distribuição democrática da informação. (...) Para além da troca de experiências, informações, juízos de valor, há uma ambição ousada que filósofos como Martin Buber já dimensionaram: o diálogo que atinge a interação humana criadora, ou seja, ambos os participes do jogo da entrevista interagem, se modificam e se revelam”.

devaneios internos das personagens. É uma estratégia narrativa pela qual o narrador ambienta a história na mente das actantes. Isso significa que o palco de onde emanam as ações e as sensações dos protagonistas se faz da psique – para a qual, obviamente, não há linearidade temporal, pois os fluxos de pensamento são per si caóticos no tempo e no espaço.

Sendo assim, irá perguntar Tom Wolfe (2005, p. 55): “como pode um jornalista, escrevendo não ficção, penetrar acuradamente os pensamentos de outra pessoa?” E o próprio Wolfe (2005, p. 55) responderá: o repórter deve entrevistá-lo sobre os seus sentimentos e emoções, ganhando confiança para assim chegar a tais sensações, mergulhando no ambiente que anseia retratar. Tem-se, portanto, que a técnica de escrita só será sustentada, em Jornalismo Literário, pela profundidade da apuração.

Uma vez que o repórter atinja este domínio do “bem apurar”, ele usa as estratégias narrativas românticas – como a descrição espacial pormenorizada, o registro de diálogos, a focalização interna nos fluxos psíquicos, dentre outras – para dar ao leitor a impressão de se viver o fato narrado, de senti-lo tão próximo a si como se tais eventos lhe fossem sobremaneira particulares. Mas por que a arquitetura textual em J.L. advém do romance e não de qualquer outro gênero literário?

Walter Benjamin (1994) irá explicar que uma das diferenças centrais entre o romance e as formas narrativas anteriores a ele – influenciadas pela oralidade – é que, enquanto essas últimas primavam por uma audição coletiva própria ao tempo do trabalho artesanal, a forma romântica não dispensa uma leitura solitária – própria ao individualismo de uma ética burguesa em ascensão (BORGES e FELÍCIO, 2019). E assim os leitores do gênero, apartados do convívio coletivo, nutrem um interesse ardente à história – eles a devoram, transformando-a em “coisa deles” (BENJAMIN, 1994, p. 213).

Percebiam: as narrativas orais se caracterizam por narradores marcados por uma distância que lhes confere autoridade. Bakhtin (2010) argumenta que esses gêneros declamatórios almejam dar aos ouvintes uma sensação de atitude exemplar, isto é, fornecem heróis que induzem a uma sensação de história coletiva a ser lembrada, de lições a se seguir:

O herói está todo ali, do começo ao fim; ele coincide consigo próprio e é igual a si mesmo. (...) Seu ponto de vista sobre si mesmo coincide plenamente com o ponto de vista dos outros sobre ele: seu meio (sua coletividade), seu cantor, seus ouvintes (BAKHTIN, 2010, p. 423).

O mesmo não ocorre ao romance. Ao lê-lo, ninguém quer retomar um conteúdo moralizante ou uma lição. Ao devorá-lo com avidez, ninguém imagina que irá se deparar com uma atitude heroica “desesperadamente pronta” de personagens que estão “todas ali”. Ao contrário, sabemos que vamos conhecer seres fictícios que têm angústias, erros e incertezas tão reais quanto as nossas. Pela errância mesmo das actantes, queremos compreender não o exemplo, mas “o sentido da vida” em sua agonia. Sabemos que a personagem irá morrer – ou no sentido figurado, com o fim do romance; ou no sentido do “concreto ficcional” propriamente dito, pois não raro as protagonistas se deparam com a morte verdadeiramente retratada. Para Benjamin, são dessas questões que se alimenta “o interesse absorvente” dos leitores:

O romance não é significativo por descrever pedagogicamente um destino alheio, mas porque esse destino alheio, graças à chama que o consome, pode dar-nos o calor que não podemos encontrar em nosso próprio destino. O que seduz o leitor no romance é a esperança de aquecer sua vida gelada com a morte descrita no livro (BENJAMIN, 1994, p. 214).

A leitura deste gênero se caracteriza por operar, pois, esta “chama”: esta absoluta redução de distâncias entre leitores e personagens. É tal proximidade ao leitor – é tal vivificação do nosso sentimento a partir das peripécias pelas quais passam as personagens – que o Jornalismo Literário almeja (BORGES e FELÍCIO, 2019). Daí sua apropriação das técnicas românicas. Também é válido ressaltar que este jornalismo romancizado é um método de escrita extremamente salutar para, por um lado, singularizar os objetos à maneira da arte, mostrando-os como visão; e, por outro, provocar em nós o arrebatamento que caracteriza o fenômeno comunicacional.

E por que as matérias jornalísticas romancizadas são tão adequadas a isso? Porque só é possível que retiremos as coisas do “automatismo perceptivo” se, por alguma vez, elas já tiverem sido vistas de forma próxima e rotineira. Os procedimentos românicos (também usados em contos e em reportagens literárias) são, então, ideais para tal desautomatização porque eles provocam o seguinte paradoxo: eles “aproximam e trivializam”, rompendo o rigor formal do distanciamento de gêneros com ossaturas enrijecidas; e depois nos lançam ao choque, ao estranhamento, à distância com relação ao automatismo trivial, uma vez que percebemos o incognoscível no meio da vida, no meio do dia, em um reles transporte coletivo em plena tarde, como ocorre, por exemplo, à personagem Ana, no conto Amor, de Clarice Lispector.

Para ficar evidente um exemplo de estratégia romântica utilizada tanto por escritores de ficção como por repórteres, saltemos brevemente a um trecho deste conto clariceano. A personagem se depara com um cego mascando goma, quando volta das compras em um bonde, no comezinho da rotina. Ao vê-lo “mascando chicles”, percebe-o de fato:

A diferença entre ele e os outros é que ele estava realmente parado. [...] O que havia mais que fizesse Ana se aprumar em desconfiança? [...] Ana ainda teve tempo de pensar por um segundo que os irmãos viriam jantar – o coração batia-lhe violento, espacado. Inclinada, olhava o cego profundamente, como se olha o que não nos vê. Ele mastigava goma na escuridão. Sem sofrimento, com os olhos abertos. O movimento da mastigação fazia-o parecer sorrir e de repente deixar de sorrir, sorrir e deixar de sorrir – como se ele a tivesse insultado, Ana olhava-o. E quem a visse teria a impressão de uma mulher com ódio. Mas continuava a olhá-lo, cada vez mais inclinada – o bonde deu uma arrancada súbita jogando-a desprevenida para trás, o pesado saco de tricô despencou-se do colo, ruiu no chão – Ana deu um grito, o condutor deu ordem de parada antes de saber do que se tratava – o bonde estacou, os passageiros olharam assustados (LISPECTOR, p. 147-148, 2016).

Percebiam: no trecho acima o cego é uma visão, não é visto com inconsciência, como um simples reconhecimento, para retomar aqui as palavras de Chklovski. E essa visão – este cego singularizado – é a peripécia⁴ que lançará a personagem ao mundo da comunicabilidade: da transformação de si mesma.

Ana, afinal, “sempre tivera a necessidade de sentir a raiz firme das coisas” e isso “um lar perplexamente lhe dera”. Ela, “por caminhos tortos, viera a cair num destino de mulher, com a surpresa de nele caber como se o tivesse inventado”. Ela se casou com um “homem verdadeiro” e tivera “filhos verdadeiros”.

4 Utilizamos o termo “peripécia” no sentido clássico, referente à *Arte poética*, de Aristóteles. O grego já dizia que a peripécia é uma mudança “das ações no sentido contrário [...] e isso, repetimos, segundo a verossimilhança ou a necessidade” (ARISTÓTELES, p. 30, 1980). Adaptando suas palavras, dissemos que a peripécia é a reviravolta na história, um acontecimento que muda a ordem das coisas e que, desta feita, prende a atenção do leitor para um desfecho mais surpreendente ou para uma narrativa mais conflituosa.

Ela aos poucos descobria “que também sem felicidade se vivia”, uma vez que, “abolindo-a, encontrara uma legião de pessoas, antes invisíveis, que viviam como quem trabalha – com persistência, continuidade, alegria”. (LISPECTOR, 2016, p. 146).

A partir do cego, esta mulher – tão estabilizada nos padrões de feminilidade orientados pelo casamento – é vista pelos leitores depois do grito; depois da parada súbita da condução (condução do dia?); depois de um homem na escuridão fazê-la olhar pra si (a que escuridão seu rosto feminino também respondia?); depois de parecer insultada e desestabilizada por esse homem que a invade “sem mais nem menos”; depois da primeira tentativa de odiar (ela, que havia sido feita para o amor, como sugere o título do conto). Vê-se uma mulher que perde o ponto da parada do bonde e que “parecia ter saltado no meio da noite”. Vê-se uma mulher que vai rever – em atitude rara e difícil – sua vida infeliz e automática a partir da comunicação estabelecida com um cego.

Tais efeitos de singularização e de comunicabilidade – a comunicação se dá nos leitores a partir do contato, através da impalavrável dor de Ana, com a própria dor silenciosa – advêm, aqui, de uma estratégia romanesca muito bem utilizada no texto clariceano: o trabalho com a descrição espacial. E, se retomo aqui esse exemplo oriundo do texto ficcional, é só porque, em termos de procedimentos narrativos, o Jornalismo Literário também usará esta estratégia da descrição do espaço. Como pondera Chklovski, a singularização é garantida quando o escritor “não chama o objeto por seu nome, mas o descreve como se o visse pela primeira vez”, tratando cada incidente como se acontecesse de forma inédita e pontual.

Exatamente assim fez Clarice Lispector ao descrever, minimamente, uma espécie de “sorriso de deboche” no ato de mascar – parece-nos, enfim, que o cego está acuradamente

diante de nós, os leitores. E justamente assim farão jornalistas literários como Audálio Dantas – o que será visto adiante.

Vale por fim dizer, à esteira de Bakhtin, que tanto o romance como o jornalismo literário romancizado estão na zona de contato vivo com o presente inacabado de suas épocas (BAKHTIN, 2010, p. 400 e p. 422). Ora, como vimos por esse simples excerto, são gêneros que se baseiam em incidentes contemporâneos, não em enredos tradicionais. Eles adoram se renovar com o plurilinguismo extraliterário, ou seja, eles gostam, para além da forma acabada, de se “dialogizar” pelas cenas comuns. Eles são penetrados pelo riso, pelo humor; podem ser penetrados pela confissão íntima, pelo “grito da alma”, pela vida corrente (BAKHTIN, 2010, p. 400 e p. 422).

Chegar à zona da “atualidade inacabada” significa mostrá-la aos olhos-leitores como se as histórias estivessem se desenrolando à nossa frente no exato momento em que as lemos. Para fazer isso, o repórter-autor vai à cata da realidade – ele vê e, a partir dessa sua experiência individual, é certo que baseada em compromissos coletivos como o interesse público, deve escrever o “visto”. Por isso, mais do que em um lead pré-formatado, nestas reportagens se escreve a partir de uma visão que se quer comunicante, no sentido de Ciro Marcondes Filho.

Isso porque os personagens, “fixados” com riqueza psicológica a partir do olhar do jornalista, se transformam em nosso alter. Transformam-se no não eu, no estranho que nos motiva porque traz a nós, leitores, a possibilidade de “desentranhar” a realidade à nossa volta. E de refletir sobre nós mesmos. É o que faz Clarice Lispector, com sua Ana. É o que Audálio Dantas faz, magistralmente, na reportagem *O circo do desespero*, publicada no ano de 1963.

2.1 A Comunicação a partir dos procedimentos narrativos em Audálio Dantas

Era carnaval de 1963. Mês de março. Àquela época, a propaganda e os noticiários de TV anunciam um “concurso de resistência carnavalesca” – uma competição de dança na qual os competidores tinham de dançar conforme a música: se fosse um frevo, aceleravam o passo; se fosse um samba melodioso e lento, os pés deviam se por em ritmo vagaroso. O concurso – já tradicionalmente veiculado na mídia – começava no sábado e terminava na terça-feira de carnaval. Era promovido pela TV Record e patrocinado por uma empresa de produtos de limpeza. Por olhos automatizados, visto apenas como mais um show televisivo dentre tantos, se acompanhado pelas telas; ou como um simples e divertido espetáculo circense, se acompanhado das arquibancadas do Ginásio do Ibirapuera, em São Paulo.

Todavia, pelas retinas de Audálio Dantas, então repórter da Revista O cruzeiro, o evento era observado com horror. Primeiro porque o regulamento da prova era um crime à saúde física e psíquica dos concorrentes – que dançaram conforme a música por exatas 70 horas em duas etapas de 36, com um intervalo de seis horas entre uma e outra, além de uma hora “brinde” de parada, que os concorrentes poderiam dividir em minutos, caso muito se cansassem (DANTAS, 2012).

Segundo porque – como Audálio descobriria pela apuração – havia uma realidade de fome dos participantes. Eles dançavam, afinal, para conseguirem, com o prêmio, comprar um fogão, quitar dívidas, arranjar comida ante o desemprego, visitar parentes não vistos há décadas, operar as “vistas do menino”.

“O meu desafio era acompanhar aquela dança de afluxos” (DANTAS, 2012, p. 31), ponderou Dantas no livro *Tempo de reportagem, coletânea* que traz os seus melhores trabalhos em Jornalismo Literário

acrescidos de comentários do próprio repórter. Para transudar o seu horror ao texto, em atitude sensível que nos faz refletir – completamente oposta a um mero “ato chocante sensacionalista” –, o jornalista decide, então, acompanhar a maratona pelo tempo que aguentasse, sem dormir, varando madrugadas, enfim derrotado pelo “sono e pela náusea”. (DANTAS, 2012, p. 32)

Assim, talvez ele pudesse se aproximar, minimamente, do que sentiam os concorrentes. Ao final deste trabalho, o leitor recebe um texto que lhe arranca lágrimas,⁵ lido com sofrer-guidão, interminável como parece ser interminável aquele circo do desespero. Angustiante. Abafado. Dolorido.

Para se conseguir tais efeitos, o jornalista-escritor trabalhou com alguns métodos de singularização de que fala Chklovski (1976), como a descrição do objeto como se se tratasse de uma visão única, inédita e inteiramente não repetível. Trabalhou também com os métodos de que fala Marcuse (2000): tais como a recuperação da potência estética do silêncio, que gera a quebra do que nos é familiar. Ademais, lançou-se aos recursos de que fala Tom Wolfe (2005): a construção de cenas a partir de detalhes simbólicos que expressam o status de vida da pessoa retratada. Esses três procedimentos narrativos serão detalhados logo mais.

Antes, vale dizer que todos eles são os métodos para se chegar ao comunicacional nesta reportagem – texto que é

5 Consta no comentário desta matéria, contido no livro *Tempo de Reportagem*, a seguinte curiosidade: ao terminar a leitura do texto, o diretor de Redação, Odylo Costa, escritor e jornalista experimentado – um dos responsáveis pela reforma editorial do *Jornal do Brasil* nos anos de 1950 – colocou-se às lágrimas. Vai dizer Dantas: “se ele tinha se emocionado tanto, imaginei o que poderiam sentir milhares de leitores da revista. Eu não pretendia, com aquele texto – nem com nenhum outro que tinha escrito até então – fazer ninguém chorar. Mas considerei que aquele era o jeito certo de se contar uma história” (DANTAS, 2012, p. 33).

objeto jornalístico, mas que também é objeto artístico-comunicacional ao nos provocar, nos dizeres de Marcondes Filho (2013), a uma “virada qualitativa” a partir de uma emoção que nos impacta, que cria sentido (uma nova memória) e que reorganiza, num só golpe, nossas vivências emocionais.

Importante observar ainda que o método para se chegar a esta “qualidade comunicativa” é o de investigar – destrinchando a estética textual – como o “produto cultural nos atinge”, “como a coisa repercute em nós”, “o que sofremos com ela”, “as alterações que vivenciamos” (MARCONDÉS FILHO, 2013, p. 58).

Esse caminho metodológico almeja um “relato metapórico” que, nos dizeres de Marcondes Filho (2013, p. 58), consiste em seguir o caminho do objeto, vivendo o próprio acontecimento comunicacional enquanto se pesquisa; isto é: olhando para a nossa própria emoção, quando lemos a matéria de Audálio Dantas, para, a partir dela, destrinchar os eventos comunicativos de grande impacto, descrevendo-os em seus pormenores.

Assim, nesta tentativa narrativa do metáporo, vamos a alguns trechos de *O circo do desespero*:

Agora (19 horas) há grande agitação no tablado por causa do frevo “Vassourinha”. Até que o volume da música abaixa, e ouve-se a voz do locutor: “Atenção, atenção! Concorrentes 193 e 213 desclassificados!” E logo a seguir: “Atenção, 33, atenção, 33, advertido!” O 33 (na maratona os homens são números que dançam) toma um susto, estremece em ritmo de frevo e pula como um desesperado. [...] há expressões dolorosas, como a do negro 238, que cochila em ritmo de frevo, em sua camisa listrada. E o 1 – o que primeiro se inscreveu –, de olhos fixos em nada, dança de lado, como caranguejo. (DANTAS, 2012, p. 34-36)

Percebe-se que Audálio, ao não nominar os candidatos, ao impessoalizá-los em números e em tonalidades de pele – “a branca 56”, “a negra 51”, “o 162, um amarelo”, “o 91, um mulato baixo entroncado” –, registra, à maneira do ensinado pelo também repórter literário Tom Wolfe, “os detalhes simbólicos do dia-a-dia que existem dentro de uma cena” (WOLFE, 2005, p. 55). São detalhes referentes ao status de vida, como nomina Wolfe, que constituem um recurso necessário para dar um “clima” de autópsia social, sendo muito mais eficientes do que simplesmente dizer os nomes e os sobrenomes, seguidos das respectivas idades (tal como correntemente ocorre no jornalismo tradicional).

Tal estratégia narrativa de despersonalização faz com que nós, leitores, enfim percebamos quais são as “posições no mundo” (WOLFE, 2005, p. 55) das personagens da matéria: elas vivem em um sistema que as cataloga, retirando delas – em nome do prêmio, em nome da grana, em nome do esforço – suas subjetividades. Desta feita, ao singularizar esta realidade, mostrando-nos a “opressão do catálogo de sofrimentos”, o jornalista parece provocar seus leitores a estranharem a tristemente cruel espetacularização da dor, tão própria ao sistema midiático capitalista.

Às vezes, no texto do repórter, há frases curiosas e tristemente poéticas – pois carregam uma economia imagética que vale por mil palavras: “O 232 tem um sonho: Terminar de construir um barraco no Jardim da Saúde. Cai [durante o intervalo entre uma dança e outra] num pedaço de colchão e dorme”. Ora, parece paradoxal e inverídico um número sonhar. Afinal, números não sonham! Depois deste primeiro desconforto, o leitor vê que a dureza da realidade – “um pedaço de colchão”, alguém que nele cai, despenca – não condiz com os planos vindouros do dançarino.

Em *O circo do desespero*, a descrição dos objetos-humanos é tão pormenorizada – há uma narração que anota segundo por segundo aquela competição – que o tempo da narrativa se torna, de maneira aflitiva e agônica, tão lento como o concurso de dança que a reportagem mimetiza. Como teoriza Chklovski: o artista deve, pois, aumentar a duração da percepção. Já Bergson (*apud* MARCONDES FILHO, 2013, p. 61) diz de uma “hierarquia de ritmos e tensões, cujo transcorrer é marcado por continuidade, indivisibilidade e mudança, até atingir o ápice, a realização”.

É exatamente isso que faz Dantas: parece que acompanhamos os movimentos no tablado no correr real daquelas setenta horas de opressão. O repórter registra as marcações: “4h55 – sai o número 1”, “5h20, o 234 chega ao vestiário, mais amarelo ainda”, “6 horas – apenas umas 10 pessoas (dormindo) na arquibancada” (DANTAS, 2012, p. 40-41). O ápice é a queda; é a absoluta penúria ao fim do concurso; é o dinheiro que foi ganho por 18 pessoas sobreviventes, mas à custa de tanto sofrimento – de um pavor de morte! – que apenas nos resta uma mudez ante a brutalidade do sistema.

Vale ressaltar que não vemos os competidores a partir do olhar da plateia que, das arquibancadas, dá “contribuições financeiras” para que os dançarinos não desistam; público que ri e se diverte – “comprando” as pessoas para burguesamente se entreterem, mais e mais. Vemo-los a partir da descrição dos pés “de uma negrinha que dorme”:

A 57, que fora desclassificada à meia-noite, acorda, esfrega os olhos e vai contando: “me deu aquela coisa, escureceu tudo, e eu caí. Agora estou boa. Acho que vão me deixar voltar. Tava quase no fim, não tava? E volta a dormir. Como dormindo está a negra 51, cuja história é contada com muito respeito pela branca 56:

- Ela tem seis netos, tem que fazer comida pra eles, mas não tem fogão. Ela quer comprar um fogão pra fazer comida pros netos dela. Deus ajude ela.

Isso dito, faz-se silêncio no vestiário. Restam apenas os movimentos dos pés de uma negrinha que dorme. Talvez sonhando com um frevo! (DANTAS, 2012, p. 39)

Vemo-los a partir da música surda, da arte musical desprovida de fruição, da canção instrumentalizada, do samba-tortura, do endoidecimento:

O 32 (tricampeão) quer o dinheiro do prêmio para poder pagar uma passagem até Garanhuns (Pernambuco) e ver a família. Respira fundo, faz massagens nos pés e comenta: “Tá muito difícil este ano. Tem muito frevo. Duas marchinhas, um sambinha, e tome frevo em nós! Sorte que já tem experiência, sabe reservar energia para os frevos. Um se queixa que as músicas ficam martelando nos ouvidos, e sua voz de concorrente experiente sentencia: “o negócio é a gente não prestar atenção em música nenhuma. A gente mistura tudo, sem separar nenhuma. Senão, fica doido!” [...] O 91, mulato baixo entroncado, ouve a história do 87 e diz que seu caso é muito importante, também: botou um botequim a funcionar na Vila Moraes, vendeu fiado, não pagaram. Agora está “assim de dívida” que precisa pagar. “Por isso estou aqui arriscando a minha vida.” Por que arriscando a vida? Explica que já participou de outros concursos e viu “muito negro sair carregado pra ambulância”. E, da outra vez que concorreu, até ficou com medo de endoidar. Diz que a música “ficou pra mais de um mês” na cabeça: “A gente fica distraído um pouquinho, começa a ouvir a música, que não para mais” (DANTAS, 2012, p. 37-38).

É uma música que deve ser silenciada, batuque paradoxalmente escutado “no mudo”. No cansaço do vestiário, há ainda o silêncio daqueles pés que se movimentam em sono agônico. Vale ponderar que Marcuse (2000, p. 264) diz que a arte depende também da potência estética do silêncio, essencial – ao ser captado pelo artista – para a quebra da linguagem familiar. Ademais, vemos os concorrentes pelas quedas, à maneira de Cristo em sua Via Dolorosa:

18h55 – o 70 (o que perdeu a roupa) está mais curvado ainda. Não dança, arrasta-se. Há grande tolerância da direção do concurso, já que tudo está para terminar. Às 19h, o 70 quer parar. A voz do locutor: “O candidato 70 está querendo desistir; nós queremos que ele continue. Aplausos para ele”. O público aplaude muito, o 70 continua a se arrastar, olhos parados, pernas a se dobrarem. Alguém lhe oferece 500 cruzeiros, ele nem agradece. Um dos fiscais segue seus passos. O 70 anda pelo tablado com as mãos cruzadas sobre o peito, a dor estampada no rosto magro. Mas anda, como um Cristo mulato.

19h12 – o 70 cai pela primeira vez

19h20 – O 70 volta ao tablado, carregado por um fiscal e uma enfermeira. Continua a andar, agora seguido de perto por dois fiscais. Levam-no para o médico, trazem-no de volta. Continua a paixão do 70. É preciso continuar, para não perder o prêmio faltando tão pouco tempo.

19h44 – O 70 cai pela terceira vez. [...] Então, sai definitivamente. A direção resolve classificá-lo, como ao 28. O público, comovido, aplaude demoradamente. Pena que o 70 não ouça os aplausos! (DANTAS, 2012, p. 42)

Tal personagem, à diferença do enviado cristão, é retratado como um deus impotente – homem incansável que cambaleia,

mas não desiste. Ele ainda não alcançará o reino dos céus. Ele apenas sabe que, em vida, tem de dançar conforme a música. E nós, leitores, experimentamos o arrebatamento estético: esses instantes de queda constituem-se, na narrativa, o momento de clímax no qual ocorre, em nós, a virada qualitativa de espanto maior. É o ponto alto de comunicabilidade da obra. Entretanto, o valor narrativo dessa passagem – momento que nos toma a um “só golpe” – decorre da densidade lenta e sucessiva da anotação temporal presente em todo o texto. Tem-se neste paradoxo, nos dizeres de Ciro Marcondes Filho, as

duas formas de temporalidade metapórica: uma emoção instantânea que impacta, cria sentido e reorganiza a vivência que segue; e uma emoção diferida, retardada, que vem após a insistência de provocações e bombardeamentos (MARCONDÉS FILHO, 2013, p. 62)

Está aí, pois, explicitada a motivação maior deste artigo: a de demonstrar que as estratégias narrativas do Jornalismo Literário são metodologicamente essenciais para garantir a esta prática jornalística a comunicabilidade transformativa de que fala Marcondes Filho.

3. Costuras epistemológicas finais: afinal, onde há comunicação e onde não há?

Vimos, na linha costurada por Ciro Marcondes Filho e por autores da Teoria da Literatura, que, pelo fenômeno estético, o jornalismo literário é amplamente mais comunicacional do que o jornalismo diário de fatos e dados. Quanto a este, o pesquisador Luiz Signates, em artigo intitulado *O jornalismo como dispositivo comunicacional*, tenta localizar sua comunicabilidade. Para o autor, a ideia de “verdade”, tão cara ao jornalismo, é articulada ao discurso, ou seja, a um “processo de circulação

de ‘verdades’ nas quais a hegemonia decorre de consensos estabelecidos” (SIGNATES, 2016). Isso significa que o “verdadeiro” jamais decorrerá de uma exata correspondência da palavra aos fatos do mundo, mas decorrerá de uma construção “aferível apenas intersubjetivamente” (SIGNATES, 2016).

Dessa forma, temos que a verdade jornalística advém “de seu caráter especificamente comunicacional”, pois é pela comunicação que se promovem convencimentos e se realizam os “efeitos de verdade” no processo de circulação (SIGNATES, 2016). É nesse sentido que Signates (2016), recorrendo a Braga, afirma que os indivíduos, quando se deparam com produtos jornalísticos, acionam o dispositivo comunicacional de um modo que vai muito além da simples constituição escrita e decifração formal da notícia; vai também além das meras relações trabalhistas e políticas da indústria de mídia, condicionantes das pautas e de suas possibilidades de execução. É por isso, vai dizer o autor, que tanto os estudos linguísticos como a Sociologia do Trabalho, embora úteis, não conseguem dar conta de toda a complexidade do fenômeno comunicativo no Jornalismo.

Parece-nos assim, à esteira do que diz este pesquisador, que a especificidade comunicacional do jornalismo se caracteriza, sobretudo, por sua força intersubjetiva constituída pelas “diferentes situações de leitura e de reação à notícia em circulação”, com vistas ao consenso que garantirá os efeitos de verdade. Daí cabe perguntar: ora, se já há este sentido no jornalismo de fatos e dados, o que dizer quando, à prática jornalística, se atrela a literariedade? O que dizer quando uma reportagem literária passa por esta mesma circulação comunicacional – intersubjetiva – e ainda, em uma soma vindoura, acrescenta ao jornalismo o viés transformativo da arte?

É aí que se situa a nossa aposta: o jornalismo literário (J.L) é amplamente mais comunicacional do que o jornalismo diário e noticioso, isso porque sua comunicabilidade é perene, é avessa à descartabilidade e à trivialidade instrumentalizante. Afinal, o J.L instaura um evento comunicativo pelo qual o participante de seu jogo linguístico sai de cena modificado – altera-se e se recria sem, no entanto, nos dizeres nietzschianos de Camille Paglia (1992), configurar um mundo apolíneo, belo, organizado.

Ao contrário, o leitor em J.L busca, assim como na arte, um texto que traduzirá o ctônico, o desordenado (PAGLIA, 1992). Ele quer chegar a modos de representar, e modos de ler, que não queiram ordenar a “realidade” em algo palatável e rapidamente deglutiável, para consumo imediato, mas que queiram fazer da leitura algo que traga uma experiência modificadora do ser.

O ser que lê é assim capaz de provar em si próprio, como no caso de Audálio Dantas, a queda do corpo, o desespero de precisar – em regime de urgência – ganhar algo e a raiva daqueles que exploram e dão dinheiro à custa da dor. Dessa forma, esse indivíduo, em vez de hostilizar a penúria do outro, poderá desnudar o que ele próprio carrega de penoso e dolorido. Afinal, o leitor de o Circo do desespero parece silenciosamente se perguntar: quantas vezes eu também, ao dar audiência a quadros televisivos que exploram a miséria a troco de prêmios, indiretamente financiei esta “música dos aflitos”?

Assim, o especificamente comunicacional, neste caso, faz-se deste incognoscível silêncio, oriundo do obscurecimento (expressão de Chklovski e Marcuse) das formas que nos são familiares – do capitalismo que tudo transforma em espetáculo e que ganha dinheiro com a angústia alheia. Pela duração da percepção do ato dos dançarinos, com suas caretas de agonia

singularizadas e com a despersonalização usada para retratá-los, passamos a estranhar este sistema no qual vivemos.

As personagens são nosso alter, nosso desconhecido: sequer vivemos a dor delas; não sabemos o que é “não ter um fogão para cozinhar”; não precisamos construir um barraco; talvez mesmo nossas quedas no espetáculo capitalista sejam menos crueis. Mas, mesmo sem capturá-las por inteiro, elas nos emitem sinais que nos fazem ver o nosso entorno com estranheza. E o tom é de consternação.

Destrinchada assim, definimos a comunicação – em qualquer uma de suas aparições – como esta circulação dinâmica de sentidos que se dá no entre, circulação jamais capturada (enrijecê-la numa espécie de “clique fotográfico” é perdê-la) e que gera uma transformação em nós; uma mudança de qualidade que depende, pois, de uma busca e de uma incompletude constantes. Circulação de sentidos no entre; impacto no sujeito comunicante; e incompletude através da busca por alter: são, pois, os traços essenciais para qualquer definição comunicacional.

Todavia, faz-se necessário um tensionamento epistemológico final, porque aqui não queremos ser totalizantes em demasia, deixando de considerar todas as variáveis que interferem no processo. Embora a literariedade libere o jornalismo literário do simples acréscimo de dados, trata-se ainda de um tipo de texto veiculado por corporações midiáticas repletas de interesses particulares.

Nos dizeres de Luiz Signates (2018), são instituições que agem, num sentido habermasiano, orientadas no âmbito das ações estratégicas e instrumentais, operando um caráter sistêmico que escapa à relação de comunicação com suas audiências, mas que valoriza, ao contrário, os “agentes que agem indiretamente sobre os sistemas institucionais, como os

anunciantes e, não raro, as instituições de poder, sobretudo o Estado” (SIGNATES, 2018, p. 34).

Signates explica ainda que o “desentranhamento da comunicação dos processos interpessoais e a sua consequente institucionalização sistêmica” fizeram com que o ato de comunicar da mídia – assim colonizado – perdesse seus sentidos especificamente comunicacionais. Tomando emprestadas expressões da filosofia de Habermas (2012), temos que o “mundo da vida” – donde se acha, a partir de trocas simbólicas, o “agir comunicacional” nas dimensões da cultura, da sociedade e da personalidade – é constantemente colonizado pelo sistema, isto é, pelo poder do dinheiro e do Estado. Desta feita, a comunicação deixa de antever solidariedade, deixa de visar o consenso, transformando-se em puro jogo estratégico, instrumentalizada para fins de controle.

A despeito disso, faz-se necessário ponderar: através mesmo do tensionamento advindo da ação finalística do Estado e do Mercado – esferas que plasmam o mundo da vida – há brechas e possibilidades de “re-existências” comunicativas. Signates vai dizer:

Esse caráter sistêmico das instituições midiáticas torna pertinente a questão sobre o que há de especificamente comunicacional nessas organizações. Este trabalho parte do princípio de que nem sempre as mídias são meios de comunicação ou funcionam como tal. Entretanto, o aspecto comunicacional delas exsurge exatamente quando assim funcionam. É o silenciamento midiático do que lhe é próprio, para dar lugar à expressão do outro social, quem quer que ele seja, o que constitui o especificamente comunicacional da mídia. Essa posição talvez expresse um axioma: para que a mídia se comunique, é preciso *falar em silêncio*. Por silenciamento não se quer dizer fazer silêncio num sentido

literal e, sim, silenciar-se para conceder a atuação própria simplesmente como “médium”. O ato de “dar lugar” ou “deixar falar o outro” é uma condição especificamente comunicacional, nesse sentido (SIGNATES, 2018 p. 32-33).

Vê-se assim que a alteridade, também na definição de Luiz Signates, faz-se essencial ao ato de comunicar. Por último, considera-se que o Jornalismo Literário – pelo menos aquele que opera o trabalho estético à maneira do exemplificado aqui – potencializa exatamente esses momentos nos quais a mídia se cala, em seus interesses privados e estratégicos, para fazer vir à tona a outridade.

Deparar-se, portanto, com os textos de Audálio Dantas – com sua acurácia jornalística e com o seu arrebatamento estético – é passar por seus recursos linguísticos, por suas figuras de retórica, por suas descrições imagéticas, pelo ritmo palavrado. Mas nada disso importa enquanto estrutura ou forma textual. Numa obra interessa o além da linguagem: interessa aquilo que ela faz brotar no leitor. A inefável sensação. Aí sim podemos dizer: “de fato, nós nos comunicamos”.

Referências

- ARISTÓTELES. HORÁCIO. LONGINO. **A poética clássica**. Trad. Jaime Bruna. São Paulo: Cultrix, 1980.
- BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética – A teoria do romance**. 6. ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2010.
- BENJAMIM, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 197-221.
- BORGES, Luana Silva. FELÍCIO, Goiamérico. **A forma-romance: cenário no jornalismo literário na WEB**.

Intercom Regional Centro-Oeste. No prelo. Ano provável de publicação: 2019.

CHKLOVSKI, Vitor. A arte como procedimento. In: **Teoria da Literatura** – formalistas russos. Porto Alegre, RS. Editora Globo, 1976.

DANTAS, Audálio. **Tempo de reportagem** – histórias que marcaram época no jornalismo brasileiro. São Paulo, SP. Editora Leya, 2012.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

LISPECTOR, Clarice. **A paixão segundo GH**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

LISPECTOR, Clarice. **Todos os contos**. Rio de Janeiro: Rocco, 2016.

MEDINA, Cremilda. **Entrevista: o diálogo possível**. São Paulo: Editora Ática, 2000.

MEYERHOFF, Hans. **O tempo na literatura**. Trad. Myriam Campello. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1976.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O rosto e a máquina**: o fenômeno da comunicação visto pelos ângulos humano, medial e tecnológico. Nova Teoria da Comunicação. v. 1. São Paulo, SP: Paulus, 2013.

MARCUSE, Hebert. A arte na sociedade unidimensional. In: LIMA, Luiz Costa (org.). **Teoria da cultura de massa**. 6^aed. São Paulo, SP: Editora Paz e Terra, 2000.

SIGNATES, Luiz. **A comunicação entre o dogma e a conversão**: o especificamente comunicacional na religiosidade contemporânea. Revista Estudos da Religião, v. 32, n. 3, p. 27-49, set-dez 2018.

SIGNATES, Luiz. O jornalismo como dispositivo comunicacional. In: FARIA, Salvio. MORAES, Angela. MAIA, Juarez. **Estudos Contemporâneos em Jornalismo – Coletânea 4**. Goiânia, Goiás: Editora Gráfica UFG, 2016.

PAGLIA, Camille. **Personas sexuais**: arte e decadência de Nefertite a Emily Dickinson. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. **Mutações da literatura no século XXI**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

WOLFE, Tom. **Radical Chique e o Novo Jornalismo**. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2005.

PARTE V

DEBATES METATEÓRICOS EM PRODUÇÃO AUDIOVISUAL

Indústria criativa e os discursos engajados em prol de causas sociais: o que há de comunicacional na produção audiovisual *Aruanas, da Rede Globo*

Luciana Ferreira Serenini Prado

O tema deste artigo é fruto de uma pesquisa que busca, a partir de um olhar de aprofundamento sobre inquietações teóricas teorizar e suscitar uma investigação sobre como as temáticas ligadas a causas sociais e sustentabilidade encontram lugar na comunicação ligada às empresas da economia criativa e nas mídias em tempos de uma sociedade e um mundo de diferença. Mundo este que vivencia uma sociedade contemporânea fortemente conectada pelas tecnologias da comunicação, mas onde percebe-se, no campo das ciências sociais, principalmente, um local secundário no estudo dos conceitos de comunicação.

Discutir a centralidade da comunicação nos processos sociais tem sido um esforço no cenário de seus estudos há mais de 10 anos, quando muito tem sido feito pelas contribuições

dos pesquisadores da COMPÓS,¹ da Associação Ibero-Americana de Comunicação, da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, entre outras instituições espalhadas pelo Brasil e com interlocuções em outros países.

Considera-se o mundo contemporâneo marcado pelo acirramento da compreensão dos sujeitos, das identidades, das diferenças e dos locais de cultura em constante negociação. No que concerne aos estudos da comunicação, o que nos desafia ao procurar relacionar o comunicacional dentro das teorias que procuram explicar e entender fenômenos complexos na sociedade, é importante neste início de estudo situar qual o conceito de comunicação pode ser adotado para que a ideia de uma possível produção de discursos de um setor específico de produção e consumo (como o da economia criativa e suas manifestações e práticas) possa ser empiricamente analisado com relevância, em busca de reconhecer o que existe de objetivamente comunicacional neste cenário de trocas simbólicas.

Tal percurso será permeado pelo pensamento de três autores aqui nominados: Habermas,² e mais os professores e

1 Compós - Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação - foi fundada em 16 junho de 1991 com diversos grupos de estudos. É uma sociedade civil, sem fins lucrativos, congregando como associados os Programas de Pós-Graduação em Comunicação em nível de Mestrado e/ou Doutorado de instituições de ensino superior públicas e privadas no Brasil. – O GT específico sobre epistemologia da comunicação, resumidamente, é voltado para o estudo da comunicação enquanto área de conhecimento e pesquisa, buscando características de seu objeto e perspectivas para a investigação, com atenção para o lugar desse conhecimento no quadro das disciplinas sociais. Acolhe pesquisas nas distintas correntes teóricas em circulação para refletir sobre as propostas epistemológicas e metodológicas na área. Interessa ao GT o estudo dos diferentes regimes de interação, como fatores comunicacionais que caracterizam a experiência sociocultural e seus processos de construção do tecido social.

2 Aqui acionado de acordo com os estudos do livro Teoria do agir comunicativo - vol. 2: Sobre a crítica da razão funcionalista (entre outros artigos e livros vide a bibliografia).

pesquisadores José Luiz Braga³ e Luiz Signates,⁴ no sentido de estabelecer proximidades e afastamentos sobre os conceitos do comunicacional nas pesquisas e o balizamento do tema junto ao objeto de estudo desta futura tese sobre a comunicação e os discursos da empresas da indústria criativa.

Adotar tais autores como contributo para diálogo e interlocução faz, a nosso ver, todo sentido dentro do contexto de que, haja vista compreendermos que as disputas em torno do cenário cultural e humano se complexificam no atual sistema político, econômico e social globalizado, em que se acentuam as produções de diferenças, as lutas por alteridade e as subjetividades. Trata-se de um terreno onde não se é permitido fugir às dimensões controversas da produção de narrativas midiáticas que fazem parte da cultura contemporânea. Mais que isso: perfazem a formação de identidades e subjetividades, transformam, constituem mudanças profundas nas formas dos indivíduos se relacionarem, consumirem e produzirem durante a vida.

Estamos, portanto, todos nós, dentro deste cenário massivamente marcado pelas relações e mediações comunicacionais em que os sujeitos não são centrados, as identidades e as diferenças não são naturais nem essenciais, já que produzidas social e culturalmente, atravessadas pelas relações de poder. Isto é, as identidades e as diferenças são permanentemente negociadas.

3 Professor Titular e pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Unisinos (RS) desde 1999, tendo coordenado o Programa de 2002 a 2004. É Pesquisador 1A do CNPq. Presidente do GT de epistemologia da comunicação da Compós, autor de diversos livros na área.

4 Luiz Signates é professor da Universidade Federal de Goiás, junto ao Mestrado/Doutorado em Comunicação. Pós-Doutor em Epistemologia da Comunicação (Unisinos), coordenador do GT de epistemologia da Comunicação da Compós.

Trata-se de uma manifestação da comunicação midiática que envolve desde a publicidade tradicional,⁵ com suas marcas/empresas mergulhadas em um ambiente de convergência midiática, como assazmente abordado por Jenkins (2006), que culmina por ampliar as estruturas narrativas de cada informação veiculada, até os produtos das narrativas de entretenimento,⁶ onde temos uma presença cada dia maior das discursividades que englobam e manifestam temáticas de representação da diferença, da subjetividade e dos desafios presentes na disseminação da sustentabilidade e das lutas por causas sociais, cada vez mais presentes na mídia.

Esta inquietação e os questionamentos sobre como e por que tal incremento de presença destes discursos na comunicação das marcas/empresas dos mais diversos segmentos desnudam o interesse desta pesquisa e seu foco prioritário no nicho de corporações reconhecidamente configuradas sob a denominação de pertencentes ao campo da economia cria-

5 Aqui compreendida pelos anúncios publicitários de comunicação mercadológica nas diversas mídias, nos esforços de comunicação corporativa ou institucional e nas relações de gestão da imagem com meios de imprensa.

6 Aqui compreendidos como produtos de consumo cultural imaterial fonte das indústrias do entretenimento e audiovisual como cinema, telenovela, games, fotografia, design entre outros.

tiva.⁷ Isto passa, sem o menor lume de dúvida, pelas disputas de poder presentes em pelo menos três esferas: no campo da cultura do consumo, nas formas de organização de poder nesta nossa sociedade líquida⁸ e na luta do mercado para acessar os desejos e gostos dos indivíduos, acessando as suas subjetividades.

Como tentativa de articular trechos das hipóteses e questões levantadas pelo objetivo de constatação desta pesquisa sobre o comunicacional e sua episteme, será utilizada como fonte de análise empírica o poder de articulação das seguintes premissas: cultura do consumo, poder na sociedade líquida e produção de subjetividades nas narrativas da indústria criativa. Para tanto, optou-se pelo recorte de análise, o lançamento, em julho de 2019, da série ‘Aruanas’, da Rede Globo de Televisão. Reitere-se que, ao observar tais fenômenos sob a ótica da comunicação e consumo, assumiu-se a compreensão do olhar e reflexões presentes nos autores⁹ da peça ficcional,

7 Empresas da economia Criativa: Novos tempos de mídias que também veem nascer novos modelos de negócios e novos hábitos de consumo e de comportamento de consumidores, principalmente diante do ambiente digital e das formas de se relacionar e consumir infoentretenimento ou exercer uma atitude social e política neste ambiente. Neste contexto, se vê surgir no final do século XX, na Europa e depois em diversas áreas do mundo, Brasil inclusive, falas de líderes econômicos, políticos, investidores de pequeno e médio portes sobre a chamada Economia Criativa. A partir do conceito do inglês John Howkins (2001), Economia Criativa é uma ampla área que engloba diversos ramos de atividade, tais como moda, design, publicidade, mídias e biotecnologia, entre tantas outras, e que tem como principal insumo a inovação e a criatividade, que por meio de uma cadeia produtiva baseada no conhecimento é capaz de produzir riqueza, gerar empregos e distribuir renda, tendo como principal moeda de valor a inovação e a criatividade, pautadas muitas vezes por patentes de registro de propriedade intelectual.

8 Bauman.

9 Autores estes como por exemplo: Néstor García Canclini; Mike Feathers-stone, Arjun Appadurai; Mary Duglas; Everardo Pereira Guimarães Rocha, entre outros.

que compreendem as dimensões complexas desta relação e que absorvem o reconhecimento da mídia como tendo papel de fundamental centralidade nesta relação. Dito isso, deve-se compreender também que este reconhecimento encontra-se sustentado em diversos autores que defendem a concepção de mídia ligada à sua inegável propagação social enquanto prática concreta, seja como mecanismo simbólico, seja como sistema capaz de oferecer lógicas mediadas de percepção e ação cultural. É evidente que a formação do cidadão hoje passa pela esfera da mídia. Por isso, esse estudo visa entender como a indústria criativa, aqui representada pela audiovisual,¹⁰ e o conceito de “comunicacional” dialogam.

Assim, faz-se o seguinte questionamento: o que há de comunicacional em uma narrativa audiovisual midiatisada? Inicialmente, lançaremos mão do apoio fundamental de Habermas.

Possibilidades da ação comunicativa

A teoria da ação comunicativa de Habermas tem sido, sob diferentes perspectivas, fonte inspiradora de reflexões em torno de questões dos estudos do campo da comunicação. Habermas afirma no início da Teoria da Ação Comunicativa (1992), que “[...] o tema da filosofia é a razão” (HABERMAS, 1992, p. 15). No entanto, é necessário entender que a razão humana, para Habermas, se apresenta historicamente pela linguagem, isto é, a linguagem é a manifestação histórica da razão. Desse modo, a razão é a própria linguagem. No projeto de racionalidade discutida pelo autor, o poder da razão estaria centrado na ideia da eliminação dos processos de dominação do sujeito, onde não existe espaço para a instrumentalização

10 Nas narrativas da série Aruanas lançada pela Rede Globo em junho de 2019.

da razão, mas sim uma razão comunicativa orientada para o diálogo, este a única saída para as outras razões também apresentadas por ele, a razão instrumental e estratégica. Ou seja, uma busca para o consenso.

Como se depreende, Habermas busca, a partir de um diálogo com Marx, Weber, Durkheim, Mead, Lukács, Horkheimer, Adorno, Marcuse e Parsons, pensando com eles para ir além deles, e constrói um conceito de racionalidade que encontra seus fundamentos nos processos de comunicação intersubjetiva com vistas a alcançar o entendimento. Ora, para que o entendimento funcione como mecanismo coordenador da ação, é necessário que os participantes na interação ponham-se de acordo acerca da validade que pretendem para suas emissões ou manifestações. Isto é, que reconheçam intersubjetivamente as pretensões de validade com que se apresentam diante dos outros. Essas pretensões de validade podem ser reconhecidas ou questionadas (HABERMAS, 1987).

Em continuidade ao pensamento do autor, o que caracteriza a racionalidade de uma manifestação comunicacional seria o fato de suas pretensões de validade serem suscetíveis à crítica, através de procedimentos reconhecidos intersubjetivamente. Em contrapartida, Habermas também ensina que, em um processo de comunicação mediado linguisticamente, subsistem três critérios de alcance universal pelos quais as pretensões de validade podem ser confrontadas: o primeiro deles, a veracidade da afirmação, que faz com que esta pretensão refira-se a um mundo objetivo entendido como a totalidade dos fatos cuja existência pode ser verificada; o segundo: correção normativa, segundo a qual esta pretensão refere-se a um mundo social dos atores, entendido como a totalidade das relações interpessoais que são legitimamente reguladas; o terceiro critério, por fim, a autenticidade e sinceridade, a demonstrar que esta pretensão refere-se a um mundo subjetivo, entendido como a totalidade

das experiências do locutor às quais, em cada situação, apenas ele tem acesso privilegiado (HABERMAS, 1984).

Percebe-se, portanto, que o conceito de razão comunicativa de Habermas pressupõe uma diferenciação entre os mundos objetivo, social e subjetivo. Segundo ele, seria esta diferenciação a que separa o pensamento moderno do modo de pensar mítico. No pensamento moderno as interpretações variam com relação à realidade social e natural e as crenças e valores variam em relação ao mundo objetivo e social.

O desafio destes conceitos é compreender que pensando deste modo Habermas prognostica o abandono da relação cognitiva sujeito-objeto por um procedimento cognitivo de natureza intersubjetiva, numa relação sujeito-outro sujeito que só é possível com o avanço de uma visão menos egocêntrica de mundo: uma visão mais dialógica.¹¹

Desta maneira, a diferença entre ação comunicativa e ação orientada para o sucesso (sendo a última uma visão de razão onde as lógicas instrumentais ou estratégicas representam o poder econômico, por exemplo) passa pelo abandono da relação sujeito solitário dominante e consciente frente a um objeto dominado e cognoscível, pois requer a necessidade de os atores em comunicação chegarem ao entendimento quanto a pretensões de validade criticáveis. Assim, para Habermas a demonstração real de que houve uma comunicação em determinado momento é a possibilidade de um acordo sobre algo, um consenso, por assim dizer, apoiado completamente na ética do diálogo, o respeito mútuo da intersubjetividade para a construção de uma verdade.

Assim, quando lançado o questionamento sobre objetos de estudo que apontam a centralidade da comunicação, tendo

11 Impossível não pensar em Paulo Freire ao discutir estes apontamentos sobre Habermas.

o fino olhar de Habermas como condutor, o que se tem, em verdade, é um grande como desafio, pois, na maioria das vezes percebe-se a dificuldade de fazê-lo através dos estudos de mídia, o que Signates (2018) deslinda bem ao apontar que

Hipoteticamente, uma das principais dificuldades de compor o especificamente comunicacional a partir dos estudos de mídia é essa natureza contraditória da comunicação midiática. O desentranhamento da comunicação dos processos comunicativos interpessoais e a sua consequente institucionalização sistêmica redimensionaram os sentidos da comunicação, lançando-a, de uma vez por todas, no âmbito das ações estratégicas e instrumentais. A comunicação assim colonizada perde seus sentidos especificamente comunicacionais, embora, como todo sistema, conforme Habermas, não tenha podido desenraizar-se completamente do mundo da vida, na medida em que tais instituições, mesmo estruturadas por ações performáticas, não deixa de depender da linguagem. (SIGNATES, 2018, p. 31)

Mas o próprio autor esclarece que mesmo ao pensar a mídia diante do estudo dos fenômenos, pode-se perceber que brechas dentro do sistema institucional podem apresentar contextos em que estejam orientadas para suas audiências e seus interlocutores, especialmente “quando opera de forma aberta e ou como meio de comunicação. Em outras palavras, quando dá ao outro a condição de fala, isentando-se do processo” (id, *ibid*).¹² Para que a condição de especificamente comunicacional na atuação das mídias possa ser estabelecido, sob os preceitos de Habermas e extensivamente no pensamento exposto por Signates, seria necessário que esta interlocução

12 SIGNATES, Luiz. I Congresso Lusófono de Ciência das Religiões Religiões e Espiritualidades – Culturas e Identidades. A Comunicação, entre o dogma e a conversão: O Especificamente Comunicacional na Religiosidade Contemporânea, p. 161.

estabelecida pelos produtos da mídia pudesse estabelecer uma condição de interlocução, de diálogo mantido com a garantia de alteridade.

Tais raciocínios remetem ao pensamento de que a extrema dificuldade de pensar o comunicacional e ação comunicativa não pode ser impeditivo para que tal debate possa existir no estudo das mídias, uma vez que na sociedade contemporânea, diversa em apelos, segmentada e polarizada, é perfeitamente factível imaginar que garantindo-se um efetivo poder de decisão e de publicização de opiniões através das mídias, a vigilância contra os abusos do poder econômico e do uso do aparelho de Estado, pode ser exercida com muito mais eficácia por narrativas e ações que passam pelas manifestações dos produtos midiáticos, muitos deles centrados dentro do que se comprehende como indústria criativa, como por exemplo o cinema e a televisão.

Com um cenário de múltiplas vozes amplificadas pelas mídias sociais e pela possibilidade de conexão também pelas vias das tecnologias digitais podem ser minimizados os problemas decorrentes da publicidade demonstrativa e da ação estratégica, haja vista que parece ser impossível compreender o mundo atual sem a mediação das tecnologias da informação, impossíveis de ser eliminadas ou controladas por interesses de uns ou outros, frente a interesses antes muito mais impositivos. Em contraponto, é preciso reconhecer que vive-se um tempo em que não parece possível definir claramente os limites de uma argumentação puramente racional de uma sedução publicitária, por exemplo.

Isto aplica-se também para a dificuldade de separar totalmente ação comunicativa da ação estratégica. De outro modo, garantindo-se o poder de decisão, de opção e estímulo ao debate e seu exercício de modo mais democratizado através

das mídias, do discurso argumentativo e da opinião racional, os efeitos da ação estratégica e do marketing, do poder que transforma sujeitos em objetos e impossibilitam a comunicação podem ser menores.

Com o pensamento neste sentido proposto, cabe refletir que os estudos de mídia, quando atualizados nesta velocidade caleidoscópica em que estamos, devem ser vistos como um instrumento indispensável e insubstituível para viabilizar uma esfera pública democrática, ampla, onde o “consenso” sobre temas fundamentais para toda sociedade pode encontrar lugar no espaço dos discursos por causas sociais, mormente quando se tornam foco de narrativas da indústria criativa. Ainda que se saiba que em muitos casos a visão de uma ação estratégica pode também se fazer presente (inevitável, quiçá, dentro do sistema capitalista) e legítimo para o conhecimento de realidades e verdades.

Dispositivos Interacionais e a comunicação

Após este brevíssimo olhar sobre o que pode ser constitutivo da presença ou não do comunicacional sob a ótica dos estudos de Habermas e o agir comunicativo, vislumbradas as dificuldades e desafios ali apresentados, parte-se neste ponto a observar a proposta de um pensamento sobre a centralidade da comunicação e as possibilidades de pensar o nosso objeto de pesquisa dentro da visão do professor José Luiz Braga e suas pesquisas acerca dos dispositivos sociais de interação com a mídia.

Em seu entendimento, a comunicação é uma disciplina em constituição, e como tal mesmo atravessada por uma série de pontos de vista teóricos e de grande diversidade temática. Ainda assim é possível ser sistematizado quanto a algumas características do fenômeno comunicacional. Segundo ele,

entendemos que os episódios comunicacionais ocorrem sempre “pré-moldados” pelos processos sociais mais amplos em que se desenvolvem- e que deveriam igualmente ser examinados em contexto, para não perdermos a complexidade de suas vinculações. O contexto mais amplo e mais geral em que podemos inscrever todo e qualquer processo interacional corresponde ao ambiente das instituições sociais- que caracterizam o “historicamente dado”, no qual o social se elabora. Outro contexto abrangente de inscrição necessária dos processos comunicacionais é o das linguagens acionadas para a interação. Assim, uma aproximação entre instituições sociais e linguagem parece ser uma necessidade prévia para pensarmos nosso âmbito de questionamento comunicacional (BRAGA, 2010, p. 42).

Braga menciona a ideia de que observar o funcionamento das linguagens/instituições¹³ em suas vias de elaboração deve e pode ser um dos objetivos centrais da disciplina de comunicação, não com o simples intuito de tentar desvendar códigos ou objetivos dominantes, mas de racionalizar e perceber como estão sendo testados, desenvolvidos, instaurados, ou seja, em “vias de constituição”. Como instituição social, o autor defende a compreensão de todo e qualquer conjunto de regras compartilhadas socialmente (mais ou menos estáveis) e que acomodam processos sociais (atividades, comportamentos, valores, circulação de ideias, proposições práticas) e segundo suas lógicas institucionalizadas, viabilizam interações sociais.

Arguto, dentro deste viés de pensamento tão abrangente, o fato de que, na proposição do autor, pensar o comunicacional também independe de generalizar o fenômeno da comuni-

13 Aqui compreendidas como múltiplas, desde o livro, jornal, a escola, a família, o cinema, as redes digitais e toda qualquer outra manifestação onde produção e circulação de linguagens que tem potencialidade de conformar as interações sociais.

cação partindo do ultrapassado paradigma de processo de usuário de sistema de signos, da gramática e do léxico, pois na sua proposição é possível entender que a comunicação não depende radical e logicamente de um código pronto, uma vez ser um processo constitutivo em formação (interacional).

“O código é instituído. A comunicação usa o código - tanto no sentido de ‘gastar’ como de ‘empregar’. Por outro lado, desgastar é também renovar. Um código já dado, historicamente constituído ‘antes’, se modifica.” (BRAGA, 2010, p. 47).

Para o autor, como se nota, estudar o comunicacional dentro do que é reconhecido como as articulações de linguagens/insituições pode ser tomado muitas vezes por observar sua ação também nos dispositivos interacionais, uma vez que eles são importantes dentro do espaço institucional. São muitas vezes os espaços de intermediação das instituições, onde os sujeitos vivem e se relacionam, e se articulam socialmente. Ainda segundo Braga,

os diferentes gêneros televisivos ou cinematográficos são núcleos de outros tantos dispositivos interacionais- propiciando lógicas peculiares de comunicação- na relação dos produtos, nos processos de produção ou nas interações sociais sobre os produtos. (BRAGA, 2010, p. 49).

Assumindo, aqui, um olhar muito diferente da proposição de pensamento do agir comunicacional de Habermas, em que a comunicação seria um processo muito raro, principalmente pelo fato de presumir um consenso ético rigoroso aliado à contraposição da instrumentalização da vida, Braga (2010), por sua vez, oferece uma possibilidade de compreensão de que os processos comunicacionais ocorrem em sociedade, como trocas e interações (por imagens, verbos, gestos, sons etc.). Nos terrenos de dispositivos sociais estabelecidos, reagem,

inferem, produzem atos, acionam igualmente (conscientemente ou menos expressivamente), tudo isto dentro do ambiente institucional em que ocorrem. Importante lembrar que Braga reforça a ideia central de que o processo comunicacional envolverá articulações e tensionamentos (de dupla direção) no perímetro do dispositivo, entre elementos estabelecidos, códigos, padrões e elementos tentativos, ou seja, a comunicação será sempre uma tentativa relacional com potencialidade transformadora.

Neste contexto é que se insere a Indústria Criativa e todas as nuances que lhe permeiam, pois que ela tem em seu âmago a inovação como sentido de realização. Nada, portanto, pode ser mais transformador do que uma contínua busca de soluções, novos caminhos e interatividade. É a ela que vamos.

Um breve contexto de Indústrias da Economia Criativa e sua possibilidade comunicacional.

Com taxas de crescimento em exportações de mais de 7% ao longo de 13 anos, o comércio global de bens criativos é um setor em expansão impulsionado pela China, de acordo com o novo relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD).¹⁴

O relatório posiciona o design e as artes visuais entre os setores de maior desempenho, com a moda e o design de interiores e joias representando 54% de exportações de bens criativos em economias desenvolvidas e 70% em economias em desenvolvimento. No Brasil, um dos relatórios mais completos sobre as atividades e o conceito de indústrias da economia criativa é representado pelos estudos do BNDES, do IPEA¹⁵

14 <https://nacoesunidas.org/economia-criativa-global-mostra-resiliencia-e-crescimento-brasil-tem-saldo-comercial-no-setor/>.

15 <http://www.ipea.gov.br/portal/>.

(que publicou, em 2013, um estudo sobre as tendências para o setor até 2035) e da Firjan Senai,¹⁶ que em fevereiro de 2019 apresentou mais um mapeamento da indústria criativa no Brasil. Na edição deste mapeamento, a Firjan manteve como escopo da pesquisa a divisão dos treze segmentos criativos, considerando suas afinidades setoriais agrupadas em quatro grandes áreas criativas: Consumo (Design, Arquitetura, Moda e Publicidade & Marketing), Mídias (Editorial e Audiovisual), Cultura (Patrimônio e Artes, Música, Artes Cênicas e Expressões Culturais) e, por fim, Tecnologia (P&D, Biotecnologia e TIC). Neste artigo, a articulação teórica fundada nos autores estudados e as questões exploratórias estarão fixadas na área definida por Mídias da Economia Criativa, concentrada especificamente na Produção Audiovisual (Desenvolvimento de conteúdo, distribuição, programação e transmissão¹⁷).

Vale ressaltar que o interesse por investigar tal temática se dá, inclusive, pelo peso que as indústrias criativas tem tido em nosso país nas últimas décadas. Ainda segundo o relatório da Firjan, na conjuntura em que o Brasil teve 1,7 milhão de seus postos de trabalho encerrados no período 2015-2017, há muitas profissões criativas bastante procuradas. A maior parte delas, de uma forma ou de outra, se relaciona ao contexto mundial de transformação digital e valorização da experiência do consumidor. Juntas, ambas são responsáveis por mais de 25,5 mil postos de trabalho. Não é tanto, mas não é pouco para um universo de economia e consumo.

16 Firjan - é uma organização privada e sem fins lucrativos, com mais de 7.500 empresas associadas. Sua missão é “promover competitividade empresarial, educação e qualidade de vida do trabalhador da indústria e de toda a sociedade, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do estado do Rio.

17 Fonte: <https://www.firjan.com.br/EconomiaCriativa/pages/default.aspx>

Cultura do Consumo e as relações com a discussão.

Quando tratam da cultura projetada pela sociedade de consumo, autores referenciais como Campbell (2001), Cancini (2005), Lipovetsky (2007), acompanhados de Everardo Rocha, destacam um tipo de poder que se difere daquele que caracterizava a sociedade pré-industrial, cujos imperativos estruturavam-se em princípios de ordem, mando e obediência. Na sociedade de consumo, o sistema simbólico revela outra lógica, em que a “palavra [é] vazia de poder e plena de persuasão” (ROCHA, 1995, p. 190). Assim é que as marcas e os profissionais de comunicação se desafiam e lutam com a necessidade de estar presentes na comunicação de uma forma relevante e participativa na vida de seus consumidores, o que há tempos não passa somente pela relação de valor material e benefícios de produtos e serviços.

Dentro desta perspectiva, o consumo é observado desde sua função estruturante, como dinâmica sensível, até as possibilidades de uma ampla propagação de culturas comunicacionais. Neste cenário, consumir é muito mais que um ato de exercício de desejos, gostos, reflexos de compras irrefletidas, satisfação de necessidades básicas, mas também possibilidade de expressão de todo um conjunto de fenômenos e processos socioculturais mutáveis, complexos e pelos quais muitas vezes se realizam apropriações e diferentes usos de produtos e serviços em um processo de produção e reprodução social onde a lógica do capital pode interferir nas subjetividades mas também nos sujeitos com suas demandas, particularidades, lutas, discursos e práticas sociais pautadas nas diferenças culturais. Tais sujeitos podem ser capazes de intervir neste ciclo e muitas vezes fazer nascer e ganhar corpo uma pauta midiática em que por meio das práticas de consumo passe a haver

lugares onde eles possam reconhecer o exercício de cidadão do consumo.¹⁸

Aqui podemos depreender, por exemplo, o quanto está evidenciada uma manifestação de consumo. Senão, vejamos: a produção de músicas ligadas à temática de uma artista reconhecidamente militante da causa LGBTQ, Gloria Groove, quando ao lançar um clipe musical, diz em entrevista: “É revolucionário ser drag queen de sucesso no país mais homofóbico do mundo”.¹⁹ Note-se que estamos diante de uma situação de consumo de bens imateriais que falam diretamente com a produção de sentidos e possíveis relações de reforço das subjetividades de um grande número de pessoas. O mesmo se dá quando, ao acionar o lançamento de uma coleção de sapatos no mercado, uma empresa lança mão da estratégia comunicacional de trazer visibilidade ao fato de que seus produtos são todos derivados da produção ecológica e vegana. É o caso da Insecta Shoes, nascida no Sul do país e que, pronta e oportunamente, coloca como seu claro manifesto de missão de marca a ideia de “fazer sapatos e acessórios com impacto visual, social e ambiental”.²⁰ Resta evidente que há aqui

18 Néstor García Canclini, 2005.

19 Entrevista da cantora ao portal G1 falando sobre o lançamento de seu clipe YoYo, com parceria da cantora Iza no dia, 13/06/2019. Fonte: <https://revistaquem.globo.com/Musica/noticia/2019/06/gloria-groove-e-revolucionario-ser-drag-queen-de-sucesso-no-pais-mais-homofobico-do-mundo.html>

20 A empresa, segundo dados do seu site, é nascida em Porto Alegre, 2014, tem como base fundamental norteadora dos seus produtos a propagação e defesa dos valores como veganismo, sustentabilidade, feminismo e brasiliidade, e manifesta estes valores com relatórios de transparência e comunicação que fala sobre seus pilares: “Não abrimos mão da estética. Acreditamos que essência é sempre maior que tendência. Não sacrificamos nenhum ser vivo para fins estéticos (ou qualquer outro fim). Lutamos ativamente pelas causas de defendemos. Trabalhamos com relações de ganha-ganha. Mantemos o diálogo aberto com quem faz, apoia e usa. Sabemos que não somos perfeitas. Ouvimos o outro e colocamos em prática o que é construído nessa troca.” Fonte : <https://www.insectashoes.com/p/sobre>

explicitamente o propósito de conscientizar o ecossistema sobre temas prementes como sustentabilidade, veganismo e comércio justo. Mais: “incentivar novos empreendedores a trabalhar em favor do meio ambiente e mostrar para o mundo que ser consciente pode ser divertido”.²¹

O que encontrou-se nas pautas destes dois pequenos exemplos (Gloria Groove e Insecta Shoes) foram discursos felizmente disseminados de responsabilidade social, luta pela visibilidade e segurança de movimentos sociais de “minorias”, consumo responsável e desenvolvimento sustentável, que chegam até os indivíduos no momento em que também são reconhecidos como “público consumidor”. Certo que não é possível ser ingênuo ao ponto de acreditar que estas são abordagens e formas preponderantes de pensar o consumo e a representatividade dos discursos, muito menos que transformem a sociedade ou diminuam a exclusão dos que não têm representação, ou até mesmo direito ao consumo. Mas refletem as novas possibilidades das formas de pensar o consumo, suas representações, subjetividades e poder engendrados na sociedade e na economia.

De volta ao pensamento reflexivo sobre as questões do entendimento da cultura e do consumo nas contribuições para esta investigação: quando Mary Douglas e Baron Isherwood (2004), originalmente, concebem suas investigações sobre as mercadorias e a antropologia do consumo e propõem que ele (o consumo) serve para pensar também no cenário da América Latina, é preciso considerar as importantes reflexões expostas por Canclini, quando diz que

Comprar objetos, pendurá-los ou distribuí-los pela casa, assinalar-lhes um lugar em uma ordem, atribuir-lhes funções na comunicação com outros, são os

21 Fonte: <https://www.insectashoes.com/>.

recursos para se pensar o próprio corpo, a instável ordem social e as interações incertas com os demais. Consumir é tornar mais inteligível um mundo onde o sólido se evapora. (CANCLINI, 2005, p. 65)

Ora, quando se pensa o consumo simplesmente fora das acepções ligadas ao consumismo e ao simples prazer ou satisfação de necessidades, o que se tem é um distanciamento do fenômeno diante do binarismo de aproximações somente metafísicas ou puramente materialistas. Dito assim talvez signifique reconhecer que partindo dos estudos da relação do consumo (material ou imaterial) e dos processos comunicacionais gerados por ele, pode ser um caminho para reconhecer que pensá-lo também sob o essencialmente comunicacional como uma tentativa,²² um lócus onde a possível ação (comunicação/narrativas de marcas/empresas em prol de responsabilidade social e causas sociais) cidadã, não exclui ou interfere no contexto de também compreendê-lo como ação/local onde a partir dele (mais uma vez, o consumo) os indivíduos podem se converter em objetos/mercadorias.

Pensando assim, talvez seja possível admitir que no consumo é construída uma parte da racionalidade integrativa e comunicativa da sociedade, constituída de valor somente no cenário relacional e histórico. Deste modo, já intencionando articular este pensamento com a abordagem pontual que direciona o pensar sobre o especificamente comunicacional em uma produção audiovisual da indústria criativa, quando uma instituição do porte da Rede Globo de Televisão lança uma série

22 No sentido também proposto Braga, onde os episódios comunicacionais são probabilísticos-significando que alguma coisa relativamente previsível pode acontecer (...) desde uma efetiva ocorrência de resultados até uma baixa ou nula realização, visto que o autor não crê que na sociedade atual uma alternativa excludente entre uma comunicação perfeita e uma ausência total de comunicação possa ocorrer. BRAGA, José Luiz. Comunicação é aquilo que transforma linguagens. Alceu, PUC-Rio; vol.10, série 20, 2010.

dramática em 2019, em que o foco narrativo tem como ponto central a luta pela preservação ambiental no Brasil, é preciso atentar para o fato de que algo diverso está acontecendo.

É de todos sabido que o Brasil, desgraçadamente, tem dados que revelam ser o país com maior número de mortes de ativistas/militantes ambientais. Outra constatação: a mesma produção global tem todas as suas protagonistas principais representadas por mulheres.²³ Por fim, mais um componente considerável: em meados do ano de 2019, o país vivia ainda os reflexos de eleições presidenciais polarizadas genérica e extemporaneamente pelo que se convencionou chamar “esquerda” e “direita”, reconhecíveis pelo tanto que se antagonizavam midiaticamente ou não em discursos e proposições extremamente diferentes sobre políticas públicas em torno de questões como gênero, sustentabilidade, organização de trabalho, mobilizações políticas e agendas de lutas sociais. Pois bem: a produtora da série a fez sabendo de toda perspectiva política de agendamentos ligados a subjetividades específicas de públicos diversos. Públicos que atendem a contextos de territorialidades locais – Brasil – e globais, pois que a trama foi lançada simultaneamente em 150 países, tendo recebido o apoio de diversos órgãos nacionais e internacionais ligados à pauta de preservação do meio ambiente e direitos humanos.²⁴ É inquestionável que a presença de uma opção por uma narrativa engajada que faz escolhas, que atende a uma demanda

23 Estes dados serão tratados mais adiante no artigo.

24 Aruanas conta com a parceria técnica do Greenpeace e o apoio de algumas das maiores e mais importantes organizações sociais de direitos humanos e ambientais do mundo, como Anistia Internacional, WWF, Global Witness, UN Environment, UN Women, Open Society Foundations, Instituto Betty & Jacob Lafer, Rainforest Foundation, Avaaz, 350.org, Instituto Socioambiental, IPAM, SOS Mata Atlântica, AMAZON, Conectas, Justiça Global, ISER, Greenfaith e APIB. Fonte: <https://gshow.globo.com/series/aruanas/noticia/aruanas-elenco-e-equipe-lancam-serie-original-do-globoplay.ghtml>.

de público e audiências, que trabalha dentro de um específico conjunto de relações de poder é também ela uma manifestação de poder.

Considerações sobre poder e subjetividades na sociedade líquida: o comunicacional no contexto da realidade social e histórica.

A luta pela maior igualdade de salários e participação em tramas com protagonismo feminino, fugindo da objetificação que ainda é preponderante no cenário da indústria criativa do cinema e da televisão ganhou nos últimos anos, principalmente na era da internet, uma relevância ainda maior. Exemplos há vários, como os movimentos organizados como o da Organização das Nações Unidas, na proposta do He for She, na luta das mulheres pela igualdade de gênero, lançada em 20 de dezembro de 2014, pela Diretora Executiva da ONU Mulheres, Phumzile Mlambo-Ngcuka; também pelo Presidente da 69. sessão da Assembleia Geral da ONU, Sam Kutesa Kahamba; pelo Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-Moon; e pela Embaixadora Global da Boa Vontade da ONU Mulheres, à época Emma Watson, centenas de milhares de homens de todo o mundo, incluindo Chefes de Estado, CEOs e celebridades globais de todas as esferas, todos assumindo um compromisso com a igualdade de gênero.

Quanto à trama de ‘Aruanas’, da Rede Globo, a assessoria de imprensa e as fontes de divulgação do seriado fazem divulgar, fortemente, que o produto tem como diferencial o fato de desde sua implementação contar com 50% de toda equipe de trabalho de produção e pós-produção dividida em 50% de homens e mulheres. E as personagens centrais da trama são quatro mulheres feministas na vida real e ativistas em suas respectivas áreas. Vale ainda ressaltar o contexto da impor-

tância deste fato (que é também uma escolha política) diante de dados de uma reportagem do portal Repórter Unesp,²⁵ ao revelar que em uma análise – produzida pela New York Film Academy – feita entre os 500 filmes mais vistos entre 2007 e 2012, somente 30,8% dos personagens com falas são mulheres e que apenas cerca de 10% dos longas possuem em seu elenco um número balanceado entre os dois sexos.

Outros discursos ainda se fazem importantes de ressaltar quanto à pauta desta produção da Globo, aqui observada como exemplo empírico sobre o avanço dos discursos da responsabilidade social, sustentabilidade e lutas sociais nas temáticas comunicacionais nas empresas partícipes da indústria da economia criativa. Um destes discursos pode ser claramente observado quando ainda da pré-divulgação da série, quando as informações acerca de como se constituiu a relação de sustentabilidade da produção que se desenrola na trama dramatúrgica na Amazônia, alertando sobre os cuidados minuciosos com a preservação da floresta. Dados coletados na web e amplamente divulgados na mídia descrevem, como ilustração, a entrevista que os roteiristas da trama Marcos Nisti e Estela Renner concederam ao site Omelete,²⁶ onde informam do apoio e consultoria do Greenpace em várias etapas do projeto. Os roteiristas entrevistaram mais de 20 ativistas da ONG no Brasil e no mundo, depois receberam apoio na preparação técnica para o elenco e agora ajudam na divulgação e distribuição do produto audiovisual final, mostrando que a produção com este enfoque busca desde o início um apelo de visibilidade e resposta dos mercados globais. Outro ponto a ser observado é o engajamento das empresas patrocinadoras

25 Fonte: <http://reporterunesp.jor.br/2017/11/14/mulheres-no-cinema/>.

26 <https://www.omelete.com.br/series-tv/aruanas-globoplay-foca-na-dificil-rotina-de-ativistas-ambientais-em-nova-serie>.

da série. Uma delas, a Natura,²⁷ apresenta em seu site institucional uma grande reportagem, com dados pormenorizados sobre as razões para patrocinar a série. Dados estes sobre sua atuação específica na temática de responsabilidade social e ambiental. Pela relevância, cabe a reprodução de algumas destas informações:

Aruanas está disponível para mais de 150 países e em 11 idiomas em aruanas.tv, onde poderá ser comprada por U\$ 12,90. De julho a outubro, 50% das vendas serão doadas para uma iniciativa (a ser revelada) de proteção da floresta amazônica. No Brasil, a série está disponível na íntegra no Globoplay para assinantes. Em uma exibição especial, o primeiro episódio tem previsão de ir ao ar na Globo, no dia 3 de julho. O primeiro episódio também poderá ser assistido por meio dos canais internacionais da Globo.²⁸

Como se vê, um fenômeno global, o que faz valer uma retomada dos conceitos de poder na sociedade líquida, quando se busca evidências nas críticas de Bauman (2001), ao refletir sobre a crítica severa que faz aos discursos e práticas da individualização da sociedade líquida, ao mesmo tempo em que alerta não ser contra o relativismo cultural (que, em certa medida, foi caro à Antropologia pelos críticos da “pós-modernidade”), ou contra as ideias antitotalitárias, mas contra o a individualização desse relativismo e contra a ideia de verdade puramente individual/privada – o que sepulta, de vez, a noção de política. Possivelmente o grande desafio colocado pela análise de Bauman é o de refletir sobre como fazer esse

27 https://www.natura.com.br/blog/mais-natura/natura-patrocina-a-serie-aruanas-um-alerta-para-a-crise-ambiental-mundial?gclid=CjwKCAjwx_boBRA9EiwA4kIELi56xqn3Xp7B0d1vgZc4bh03CEFPqn3XYgpVrnglIGVChQS2OipI9RoCeBcQAvD_BwE.

28 Ibidem.

movimento de emancipação (em direção a uma “consciência política”) sem se perder a “falta de significados garantidos” e, ao mesmo tempo, sem se perder a segurança (liberdade) – já que, em dado momento, o próprio autor coloca que a falta de certezas é a condição da insegurança.

Em um mundo onde as “certezas” do capitalismo liberal ainda não conseguem apresentar resultados que permitam a identificação natural de consciência e de respeito às lutas de minorias (muito ao contrário), sentimentos de necessidade de união para preservação da vida no planeta ou outras agendas humanísticas fundamentais como a erradicação da miséria, talvez seja necessário crer que, como o próprio Bauman sugere, necessitamos de certezas para viver, não somente nas buscas individuais, mas também procurando o diálogo coletivamente. Isto inclui a adesão a causas fundamentais de garantia de sociabilidade e condições de vida mais humanas. O que Bauman coloca como ponto conveniente é que essas certezas individuais devem vir das nossas conclusões após a reflexão sobre o mundo em que vivemos (após uma atitude de “desconfiar” das verdades absolutas, das normas de condutas pré-definidas etc.), e não de uma externa imposição incontestável ou imutável, que torna os indivíduos livres apenas na teoria (BAUMAN, 2001). Deste modo, pensar os discursos comunicacionais “engajados”, que endossam causas e falam sobre responsabilidade social na contemporaneidade, e particularmente no cenário nacional, pode ser entendido como uma escolha política que acessa uma certa configuração de cidadãos/consumidores com suas particularidades e subjetividades e que podem ser, sim, formas de pensar um consumo que reflete condições de visualização e poder. Aqui, novamente, é benvinda a leitura de Bauman:

O poder político perdeu muito de sua terrível e ameaçadora potência opressiva – mas também perdeu boa parte de sua potência capacitadora. A guerra pela emancipação não acabou. Mas, para progredir, deve agora ressuscitar o que na maior parte de sua história lutou por destruir e afastar do caminho. A verdadeira libertação requer hoje mais, e não menos, da “esfera pública” e do “poder público”. Agora é a esfera pública que precisa desesperadamente de defesa contra o invasor privado – ainda que, paradoxalmente, não para reduzir, mas para viabilizar a liberdade individual. (BAUMAN, 2001, p. 62).

Na sociedade moderna pós-industrial contemporânea, a gigantesca concorrência mercadológica entre as empresas, decorrente da padronização industrial, termina por incentivar as diferenciações na reação do público pelo consumo das imagens e sensações dos signos das marcas. Todavia, no caso das empresas do campo da economia criativa, em que a perspectiva da inovação deve ser o ponto fundamental de diferenciação, será possível distinguir uma realidade diferente? Esta inquietação e busca por avaliar se tal pressuposto se reflete em possibilidades mais poéticas e humanizadas neste segmento pressupõe entender mais sobre os conceitos daquele que pode ser um nicho de mercado diferenciado. No caso do produto da indústria da economia criativa aqui analisada e exemplificada na forma da série ‘Aruanas’, produto audiovisual da maior emissora de televisão do Brasil, o que se tem está na própria fala de um de seus diretores, Eduardo Schaeffer, diretor de negócios integrados, sobre qual tipo de posicionamento a empresa busca ressaltar como diferencial frente aos seus concorrentes:

Com *Aruanas*, consolidamos a força da Globo como criadora e distribuidora de conteúdo multigênero e multiplataforma também no mercado publicitário. O patrocínio integrado da série, com entregas comerciais customizadas na TV, Globoplay e nas redes sociais representa um importante passo no caminho de integração pelo qual a Globo está passando. E estamos muito felizes em poder contar com a parceria da Natura nesse movimento de inovação e aprendizado.²⁹

Ao acessar o pensamento em torno da possibilidade de cogitar a produção de bens materiais e imateriais e estabelecer a relação da sua experiência com os usos e práticas de consumo, engendrando formas de subjetivação, é possível fazer refletir sobre o fato de que as escolhas da representação da trama global vieram para envolver todo o enredo com protagonismos femininos, nunca perdendo de vista o cenário político do Brasil em 2019, quem sabe mundial, onde a representação pública em alguns setores como o da presença das mulheres nas esferas do governo eleito em 2018 não se apresentam as mais alvissareiras. Em números apresentados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde – CNTS, em março de 2019, a representação feminina no governo de Jair Bolsonaro, era de apenas 9%, quando a média internacional é de 20,7%. O Brasil aparecia, então, na 149^a colocação, com apenas 39 outros países com desempenho inferior ao brasileiro. Os mesmos dados também foram divulgados no portal UOL, descritos pelo jornalista Jamil Chade, em março de 2019.³⁰

29 https://www.natura.com.br/blog/mais-natura/natura-patrocina-a-serie-aruanas-um-alerta-para-a-crise-ambiental-mundial?gclid=CjwKCAjw_x_boBRA9EiwA4kIELi56xqn3Xp7B0d1vgZc4bh03CEFPqn3XYgpVrnglI GVChQS2OipI9RoCeBcQAvD_BwE.

30 <https://jamilchade.blogosfera.uol.com.br/2019/03/12/participacao-de-mulheres-no-governo-bolsonaro-e-uma-das-menores-do-mundo/>.

Diante de dados alarmantes como estes, pensar em feminismo e ativismos para compreender a possibilidade de uma perspectiva política do termo em real convergência com a atual discussão no cenário mundial pode ser considerada, sob ótica dos estudos da comunicação uma oportunidade de entender que

Compreender que falar sobre temas como condição feminina, luta de ativistas ambientais, em meio a um cenário político altamente excludente frente às questões políticas nacionais, escolhendo dar voz às mulheres como foco de narrativa principal de uma trama com tamanho investimento e visibilidade midiática pode ser algo transformador e importante para a construção das identidades e subjetividades da mulher e de militância ecológica.

Aqui, convida-se para que seja assumida a posição de pensar e narrar de forma artística e criativa o cenário de lutas de ativistas e ecologistas militantes dentro de uma estrutura ficcional que simula a realidade nacional. Isto pode ser considerado como uma tentativa de comunicação que oferece possibilidades de análise de uma realidade em que a tomada de posições frente ao lugar de proeminência de mulheres dentro de uma trama que se desenrola em clima de “guerra”, em meio à floresta, envolta de *lobbies*,³¹ e explorando lugares de fala marcadamente e historicamente reservado a homens, é uma subversão do discurso comum. Representa, sem dúvida, um ponto de virada que instaura poder e fala de subjetividades e construção de identidades relevantes por meio da tentativa de comunicação instaurada pelas narrativas da indústria criativa que potencialmente gera conexões e reflexões.

31 Os *lobbys*, também conhecidos por grupos de pressão, são muito comuns no âmbito político. Teoricamente, são tidos como uma forma de debater e comunicar os interesses de determinados grupos sociais ou de interesse aos parlamentares ou executivos do governo.

Sem pretensões de analisar a estrutura narrativa do produto ‘Aruanas’ neste presente artigo, mas na tentativa de elucidar a questão dos discursos da diferença na série e da formação da subjetividade e da possibilidade do essencialmente comunicacional presente nos produtos da cultura do consumo midiatizados, na série global duas mulheres negras fazem parteativamente da narrativa, sendo uma delas representada pela atriz Camila Pitanga, uma *lobbista negra*, com perfil de muito bem-sucedida economicamente, mas com poucos escrúpulos. Isto em contraposição a outra personagem, esta uma jovem estagiária de uma ONG e militante negra, representada pela jovem atriz Thainá Duarte.

De forma paradoxal em suas singularidades, essas diferenças representadas na narrativa demonstram uma necessidade de mercado em procurar entender, interpretar e levar para a ficção possíveis lugares de fala na cena interpretativa onde antes figurariam somente personagens *cis*³² e brancas. Evidente que isto se faz importante, ao perceber no momento a possibilidade de uma representação mais diversa, onde mesmo a trama de um produto cultural de uma empresa de mídia massiva e tradicional reconhece a necessidade de oferecer experiências diversas mesmo nos tipos de feminismos (afinal, não existe uma luta única com pautas prontas).

Importante salientar que esta pauta é fundamental para um número imenso de mulheres, mas principalmente para as mulheres negras que, além das demandas de luta ligadas ao gênero, ainda lutam também de forma ainda mais cruel e brutal pelas questões de raça, num país sabidamente racista

32 Cisgênero: É o indivíduo que se apresenta ao mundo e se identifica com o seu gênero biológico. Por exemplo, se foi considerada do sexo feminino ao nascer, usa nome feminino e se identifica como uma pessoa deste gênero, esta é uma mulher “cis”.... - Fonte: <https://universa.uol.com.br/noticias/redacao/2018/03/19/glossario-de-genero-entenda-o-que-significam-os-termos-cis-trans-binario.htm?cmpid=copiaecola>.

como o Brasil.³³ O mapa da violência divulgado pelo Ipea³⁴ no Fórum Brasileiro de Segurança, em 2019, demonstra que 75% das vítimas de homicídio no país são negras.

São dados como estes que refletem a realidade do que ainda há por caminhar no que tange a crescimento, reconhecimento das lutas por direitos e responsabilidade social para diversas classes no Brasil e o quanto todos os esforços por políticas públicas ainda são fundamentais para avanços sociais e humanos. Há, indubitavelmente, um processo de aumento de participação das minorias em movimentos organizados, e tal fato pode ser vislumbrado na ideia de que a mídia, seus produtos e discursos têm começado a dar visibilidade a vários movimentos, como o das paradas LGBTQ de São Paulo, num cenário de valorização e empoderamento de grupos que historicamente foram reprimidos (como negros, indígenas ou LGBTs), mas que ainda se mostra tímido.

Quanto à origem desse descolamento entre as lutas realizadas pelos movimentos tradicionais e os problemas reais da maioria da população, é perceptível que muito ainda reside nas diferenças econômicas. O mesmo ocorre na proposição da pauta de midiatizar também o cenário das lutas por preservação da floresta amazônica, debate aquecido em diversas partes do mundo e valorizado por organizações ambientalistas mundo afora, porém em situação polemizada por atuação de governos como o de Donald Trump, que em 2018 assinou uma série de medidas polêmicas concernentes às questões ambientais,³⁵ dentre elas a suspensão do plano de energia

33 Fonte: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,75-das-vitimas-de-homicidio-no-pais-sao-negras-aponta-atlas-da-violencia,70002856665>.

34 Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - <http://www.ipea.gov.br/portal/>.

35 <https://g1.globo.com/mundo/noticia/donald-trump-completa-1-ano-no-poder-veja-12-marcas-de-seu-governo.ghtml>.

limpa, o anúncio formal de que os EUA deixariam o Acordo de Paris contra as mudanças climáticas, assinado em 2015 por 195 países e no qual foi assumido o compromisso de que os países deveriam trabalhar para que o aquecimento global fique abaixo de 2°C em relação aos níveis pré-industriais. São lutas intermináveis que fazem com que a vida permaneça, entre desmontes e reconstruções, gerações e gerações.

Considerações finais.

Quando é feito o encaminhamento para o final deste artigo, iniciado às voltas com um contorno que tensiona o que há de especificamente comunicacional na investigação das possibilidades de articulações de produtos da indústria criativa envolta dos discursos narrativos que envolvem demandas de lutas sociais, constituídos também das pelos signos do consumo, nos é possível indicar que a breve articulação dos três autores,³⁶ aqui chamados para emprestar sua contribuição epistemológica, revela alguns aspectos de fulcral importância.

Senão, observemos: dentro do recorte pontual proposto a partir da observação do lançamento da série televisiva 'Aruanas', da Rede Globo, faz-se hipotético acreditar que sob a ótica de Habermas, estaríamos diante do agir comunicativo não possível, visto que mesmo a minissérie seria um produto não comunicacional, uma ação estratégica pura orientada por interesses de um sistema que coloniza o mundo à nossa volta, seja pelo dinheiro, pelo mercado e/ou pelo poder do estado. Ou seja, o objeto de análise aqui utilizado como fenômeno de estudo não seria representativo de uma dinâmica válida para a construção da área e pesquisa comunicacional. Porém, este viés parece ser reducionista, pois a possibilidade do comunicacional sob o olhar de Braga (2010), observando-se pelo

36 Habermas, Signates e Braga.

método da tentativa, dentro de uma constituição de funcionamento das linguagens/instituições, é uma hipótese possível. Assim, buscar um olhar de investigação dos tensionamentos presentes no âmbito deste dispositivo interacional que é uma produção televisiva (que hoje é também um produto *on demand* – da Cibercultura) seria observar o comunicacional presente no contexto da obra e nas suas mediações com a realidade concreta e com a audiência dos telespectadores de todas as plataformas. Nisto se concentra a força de estudar os fenômenos que podem ocorrer nas diferentes narrativas da indústria criativa e suas interações sociais.

Como último apontamento, cabe lembrar que em tempos de Cibercultura, inaugura-se com maior ênfase a presença da indústria da Economia Criativa, que ganha uma visibilidade diferenciada, em que a disputa pelo interesse dos consumidores se acirra, e vê nas diversas telas e ambientes cotidianos a supremacia do entretenimento que permeia os diálogos entre marcas e seus consumidores. Grande parte deste público está imerso em um cenário onde parece crescer a Cultura da Participação, na denominação de Clay Shirky (2011). Ali, assumem o papel de formadores do perfil dos novos consumidores, mais informados e críticos. Neste cenário, a indústria audiovisual também precisa se renovar e ampliar o alcance de seus discursos por temáticas inovadoras e em mercados diferenciados, buscando assim conectar-se com públicos que muitas vezes ainda nem eram os seus. Como se vê, iniciativas como a da série ‘Aruanas’, da Rede Globo, representam muito mais do que meras opções de entretenimento sintonizados através de não mais do que um aparelho eletrodoméstico. Longe disso: são ações de busca por espaços, diálogos e visibilidades que podem também representar uma luta por poder simbólico da empresa frente a mercados globais, além de fonte de articu-

lação de discursos engajados que apoiam causas sociais que reforcem subjetividades também via processos de consumo.

Referências

- BAUMAN, Zygmund. **Modernidade líquida**. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BRAGA, José Luiz. **A sociedade enfrenta sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática**. São Paulo: Paulus, 2006.
- _____. **Comunicação é aquilo que transforma linguagens**. Alceu, PUC-Rio; v. 10, série 20, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- _____. **O campo econômico – a dimensão simbólica da dominação**. Papirus, 1999. ROUANET,
- CANCLINI, Nestor García. **Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.
- _____. **Culturas híbridas: estrategias para entrar y salir de la modernidad**. Buenos Aires, Argentina: Paidós, 2008.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CAMPBELL, Colin. **A Ética Romântica e o Espírito do Consumismo Moderno**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.
- HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- _____. **Para a reconstrução do materialismo histórico**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.
- _____. **Teoría de la acción comunicativa: Racionalidad de la acción y racionalización social**. Madrid: Taurus Humanidades, 1992.

HALL, Stuart. **Identidade e Cultura na Pós-modernidade.** Rio de Janeiro DP&A, 1997.

HOWKINS, John. **The creative economy:** How people make money from ideas. Penguin UK, 2002.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência.** Trad. de Susana Alexandria. São Paulo: Editora Aleph, 2006.

ROCHA, Everardo. **A sociedade do sonho:** comunicação, cultura e consumo. ed. 4. Rio de Janeiro: Mauad, 1995.

SIGNATES, Luiz. I Congresso Lusófono de Ciência das Religiões Religiões e Espiritualidades – Culturas e Identidades. **A Comunicação, entre o dogma e a conversão:** O Especificamente Comunicacional na Religiosidade Contemporânea, p. 161.

SHIRKY, Clay. **A cultura da participação: criatividade e generosidade no mundo conectado.** Rio De Janeiro. Zahar, 2011.

O especificamente comunicacional na televisão pública brasileira: a incomunicabilidade das emissoras universitárias

Kamyla Faria Maia

A comunicação é uma vivência, uma experiência, um acontecimento, uma imersão e não apenas a ação passiva de compartilhar, repassar ou transferir algo. O acontecimento comunicacional é um fenômeno que pressupõe a produção de sentidos entre os participantes, os quais demonstram a intenção de se comunicar. Por isso, tem “a capacidade de nos desarranjar, de nos desestabilizar, de provocar e, através disso, nos levar a pensar, nos incomodar” e “faz com que a pessoa não saia da mesma forma como entrou, que nela ocorra algum fato que tenha a possibilidade de alterá-la” e que promova uma transformação. (MARCONDES FILHO, 2019, p. 19)

[...] há uma recomposição interna quando eu me submeto a um processo comunicacional. O impacto que um acontecimento comunicacional nos provoca não é meramente físico-sensório ou sensório-motor, não se trata apenas de provocar calafrios ou batimentos cardíacos ou sensações de medo ou irritação nervosa. [...] há uma intervenção no meu universo de concepções, das minhas visões de mundo, das minhas posturas existenciais, em suma, na ação, a saber, na forma como eu vejo o mundo e como o mundo age sobre mim (MARCONDES FILHO, 2019, p. 20)

O processo comunicacional introduz elementos instigadores que nós incorporamos ou não, dependendo de nossa capacidade ou interesse em nos abrir ao Outro, ao diferente, ao incomum, àquilo que não sou eu, mas que pode demonstrar que “ainda estou vivo” (MARCONDES FILHO, 2011a, p. 176). Esse Outro não é necessariamente uma pessoa, pode ser “uma obra estética, um acontecimento político, uma vivência partilhada com outro ser vivo”. (MARCONDES FILHO, 2011b, p. 4).

No entanto, a comunicação acaba por ser um processo raro “porque envolve uma relação qualitativa com o mundo, que supõe minha disponibilidade de receber esse novo, um encontro com a alteridade do outro, uma experiência efetivamente diferente com aquilo que me acontece” (MARCONDES FILHO, 2011a, p. 172). A raridade da comunicação também se dá porque nossa vida social é mais marcada pelos processos de sinalização e de informação do que pelo processo comunicacional.

No primeiro caso, nada acontece; eu falo, divulgo, esperneio, e ninguém me ouve. Minha voz, meu texto, minha manifestação é solenemente ignorada pelo mundo. Não passou de um sinal a mais na grande feira mundial de sinais; sinais vindos de pessoas, de aparelhos, de animais, da própria natureza. Quem liga para os sinais? Somente aquele que tenha algum interesse específico naquele sinal. Nesse momento, então, ele olha, ele ouve, ele lê. O sinal tornou-se informação. [...] Para uma informação tornar-se comunicação é preciso que ocorra em mim, enquanto participante de um processo comunicacional, uma transformação qualitativa radical: eu preciso liberar meu sistema, acolher, me abrir àquilo ou àquele que está me dizendo algo. Nem informação nem comunicação existem de fato. São formas de eu me relacionar

com os sinais, estes sim concretamente existentes. (MARCONDES FILHO, 2011a, p. 176).

Assim, a comunicação não pode ser entendida por meio de um gradiente.

Não é algo que pode ser pequeno, médio, médio para grande e grande. Ela é ou não é, e este é um critério radical. Ou é sucesso total ou é fracasso total; ou ela acontece ou não acontece (MARCONDES FILHO, 2011a, p. 177).

As definições levantadas podem ser relacionadas à Teoria do Agir Comunicativo de Jürgen Habermas (2012), que comprehende a comunicação como um acontecimento raro, uma vez que a racionalidade da ação comunicativa repousa no efeito decorrente do acordo, sendo exigido “que o consenso alcance todos os participantes para que os procedimentos tidos por válidos não sejam válidos apenas para alguns participantes”. No entanto, o consenso só pode se dar em uma “situação ideal de fala” ancorada no princípio de simetria e “tais precondições não são preenchidas em contextos empíricos de comunicação” (BOSCO, 2017, p. 197).

A comunicação ocupa lugar central da análise de Habermas (2012), o qual comprehende que os processos comunicativos têm papel central na integração social e na organização democrática. Sua teoria define que a sociedade é constituída pelos sistemas especializados e pelo “conjunto de saberes e convicções” que forma o mundo da vida. Esses dois níveis estariam imbricados, pois ambos são constituídos por linguagem e cultura, que constituem a intersubjetividade e tornam a sociedade inteligível (BOSCO, 2017, p. 190-192).

O mundo da vida é regido pelo entendimento mútuo, enquanto o sistema é dirigido pelo poder do Estado e pelo dinheiro do mercado. O primeiro seria guiado por um tipo de

coordenação de ação que se constitui pelo consenso entre os participantes, o agir comunicativo; já o segundo seria regido por ações funcionais e utilitaristas, em um agir teleológico-estratégico. Em decorrência disso, existiriam dois tipos de racionalidade: uma cognitivo-instrumental, caracterizada pela intenção-efeito no mundo; outra comunicativa, que visa a intercompreensão (HABERMAS, 2012). O mundo da vida é anterior aos sistemas, mas com a racionalização sistêmica e utilitarista do mundo da vida, “os media sistêmicos do poder e do dinheiro tendem a simplificar e substituir” o entendimento mútuo” (BOSCO, 2017, p. 194).

1. Comunicação e Mídia

Além do processo comunicacional que ocorre entre os indivíduos, a comunicação é ampliada no meio social a partir da criação de processos e dispositivos que visam maximizar a eficiência da produção e circulação de linguagem. “O que significa que a sociedade tenta, consistentemente, diferentes modos de sucesso comunicacional, de sintonia” (Braga, 2010b, p. 80). Isso fica claro quando pensamos na existência de diferentes mídias, instituições específicas dotadas “de interesses, linguagens e ritual produtivo próprio” que transformaram o que era uma habilidade especificamente humana, “a de se relacionar pela linguagem com o mundo e os outros” em um saber técnico (SIGNATES, 2018, p. 28-29).

As instituições sociais de produção e circulação de comunicação se constituem como linguagem social, “ao se colocarem como modos de ação na e da sociedade” e como âmbitos operadores de interação (BRAGA, 2010a, p. 46). Mediante essa constituição, a comunicação social transmitida em massa forma um “continuum mediático atmosférico”, um campo imaterial e abstrato no qual notícias, fatos e acontecimentos

reverberam e tornam-se no grande tema social do momento (MARCONDES FILHO, 211a, p. 177).

Tanto o acontecimento comunicacional na acepção defendida por Marcondes Filho, quanto a razão comunicativa de Habermas não parecem ter lugar preponderante no sistema midiático. No desenvolvimento das organizações de mídia a comunicação também sofreu um processo de colonização do mundo da vida, deixando de se pautar pelo agir comunicativo e se tornando uma estrutura de poder com finalidade estratégica-instrumental, assim como aponta Signates. Até mesmo a linguagem teria se tornado “vítima dessa colonização”, transformando-se em manipulação simbólica em meio de exercício de poder (SIGNATES, 2018, p. 31).

[...] cada vez mais as instituições midiáticas se tornaram sujeitos de seus próprios discursos, orientados por interesses que lhes são específicos, e não apenas mediadores entre campos sociais dotados de legitimidade. Ao contrário, os demais campos sociais é que tiveram que se adequar às linguagens e ritualidades das diferentes formas midiáticas de comunicação, para conseguirem acesso e visibilidade em seu interior, ganhando condições, assim, de se expressar publicamente (SIGNATES, 2018, p. 32).

No entanto, a comunicação de massa não conseguiria proporcionar uma interação real entre os sujeitos, se apresentando, na verdade, como “um fenômeno de distanciamento, de desconhecimento, de estranhamento entre massas humanas e sistemas técnicos de emissão de sinais”. Com isso, o ser humano “perde-se na nuvem de indistinção e de desconhecimento produzidos pela impessoalidade da era das massas” (MARCONDES FILHO, 211b, p. 5).

Além do distanciamento das mídias é preciso apontar também que a comunicação pode não ser bem-sucedida por causa da falta de abertura daqueles que recebem as mensagens. Os sujeitos, em sua maioria, se mostram defensivos e conservadores em suas posições, já que assim seria possível, em certa medida, tranquilizar as tensões. Por esse motivo, “as interações comunicacionais mais prováveis serão as que menos modificam nossas relações sociais e as menos prováveis, as que efetivamente alteram”. Estas últimas são as que importam, “que definem nossa situação de estarmos vivos e não mortos-vivos” (MARCONDES FILHO, 2011a, p. 176-177).

2. O especificamente comunicacional na televisão universitária

Para Signates uma das principais dificuldades de compor o especificamente comunicacional nos estudos de mídia é a natureza contraditória da comunicação midiática. Apesar de não se afastar completamente do mundo da vida por ainda depender da linguagem, a comunicação foi desentranhada dos processos comunicativos interpessoais e consequentemente foi institucionalizada, o que redimensionou os sentidos da comunicação. Colonizada, ela perdeu seus sentidos especificamente comunicacionais (SIGNATES, 2018, p. 30-31).

O objeto que escolhemos analisar, as emissoras universitárias, fazem parte dos veículos institucionalizados dentro do modelo da comunicação de massa brasileiro e também exercem influência na produção simbólica e nas disputas de poder. Dado seu caráter de serviço público, esse tipo de canal deveria espraiar sua influência primordialmente em direção ao mundo da vida em forma de ação comunicativa e consequentemente transformação, e não apenas dentro do sistema de comunicação, de forma instrumental. Além disso, essas

emissoras devem ter vínculos comunicacionais mais fortes do que os comerciais, já que tem que se ancorar na sociedade, garantir a participação social e ser um elo entre os saberes da academia e da comunidade.

A radiodifusão pública se dirige a cada um em sua qualidade de cidadão; fomenta o acesso à participação na vida pública, amplia horizontes e permite que cada pessoa se compreenda melhor na medida em que comprehende o mundo (UNESCO, 2001, p. 07). Os princípios desse modelo são a universalidade, ou seja, a programação acessível a todos os cidadãos em todo o território; a diversidade de gêneros, de públicos e de temas tratados; a independência que permita a livre expressão e a circulação de informações, opiniões e críticas; e a especificidade do serviço oferecido, que promova inovações e criação de novos espaços e novos gêneros e garanta que o público diferencie a radiodifusão pública da comercial (UNESCO, 2001, p. 13-15).

Por não existir a figura legal da TV pública no Brasil, as emissoras de televisão consideradas públicas são aquelas que não têm finalidade comercial, mantêm autonomia mínima em relação a mercados e governos e são financiadas a partir de múltiplas fontes. Elas devem contar com a participação da sociedade civil e “promover a formação complementar e crítica do homem no exercício da sua condição de cidadão” (LIMA, 2003, p. 65), além de “oferecer conteúdo socialmente abrangente”, expor “a diversidade de ideias e opiniões, debater questões sociais, políticas, econômicas e filosóficas por meio de diferentes abordagens” (CURADO; BIANCO, 2014). O Campo Público de Televisão no país reúne canais ligados à Associação Brasileira de TV Universitária-ABTU, à Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais ABEPEC, à Associação Brasileira de Rádios e TVs Legislativas-ASTRAL

e à Associação Brasileira de Canais Comunitários-ABCCOM (VALENTE, 2009, p. 07).

Dentro desse campo estão as televisões universitárias, produzidas por uma Instituição de Ensino Superior- IES, pública ou privada, e transmitidas por radiodifusão educativa (canal em sinal aberto), por canal universitário (canal em TV a cabo), ou por meios convergentes (satélite, circuito interno, internet, etc); e com programação voltada à educação, cultura e cidadania (MAGALHÃES, 2002, p. 15). Em 2008 existiam cerca de 120 IES que produziam televisão regularmente no país e controlavam 52 canais geradores de conteúdo (PRIOLLI, 2008, *apud* ACIOLLY, 2009, p. 02).

A radiodifusão pública pode ser entendida como um dos atores que fazem parte da esfera pública, uma vez que os veículos são membros constituintes desse espaço e mais além, porque esse modelo de comunicação deve fomentar a participação na vida pública. A existência de emissoras públicas, atuando ao lado das comerciais, garante a existência de um sistema democrático e autorregulado.

[...] um sistema midiático autorregulado deve manter sua independência frente aos sistemas que o rodeiam, ao mesmo tempo em que estabeleça conexões entre a comunicação política desenvolvida na esfera pública, a sociedade civil e o centro do sistema político. [...] uma sociedade civil inclusiva precisa conferir poder aos cidadãos, de modo que eles possam participar de discursos públicos e respondê-los (HABERMAS, 2008, p. 18).

No Brasil o campo da comunicação pública é fragmentado desde a origem e ainda visto com desconfiança por parte da sociedade, dos profissionais e mesmo dos governantes. Talvez isso se dê porque as emissoras públicas, dentre elas as universitárias, não tem conseguido se consolidar a partir

do estabelecimento de outro modo de se comunicar com a sociedade, já que elas frequentemente repetem a conduta dos veículos comerciais. Elas mantêm estruturas internas de poder que não garantem a equidade da relação entre emissor (TV) e receptor (público) no processo comunicacional, não sendo assim orientadas pelo agir comunicativo. Não há participação efetiva da sociedade no corpo editorial desses veículos e muito menos na produção de conteúdo.

Da mesma maneira que a mídia comercial, as emissoras públicas do país levam a um “acesso seletivo e uma participação irregular na comunicação mediada, uma vez que a colonização da esfera pública pelos imperativos do mercado conduz a uma paralisia peculiar da sociedade civil” (HABERMAS, 2008, p. 20). Ainda são exclusivamente os profissionais que integram esses veículos que “selecionam e processam um conteúdo politicamente relevante e, desse modo, intervêm tanto na formação de opiniões públicas quanto na distribuição de interesses diferentes”. Dentro desse espaço os representantes de sistemas funcionais e de grupos de interesse ainda mantêm acesso privilegiado e os “atores da sociedade civil ocupam posição mais fraca” (HABERMAS, 2008, p. 17-18). A exclusão de parcela significativa da sociedade, que não tem poder político para fazer com que suas demandas sociais sejam debatidas pelos veículos de comunicação ou sequer observadas nesses espaços, é perpetuada em grande medida na comunicação pública a partir do momento em que ela não altera as lógicas de produção dos conteúdos. O público encontra-se silenciado e consequentemente a comunicação pública também perde a voz própria. Por não se constituir em um espaço democrático e por ter sido colonizada por interesses de grupos de influência política, social e econômica, a TV pública no Brasil acaba por ser articuladora de uma racionalidade instrumental.

Além disso, é uma estratégia costumeira das emissoras públicas brasileiras abrir mão da busca por audiência e isso ocasiona algo muito sério para um veículo de comunicação. Se não há interlocutores para integrar o processo comunicacional as emissoras de caráter público acabam por também abrir mão da própria comunicação, ocupando papel subalterno na produção de sentidos no meio social. Falar para poucos também leva ao enfraquecimento da sustentação política das emissoras ligadas às universidades, uma vez que elas têm como principal, se não única, fonte de financiamento os recursos oriundos das Instituições de Ensino superior. Como justificar a manutenção desses canais, ainda mais no atual momento de corte de verbas federais e diminuição do ingresso de alunos nas instituições particulares, se eles não são capazes de atrair público?

Em geral esses veículos não conseguem estabelecer uma relação comunicacional efetiva com as comunidades a quem a programação se destinaria e acabam apenas por pressupor quais seriam os interesses desse público. As instituições de mídia tornam-se “incomunicativas” e “os espaços simbólicos decorrem invadidos por interesses e resultantes não comunicacionais, o que lhes retira a especificidade” (SIGNATES, 2018, p. 33). Para enfrentar isso, as emissoras universitárias devem se silenciar.

É o silenciamento midiático do que lhe é próprio, para dar lugar à expressão do outro social, quem quer que ele seja, o que constitui o especificamente comunicacional na mídia. Essa posição talvez expresse um axioma: para que a mídia se comunique, é preciso falar em silêncio. Esse paradoxo é apenas aparente. Por silenciamento não se quer dizer fazer silêncio num sentido literal e sim silenciar-se para conceder a atuação própria simplesmente como “médium”. O ato de “dar lugar”

ou “deixar falar o outro” é uma condição especificamente comunicacional, nesse sentido. Em outros termos, trata-se de algo próximo ao silenciamento da escuta psicanalítica, que sempre deve vir seguido da fala do analista, que não é dele – ao menos não apenas ou principalmente – e sim do analisando, que se escuta na fala do analista. Eis o especificamente comunicacional (SIGNATES, 2008, p. 33).

Ao se silenciar e atuar como médium as emissoras universitárias podem servir de contraponto ao modelo comercial, “uma alternativa, um antirreferencial, um lugar onde a prioridade é a integração, a comunicação na acepção correta e etimológica, de colocar em comum” (MAGALHÃES, 2002, p. 50). Elas também podem se tornar um espaço para a aproximação de dois grupos que parecem irremediavelmente separados na esfera pública, os intelectuais e as camadas populares. Isso pode ser realizado caso elas consigam levar de forma acessível o saber produzido dentro da academia para a sociedade, aproximando as linguagens, buscando uma relação horizontalizada e permitindo que o acontecimento comunicacional ocorra em sua completude.

O conteúdo divulgado pelos canais ligados às universidades deve se voltar a comunicação no sentido que Marcondes Filho confere ao termo, ou seja, provocar o espectador, incentivá-lo a refletir sobre a realidade e não apenas informá-lo sobre determinado assunto. A transformação gerada pela comunicação pode auxiliar na formação da opinião e na tomada de decisões políticas por meio do conhecimento científico. Para tanto, como já apontado anteriormente, as emissoras necessitam constituir uma audiência, ampliar a participação social e horizontalizar o processo comunicacional. E mais do que isso, deve se tornar relevante para a comunidade acadêmica.

[...] que seja capaz de reunir a crítica intelectual, ainda absolutamente desejável ao trabalho acadêmico, a um fazer tão melindroso como o da TV; que seja instrumento de inovação das linguagens, das técnicas, dos formatos da TV, dialogando intimamente com a pesquisa, interagindo organicamente com a Universidade; que seja capaz de tomar o conhecimento científico sobre a natureza, a sociedade e as pessoas como matéria-prima para o desenvolvimento de uma comunicação de massa realmente comprometido com a cidadania, contribuindo para que a TV, parafraseando Bourdieu, possa realizar plenamente o seu potencial para ser “um extraordinário instrumento de democracia” impedindo que se converta em um “instrumento de opressão simbólica” (SOLHA, 2013, p. 04).

Ademais, existe “a necessidade de se criarem linguagens alternativas para se poder discutir e pensar problemáticas excluídas por que diferentes” (SILVA, 2001, p. 122). Por isso, não basta apenas criar ou manter emissoras públicas, assim com as universitárias, é preciso inovar nas produções e fugir dos modelos já existentes e assim constituir uma relação comunicacional e democrática com um público que não se vê representado na grande mídia.

Conclusão

Uma TV universitária não se torna relevante meramente por sua existência. Ela deve se empenhar em estabelecer a comunicação com o público espectador para sua sustentação política e para deixar de ser avaliada pejorativamente como gasto desnecessário de recursos, principalmente públicos. Para tanto, é necessário enfrentar a incomunicabilidade dessas emissoras.

Os canais que fazem parte do campo público brasileiro deixam de comunicar quando se eximem de atrair audiência, numa clara tentativa de não fazer frente aos interesses do sistema de radiodifusão comercial. Assim eles abrem mão de buscar ou criar mecanismos para ampliar o número de espectadores e muitas vezes não conseguem nem mesmo estabelecer vínculos comunicacionais com a comunidade com a qual se relaciona diretamente, o que dificulta o entendimento das demandas que possam surgir dela.

Por outro lado, apesar de não sofrerem às pressões do mercado publicitário que leva à cópia de modelos bem-sucedidos, as emissoras universitárias dificilmente se arriscam na proposição de novos formatos e modelos. Assim a audiência não instigada nem partir daquilo que a sociedade pode sugerir nem por meio da inovação. Ao se contentar com uma pequena audiência, as televisões ligadas às Instituições de Ensino Superior se contentam em gerar baixa produção de sentidos e pouca relevância social.

As emissoras públicas se configuraram como espaço de mediação entre o Estado e a sociedade civil e podem se tornar um local de visibilidade de demandas de camadas silenciadas da sociedade brasileira, como as minorias. Essa visibilidade pode ser dada por meio de programação que promova e reforce valores de convivência democrática, inclusão e participação nas tomadas de decisões editoriais, fiscalização e até na produção de conteúdo. Os sujeitos deixam de ser consumidores de produtos nos quais não são representados e passam a fazer parte do conteúdo, a partir de uma relação voltada para a racionalidade comunicativa.

Para que as emissoras ligadas as Instituições de Ensino Superior ampliem sua relevância social, conquistando a adesão de grupos não representados pela mídia e da comu-

nidade universitária, não são necessárias apenas ações vindas dos próprios integrantes desses canais, mas também políticas públicas voltadas para o fortalecimento da comunicação pública e investimentos. Dessa maneira, as televisões universitárias se podem se tornar espaços privilegiados para a comunicação, para a formação de opiniões diversificadas e para o incentivo da deliberação, essencial para a constituição da democracia.

Referências

- BOSCO, Estevão. **Habermas e a Esfera Pública: anotações sobre a trajetória de um conceito.** In: Sinais, n. 21/2, Vitória, jul/dez 2017.
- BRAGA, José Luiz. **Comunicação é aquilo que transforma linguagens.** In: ALCEU 20, v. 10, n. 20, Rio de Janeiro: PUCRJ, p. 41-54, jan./jun. 2010a. Disponível em: <http://revistaalceu-acervo.com.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=365&sid=32>. Acesso em: 20 de janeiro de 2019.
- _____. **Nem rara, nem ausente – tentativa.** In: Matrizes, Ano 4, n. 1, São Paulo: ECA/USP, p. 65-81, jul./dez. 2010b. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/matrizes/article/download/38276/41086/>. Acesso em: 20 jan. 2019.
- CURADO, Camila Cristina; BIANCO, Nélia Rodrigues Del. **O Conceito de Radiodifusão Pública na visão de pesquisadores brasileiros.** Anais do XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Foz do Iguaçu, PR, 2014. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2014/resumos/R9-0802-1.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2019.
- HABERMAS, Jürgen. **Comunicação Política na Sociedade Mediática: o impacto da teoria normativa na pesquisa empírica.** Líbero, ano XI, n. 21, São Paulo: Cásper Líbero, p. 9-21, jun. 2008

_____. **Teoria do agir comunicativo: racionalidade da ação e racionalização social.** São Paulo: Martins Fontes, 2012.

LIMA, J. C. O modelo da TV Cultura de São Paulo. In: CARMONA, B. (org.). **O Desafio da TV Pública: uma reflexão sobre sustentabilidade e qualidade.** Rio de Janeiro: TVE Rede Brasil, 2003.

MAGALHÃES, Cláudio. **Manual para uma TV universitária.** Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

MAGALHÃES, Cláudio Márcio. **Dossiê TV Universitária: 45 anos de experiência.** In Revista ABTU – TV Universitária x TV Pública. vol. 0, nº 0, São Paulo: ABTU, p. 08-14, 2013. Disponível em: <http://www.abtu.org.br/WebSite/wpcontent/uploads/2013/07/Revista-ABTU-00.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2019.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Duas doenças infantis da comunicação: a insuficiência ontológica e a submissão à política. Uma discussão com José Luiz Braga.** In: Matrizes, Ano 5, nº 1, São Paulo: ECA/USP, p. 169-178, ago./dez. 2011a. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/download/38314/41160/>. Acesso em: 20 jul. 2019.

_____. **De repente, o prédio falou comigo. Anotações sobre experiências metapóricas em teoria da Comunicação.** Apresentado no GT Epistemologia da Comunicação, no XX Encontro Anual da Compós. Porto Alegre, UFRGS, 2011b. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1656.doc. Acesso em: 20 jul. 2019.

_____. **A questão da Comunicação.** In: Dossiê, v. 3, n. 5, São Paulo, p. 17-26, jan.-jul. 2019.

SIGNATES, Luiz. **A comunicação, entre o dogma e a conversão: o especificamente comunicacional na religiosidade contemporâneos.** In: Estudos de Religião, v. 32, n. 3, São Paulo: Metodista, p. 27-49, set.-dez. 2018. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ER/article/view/7720>. Acesso em: 20 jul. 2019.

SILVA, Felipe Carreira. **Habermas e a Esfera Pública: reconstruindo a história de uma ideia.** In: Sociologia, Problemas e Práticas, n. 35, p. 117-138, 2001.

SOLHA, Hélio. **Televisão, Conhecimento, Cidadania e Sociedade: a Revista da ABTU.** In Revista ABTU – TV Universitária x TV Pública. v. 0, n. 0, São Paulo: ABTU, p. 4, 2013. Disponível em: <http://www.abtu.org.br/WebSite/wpcontent/uploads/2013/07/Revista-ABTU-00.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2019.

UNESCO. **La Radio y Televisión Pública:** por qué? cómo? Maio de 2011. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000124058_spa. Acesso em: 13 jul. 2019.

VALENTE, Jonas Chagas Lúcio. **TV Pública no Brasil:** a criação da TV Brasil e sua inserção no modo de regulação setorial da televisão brasileira. 2009. 210 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Federal de Brasília, 2009.

Comunicação e telejornalismo comunitário

Bernadete Coelho de Sousa

A caracterização e construção do campo da comunicação vêm sendo há muito motivo de debates e teorias por parte dos mais variados autores e de diversos campos do saber. Yamamoto (2013) ressalta que no Brasil o discurso sobre a teoria e epistemes relacionado à comunicação aconteceu de maneira dispersa, com influências norte-americanas sobre os efeitos da mídia na população e nos ensaios europeus sobre filosofia da linguagem.

Para começar a falar sobre o campo da comunicação é preciso primeiramente explicar qual é o ramo da ciência que se encarrega dessa verificação. A epistemologia que também é chamada de teoria do conhecimento é grosso modo o ramo da filosofia que investiga a natureza, fontes e validade do conhecimento. Podemos dizer que conhecimento é a crença verdadeira, justificada sobre alguma coisa. Dessa maneira pode-se considerar que a comunicação é uma forma de adquirir conhecimento. Na epistemologia podemos citar duas escolas principais: a racionalista que mantém o foco na razão como responsável por esse papel. E a empirista que defende o uso dos sentidos, ajudado ou não por instrumentos e na observação de experimentos.

Existem diferentes formas de adquirir conhecimento. As pessoas podem, por exemplo, conhecer alguma coisa no sen-

tido de estar familiarizado com ela, podem conhecer como fazer algo, no sentido de possuir habilidades sobre alguma coisa e por último podem saber o que é algo quando alguém menciona. Este último também é conhecido como saber proposicional e é para diversos autores o que demanda maiores discussões. No entanto existem no caminho do conhecimento o que os estudiosos chamam de proposições e variáveis que precisam ser justificadas para que se possa acreditar que algo é verdadeiro. Assim é possível concluir que o conceito de conhecimento se constitui em algo mais complexo do que pensamos.

Nesse artigo a intenção é refletir a respeito da comunicação enquanto ciência e qual seria o campo do saber comunicacional. A comunicação mediada pela televisão em especial o telejornalismo local como promotor de conhecimento sobre a cidadania é o ponto em questão que nos leva a outras considerações.

A comunicação enquanto saber científico

A discussão que envolve esse trabalho é a constituição da comunicação enquanto saber científico e a relação com o “telejornalismo comunitário” e a promoção da cidadania. O autor Muniz Sodré afirma que foi e continua sendo difícil conceituar comunicação, existe uma ambigüidade, mas prevalecem segundo o autor algumas idéias.

[...] Apesar disso, a ideia de transmissão e persuasão, concretizada nos dispositivos técnicos que fazem circular os discursos sociais, com a consequente recepção por parte de públicos amplos e heterogêneos- portanto, na *comunicação funcional ou comunicação/informação*- é, desde os começos, a principal responsável pelo paradigma dos efeitos na abordagem acadêmica da comunicação. A expressão comunicação funcional revela-se aqui muito adequada, uma vez que esse paradigma pertence por

inteiro ao persistente positivismo funcionalista da escola sociológica norte-americana. (SODRÉ, 2012 p. 12)

Sobre isso o autor explica ainda que existe uma linha criada por alguns teóricos como Katz, que coloca a pesquisa em comunicação limitada aos efeitos e as consequências da transmissão sobre a recepção. Katz é internacionalmente reconhecido como um dos fundadores da escola sociológica norte-americana da massa communication research. (SODRÉ, 2012, p. 13).

Para Braga um dos aspectos que assombram os pesquisadores em comunicação é justamente a definição de qual o objeto do conhecimento que descreve a comunicação.

[...]Ou a comunicação surge como uma questão tão ampla, tão difusa, tão presente em todas as atividades humanas- que o objeto é de certo modo inapreensível e conclui-se que “tudo é comunicação”- a política, a educação, a literatura e uma lista ainda indefinida em que pretende-se abarcar a questão humana e social. O holismo desta perspectiva parece crescentemente se confirmar pela presença recorrente da questão comunicacional nas mais diversas áreas de conhecimento e das práticas humanas.

[..].a comunicação espalhando-se como objeto por todas as áreas, estando em todas as pautas, não está em nenhum lugar (BRAGA, 2011 p65)

Signates também acredita que existe uma fragilidade epistemológica da comunicação. Segundo o autor:

[...]Fazemos parte de uma disciplina que se pretende científica, mas não possui grandes teorias nas quais se basear e por esta razão, acolhe as teorias dos mais diversos ramos das ciências sociais, humanas e da linguagem de modo tal que o objeto

específico – a comunicação é sempre percebido de forma lateral, acondicionado a um olhar que termina por não percebê-lo. (SIGNATES, 2012, p. 133)

De acordo com Signates dizer que o objeto é múltiplo ou multifacetado, do ponto de vista epistemológico é o mesmo que dizer que lhe falta objeto. Ou no aspecto metodológico afirmar que o campo ainda busca um objeto. Entretanto o autor também afirma que no Brasil há um campo científico da comunicação. (SIGNATES, 2013)

Nessa busca pela robustez epistemológica da comunicação, o autor se deslocou de uma teoria sociológica que fundamentasse a comunicação para encarar a necessidade da centralidade da comunicação. Entretanto, Signates menciona uma crise nas ciências principalmente nas ciências humanas e sociais e que se desdobram em: a crise da verdade, das especializações e a crise social. (SIGNATES, 2012).

Essas crises afetam o pensar comunicacional e dentro da abordagem que nos interessa nesse artigo com um viés no “telejornalismo comunitário”, destacamos a crise da verdade mencionada pelo autor. Ora, a verdade é a princípio, um ideal buscado incessantemente no jornalismo. O autor afirma que a verdade era a grande preocupação do debate de Sócrates e Platão com os sofistas- que ensinavam a arte da retórica-. Para Aristóteles a retórica representava uma técnica de convencimento sem compromisso com a verdade. Como melhor argumento da verdade os gregos criaram a lógica, que exige dos conteúdos consistência e coerência. Surge então o método de argumentação aristotélico com uma ligação entre afirmação e prova. Com as articulações da modernidade e do iluminismo a verdade se tornou não o que se pressupõe e sim o que se pode concluir (SIGNATES, 2012) É necessário mencionar esse panorama de crise, uma vez que o autor afirma que

[...][“é imperioso não apenas indagar sobre o lugar da comunicação no episódio das ciências, mas também e, sobretudo, sobre o lugar das pretensões epistemológicas dos estudiosos da comunicação, ante a crise epistemológica das ciências em geral. (SIGNATES, 2012, p. 141)

Nesse aspecto da definição do objeto comunicacional. Braga baseia seus estudos no empirismo se distanciando assim do dogmatismo teórico. O autor propõe em um diálogo com a diversidade o que ele classifica como “desentranhamento” da comunicação das ciências humanas e sociais. A proposta é extrair a comunicação de processos políticos, econômicos, culturais e levar a comunicação à condição de objeto. Entretanto, esse desentranhar segundo o autor, não corresponde à definição de um território da comunicação e sim desenvolver perguntas e respostas para além das que já são feitas pelas ciências humanas e sociais e que não as fariam porque não é seu campo de interesse. E nesse caminho destacamos o que Braga chama de “ações “tentativas” e ‘tensionamentos’:

[...] Esse processo é dado socialmente, por tensionamentos situacionais onde interagem três elementos: o imaginário (conjunto de discurso ou subjetividades circulantes), o real percebido (a prova empírica, a materialidade discursiva e as rationalidades locais (responsável pela aderência ou correspondência de uma imaginários com um rela percebido. (YAMAMOTO, *apud* BRAGA, 2010, p. 103)

O professor Ciro Marcondes Filho afirma que durante muito tempo a comunicação foi pensada como transmissão, transferência ou deslocamento, ou seja, alguém transmite algo, através de um canal, a outra pessoa. De um lado o emissor, de outro o receptor ligados por um canal. Como se a comunicação fosse uma coisa, um objeto. De acordo com o

autor quem trouxe essa confusão para o campo da comunicação foram às ciências físicas e da natureza que pensam a comunicação a partir de sistemas não-humanos. Ele explica que o homem não pode ser considerado como máquinas ou materiais da natureza. O homem não é um fio que leva a electricidade de um lado a outro e faz um aparelho funcionar. (MARCONDES FILHO, 2008)

O professor Ciro Marcondes se debruçou sob uma nova teoria da comunicação que enxerga a comunicação como efeito.

[...]A comunicação é o efeito de um acontecimento *p* sobre uma reta *r*, sendo *s* a sensação que eu vou sentir num certo período a partir desse acontecimento. Primeiramente, há o impacto inicial *s* sobre nossos sentidos, uma mera impressão orgânica: um som me atravessa uma luz cura minha visão, algo toca minha pele. O universo ao meu redor é o que se chama de “percepção pura”. (MARCONDES FILHO, 2013, p. 17-18)

Nessa nova teoria além da “percepção pura” o autor desenvolve conceitos de afecção, representação e memória no processo comunicacional. Aqui damos destaque ao que o Marcondes Filho chama de intuição e que tem um sentido diferente do que é usado popularmente.

[...]Nesse caso intuição é outra coisa: é uma percepção clara e mediata. Através dela posso chegar a um conhecimento que é muito diferente daquilo obtido pelos caminhos do pensamento, da razão e da lógica. Na intuição, eu não me distancio da coisa, me misturo a ela.

[...]Assim, o processo da comunicação é essa relação entre um universo, meu corpo e a ação mútua entre ambos. (MARCONDES FILHO, 2013, p. 20)

Para Braga a comunicação deve ser entendida como um processo que resulta do encontro de pessoas, culturas, discursos e imaginários diferentes. O autor defende que dispomos de formas pré estabelecidas (códigos) que são previsíveis em relação às ações sociais. Essas formas se modificam de acordo com o contexto e com o tempo e são chamados pelo autor dedispositivos interacionais.

[...]Os dispositivos são importantes, dentro do espaço institucional, porque estão mais perto do uso, como contextos intermediários das instituições. Seriam como “subsistemas”-“parte” de um conjunto mais abrangente de normatização; e possivelmente menos rigorosamente codificados. Os dispositivos articulam, próximo das situações de uso de códigos e normas, os processos de ordenação social e disposições de linguagem- funcionando como seu âmbito operador de interações.

(YAMAMOTO *apud* BRAGA, 2010, p. 103-104)

Podemos dizer que os dispositivos são padrões comunicacionais que, de alguma maneira se tornam meios pelos quais os sujeitos operam suas tentativas de comunicar.

O que há de comunicacional no estudo sobre o “telejornalismo comunitário” e a promoção da cidadania

Para o professor Ciro Marcondes há três tipos básicos de comunicação: a clássica, (das falas e dos registros)a tecnologicamente mediada (também chamada de comunicação por irradiação) e a comunicação digital. A comunicação clássica existe desde os primórdios da humanidade e se concentra basicamente na linguagem A comunicação digital consiste no processamento de dados comunicacionais. A forma de comunicação que particularmente nos interessa é a tecnologicamente mediada. (MARCONDES FILHO, 2013).

Na elaboração desse artigo o tipo de comunicação que nos interessa é a mediada. De acordo com Ciro Marcondes a comunicação tecnologicamente mediada parte de um centro emissor (conhecido), e se difunde por receptores (desconhecidos). Esse tipo de comunicação surgiu no século XV com Gutenberg, mas teve seu período de expansão no século XIX com a imprensa e a literatura de massa. Segundo o autor é a introdução da imagem que vai se tornar o elemento chave desse tipo de comunicação. A imagem surge como promotora de utopias. Outro elemento chave é a tecnologia como fator de transformação da sociedade em vários aspectos. O autor esclarece, entretanto que os três tipos convivem entre si e historicamente e tecnologicamente se superam. Nossa ponto de interesse é a televisão que chega ao Brasil em 1950 e não é exagero falar que o veículo transforma a sociedade em muitos aspectos.

O nosso interesse comunicacional se concentra no chamado “telejornalismo comunitário” mediado pela televisão. É um tipo de jornalismo, geralmente desenvolvido por emissoras locais e que tem como objetivo dar visibilidade aos problemas de uma comunidade, mostrando, por exemplo, dificuldades relacionadas à falta de iluminação pública, asfalto, escolas, creches, postos de saúde e vários outros. Esses são problemas estruturais e o formato da abordagem na maioria das vezes responsabiliza o Estado enquanto poder público e promotor do bem estar social. Acreditamos que até aí a ideia é nobre e válida. O problema é que o que se acostumou a chamar de “telejornalismo comunitário” é um tipo de jornalismo desenvolvido pelas grandes empresas de comunicação. Esse tipo de telejornalismo local foi praticamente desenvolvido pela rede Globo de televisão. Em 1977 a TV Globo de São Paulo colocou no ar o telejornal Bom Dia São Paulo com características de prestação de serviço e utilizando equipamento de UPJ (uni-

dade portátil de jornalismo) com repórteres entrando ao vivo de vários pontos da cidade (PATERNOSTRO, 1999).

Entendemos então que o telejornal enquanto produto de uma comunicação mediada tecnologicamente faz parte de uma instituição simbólica que atua na produção e compartilhamento de sentido. Sentido para Marcondes Filho:

[..]é algo produzido no momento em que entramos em contato com a coisa, que nossa percepção aprende nesse exato instante. Ele não existe por si mesmo é produto das forças ou energias momentâneas que o impulsionam. E todas as vezes que ele é diferente porque nós, enquanto seres vivos, mudamos o tempo todo. (MARCONDES FILHO, 2013, p. 44).

O questionamento é justamente que sentido comunicacional é o compartilhado com o indivíduo e com o coletivo do que é cidadania. É certo que existe uma significação para um determinado problema relatado pelo “telejornalismo comunitário” e que gera significado não só para um indivíduo da comunidade, mas para outros indivíduos de comunidades diferentes, mas na mesma situação, ou não. O sentido da comunidade é que deve ser investigado uma vez que existe um interesse maior na promoção de um determinado assunto.

Seguindo o pensamento de Braga é a partir daí que surge assim um conjunto de problemáticas a cerca dessa promoção da cidadania. Cria-se um espaço de promoção do saber, nesse caso saber sobre as dificuldades da sua rua, do seu bairro, da sua cidade. Lamentavelmente não existe o compartilhamento de um saber mais aprofundado do que é ser um cidadão completo, pleno com direitos e deveres o que iria muito além da problemática de um bairro com dificuldades estruturais, mas dos tensionamentos criados a partir do conhecimento gerado no indivíduo e na sociedade. O comunicacional para Braga

reveia a interação, a transformação e as trocas simbólicas. Dessa forma consideramos os sistemas em que as pessoas de diversas camadas sociais, cor, sexo, religião, preferência política, compartilham do sentido de cidadania difundido pelo “telejornalismo comunitário”. Dessa forma televisão e o telejornal local se apropriam do sentido de localidade e cidadania como forma de perpassar sistemas de diferentes grupos para partilhar o mesmo conceito superando aparentes diferenças.. Na visão de Braga a sociedade midiática está atrelada aos questionamentos, conflitos, disputas e presença massificada do cotidiano social através dos veículos de comunicação como rádio, jornal e TV, que torna a sociabilidade mais complexa e absorve a todos com uma circulação intensa de signos e discursos informacionais do mundo globalizado.

Voltando ao pensamento de Marcondes Filho, a comunicação é a capacidade de romper a redoma de nós mesmos e reconhecer o outro. A comunicação não depende do emissor e sim do receptor no sentido da decisão de acolher o outro e suas diferenças e semelhanças. O outro nesse caso segundo o autor pode ser um filme, um texto e porque não uma reportagem de TV. (MARCONDES FILHO, 2013)

Signates destaca que é importante não perceber a comunicação apenas como um “instrumento” ou uma “ferramenta” pela qual se dá uma estratégia. Nesse caso instrumento de promoção da cidadania – no projeto de pesquisa é usado principalmente o conceito do sentimento de pertença defendido por Adela Cortina.¹ O autor afirma que essa visão reduz o sentido estruturante da comunicação na sustentação da democracia. Para Signates a avaliação da democracia leva em conta as circunstâncias estruturais e conjunturais da comunicação na formação e no relacionamento dos grupos sociais e

1 Filósofa espanhola autora do livro “Cidadãos do mundo”.

também nos modos específicos de desenvolvimento das imagens públicas em circulação. (SIGNATES, 2011)

Dessa forma tendo a cidadania como objeto comunicacional mediada pela televisão, o processo de comunicar envolve sentido, consciência, percepção e reflexão e porque não dizer sensibilidade num compartilhamento de sentido, mesmo sendo a televisão um veículo com características de dominação capitalista burguesa.

O sociólogo inglês T. H. Marshall desenvolveu um importante conceito de cidadania, fazendo uma relação entre a igualdade política e a desigualdade econômica e como a política social pode mudar essa situação. Marshall foi criticado pelo ponto de vista ingênuo, uma vez que fatores econômicos desequilibram a balança da igualdade, mas o próprio autor não nega isso. “O problema, não é se, em última análise todos os homens serão iguais, certamente que não o serão, mas se o progresso não pode prosseguir firmemente mesmo que vagarosamente, até que, devido à ocupação ao menos, todo homem será um cavalheiro”. (MARSHALL, 1997, p. 59).

Marshall faz ainda uma ligação entre o conceito de cidadania e a modernidade capitalista e o desejo por direitos iguais que envolvem também conflitos e divisão de classes sociais. Para que o sistema social seja estabelecido é necessário que os indivíduos assumam suas funções no sistema. Na visão de Marshall a cidadania passa a ser pensada a partir do surgimento dos fenômenos sociais e da integração dos indivíduos na comunidade com direitos civis, políticos sociais. A cidadania para Marshall é o status atribuído àqueles que participam como membros de uma determinada sociedade. A evolução da sociedade faz com novos conflitos aparecem e reforça a ideia de assegurar direitos. O autor ainda considera cidadania como a forma de viver de cada indivíduo e que brota de dentro

pra fora não podendo ser imposto pelo Estado. Acidadanía é entendida por Marshall como um feixe de direitos civis, políticos e sociais do indivíduo.

Em uma primeira análise a visão de Marshall sobre cidadania nem de longe se encaixa no “telejornalismo comunitário” desenvolvido pelas TVs locais. A televisão sempre foi vista como a mídia da superficialidade e ainda como símbolo de poder, consumismo e manipulação e dessa forma pouco combina com cidadania. Esse tipo de jornalismo se transformou em estratégia de audiência e a credibilidade como elemento que constitui, como afirma Muniz Sodré, o capital simbólico das grandes empresas de comunicação. De acordo com Sodré, o capitalismo financeiro e a comunicação andam de mãos dadas. O capitalismo contemporâneo é ao mesmo tempo financeiro e midiático. Para Sodré se antes a comunicação e a informação podiam ser analisadas como despesa extra do capital, hoje elas são um novo modo de ser da riqueza.

[...]No âmbito geral do neoliberalismo econômico, esse modo de ser é moldado por uma ideologia privatista, que elege como maiores valores sociais a eficácia produtiva e o sucesso pessoal. No plano da consciência individual, e uma ideologia de flexibilização, de abolição de qualquer suposta rigidez psíquica. (SODRÉ, 2012 p 16)

Assim é certo afirmar que a televisão enquanto discurso de grandes empresas de mídia dispõe de padrões comunicacionais como dispositivo de circulação de sentido do que é local e pertinente a comunidade. Ela faz circular o sentido de ser cidadão com dispositivos de compartilhamento. O que era único passa a fazer parte do sistema composto por vários indivíduos, nasce o sentido do coletivo em uma comunicação que circula. A televisão se apropria do “telejornalismo comu-

nitário” e da relação com o comunidade e dos sentidos e usos que os indivíduos fazem dele.

Em dois textos, de 2013 e 2019 Signates faz uma abordagem aprofundada sobre os conceitos de cidadania e a relação com a comunicação e que merece atenção especial de nossa parte. De acordo com o autor é praticamente impossível falar de cidadania sem relacionar a comunicação. Para Signates o interesse comunicacional da cidadania perpassa todas as gerações de direitos classificadas por Bobbio (1992), mas se dá principalmente a partir a quarta geração, com destaque para reivindicação dos direitos.

[...]O interesse especificamente comunicacional se desenvolve em todo o percurso, mas especialmente a partir deste último, o qual, de fato, ultrapassa a abordagem específica do direito à comunicação e atinge o patamar pragmático do direito como comunicação, que se revela, portanto, central à concepção de cidadania. (SIGNATES, 2019, p 4)

Podemos entender a partir da exposição feita por Signates que a cidadania pode ser vista e percebida a partir de diversos pontos de vista, mas em um primeiro plano com uma relação estreita com a democracia. Hora com avanços, hora com retrocessos. É importante ressaltar ainda que de maneira geral o autor entende a comunicação como: “todo e qualquer processo de troca simbólica capaz de gerar algum tipo de vínculo social”. (SIGNATES, 2019)

Para o autor a cidadania não pode ser entendida fora de um processo político democratizado e com legitimação, reconhecimento, e reivindicação de direitos. Dentre os conceitos e percepções de vários autores analisados por Signates o destaque é dado para os aspectos comunicacionais da cidadania ressaltados por Adela Cortina.

[...] Ao posicionar o conceito de cidadania na intersecção entre a identidade, a justiça e a busca por universais, esta autora assume uma definição processual de cidadania: não como algo estático, vinculado a concessões institucionais, como é o caso de Marshall, nem como uma mera ideologia, pelo esvaziamento do conceito, como em Viana, e sim como algo em construção. “A cidadania é primordialmente uma relação política entre um indivíduo e uma comunidade política, em virtude da qual o indivíduo é membro de pleno direito dessa comunidade e a ela deve lealdade permanente” (SIGNATES *apud* CORTINA, 2001, p. 31).

[...}É possível afirmar que essa “processualidade” entrevista por Cortina na noção de cidadania é de caráter especificamente comunicacional. (SIGNATES, 2019, p. 12)

O autor faz ainda outra importante consideração quando afirma que em todos os pontos de vista e conceitos abordados sobre cidadania é possível perceber, sistematicamente, a presença de processos comunicacionais. Dessa forma como o próprio autor destaca se faz importante e necessário aprofundar os estudos sobre a comunicabilidade da cidadania sem perder de vista o papel central da comunicação no processo.

Outras considerações

Mesmo trabalhando dentro de um campo de estudo considerado fragilizado pelos mais respeitados teóricos da comunicação no Brasil é inegável o prazer de estudar a comunicação como objeto de suas incontáveis possibilidades. A cada autor, a cada estudo encontramos razões para acreditar que é justamente pesquisando, fazendo perguntas e buscando respostas que se constrói esse campo do saber comunicacional.

As teorias que aí se apresentam são justamente o conjunto de estudos, pesquisas e crenças que se estruturaram a cerca da comunicação, funcionam como uma bússola em nossa jornada. De acordo com Martino 2007, é graças à literatura criada pela prática sistemática que podemos citar teorias como a Hipodérmica,² o Esquema de Lasswell, a Teoria Crítica (Escola da Frankfurt) e a Escola de Chicago que ofereceram contribuições importantes, mesmo que em diferentes campos disciplinares (sociologia, filosofia).

As diferentes percepções do campo comunicacional se alinham de se interpõe numa sequência de tentativas de apresentar a comunicação como um objeto científico que assim como as outras ciências humanas e sociais interfere diretamente na sociedade e tem outros desdobramentos. Comunicação clássica, mediada, digital de Ciro Marcondes, com tensões, tentativas e códigos de Braga como pilar da democracia de Signates, receptores e emissores e circulação de discursos sociais de Sodré formam uma roda em constante movimento que requer esforço e olhos atentos do pesquisador. Nesse projeto de pesquisa envolvendo “telejornalismo comunitário”, comunicação e cidadania, inicia-se um processo de investigação aberto a novas descobertas mesmo que trabalhando com alguns conceitos já consolidados como o termo “telejornalismo comunitário”. O pesquisador inquieto com o campo necessita de respostas. Nesse artigo buscamos apenas iniciar as discussões. Que cidadania é essa promovida por grandes empresas de comunicação? Quais os códigos, qual sentido compartilhado? Onde está o tensionamento? Apenas a pesquisa sistemática e metodológica pode dar algumas dessas respostas.

2 A Teoria Hipodérmica nem sequer chegou a ser formulada e proposta como teoria, é uma análise retrospectiva e atribuída a um tipo de abordagem classificada como não-científica. Martino. Luis C. Teorias da Comunicação: muitas ou poucas? cf Mauro Wolf Los Efectos Sociales de los Media

Referências

- BRAGA, José Luiz. **O que é comunicação?** Líbero v. 19, n. 38, p. 15-20. jul/dez de 2016. São Paulo
- BRAGA, José Luiz. **Nem rara, nem ausente- tentativa.** MATRIZes, ano 4, n. 1, p. 65-81, jul/dez 2010, São Paulo.
- CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo: Para uma teoria da cidadania.** Madrid: Alianza Editorial, 1997.
- MARCONDES FILHO, Ciro. **Nova teoria da comunicação: o rosto e a máquina: fenômeno da comunicação visto dos ângulos humano, medial e tecnológico.** v. 1. São Paulo: Paulus, 2013.
- MARCONDES FILHO, Ciro. **Para entender a comunicação.** Contatos antecipados com a Nova Teoria. São Paulo: Paulus, 2008.
- MARSHALL, Thomas. **Cidadania, Classe Social e Status.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1997.
- MARTINO, Luiz C. **Teorias da comunicação: muitas ou poucas?** Org. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2007.
- PATERNOSTRO, Vera Iris **O texto na TV: Manual de telejornalismo** Rio de Janeiro: Elsevier, 1999.
- SIGNATES Luiz. **O que é especificamente comunicacional nos estudos brasileiros de comunicação da atualidade?** Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/333198949_O_que_e_especificamente_comunicacional_nos_estudos_brasileiros_de_comunicacao_da_atualidade.
- SIGNATES Luiz. **Da exogenia aos dispositivos:** roteiro para uma teorização autônoma da comunicação. Líbero-SP. v. 18, n. 36, p. 143-152, jul/dez. de 2015
- SIGNATES Luiz. **Epistemologia da Comunicação na Democracia: a centralidade do conceito de comunicação na análise dos processos políticos.** Revista Novos Olhares. v. 1, n. 1.
- SODRÉ, Muniz **Comunicação: um campo em apuros teóricos.** MATRIZes. Ano 5, n. 2, jan/jun. 2012. São Paulo.

SODRÉ, Muniz. **Sobre a episteme comunicacional.**
MATRIZes. n. 1, outubro, 2007

YAMAMOTO, Eduardo Yuji. **Desentranhar o comunicacional:** a Comunicação segundo José Luiz Braga. Questões Transversais. Revista de Epistemologias da Comunicação. v. 1, n. 2, julho-dezembro/2013.

AUTORES E AUTORAS DESTA OBRA

Adriano Duarte Rodrigues

Professor da Universidade Nova de Lisboa desde 1979, assumiu a cátedra a partir de 1980 nesta Universidade, onde fundou, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, o Departamento de Comunicação Social, atualmente denominado Departamento de Ciência da Comunicação. Este foi o primeiro programa de graduação em comunicação de Portugal. Licenciado em Teologia em 1968, e Mestre em Sociologia, em 1970, pela Universidade de Estrasburg, na França, doutorou-se pela Universidade de Louvain, na Bélgica, em 1977. Foi Coordenador do Departamento entre 1979 e 1986, e Diretor da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas entre 1988 e 1993. Entre 2001 e 2002, foi vice-reitor da Universidade Nova de Lisboa, e de 2002 a 2005, presidiu o Conselho Científico da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Em 2012, aposentou-se e recebeu o título de Professor Emérito da Universidade Nova de Lisboa. Em dezembro de 2015, os professores João Sáágua e Francisco Rui Cádima publicaram o livro “Comunicação e Linguagens”, em homenagem à sua trajetória como teórico e pensador do campo da comunicação. Tem nove livros publicados na área da comunicação, todos referência no campo de estudos de comunicação e linguagem, e comunicação e cultura.

Alessandra Rodrigues Oliveira Curado

Doutoranda em Comunicação pela Universidade Federal de Goiás (2019/2022); mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Goiás (2016/2018); possui pós-graduação em Docência do Ensino Superior (2012). Jornalista, bacharel em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, Goiânia/GO, concluído em dezembro de 2010. Atualmente, é instrutora da Escola de Governo Henrique Santillo e assessora de imprensa na Secretaria de Comunicação do Governo de Goiás, docente no Curso de Jornalismo da Unip-Goiânia e docente nos cursos de pós-graduação da Faculdade Campos Elíseos, em Goiânia. Integrante do Centro de Investigação Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão (CIJVS) - em Portugal.

Bernadete Coelho de Sousa

Possui graduação em Rádio e TV pela Universidade Federal de Goiás (1988), graduação em Jornalismo pela Faculdade Sul-Americana (2006), Especialização em Assessoria de Comunicação e Marketing pela Universidade Federal de Goiás (2004) e Mestrado em Comunicação pela Universidade Federal de Goiás (2013). Atualmente, é doutoranda na Universidade Federal de Goiás na área de concentração Comunicação, Mídia e Cidadania, linha de pesquisa Mídia e Cidadania. Foi locutora entrevistadora de programas jornalísticos em duas emissoras de rádio (CBN Goiânia e Rádio Mix FM - Goiânia). Atualmente é professora da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás onde leciona as disciplinas de Jornalismo de TV, Jornalismo de Rádio e Locução e apresentação em rádio e TV e produção laboratorial audiovisual.

Ciro Juvenal Rodrigues Marcondes Filho (1948-2020)

Pesquisador de conceito 1A do CNPq, Ciro Marcondes Filho foi o criador da Nova Teoria da Comunicação. Bacharel em Ciências Sociais e Jornalismo (USP/SP), doutor pela Universidade de Frankfurt, pós-doutor pela Universidade de Grenoble (França), era professor titular da ECA-USP desde 1987. Ministrhou, na pós-graduação, sem repetição, 43 cursos diferentes, sendo 23 deles sobre a Nova Teoria da Comunicação. Atualmente coordenava o FiloCom - Núcleo de Estudos Filosóficos da Comunicação, da ECA-USP. Entre 1992 a 2000, foi coordenador do NTC - Centro de Estudos e Pesquisas em Novas Tecnologias, Comunicação e Cultura da USP, onde editou 37 revistas Atrator entrano, realizou 45 encontros acadêmicos, 5 congressos internacionais e publicou 5 livros. Em 2011, propôs a criação da Rede Nacional de Grupos de Pesquisa em Comunicação, vinculando dezenas de núcleos de pesquisa de todo o país. Entre 2013 e 2016 foi articulador do projeto Triangulação Internacional da Comunicação, atuando junto com colegas de Chicago e de Zurique na discussão do tema “Comunicação e Alteridade”. Produziu cerca de 50 livros nas áreas de comunicação, jornalismo, política, filosofia, psicanálise. Foi editor de várias revistas (Comunicação e Artes, Comunicação & política, Atrator Estranho), traduziu Niklas Luhmann para ao português. Foi responsável pela coleção “Filosofia da Comunicação”, junto à Editora Paulus, editor do Jornal da USP, colaborador do jornal LEIA, colunista da revista Caros Amigos e da Rádio USP. Criou, a partir de 2017, os Poros da Comunicação, série de diálogos FiloCom-Fapcom, com transmissão ao vivo pelo YouTube. Em rádio, produziu 57 programas da série O Teatro do Mundo - A Canção, para a

Rádio USP, coleção essa acolhida pelo acervo do MIS/SP. Ciro Marcondes morreu em 8 de novembro de 2020.

Daniela Priscila de Oliveira Veronezi

Doutoranda em Comunicação pela Universidade Federal de Goiás (2022) e Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Goiás (2018). Graduada em Comunicação Social com habilitação em Relações Públicas pela Universidade Estadual de Londrina (2004). Especialista em Gestão das Organizações pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2007), MBA em Gerenciamento de Projetos pelo Centro Universitário Dinâmica das Cataratas (2015) e Especialista em Comunicação Empresarial pela Faculdade de Administração, Ciências, Educação e Letras (2017). Concluiu o Curso Internacional de Comunicação Empresarial, promovido pela Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje) e pela Universidade de Syracuse, nos Estados Unidos (2012). Cursou Criatividade e Inovação, com certificação pelo Herrmann Internacional Europe (2012), atuou como Gerente da Assessoria de Comunicação da Fundação Parque Tecnológico Itaipu (FPTI) - Brasil, de 2008 a 2016, trabalhou como Relações Públicas na Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) e na Saneamento de Goiás S.A. - Saneago, ocupando a função de Gerente de Marketing. Desde novembro de 2020, trabalha como Consultora Técnica Legislativa - Relações Públicas na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF).

Deyvisson Pereira da Costa

Doutor em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais e docente na Universidade Federal de Mato Grosso, onde lidera o grupo Limiar - Estudos de Linguagem e

Mídia nas áreas de Estudos de Linguagem, Novas Tecnologias da Comunicação, Biopolíticas e Processos de Subjetivação.

Geisa Müller de Campos Ribeiro

Doutoranda em Comunicação, Mídia e Cultura pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFG. Mestre em Comunicação. Bacharel em Biblioteconomia pela Faculdade de Informação e Comunicação na Universidade Federal de Goiás. Atua como Tutora presencial do curso em EAD de Biblioteconomia da Universidade Salgado de Oliveira - Universo. Atuou como docente do curso de Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás (2016/2018) e Professora tutora e conteudista do Curso de Especialização latu sensu Letramento Informacional: educação para a informação (Universidade Aberta do Brasil - CAPES). É integrante do GT de acessibilidade da FABAB e coordenadora do projeto Bibliocriativa. Desenvolve projetos nas áreas de inclusão digital, letramento e políticas culturais. Atualmente estuda Comunicação científica, Ciência Aberta e avaliação de C&T. É pesquisadora em cooperação internacional com a Heriot-Watt University (Escócia) para desenvolvimento de gamificação para grupos vulneráveis e compreensão do acesso a informação e tomada de decisões em relação ao Covid-19.

Guilherme Lucian Pereira

Doutorando em Comunicação no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás e acadêmico de Psicologia na Faculdade de Educação dessa mesma instituição. É também mestre (2015) e Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela UFG (2013). Sua experiência acadêmica na área da Comunicação se arti-

cula em função das ênfases de teoria, epistemologia, análise de discurso e linguística da enunciação, atuando sobretudo nos seguintes eixos: cidadania, ética, democracia, direitos humanos e estudos de formações discursivas a partir de uma configuração comunicacional da atividade jornalística.

João Lúcio Mariano Cruz

Doutorando em Comunicação na Universidade Federal de Goiás. Graduado em Comunicação Social, habilitação em Publicidade e Propaganda, pela Universidade Federal de Goiás (2009). Mestre em Comunicação pela Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás (2019). Atua na área de concentração em Comunicação, Cultura e Cidadania, discutindo as fronteiras entre Cultura, Cidadania e Diferença.

José Luiz Warren Jardim Gomes Braga

Pesquisador 1A do CNPq. Professor Titular e pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Unisinos (RS) desde 1999, tendo coordenado o Programa de 2002 a 2004. Doutor em Comunicação pela Université de Paris II, Institut Français de Presse (1984). Mestre em Educação pela Florida State University. Foi pesquisador em TV Educativa no Instituto de Pesquisas Espaciais (Projeto Saci). Foi professor no Departamento de Comunicação da Universidade Federal da Paraíba (1978-1987) e da Universidade de Brasília (1987-1999), tendo sido, nesta última, Diretor da Faculdade de Comunicação. Foi Presidente da COMPÓS (1993-1995). É autor de “A sociedade enfrenta sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática” (Editora Paulus, São Paulo, 2006); e de outros livros e artigos acadêmicos na área da Comunicação. Atua principalmente nas seguintes áreas de interesse:

métodos de pesquisa em comunicação, crítica mediática e mediatização.

Kamyla Faria Maia

Doutoranda em Comunicação pela UFG. Mestra em História pela Universidade Federal de Goiás (2015). Jornalista formada pela Universidade Federal de Goiás (2008). Atualmente é editora-geral de jornalismo da TV UFG. Atuou como professora do curso de jornalismo da Faculdade Araguaia e do Centro Universitário Alves Faria. Tem experiência em produção e pesquisa em audiovisual, com foco em televisão, comunicação pública e cinema documentário.

Luana Silva Borges

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação, na linha de pesquisa de Mídia e Cultura, da Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestra em Literatura pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da UFG. Graduada em Comunicação Social habilitação em Jornalismo pela mesma instituição. Foi professora, entre os anos de 2016 e 2018, da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás, onde ministrou disciplinas nas áreas de Produção de Texto, Jornalismo Cultural e Literatura. Com dissertação intitulada “Corpos ex-cênicos: o feminino e a linguagem em A cidade sitiada e em A hora da estrela, de Clarice Lispector”, enveredou-se pela teoria do romance, bem como pelos estudos de gênero e história das mulheres. Seu foco de pesquisa atual é a prática do Jornalismo Literário em diálogo com a Teoria do Romance. Tem experiência profissional na área de jornalismo impresso, assessoria de imprensa e jornalismo literário.

Luciana Ferreira Serenini Prado

Doutoranda em Comunicação na linha de pesquisa Mídia e Cultura no programa da Universidade Federal de Goiás (2019/1). Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Goiás (2013). Trabalho de mestrado focado nas temáticas da cibercultura, novas linguagens nos cenários midiáticos. Pós-graduada em Comunicação Estratégica pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2010). Graduada em Publicidade e Propaganda pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Professora da Escola de Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás e da Uni-Anhanguera. Atuou também como Professora Visitante da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás (2015-2017). Atua também na área de marketing com foco em vendas de capacitação de equipes. Fotógrafa amadora experimental.

Luiz Signates

Professor associado IV da Universidade Federal de Goiás, junto ao Mestrado/Doutorado em Comunicação, na linha Mídia e Cidadania e docente efetivo do Mestrado/Doutorado em Ciências da Religião, na linha Cultura e Sistemas Simbólicos, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Leciona também nos Cursos de Jornalismo de ambas as instituições. É Pós-Doutor em Epistemologia da Comunicação (Unisinos), Doutor em Ciências da Comunicação (USP), Mestre em Comunicação (UnB), Especialista em Políticas Públicas (UFG) e graduado em Comunicação Social - Jornalismo (UFG). Fundador e membro das Academias de Letras de Goiânia e de Aparecida de Goiânia. Sócio-Proprietário do Instituto Signates Consultoria, Pesquisa e Editoração Ltda. Pesquisador-cooperador da Associação Espírita de Pesquisas

em Ciências Humanas e Sociais - AEPHUS. Cooperador da Associação Brasileira Espírita de Defesa dos Direitos Humanos e Cultura da Paz - Abrepaz. Coordena os Núcleos de Pesquisa em Comunicação, Cidadania e Política (NPCCP/UFG), Comunicação e Religiosidade (NPC-Cor/UFG) e o Grupo de Pesquisa Interdisciplinar sobre o Espiritualismo Brasileiro e Internacional (Interespírito/PUC-Goiás). Por três vezes coordenou o GT Epistemologia da Comunicação da COMPÓS (2002-2004; 2012-2014; 2019-2021). Autor dos livros: “A sombra e o avesso da lua: Habermas e a comunicação social” (Goiânia: Kelps, 2009); “Cidadania comunicacional: teoria, epistemologia e pesquisa” (Goiânia: UFG, 2016); “Política no feminino? A imagem da mulher candidata nas eleições municipais de Goiânia” (Goiânia: Grafset, 2010).

Maiara Raquel Campos Leal

Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Goiás. Mestra pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás - UFG - (2016-2018). Graduada em Ciências Sociais com Habilitação em Políticas Públicas pela UFG (2011/2015). Licencianda do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação (UFG). Estuda Comunicação e Sociologia Política, com ênfase em estudos sobre democracia, novas mídias, corrupção, transparência e accountability.

Mayllon Lyggon de Sousa Oliveira

Doutorando e Mestre em Comunicação pela Faculdade de Comunicação e Informação da Universidade Federal de Goiás. Graduado em Comunicação Social - Habilitação em Publicidade e Propaganda pela Faculdade Araguaia (2014). Possui experiência profissional na área de Comunicação,

com ênfase em Mídias On e Offline. Atua principalmente nos temas: subjetividade, sujeito e modernidade, corpo, sexualidade, comunicação, cinema, novos mercados e redes sociais.

Suely Henrique de Aquino Gomes

Professora titular aposentada da Universidade Federal de Goiás. Doutora em Ciências da Informação pela Universidade de Brasília (1999). Mestre em Automação de Biblioteca - University College London (1991). Graduada em Biblioteconomia pela Universidade de Brasília (1987). Professora do quadro permanente do Mestrado em Comunicação, Cidadania e Cultura (PPGCOM/FIC), atuando na linha de pesquisa Mídia e Cultura. Coordenou o Curso de especialização na modalidade EAD em Letramento Informacional: a educação para a informação. Fez parte gestão da ABECIN - representante da região Centro-Oeste, em 2016. Foi Coordenadora do curso de Biblioteconomia da UFG (2006-2010; 2016- 2018), editora da Revista Comunicação e Informação, mantida pelo PPGCOM/ FIC (2016-2018). Coordena desde 2009 o GT - Corpo, Gênero e Subjetividade do Seminário Nacional Mídia, Cultura e Cidadania, organizado pelo PPCGCOM/FIC. Líder do grupo de pesquisa Olhares - Corpo, subjetividade, ciência.

SOBRE O E-BOOK

Tipologia: Century751 No2 BT, Kozuka Gothic Pr6N
Publicação: Cegraf UFG
Câmpus Samambaia, Goiânia-
Goiás. Brasil. CEP 74690-900
Fone: (62) 3521-1358
<https://cegraf.ufg.br>
